

Camões

REVISTA DE LETRAS E CULTURAS LUSÓFONAS

JANEIRO
JUNHO
2003

30€
[IVA INCLUIDO]

número
15·16

Marquês de Pombal

MINISTÉRIO
DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS





O Instituto Camões reinicia a publicação da sua revista em contexto de renovação e reestruturação.

Com efeito, desde o número temático sobre Timor Lorosa'e, vicissitudes e dificuldades de ordem vária, nomeadamente acertos e ajustes na gestão de meios humanos e institucionais, impediram-nos de manter a periodicidade desejada.

Em tempo de crise generalizada e contenção de despesas públicas, o Instituto Camões tem procurado ajustar os seus instrumentos e orgânica a uma maior eficácia na prossecução dos seus objectivos primordiais: a defesa e a promoção da Língua e Cultura Portuguesas no vasto espaço geopolítico, onde quer que ela floresça, resista ou teime em implantar-se.

Os meios são escassos e as frentes, que vão da rede de docência e investigação à da inserção (de pleno direito) nos organismos internacionais de gestão e decisão económica e cultural, são múltiplos. O Português, língua histórica de convívio entre nações e etnias, é hoje também língua geoestratégica, pela opção feita em países de quatro continentes – onde é já língua viva ou incipiente, mais o será por ter sido escolhida língua oficial.

As vastas possibilidades que daí advêm tornam-se responsabilidades acrescidas.

«Enterrar os mortos, cuidar dos vivos.»

Esta terá sido a firme injunção de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, Ministro do Reino, confrontado com a catástrofe que assolou a capital e grande parte do país em 1755. O zelo que pôs na tarefa ainda hoje iguala a memória lisboeta do trauma.

Menos se reflecte sobre a sua capacidade

de transformar uma tragédia em pretexto de renovação da cidade e das suas infra-estruturas urbanísticas, o que a iria transformar, ao menos no seu tecido recuperado, uma das mais modernas e luminosas cidades da Europa do tempo.

O projecto de dedicar um número da Revista Camões ao estadista ímpar e controverso, mais tinha a ver, ao início, com a proximidade física da nova sede do Instituto à Rotunda onde ele está em efígie. Uma espécie de aceno de boa vizinhança. O tempo, contudo, acrescenta áreas de significação ao que nos pode parecer aleatório: que outra figura mais adequada para tutelar a remodelação reflectida e urgente que estamos prosseguindo?

Lendo o excelente acervo das contribuições que nos foram chegando sobre a obra e a figura do Marquês de Pombal e sobre a sua influência na arquitectura, urbanismo e vida quotidiana, os dois eixos de reflexão interactuantes deste conjunto de textos, podemos fazer nossas as palavras finais da extraordinária peça de Agustina Bessa Luís: «Há só o homem e o enigma; e o nome escrito em papéis.»

Mas homem e enigma que marcam até hoje a nossa identidade de cidadãos.

Tentaremos num próximo número regressar enfim a Luís de Camões, sob cuja égide esta casa tem vivido desde o início. Será um número celebratório da concertação de competências, boas vontades e entusiasmos que subjazem ao fulgor e renovação de uma identidade cultural e linguística «pelo mundo em pedaços repartida».

Maria José Stock

DIRECTORA

Maria José Stock

DIRECTORA-ADIUNTA

Ana Maria de Azevedo

DIRECTORA DE PRODUÇÃO

Piedade Braga Santos

DESIGN GRÁFICO

TVM designers (Luís Moreira)

CAPA

Estátua de João Cutileiro
Fotografia de Paulo Andrade

ASSINATURAS

Célia Gomes
Sónia Bettencourt

PRÉ-IMPRESSÃO

António Coelho Dias S. A.

IMPRESSÃO

António Coelho Dias S. A.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Instituto Camões
Rua Rodrigues Sampaio,
n.º 113
1150-279 Lisboa
Tel.: 213109100
Fax: 213109182
Correio electrónico:
geral@instituto-camoes.pt
rev@instituto-camoes.pt

TIRAGEM

10 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

124734/99

DISTRIBUIÇÃO

Sodilivros

COPYRIGHT INSTITUTO CAMÕES

ISSN: 0874-3029

6	Memórias pombalinas do marquês de Bombelles	<i>Agustina Bessa-Luís</i>
17	Marquês de Pombal: um governante controverso	<i>António Pedro Vicente</i>
22	O Anjo da Guarda do Marquês de Pombal	<i>José Esteves Pereira</i>
34	Pombal e a aristocracia	<i>Nuno Monteiro</i>
42	O Marquês de Pombal e as conturbadas origens da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1757)	<i>Fernando de Sousa</i>
53	O Brasil pombalino	<i>Jorge Couto</i>
75	Pombal e os oratorianos	<i>Eugénio dos Santos</i>
87	A música sacra no período pombalino	<i>Cristina Fernandes</i>
102	O Teatro no período de Pombal: doutrina, prática e ideologia	<i>Duarte Ivo Cruz</i>
117	Reflexão sobre a Lisboa de Pombal	<i>José-Augusto França</i>
128	Plano [de Lisboa] que sua majestade mandou...	<i>Manuel Filipe Canaveira</i>
143	O Palácio dos Carvalhos da Rua Formosa	<i>António Miranda e Helena Pinto Janeiro</i>
151	A Razão na Selva: Pombal e a reforma urbana da Amazónia	<i>Renata Araújo</i>
166	Os quotidianos da vida na Lisboa dos séculos da modernidade	<i>Teresa Veiga</i>
179	Do Passeio Público ao Parque da Liberdade	<i>Françoise Le Cunff</i>
187	Marquês de Pombal – uma rotunda, uma praça, um lugar de memória(s)	<i>Gabriela Carvalho</i>
198	Rotunda do Marquês: «a cidade em si não cabia já» ou a monumentalidade (im)possível	<i>José de Monterroso Teixeira</i>
211	Cronologia	<i>Patrícia Cardoso Correia</i>
218	Bibliografia temática	<i>Patrícia Cardoso Correia</i>

Marquês de Pombal



DEDICAR UM NÚMERO da **Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas** à figura do Marquês de Pombal que trouxesse algo de novo a uma historiografia secular, rica e variada, foi o desafio que nos propusemos realizar. Tratando-se de um número duplo, a ideia inicial foi dar a conhecer, numa primeira parte, alguns aspectos menos conhecidos da personalidade e da actuação pombalinas, abordando, depois, a história da reconstrução

de Lisboa e da marca que o urbanismo setecentista deixou na cidade e que persiste até aos nossos dias. A personalidade do Marquês e o seu governo controverso permanecem motivo de polémica até hoje. Detestado por muitos, admirado por outros, a controvérsia que a sua actuação suscitou ao longo de décadas, perpassa, como um fio condutor, pelos textos que compõem este número da Revista. Para além do mito, ficou o lastro ideológico, a um tempo reformador e autoritário, voluntarista e despótico que atravessa todos os quadrantes da sociedade portuguesa.

Os três primeiros artigos abordam a personalidade do Marquês numa espécie de jogo de espelhos. A abrir, o magnífico texto de Agustina Bessa-Luís, «Memórias pombalinas do marquês de Bombelles». Um outro marquês, chega a Portugal como embaixador de França, após a morte do Ministro, e é confrontado com a sua sombra nas paredes do paço real e na memória dos seus descendentes, dos que lhe sucederam no governo do Reino e da própria Rainha. António Pedro Vicente faz uma síntese rigorosa da actuação pombalina, no contexto do Iluminismo, sublinhando que o Marquês foi, sobretudo, um precursor do Portugal moderno. José Esteves Pereira analisa um opúsculo apologético, publicado após a tentativa de assassinato do Ministro em 1775, intitulado «Preces e votos da Nação Portuguesa ao Anjo da Guarda do Marquês

de Pombal», concluindo que se tratou de um instrumento de propaganda da política pombalina, sob a capa de uma teorização do carácter sagrado do poder régio.

Segue-se um conjunto de textos sobre aspectos diversos da actuação de Carvalho e Melo. Nuno Monteiro revela uma perspectiva diferente da relação entre Pombal e a aristocracia portuguesa, nomeadamente no que toca ao papel político e social da grande nobreza de corte. Fernando de Sousa explica as origens conturbadas da fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Jorge Couto dá-nos uma panorâmica do Brasil pombalino que se tornara, durante o século XVIII, pedra angular do império português. Eugénio dos Santos aborda a difícil relação entre Pombal e os oratorianos. No campo da cultura, Cristina Fernandes fala da evolução da música sacra na época, nomeadamente o seu significado sociológico e Duarte Ivo Cruz faz uma síntese do teatro produzido pelo movimento literário da Arcádia Lusitana.

A segunda parte deste número da Revista Camões está organizada em torno da reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755 e das suas consequências para a história urbanística da capital. José-Augusto França define-a, exemplarmente, como a primeira cidade do Ocidente no quadro do urbanismo das Luzes, entre a fundação de S. Petersburgo e de Washington. Manuel Filipe Canaveira faz uma análise da toponímia

problematizando, em tom por vezes irónico, o novo *topos* urbano, que se transformou no centro da vida política dos últimos duzentos e cinquenta anos. António Miranda e Helena Pinto Janeiro falam da recuperação arquitectónica da residência da família do Marquês em Lisboa, o Palácio dos Carvalhos situado na Rua do Século. Renata Araújo retoma o tema do Brasil pombalino, desta vez na perspectiva do urbanismo iluminista que presidiu à construção das cidades do império. Teresa Veiga dá-nos uma visão da vida quotidiana nos tempos modernos. Com os últimos textos entramos, na época contemporânea. A cidade liberta-se dos limites estreitos impostos pela Baixa pombalina com a abertura do Passeio Público, centro da nova sociabilidade oitocentista e, posteriormente, da Avenida da Liberdade e do Parque Eduardo VII, evidente em Françoise le Cunff. Ainda e sempre sob a égide do Marquês de Pombal, como transparece nos textos de Gabriela Carvalho e José de Monterroso Teixeira, a construção da Rotunda e da sua estátua emblemática estabelece uma nova centralidade, abrindo as portas às Avenidas Novas e à Lisboa do Século XX.

Piedade Braga Santos

Na nota de abertura do n.º 12/13 desta Revista, dedicado a Manoel de Oliveira, Jacques Parsi aparece como co-argumentista do filme *Vou para casa*, quando o único argumentista foi, de facto, o próprio Manoel de Oliveira. Pelo lapso pedimos as nossas desculpas ao realizador.

Memórias pombalinas do marquês de Bombelles

Augustina Bessa-Luís

SEBASTIÃO JOSÉ MORREU EM POMBAL, FOSSE DE pedra biliar, fosse de edema dos pulmões, ou da simples nostalgia em que a corrupção física se baseia. Morreu talvez como Horácio, a quem os pressentimentos de Mecenas fizeram com que dissesse: «Um mesmo dia trará a ambos a ruína.» E nesse momento o país retomou a sua inevitável inclinação ao comodismo tribal, fechado nas suas fronteiras e guardando pelas velhas alianças uma espécie de preferência que prescinde das afinidades, para respeitar a lei do parentesco. Isso acontecia com a Inglaterra, que vinte anos de más relações com Sebastião José não influíram muito na sua posição face à sociedade portuguesa, capaz de certa dedicação pelos tratados, quanto mais caducos eles se tornassem.

A obstinação britânica condicionava-se ao feitio letárgico do cidadão luso, para quem as inovações são sempre maneira de arruinar o melhor da experiência humana, que é o sabor doce da mediocridade, «áurea mediania», grata ao latino de raiz pastoril. Este país voltado para a sua vocação doméstica, que se eleva às vezes à proporção da epopeia sem lhe atribuir, no entanto, a síndrome trágica, levantava objecções na conjuntura europeia. Em 1786, Marc-Marie, marquês de Bombelles, recebeu de Versailles a missão do embaixador de França em Lisboa. Mas, secreta, era a incumbência de afastar Portugal da sua aliança com a Inglaterra, fazendo-o participar do *Pacto de Família* que unia o ramo dos Bourbons instalados em diversos tronos. Em 26 de Outubro de 1786, o senhor de Bombelles, com mulher, filhos, cunhada, confessores, secretários, lacaios e cozinheiros, chega ao Tejo e ao famoso *bout du monde* em que a diplomacia encalha nobremente. Descendente possivelmente de portugueses, de linha marrana, Bombelles talvez sentisse por este pequeno país retirado do concerto das nações uma simpatia que, ao entrar na Corte de Lisboa, sofreu um certo choque. A rainha, que tinha a distinção da sua boa alma

Retrato do Marquês de Pombal, desenho
de Peregrino Parodi, c. 1759. Biblioteca Nacional
de Lisboa





Retrato do marquês de Bombelles
in *Journal d'un ambassadeur de France
au Portugal*, org. por Roger Kann, Paris, 1979.
Biblioteca Nacional de Lisboa

empobrecidos ou pelo menos caídos na precária condição de *noblesse manquée*. Bombelles traça o retrato da ladina literata que foi a marquesa de Alorna, Alcipe, e não deixa dúvidas quanto ao carácter dessa gente, inteligente e espirituosa, mas pouco edificante.

Diz, por exemplo, que a filha da marquesa de Távora nova usava em público as jóias magníficas que foram presente de D. José para sua mãe. *M.le de Távora est laide* – acrescenta. Mas as outras netas da velha D. Leonor de Távora, a supliciada, mantinham a tradição das mulheres da família, porque eram muito belas.

A terceira filha da Alcipe e do conde de Oeynhausen foi amante de Junot, e considerada uma das mais formosas mulheres do seu tempo. Foi a famosa condessa da Ega, a quem os portugueses dispensaram um ódio bastante saudável, mas que ela ultrapassou com a sua veia aventureira e pouco escrupulosa. Sua mãe era uma das

e a inteligência dessa distinção, dava o tom a uma sociedade que passava o tempo sem se divertir, e para quem a intriga de família era a mais apaixonante das distrações. Encontrou Bombelles, *petit maître* intelectual e homem do século XVIII, dotado da civilidade do coração, um clima reservado mas viável e uma série de salões ainda habitados pela sombra de Sebastião José. Alguma coisa o ligava ao ministro desaparecido há dez anos, porque, no seu diário, Bombelles sempre mostra pertencer ao partido do velho ministro e defender a sua posição contra as diabruras dos seus inimigos. E quem eram os inimigos pós-tomos de Sebastião José? Por exemplo, Alornas e Távoras, que durante o cativeiro tinham claramente pedido a protecção de Pombal para suavizar as condições de vida, e depois da sua morte, ou mais exactamente depois do *Libelo Famoso*, passaram a usar um tom acerbo e até violento. É certo que essa hostilidade parece mais ser produzida pelo contraste das duas famílias, os Pombal nadando na opulência e os Távoras



Retrato a óleo da 3.ª marquesa de Távora,
D. Leonor Tomásia, 1700-1759, de J. B. Gerard.
Coleção Biblioteca Condes Castro Guimarães

D. José I, gravura Jean Charles François.
Biblioteca Nacional de Lisboa



Retrato do Príncipe do Brasil.
Biblioteca Nacional de Lisboa



mais renitentes inimigas dos Pombal, que ocupavam na sociedade um lugar tão estimável quanto era garantido por uma grande fortuna. Henrique, o marquês novo, possuía a educação primorosa dos filhos dos adventícios de génio; estudara em Paris, e sua mulher conservava em Lisboa os penteados que se imaginam audaciosos, provavelmente à *M.le Mars*, com madeixas cortadas, o que seria o bastante para que as portas dos salões mais conservadores se fechassem para ela. Além disso, a família Pombal tinha hábitos que a sociedade desaprovava, como permitir que as jovens solteiras saíssem sozinhas. O facto de serem muito ricos desenvolvera neles a histeria da liderança de breve alcance, e é de crer que se fizessem pouco simpáticos se isto não fosse atenuado pela brandura de coração. Boa gente, com o vício do jogo que herdara do velho antepassado, o Estudante, o certo é que desfrutava na Corte de uma confortável situação. Pessoas como a honrada Alcipe não hesitavam em recorrer ao embaixador Marc-Marie para achar junto do Marquês de Pombal o favor necessário para pagar as suas dívidas. Ela sabia que a vingança é difícil de executar, desde que a necessidade e a avidez tomam a dianteira sobre a memória. O certo é que as diabruras que Sebastião José suportara em vida, e no que chamou o seu desterro em Pombal, ainda se prolongaram durante alguns anos depois da sua morte.

Mas a Corte, sobretudo a rainha, a quem a veneração por D. José, seu pai, impedia de dar ouvidos aos detractores de Sebastião José, mantinha uma conveniente atitude a respeito do ministro defunto. Sobretudo o príncipe herdeiro, educado expressamente para um absolutismo esclarecido, conservava pela memória do Marquês um sentimento de dedicação. Um dia, reparando como as salas estavam cheias de gente do clero, ele disse a Henrique, o pouco ambicioso herdeiro de Pombal: «Se o teu pai cá andasse, estes desocupados não estavam aqui.» Mas Bombelles, que

narra esta anedota, não parece impressionado com a força de carácter do príncipe do Brasil. «Tudo dependerá das pessoas que o governem.» – escreve, com cepticismo. Não chegou a provar a sua energia, porque morreu de varíola o príncipe, cujas conversações audaciosas chegaram a inspirar cuidados ao conservador muito ilustre que foi o viajante Beckford, excêntrico temperado com as ervas finas da literatura.

As diabruras não se manifestavam unicamente a nível das famílias que personificavam a oposição a Pombal. O conde da Redinha, ao que parece homem tão pouco agradável quanto fora seu pai, teve bastantes causas de desgosto nos seus dois casamentos. A segunda mulher, uma Pópulo e Lorena, deixou-o, voltou ao lar, por instâncias da rainha, e deu-lhe um filho ilegítimo, decerto concebido na inconstância do matrimónio. Entre os seus diamantes, o provincianismo banhado de certa impunidade concedida pela fama honesta, a prole de Sebastião José mantinha o nome, a mesa farta, causa de fortes indigestões, e assegurava a sensibilidade histórica que, não raro, partindo dum motivo superior e alarmante, se afirma na brilhante mediocridade. O olho de Bombelles, sem contemplações, tanto mais que a estada em Portugal não o deleita propriamente, anota os ridículos, as vulgaridades, as fraudes da estirpe de toda essa dinastia pombalina em que o génio não habita e em que o talento é apenas um preconceito mais.

Quando descreve a condessa da Redinha, com o seu vestido de fustão branco feito do avesso (decerto o fustão de seda inglês, de rara perfeição têxtil), com o cinturão de diamantes figurando um veleiro a todo o pano, situa-a a cem anos de Versailles, onde ela, de resto, nunca teria estado. Ao contrário de Henrique e sua mulher, esses viajados e ilustrados com as relações das grandes cidades, mas eles próprios pouco informados das maneiras de Corte e da etiqueta e da dignidade do grande aparato. E, no entanto,

Bombelles demonstra pela família de Sebastião José uma afectuosa disposição, decerto efeito do respeito que teve pelo estadista e que inclui a cumplicidade da célula em que se tinham situado. Não lhe perdoa, a essagente opípara e sonolenta, o não ter recebido no baptismo a centelha do grande homem. A ideia que Bombelles tem das mulheres portuguesas resume-se na sua observação: «Uma mulher espirituosa, ainda que nascida e educada em Portugal.» Parece que nem a casa de Pombal, um pouco aproximada aos costumes novos, sem ter tido dos velhos suficiente informação, o satisfaz. A sua diarreia, mais nervosa que amibiana, é o sinal do que pensa dessa sociedade da «viradeira», governada pelo Frei Inácio de grossas maneiras e coração compassivo, o que é bastante para que um francês se ache pouco à vontade nos seus próprios méritos, no seu cargo e na sua condição. Se há coisa que um francês deteste é ter de respeitar alguém, dando à virtude uma confirmação que diminua a inteligência. O retrato que Bombelles faz do marquês de Alorna é de facto brilhante na firmeza, sóbrio, desafectado e, sobretudo, tranquilo quanto ao destino do seu diário. A maneira como o senhor de Alorna fala do seu cativeiro diz muito do seu natural, que era provavelmente o bastante egoísta para não se deixar impressionar nem pela desgraça, nem pela fortuna. No entanto, perante uma companhia de gente culta e indiferente, ele parece bom conversador: no meio familiar conserva a dureza que contribui decerto para que a prisão parecesse uma sanção feita à natureza, senão uma justiça aplicada ao crime. Os seus comentários, onde passa o diálogo do clã familiar, dizem-nos bastante da educação e da natureza da nobreza tradicional, cuja linguagem se aparenta com a plebe, não por razões da má gratificação da sociedade, mas por outras: porque destituir o sublime é uma maneira de elevar a sua própria condição magnífica. Falam, pois, como carroceiros os Aveiros e os Távoras, como hoje



Retrato do 1º marquês de Alorna, D. Pedro Miguel Almeida Portugal, século XVIII, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna

falam assim os mais estilizados membros duma aristocracia; para que o predomínio se manifeste na insubordinação à pequena polidez, trazida na manga do notário e tida como habilidade de negociante. A conversação, nos salões já frequentados pelas Sigeias e as áureas princesas manuelinas, era tão livre como se supõe pelos pasquins, que algo inventavam e muito descobriam. Extinta essa geração meritória em aspectos letrados, em modos e ocupações concertados com várias virtudes, ficou o fidalgo pelado da sua magnificência, criado para sobreviver em festa e que tinha como bagatela o sentido hierático do cargo. O preceptor e o militar eram decerto os únicos que cumpriam a minuta da obrigação. Mas a promoção actuava como o recinto do prodigioso, o que fazia do militar um postulante e não algo de conciso como carreira. Restava o preceptor, um corcunda no corpo da sociedade, capaz de instruir descaradamente um povo inteiro no rendimento dos pequenos talentos. O século das Luzes foi o século dos preceptores. Falaram admiravelmente, fabricando uma classe média voltada para as ciências exactas, e cujo êxtase coincidiu extraordinariamente com o uso dos negócios praticamente extinto no reino, onde o aristocrata se tornara numa casta e o oficial numa figura decorativa, sem soldados e sem armas.

Quando o senhor de Bombelles chega a Lisboa, em 1786, encontra a casa de Pombal bem firme na Corte, ainda que a nobreza guarde a seu respeito um desdém, mais do que um ressentimento. Mas é manifesto que as ideias vingativas se vão atenuando, decerto porque os meios de as pôr em prática se tornam mais difíceis.

A rainha retomara as relações com a gente de Pombal de maneira fácil, e é possível que esse passeio à Quinta de Oeiras, uma festa campestre no intuito de mostrar agrado, sele o pacto que o processo Mendanha tinha estremecido. Pelo que diz Bombelles no seu diário, a família do estadista, próxima e distante, parece participar da

bela companhia que anda de cavalgada pelos arredores da capital, a apreciar as fontes, mas não se identifica totalmente com a fidalguia ávida, avara e desinteressante que o embaixador francês se comprazera em descrever. O certo é que as diabruras tinham terminado, os velhos vão morrendo levando ao túmulo, senão o desprezo, pelo menos a indiferença dos seus contemporâneos. E é a propósito do marquês de Angeja, um desses gentis-homens sempre cobiçosos de privilégios, espécie de reposteiro-mor de D. José, que nos aparece um vivo traço do carácter desse rei. Na noite do atentado, o soberano foi tratar o ferimento a casa do marquês de Angeja; isto cimentou as suas relações, e Sebastião José nunca pôde influir nessa intimidade entre Angeja e o rei, «qui en emposa au marquis de Pombal». Assim se observa quanto D. José era de facto imperturbável nas suas decisões. Depois de tudo, também para o monarca, o ministro era um doméstico e não um íntimo. Com o tempo, ascendeu à categoria de amigo, mas sem jamais ser colocado naquele grau de íntimo que corresponde à abor-

Retrato da Princesa do Brasil, D. Maria Francisca, depois rainha D. Maria I (1734-1814), atribuído a Francisco Vieira Lusitano. Palácio Nacional de Queluz



dagem do sentimento de casta. Embora a nobreza usasse em geral de uma atitude fechada em que tanto virtudes como vícios concorriam igualmente para a sua perda, a verdade é que o sentimento de casta, qualquer coisa como a predominância rática acima do próprio espírito, não a abandonara.

O visconde de Lima, secretário de Estado, dava o exemplo desse fidalgo pachorrento e desastrado, como é próprio daqueles que se continuam, geração após geração, numa ociosidade em que o ruído faz as vezes de alegria e a cumplicidade as vezes de estima. O duque de Aveiro, tão cruelmente justicado, era outro espécimen dessa nobreza em que um fatalismo, uma indolência mórbida, conduzem à desgraça. Avisado do perigo que corria, limitou-se a dizer «o que for, soará!», como se o destino, seu último laçao, estivesse à porta para lhe oferecer a pelica e fazer montar no cavaleiro árabe, justamente a tempo de se livrar. O mesmo acontece com Luís XVI, que vacila, que não sabe evadir-se e correr, que perdeu com a vida de salão a verdura do fronteiro-mor ou do alcaide do século XII, capaz de ficar no seu posto, não como uma rês para o matadouro, mas com a raivosa esperança de matar ainda o inimigo com o seu bom cutelo de vedor. A nobreza perdera os dons do seu banditismo, lia e escrevia livros, coisas que só os frades e os alfaiates faziam antes.

E, no que é mais, perdia a noção da sua força, que é uma ilusão como qualquer outra, mas ilusão activa. O duelo sistematizara a agressividade, e depois tornara-se um protocolo mais. E até a corrida de touros em Salvaterra, com aquele pobre fidalgo vítima dum acidente psíquico, mais do que um desastre desportivo (o Conde dos Arcos, segundo filho de Marialva, tinha uma amante que muito amava e que se encontrava doente; a sua angústia transmitia-a ao cavalo favorito, que se punha a tremer e estacava, e nisso consistiu a fatalidade), foi o indício

de que a sociedade estava em depressão, desprotegida da sua vocação que se exprime pela «necessidade do ferro». A Europa das Luzes vai instaurar a cobardia burguesa com toda a platitude de teses humanitárias que não significam mais do que um passo hipnótico para as massas.

Aparece a classe média privilegiada, munida de um superpolicamento que lhe permite viver em paz com os seus contratos cúpidos que promovem a política sem pátria.

À alta burguesia, como à nobreza do século XVIII, vai suceder o embrutecimento paralelo à desmistificação dos grandes ideais e à violência que eles arrastam.

Apareceriam em breve os fabricantes de paz social, servidos por uma imprensa «educativa», capaz de sensibilizar o povo para as coisas que sancionam a ditadura da incapacidade. Criado o capitalismo, estaria também criado o meio de romper com a ideologia do tempo presente, o presente esgotado, reduzido ao osso, devorado pelo mecanismo dessa economia triturante e cega.

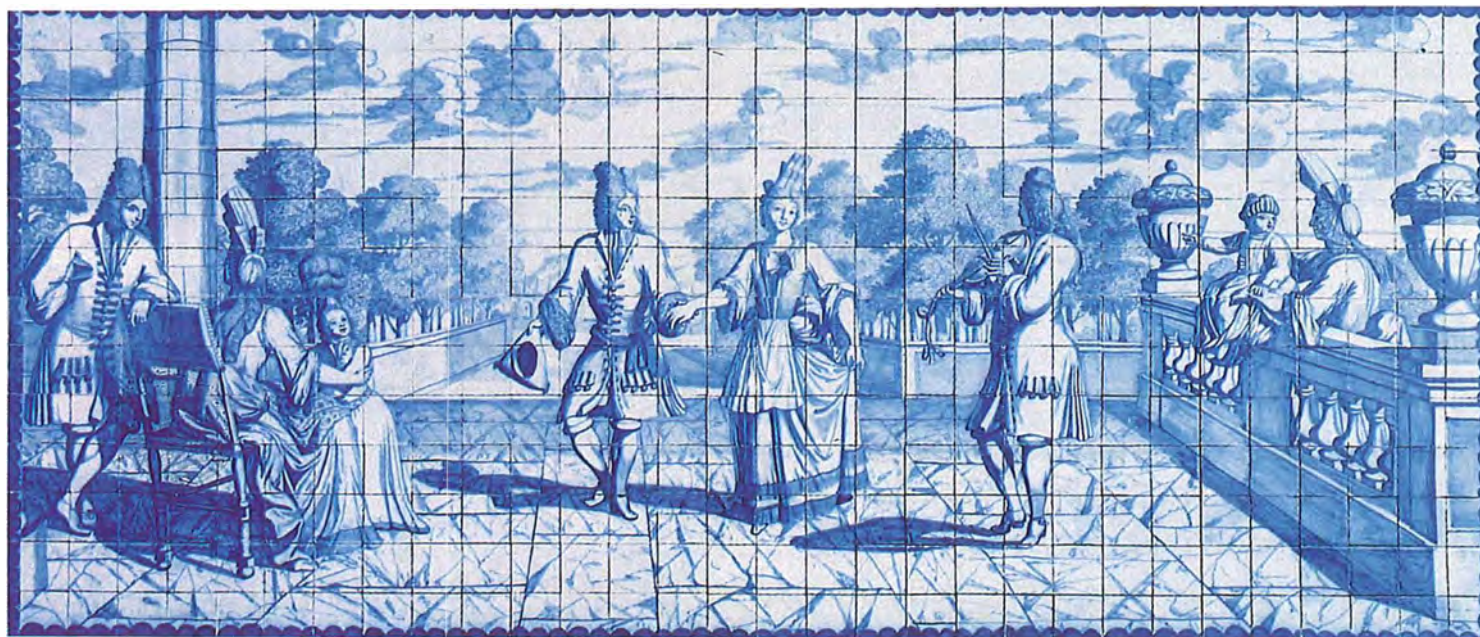
De certo modo Portugal escapava pela tangente a tudo o que pudesse significar um movimento histórico; a própria mediocridade conservadora que lhe era tão cara estava penetrada de um movimento que a duquesa de Abrantes, a mulher de Junot, em 1805, haveria de chamar «à esquerda ou à direita mas, por exemplo, jamais em linha recta». Como ela bem notou, na alta sociedade não existiam categorias. «C'était détestable ou bien parfait.» – diz a duquesa, que, entre muitas bizarras, tem às vezes algumas que coincidem com a verdade. E declara que o tempo de João de Castro, dos Albuquerque e dos Pombal está bem longe, e a sua lembrança extinta. O que predomina em todas as classes, como elo de identificação, é a necessidade de se cumprimentarem, uma espécie de ritual chinês, pela minúcia e demora das expressões que envolvem a família, os criados e o cão. É a senhora de Abrantes que nos dá um

retrato da condessa da Ega, bisneta da marquesa de Távora; o facto de a condessa ser amante do general seu marido impede que ela «tome partido». Ela diz: «Tem talentos, senão de primeira ordem, suficientes para dar prazer, ser útil e divertir-se a si mesmo.» Isto engloba a sociedade literária das Alornas, um misto de devaneio, elegância e aridez letrada. Quanto a Sebastião José, em 1805 era ainda muito respeitado pelos franceses, e a duquesa de Abrantes faz-lhe um elogio rasgado, de mistura com alguns erros históricos. Essa Corte, que fora beata mas galante, era agora uma gaiola de corujas extraordinárias, umas mais feias que as outras e onde se destacava a princesa do Brasil, Carlota Joaquina, uma interessante personagem. Interessante apesar do seu mau gosto, dos seus cabelos sujos, do seu ar de mamarracho, do seu chapéu de homem, o ar fora de moda, a vilania feita uma espécie de terrorismo de casta. Uma tal princesa teria dado muitas dores de cabeça a Pombal; e, se fosse rei, podia ter sido o seu Henrique IV.

Assim, Sebastião José não teve remédio senão «ter medo», ao lado de um soberano medíocre, último e mau representante dos costumes livres que se relacionavam com a fé na glória dos seus antepassados. Ao longo dos capitães da indústria que personificavam um tipo novo: o *self made man*, frio calculista, neoguerreiro para quem a audácia passa pelo cubículo do contabilista e a aventura pelo conselho de administração. Se Sebastião José tivesse podido agir segundo a sua natureza, o país teria entrado em guerra com outras potências; muito pouco impressionado pela quimera da paz social, lançar-se-ia na pura acção, que é agressiva e o contrário do regime das cedências. Mas o seu consulado foi minado pela teoria da autoridade indiscutível, quando a autoridade tem de ser discutível, para permitir aos homens o direito ao irresistível passo para diante.

Fora da sua natureza aristocrata, o ministro só podia entrar no campo da burguesia, e foi isso que lhe deu um tom de ferocidade, tão próprio da ambição raciocinadora. Homem de leis, seria

Lição de Dança. Paineis de azulejos holandeses.
Palácio da Rua dos Mouros, 1707. Museu Nacional
do Azulejo



bem empregue na época revolucionária do terceiro Estado, figurando entre os advogados desconhecidos deputados à Constituinte, notários, procuradores do rei, juizes, gente mergulhada em papéis até aos joelhos; e que contribuíram na Revolução com a sua capacidade administrativa, seu conhecimento de funcionários da ordem jurídica, a sua febre chicanista enormemente treinada nas malhas do direito feudal, tecidas na trama do direito de propriedade. Como Mirabeau, o ministro seria o grande provocador em quem as ambições funcionam como uma mola que faz saltar os velhos parafusos do Estado que asseguravam a grandeza real. O amor-próprio que Sebastião punha nos seus casos litigiosos, com os ingleses, com a Santa Sé, com os jesuítas, só é compreensível se o situarmos entre a gente do antigo direito, extremamente empenhada em fazer valer o seu parecer em causas de aparência inferior ao ardor dispendido com elas. Mas o direito era, por força da sua acumulação de leis produzidas em diferentes sistemas, um pólo irrecusável na vida humana, e as populações, tanto rurais como urbanas, atribuíam-lhe enorme importância.

Sebastião José, até ao fim, representou o prestígio do pequeno jurista de província, obstinado, capaz de perder o sono por uma questão de marcos ou de águas, capaz de trabalhar num cacifo escuro durante vinte horas para escrever a sua minuta, a sua contestação, sempre a mais refinada, a mais estudada e que lhe deixaria nome na comarca. No direito, no seu direito, a indulgência era uma fraqueza; como bom fisiocrata, a Justiça, como o Estado, era o senhor absoluto. Vemo-lo, não sem certa admiração, na sua casa de Pombal convertida em parte em escritório de homem do foro, escrevendo com a pena de rama as suas longas arengas, justificações que nos parecem prolixas e desprovidas de sentido prático, mas que eram o estilo de um direito baseado nos métodos coercivos da prova

jurídica. Só entendemos o comportamento do ministro, já no exílio, como se ele se considerasse parte ainda do Estado, e portanto possuído da cólera benéfica que pune o obstáculo posto ao Estado. Mas os tempos mudavam. O sistema liberal introduzia a noção da liberdade de opinião traduzida pelos partidos, e o próprio crime político seria considerado um acto de revolta isento de infâmia.

Mas as ideias mortas têm um extraordinário poder de se imporem desde o túmulo. O Estado policial que Pina Manique imaginou com tanta perseverança viria despontar em épocas em que o energúmeno ideal tinha que assumir o papel de árbitro da ordem. O Intendente cometeu o erro, muito comum aos medíocres, de achar que a sociedade vive dum discurso metódico, quando ela vive sobretudo do obscuro e do indeterminado.

Também Sebastião José não reconheceu que a legislação dum país se divide sempre numa região clara e noutra que não o é, e que esta última é porventura a mais importante para o progresso dos assuntos humanos.

Agora que esta portentosa figura jaz, autopsiada, com o seu grande coração tornado num músculo frio, vemos que a vida de um homem é feita de inúmeras circulações inacabadas. Tanto a sua estada em Soure, casado com a viúva que raptara a uma família prepotente, como a permanência na Corte de St. James ou de Viena, foram lances incompletos dos quais transitou para outros de que nunca teve propriamente a chave.

É estranho: acusado de ateísmo, o ministro comportou-se como um eclesiástico, dando à educação das consciências um valor algo exagerado, e procurando incutir no príncipe herdeiro princípios que, pela sua quimérica força moral, evitassem conflitos futuros e se derramassem sobre a nação as benesses da doutrina da harmonia. No fim de contas, Sebastião José era um pragmático ao querer combater o fanatismo com a

Antônio José de Souza M. S. M. S.

Conde de Oeyras.

Marquês de Pombal

verdade – e um pragmático de inferior qualidade. Não se encontra esta fixação à verdade senão naqueles que muito viveram a servidão e a mudam em novos hábitos servis. Não se sabe se um homem pobre e ambicioso consegue alguma vez esquecer as desfeitas experimentais, e se tudo o que sonha e pratica não é afinal a maneira de esquecer os golpes amargos que sofreu.

De qualquer maneira, o nosso orgulho é um guia de cegos – ou nos salva ou nos perde, mas

sempre nos engana. Entre o jovem fidalgo que andava pelos caminhos de Soure como um vagabundo, levado até à extremidade de roubar um cavalo por uma hora, e aquele ministro no seu desterro, ainda pronto a justificar-se, a defender-se, um tanto estranho à realidade da morte, não há um reinado, uma nação, uma medida de tempo.

Há só o homem e o enigma; e o nome escrito em papéis.

Marquês de Pombal: um governante controverso

António Pedro Vicente



Retrato do Marquês de Pombal, gravura de C. Legrand. Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

FIGURA CONTROVERSA, DUZENTOS ANOS APÓS A SUA morte, continua a merecer um estudo cuidado que ajude a clarificar o todo da sua acção, como estadista e como homem. Tendo nascido em 1699 e falecido em 1782, a sua existência atravessa, praticamente, todo o século XVIII. Por essa razão a historiografia portuguesa que se debruça sobre essa época salienta com acutilância o período ante e pós Pombal. Quase três decénios de governo em que se deram acontecimentos relevantes no campo social, económico, militar e cultural, com mutações em certas medidas radicais no âmbito desses sectores, necessariamente tornam esta figura um campo aberto às mais variadas especulações.

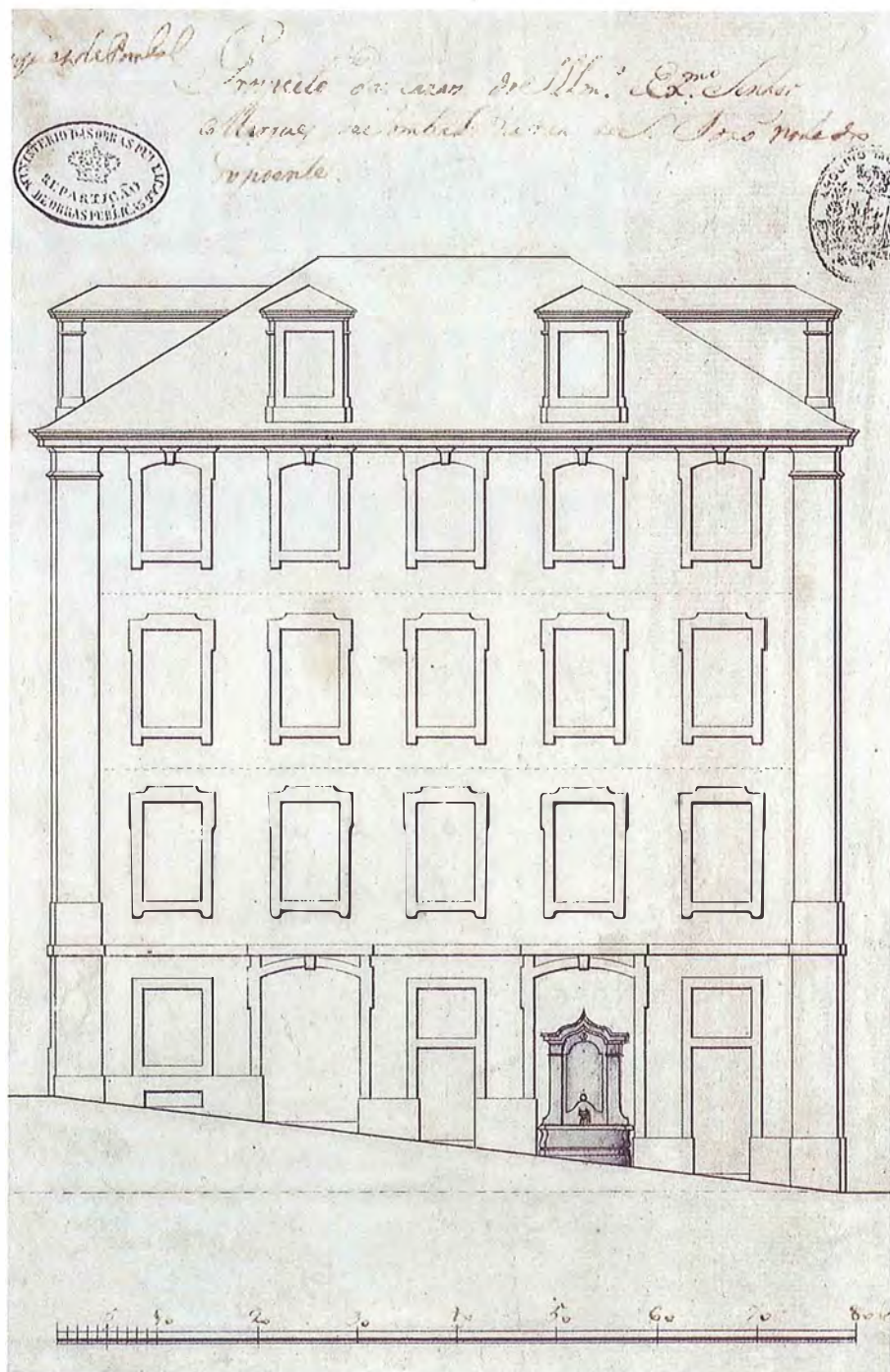
Diversos aspectos esclarecedores da sua biografia estão estudados. Referimos os anos que sucedem a 1740. Até aí pouca documentação existe para clarificar aspectos da sua mocidade, estudos e formação. Sabe-se do seu primeiro casamento com uma senhora da nobreza, viúva, mais velha que ele, com meios de fortuna, mas com ligações suficientes na sociedade e nos meios governamentais para vir a ser nomeado para um cargo diplomático.

Para além de ter convivido numa sociedade desenvolvida como a Inglaterra, aí prestou serviço ao conseguir isenções para os comerciantes portugueses em Londres semelhantes às dos ingleses em Portugal. Teria, igualmente, contribuído para o reconhecimento dos direitos que tinham as autoridades do seu país para punir os excessos praticados pelos capitães de navios ingleses nas costas portuguesas. No entanto, as instituições liberais inglesas não o teriam influenciado. Aí adquiriu, contudo, algum treino em ciência administrativa. Foi, depois, enviado a Viena de Áustria ao eclodir, entre esta Corte e a de Roma, uma discórdia relativa aos direitos de *nomina* da cúria, na qual o governo português se viu envolvido como mediador. Estava-se no ano de 1745, e Sebastião José de Carvalho conseguiu

sanar algumas quezílias entre as duas cortes e edificar as bases de um tratado e enfraquecer novas dissensões entre Francisco I e o Papa Benedito XIV. Em Viena casou com uma senhora da nobreza local – Ernestina de Daun – filha de um conde e marechal general. Esse casamento, contrariado de início pela família da noiva, veio a ter lugar, em parte, devido à interferência da rainha portuguesa D. Maria de Áustria, a qual confirmou a ascendência nobre do diplomata português.

Com a ascensão ao trono de D. José, a rainha viúva vem a ter influência decisiva na nomeação de Sebastião de Carvalho e Melo para o novo governo que se ia formar. Aliás, a nova mulher do futuro estadista era dama de honor de D. Maria Ana. Assim, em Agosto de 1750, Carvalho e Melo é o novo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

A enorme preponderância que, em breve, iria adquirir, tem sido motivo dos mais variados «alvitre» por parte dos seus biógrafos. Parece, no entanto, que a sua ascensão na hierarquia governativa tem uma explicação relativamente simples, entroncando-se na sua vontade férrea, energia, talento e capacidade de decisão. A somar a todas estas características deve acrescentar-se o conhecimento que lhe havia sido prodigalizado pelo contacto que tivera com os novos conceitos de administração e vivência social nas suas funções além-fronteiras. Possuidor de uma personalidade característica de quem não recua perante as maiores barreiras, optou, desde cedo, pela reforma do seu próprio país. A formação e consolidação das grandes potências, no decorrer do século XVIII, devem ter feito sentir ao futuro Marquês de Pombal a necessidade de fazer comparecer Portugal com os inícios mais elevados da civilização europeia. Fortificar o poder real tendo em vista a introdução de alterações profundas no regime de Estado parece ter sido a razão que irá cimentar a sua forma de actuação e a



*Prospecto das cazas do illustrissimo
e excellentissimo senhor Marquez de Pombal,
na rua de S. João no lado do Poente.
Assinado Marquês de Pombal,
in Cartulário Pombalino,
Arquivo Municipal de Lisboa*

*Frontispício das Memórias das Principaes
Providencias, que se derão no Terremoto, que
padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755.
Biblioteca Nacional de Lisboa*

obstinação que conferiu ao seu governo nos quase três decénios que se seguiram.

Nos primeiros anos do seu governo, quando do terramoto de Lisboa de 1755, a forma como agiu serviu para demonstrar a capacidade do governante ao obviar às consequências brutais do sinistro. As providências que tomou, sintetizadas na frase que lhe é atribuída «enterrar os mortos e cuidar dos vivos» denotam um espírito prático e actuante na resolução de dificuldades, e ajudam a compreender a sua ascensão no tablado político. Efectivamente a posição enérgica e eficaz que tomou conferiu confiança à população e contribuiu para o fazer respeitar como governante.

Sebastião José de Carvalho e Melo fica na história como figura controversa. Os seus biógrafos, ao classificarem globalmente a sua acção

através de uma só faceta dessa mesma actuação, esquecem a multiplicidade de factores que envolvem a análise da sua obra.

A sua figura deve inserir-se na época em que viveu e nas circunstâncias que rodearam o ambiente histórico que determinou a sua actuação. Os antagonismos inerentes a certas das suas reformas e a herança social que marcou o país onde exerceu a sua acção, devem afastar uma tentativa de classificação rígida do seu modo de governar. Historiadores como Lúcio de Azevedo que consideram toda a sua obra subordinada ao ódio aos jesuítas, e escritores como Camilo Castelo Branco que traçam o perfil de um déspota, são contributos para alimentar essa controvérsia.

Ao observar-se a política de Pombal no sector económico, tem-se a noção do valor por ele conferido à Inglaterra como país aliado e da sua utilidade para o comércio português. No Brasil começava a escassear a recolha aurífera, bem como outros produtos de origem ultramarina que, tradicionalmente abasteciam o mercado nacional e serviam à Inglaterra. «Portugal não tem outros inimigos que não sejam os inimigos da Inglaterra», afirmava Pombal, consciente da situação do seu país face aos interesses internacionais.

As «Aulas de Comércio» que se fundaram e o plano de reforma do Real Erário, bem como a Criação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro são, em parte, acções determinadas pela necessidade de equilibrar as contas no comércio entre os dois países. Contudo, os meios de que se serviu, ao reprimir os que se opunham aos seus desígnios, criaram sequelas que irão alimentar negativamente a sua imagem. A propósito da preponderância que os jesuítas adquiriram na colónia do Brasil ultrapassando uma acção religiosa para se imiscuírem nos meandros da política social, Pombal iniciou uma luta tenaz, em etapas sucessivas e bem calculadas, que culmina com a expul-

MEMORIAS
DAS PRINCIPAES
PROVIDENCIAS,
QUE SE DERAÕ NO TERREMOTO,
que padeceo a Corte de Lisboa no anno
de 1755,
ORDENADAS, E OFFERECIDAS
A' MAGESTADE FIDELISSIMA DE ELREY
D. JOSEPH I.
NOSSO SENHOR
POR AMADOR PATRICIO DE LISBOA



M. DCC. LVIII.

(Fundo Geral, n. 723)

são da Companhia de Jesus de Portugal, de França e de Espanha, sendo mais tarde abolida, pelo Breve Papal *Dominus Redemptor*. Um sector importante da Igreja vê, assim, gorada qualquer veleidade de oposição à administração pombalina. Por muitos acusado de descurar a organização e apetrechamento do exército é, no entanto, durante o governo de Pombal que, aceitando a interferência inglesa, vem para Portugal o conde de Lippe, cuja actuação no sentido da criação de estruturas novas no seio militar se repercutiu por muito tempo. Por essa altura (1762) Pombal, mais uma vez, se manteria fiel à aliança inglesa quando se viu ameaçado pela invasão espanhola e francesa, como resultado dos acordos decorrentes do «Pacto de Família». A conspiração dos fidalgos (1758) foi outra das acções marcantes da política pombalina. Não se tendo aclarado, até hoje, a culpa efectiva de cada um dos réus, fica por esclarecer os desígnios que o teriam levado a fazer executar a mais brutal sentença condenatória que teve lugar em Portugal. A acusação de atentado contra a pessoa do rei e o processo que posteriormente se levantou, se por um lado se pode inserir no âmbito da sua política de consolidação do poder régio, não deixa contudo de constituir um traço nefasto perante qualquer análise a que seja sujeita a acção deste dirigente. A necessária restrição dos poderes da Igreja e de certas casas nobres, com ligações internacionais e ultramarinas num caso e ramificações familiares poderosas noutro, é justificada por certos investigadores que aí vislumbram uma poderosa barreira à prossecução duma política visando o absolutismo real.

A instalação das indústrias durante o seu governo e a sua distribuição territorial relacionar-se-ia, geralmente, com a necessidade de criação de novas fontes de riqueza perante a escassez que, já desde D. João V, havia começado a manifestar-se. Deve, pois, ser analisada como uma tentativa de diminuir as importações estrangeiras e da

mesma maneira deve ser observada a sua criação de companhias de feição monopolista.

Numa última fase do seu governo Pombal – a exemplo dos déspotas esclarecidos ou dos iluministas franceses – conduziu uma política de remodelação do ensino. Assim, depois da Aula do Comércio e do Real Colégio dos Nobres, este para educação dos meninos fidalgos, confere à Real Mesa Censória jurisdição sobre colégios e outros estabelecimentos de ensino, criados ou a criar para os primeiros estudos. Esclarece-se que muita desta legislação visava substituir a direcção dos estudos que tinha sido entregue aos jesuítas. A Reforma da Universidade de Coimbra, de 1772, é, talvez, a obra mais saliente no âmbito



Frontispício dos Estatutos da Universidade de Coimbra, 1772. Biblioteca Nacional de Lisboa



Palácio dos Carvalhos.
Lambriel de azulejos com panóplia de armas.
Fotografia Unidade de Projecto
do Bairro Alto e da Bica

sua política de renovação do ensino. Na Universidade portuguesa uma reforma de cariz renascentista tivera lugar dois séculos antes. Agora irá instituir-se o estudo das ciências exactas e da natureza. Novas correntes de pensamento no campo jurídico passarão a ser ensinadas numa mudança radical do tipo de ensino, a marcar positivamente o seu governo. Com a morte de D. José inicia-se o calvário do Marquês de Pombal. Os perseguidos e os que se sentiam lesados iriam formar a massa imensa dos que contribuirão para a sua derrocada. Acusações graves de prepotência, de actos brutais exercidos para

imposição das suas determinações, serão emitidas. A Igreja perseguida, as casas nobres lesadas, as famílias dos pescadores da Trafaria, a mole humana que via agora as portas dos cárceres abertas, juntaram-se ao clamor das queixas. Um processo e a consequente condenação, o desterro e a doença que em breve se declara atormentarão os últimos dias do velho governante. A par das reformas e inovações de que foi indiscutivelmente obreiro, Pombal havia exercido o seu governo com a mais inexcusável dureza. Não foi condenado à morte devido à sua idade e, talvez aos sentimentos religiosos da rainha D. Maria. Na veemente defesa que opôs aos seus acusadores, culpou o rei dos actos que lhe eram imputados, numa atitude que pouco o enobreceu.

Lesionou, com acutilância, algumas casas nobres, mas não toda a nobreza. Perseguiu sectores da Igreja, mas não o conjunto da Igreja portuguesa. Apreendendo a parte como um todo, certas correntes liberais do século XIX transformaram Pombal no herói e condutor das suas ideologias. Porque atacou a Companhia de Jesus, a cruzada antijesuíta dos republicanos erigiu-lhe a mais grandiosa estátua de Lisboa. Porque destruiu algumas famílias poderosas foi, para muitos, o caudilho da protecção à burguesia e, assim, na primeira como na última linha deste «retrato» reafirma-se a falta de objectividade que norteia os estudos sobre Pombal. Independentemente de ter sido bom ou mau governante, foi claramente déspota, tirano em muitas das suas acções, mas foi também um reformador e, sobretudo, o precursor do Portugal moderno.

Ajustar a sua biografia a ideias preconcebidas é a maneira mais acessível de elaborar a sua história. Não é, no entanto, a mais científica. Pombal foi, efectivamente, um político controverso que deve ser compreendido e explicado no contexto do seu tempo e nos limites territoriais onde exerceu a sua acção.

O Anjo da Guarda do Marquês de Pombal

José Esteves Pereira

EM 1775, SAIU IMPRESSO NA RÉGIA OFICINA TIPOGRÁFICA um opúsculo apologético, de autor anónimo, intitulado *PRECES E VOTOS DA NAÇÃO PORTUGUEZA AO ANJO DA GUARDA DO MARQUEZ DE POMBAL*. Sabemos que foi escrito por António Pereira de Figueiredo (1725-1797), o principal teórico do regalismo pombalino. Não se trata de mais um dos inúmeros textos de desagravo surgidos na altura em que parece ter sido urdida uma conspiração para matar o Marquês de Pombal protagonizada por um genovês, Giambattista Pelle. De facto, o conteúdo do escrito do oratoriano Pereira de Figueiredo assume especial significado pela invocação que nele é feito do Anjo Custódio de Portugal, elemento simbólico da representação do poder enquanto este é assistido por Deus.

Trata-se de uma composição literária onde, aparentemente, apenas se amplifica o que se poderia desejar do apoio celestial no exercício do Poder, não pertencendo o texto, em todo o caso, ao conjunto das deificações e heroicidades dos Príncipes (embora aqui esteja em causa, sobretudo, o ministro Pombal) que se manifesta ao longo da história europeia e que assumiu particular significado com Luís XIV e a sua identificação com Alexandre Magno.¹ No entanto, o modo como é construído o discurso das *Preces e Votos* converge, inequivocamente, para a representação da sacralização do poder régio absoluto em que tanto se verifica a expressão assumida do jusdivinismo e do regalismo, como se depreende uma atitude defensiva com a exorcização do Mal, em que os jesuítas não podiam deixar de ser os réus da história.

As razões da apologia

A circunstância que motivou o opúsculo, de carácter nitidamente oficial, prende-se, como já foi dito, com o atentado que, alegadamente, se preparava tendo como alvo o todo poderoso ministro de D. José I António Pereira de Figuei-

Alegoria da Glória do Marquês de Pombal,
gravura anónima.
Biblioteca Nacional de Lisboa



redo avançou, porém, nas suas considerações panegíricas, a certeza da cumplicidade dos jesuítas. Não será demais sublinhar que a Companhia de Jesus estava já extinta pelo breve de Clemente XIV, *Dominus ac Redemptoribus*, de 23 de Julho de 1773 e, em Portugal, os seus religiosos tinham sido expulsos há perto de um quarto de século. Mas, o processo político e mental era permanentemente avivado como se pode verificar no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, de 1771, onde aparecem consignados os vários «estrágos» produzidos pelos inactivos. E assim, a par da autoria mais directa do atentado, realçava-se a perniciosidade mortal dos jesuítas para a sociedade portuguesa. Entretanto, o genovês foi julgado sem qualquer possibilidade de defesa, sentenciado em 9 de Outubro de 1775 e imediatamente executado, na Junqueira, com requintes de crueldade, tendo sido os seus despojos queimados.

Este pequeno enquadramento dos acontecimentos torna-se necessário para uma melhor compreensão das *Preces e Votos*, como veremos.

Teorização política e representação do poder

Na argumentação, sem dúvida apologética, verifica-se o espelhamento simbólico da teorização e acção políticas e de uma bem definida cultura de poder centrada no Ministro de D. José, sobre cuja figura Pereira de Figueiredo não hesita em dizer que lhe assiste um Anjo Príncipe para bem do Paraíso da Europa que é o Portugal pombalino.

O estilo, exteriormente laudatório, encobre uma apreciação rica sobre a *representação* do poder é, até, sobre a sua legibilidade mais popular, sem perder de vista o pano de fundo de uma teoria e prática políticas. Por isso mesmo, antes de irmos ao encontro do Anjo da Guarda do Marquês de Pombal, importa reter o seguinte. Em 1775, estamos no auge do exercício do poder

pombalino, nas vésperas, também, de uma afirmação de Estado no contexto da política europeia. No plano jurídico, com a Lei da Boa Razão (1769), encontrara-se um instrumento essencial para interpretação e integração das lacunas do direito pátrio. Além disto, o invocar da Razão, como expressão de poder esclarecido, toma um lugar crescentemente preponderante para reiterar a acção política Nas *Preces e Votos*, expondo-se os jesuítas, invoca-se o Altíssimo e denunciam-se as más acções dos que «pretendem, e procuram com o último empenho, e esforço tirar a vida ao mesmo Marquez de Pombal, pelos modos mais astutos, mais cruéis, mais imprevistos; sem entretanto os refrear e coibir nem a santidade, e severidade das minhas Leis; nem os ditames da Razão Natural.»²

Mas a racionalidade do poder, que deve ser legitimada, exige a sua sacralização, e é neste contexto que a injunção da transcendência presente na pequena obra apologética de António Pereira de Figueiredo adquire mais significado.

Pombal salvara-se por intercessão do seu Anjo da Guarda. Mas, que Anjo da Guarda?

A tutela ou custódia do Anjo sobre os povos está presente na simbólica do Poder. A protecção divina estende-se a cada um dos homens, ou apenas aos eleitos, por intermédio de potências subordinadas à autoridade de Deus que tanto pode favorecer ou não os mortais. Esta protecção viria a estender-se, na fortíssima tradição paulina, aos povos e às nações. Aceita-se o apoio, ao mesmo tempo angélico e político, do exército divino que se dobra de mensageiro, na acepção mais colada à palavra grega *angelos* como expressão simbólica do poder espiritual, devendo acrescentar-se, ainda, o seu papel esclarecedor dos homens e das nações.

António Pereira de Figueiredo, o principal teorizador do regalismo pombalino, adverte-nos sobre a questão angélica: «É teologia certa, e

corrente, que não só a cada homem, mas também a cada Reino, assinou a Providência de Deus um Anjo por Tutelar.»³ Recorrendo ao Antigo Testamento afirma que «o Altíssimo dividiu as Nações e separou uns dos outros os filhos de Adão, logo, segundo o número das Regiões, e Províncias, destinou outros tantos Anjos de Deus.»⁴

A sacralização do poder, que sucede à separação crescente do Sacerdócio e do Império, foi intensamente discutida, sobretudo a partir do século XVII. Entre outras obras que nos interessam para esta questão refiram-se autores como Nicolau de Hontheim (Febrônio), Zeger van Espen e o próprio Pereira de Figueiredo, onde se procede a uma avocação acrescida de signos vinculadores de um exercício régio de fundamento jus-divinista.

A sacralização do poder pombalino no contexto do regalismo

Quanto à avocação simbólica, no texto de António Pereira de Figueiredo deparamos com uma formulação menos presa à teorização jurídica e jus-canónica do autor. Na legitimação sacralizadora do exercício do poder pombalino que transparece nas *Preces e Votos* aparece-nos, por um lado, a figura do soberano, D. José, o segundo David e, por outro lado, de modo mais veemente, a mensagem do divino pela voz dedicada, pelo conselho íntimo propiciado pelo Altíssimo ao Marquês ao mesmo tempo que, implicitamente, se assegura a incolumidade do Ministro, mercê da bondade do espírito celestial: «Trata-se da incolumidade, e segurança não de algum Homem inútil, cuja vida importe pouco à República, mas da incolumidade, e segurança de um Ministro, a quem eu com especial Providência mandei ao Mundo, e escolhi nestes últimos tempos de tanta calamidade, e corrupção; para que estando ao lado de D. JOSÉ, Rei de Portugal, como seu primeiro Ministro; procurasse reparar



os gravíssimos danos, e estragos, que por espaço de dois séculos amontoou a malícia de uns Homens tão ingratos.»⁵

Mas, como identificar o anjo salvador e conselheiro? Pereira de Figueiredo interroga:

1. Será o Grande Anjo (Génese, III, 24) que expulsa Adão do Paraíso proibindo-o com uma espada a nele entrar?⁶ Logo o ex-padre Néri avança com algumas suposições. Se fosse tal potestade simbolizaria, quiçá, a Espada da Razão e da Autoridade Régia. É interessante seguir o jogo metafórico. A acção régia josefino-pombalina, virtuosamente, expulsara os prevaricadores jesuítas transformando Portugal no Paraíso da Europa.⁷ A este propósito, não se pode esquecer o impacto europeu que teve a decisão de expulsar os jesuítas e a internacionalização das próprias teses regalistas pereirianas que mereceriam especial atenção por parte das *Nouvelles Eclésiastiques*, órgão jansenista.⁸

2. Seria o Anjo do Êxodo (XIII, 21) que conduziu pelo deserto o povo de Deus protegendo-o contra a inclemência do Sol e abrindo-lhe o caminho, na Noite, como um facho?⁹

Talvez fosse concorde à acção pombalina este sinal do Anjo já que, Pombal (cliente do Anjo e da protecção divina) ia propiciando quer a construção (material) que abriga os súbditos, quer os ditames do poder (espiritual) esclarecido mediante leis iluminadas.

3. Ou, em configuração mais aceite, de sentido neotestamentário, surgiria o Anjo de entre a celestial Milícia como Miguel, Rafael ou Gabriel?¹⁰

Pereira de Figueiredo suspende a sua indagação valorizando a própria ocultação do nome, mas não do poder da sua natureza, como veremos. A ocultação do nome aumenta para o admirador de Pombal o significado da injunção tute-

lar, a própria grandeza do arcano face ao eleito. O velamento propositado na inquirição exegética permite-lhe magnificar o Anjo concluindo pois que para o Restaurador (magnânimo), Defensor (intrépido) e Herói (inigualável) só se revela adequada a protecção e a assistência única de um Anjo Príncipe, de um ARCANJO, passando o Padre Figueiredo, sem mais delongas, à estratégia de uma dúvida que prevemos vir a ser imediatamente esclarecida:

«E quem pode duvidar ser um mesmo o Anjo Custódio de Portugal, e o Anjo Custódio do nosso Marquez?»¹¹

Ao lado da especulação angeliológica, Pereira de Figueiredo não deixará de lembrar vinte e cinco anos de «estupendas obras e acção de um magnânimo Rei e de um Magistério inspirado, guiado, favorecido, e protegido do invencível



Alegoria do Marquês de Pombal,
desenho de António Fernandes Rodrigues
e gravura de Selphen Fessard, c. 1762.
Biblioteca Nacional de Lisboa

influxo e poderoso socorro de algumas das Celestiais Inteligências mais próximas ao lume inacessível da Divindade». ¹² As Luzes da acção política reflectem, penso que sem margem para dúvidas, como já foi tratado – entre muitas outras incidências interpretativas – a Ilustração (ou as Luzes) de sinal cristão, apostadas no acrisolamento espiritual, contemporâneo das interpretações teológicas e jus-canónicas oriundas das discussões sobre o Sacerdócio e o Império. ¹³ Encontramos, também, na representação de um poder directamente recebido de Deus, exercido no silêncio da consciência, no intimismo espiritual filo-jansenista.

A questão jesuíta

As *Preces e Votos*, é bom não esquecer, são motivadas por uma ocorrência que tem sido motivo de distintas valorações atendendo ao confronto das justificáveis razões de Estado ou da forma brutal como Sebastião José de Carvalho e Melo, em várias ocasiões, exerceu o poder. Mais tarde, em 1777, nas sátiras antipombalinas se havia de invocar, simbolicamente, a intervenção «de Maria» que resgataria Portugal da influência nefasta do demoníaco ministro. ¹⁴ De momento, nos fins do ano memorável de 1775, o Anjo «falava» a Pombal legitimando a expulsão dos jesuítas. A negação total de presuntivas virtudes da acção dos filhos de Loiola permitem a emergência, em luminoso contraponto, de uma sociedade perfeita e realmente cristã, ou seja, aquela que foi disposta pelo pombalismo e aceite por quase todos os seus súbditos. Quase... É que os jesuítas, embora afastados fisicamente do Reino, devem considerar-se excluídos sem direito a participar no canto colectivo redizendo o salmo [90(91)], o salmo do poder abençoado. ¹⁵ Por esse facto, o Padre Pereira de Figueiredo reforça, de seguida, a perigosidade jesuíta:

«E vós, ó Homens perdidos, Homens abandonados às depravações da raiva, e da desespe-

PRECES, E VOTOS DA NAÇÃO PORTUGUEZA A O ANJO DA GUARDA DO MARQUEZ DE POMBAL.



LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

ANNO MDCCLXXV.
Com Licença da Real Mesa Censúria.

PRECES, E VOTOS DA NAÇÃO PORTUGUEZA.

QUOD EST TIBI NOMEN, UT HONOREMUS TE?
CUR QUÆRIS NOMEN MEUM, QUOD EST MIRABILE?

Judic. XIII. 17. 18.

Dizei-nos que Nome he o vosso, para vos rendermos as Graças?

Para que me perguntais o meu Nome, que por isso mesmo que he occulto, he admiravel?

Livro dos Juizes, cap. XIII. vers. 17. 18.



ANJO santo, Anjo forte, Anjo immortal; Anjo destinado pelo Altíssimo para Tutelar de huma vida, de que dependem tantas vidas; Anjo dado por Guarda ao illustre, e pio Marquez de Pombal, por quem vive a Religião, a Justiça, a Literatura, a Authoridade, o Respeito, o Credito, a Honra, a Paz, a Segurança, a Felicidade de toda a Nação Portuguesa: Dizei-nos quem sois, como vos chamais, que Nome he o vosso? Todos os que nos prezamos de bons Portuguezes, elimáramos mais que tudo saber, a quem havíamos de tributar os nossos obsequios, e render as devidas Graças, pelo singular, e inextimavel Beneficio, que de proximo nos fizestes, livrando-nos, e conservando-nos sal-

salvo da ruína imminente o nosso Restaurador magnânimo, o nosso Defensor intrépido, o nosso Heróe sem igual.

Sereis por ventura o grande Anjo, que depois de expulsar do Paraíso da Ásia o primeiro Prevaricador, que houve no Mundo; lhe ficou prohibindo com huma Espada de Fogo a entrada nelle (*)? O vosso Cliente armado tambem da Espada da Razão, e da Authoridade Regia, foi o que expulsou de Portugal, que he o Paraíso da Europa, os primeiros, isto he, os mais insignes Prevaricadores, que vio a nossa idade; e o que para não tornarem já mais a entrar nelle, espera que em todos os seculos lhes haja de servir de obstaculo invencivel, e inauferivel, a mesma memoria, e respeito do seu nome. Sereis o que de dia com huma Columna de Nuvem na mão, como Umrélla contra o Sol; e de noite com outra Columna de Fogo, como Facho, conduzio pelo Deserto o Povo de Deos (*)? O vosso Cliente nascido sem dúvida para trazer ao seu Povo tudo o que era commodidade, e proveito; ora se occupa em lhe construir magnificos, e sumptuosos Teólos, que o defendam dos ardores do dia; ora em o allumiar com a brilhante Tócha dos seus Distames, e Doutrinas, para que não erre, nem se precipite no meio das densas Trévas, de que achou cubertos todos os caminhos. Sereis o que em huma noite matou no Exercito de *Semaguerib* cento e oitenta e cinco mil Assyrios, que tinham sitiada por toda a parte a Corte Santa (*)? O vosso Cliente tambem com o seu poderoso Braço destruiu, e anniquilou de hum golpe Oppressores sem número, que desle a idade de nossos Avós conservavam bloqueada, e fechada por todos os Lados a Princeza das Cortes, a

(*) Genes. iii. 24. (†) Exod. xiii. 21. (‡) IV. Reg. xix. 35.

triste Lisboa, o sacrificado Portugal. Sereis o que depois de allugentar da Casa de Sára o maligno Espirito *Afno-deo*, que lhe infestava o Thálamo, e matava todos os Espópos; o prendeo, e ligou por ultimo nos Desertos da Thebaida, para mais não impêcer ao Genero humano (*)? O vosso Cliente tambem com o exterminio de hunos, e com a prízão de outros semelhantes Infestadores das Sociedades, e das Familias, poz em segurança, e repouso as nossas Casas. Sereis algum dos sete grandes Espiritos, que diante do Throno da Divindade estam continuamente fazendo Corte ao Altissimo (*)? Sereis algum dos tres grandes Principes da celestial Milicia, *Miguel*, *Rafael*, ou *Gabriel* (*)?

Sendo innumeravel, e ao nosso modo de entender quasi infinita a multidão destas animadas Estrellas do Firmamento (‡); he coula que não parece carecer de mystério, que só das tres referidas nos declarem o nome as Escrituras Canonicas; regeitando a Igreja de Jesus Christo por Apocryfos todos os mais nomes de Anjos, que lemos no Quarto Livro de *Ezdras*, e na Profecia attribuida a *Henoc*. Quanto porém o vosso Nome he para Nós mais occulto, tanto he mais admiravel. A altura, e profundidade do Ser Divino, a que a Natureza Angelica he immediata, são as que fazem inacessivel ao nosso conhecimento tudo o que a elle mais se aproxima. Até os Gentios chegaram a alcançar, que a mesma occultação dos nomes fazia mais respeitaveis os seus Tutelares. (†)

Quem quer porém que Vós sejais, eu tenho por certo, que sois hum Anjo de Jerarquia superior, hum Anjo

B

Prin-

(*) Tob. viii. 3. (†) Tob. xii. 15. (‡) Dan. x. 13.
(§) Apocal. i. 20. *Septem Stelle Angeli sunt septem Ecclesiarum.*
(||) Plin. xxviii. 2. *Durum in Pontificum Disciplina id sacrum. Constatque illo occultatum, in cujus Dei tutela Roma esset, nequi hostium simili modo agerent.*

Principe; como dado por Custodio a hum Homem de superior ordem; a hum Homem Heróe em tudo o que medita, em tudo o que emprende, em tudo o que executa; a hum Homem encarregado por Deos do Governo, e Administração de hum Reino de vastos Dominios, de vastas Negociações; e especialmente grato, e acceto aos olhos do Altissimo, pela Pureza da Fé, e da Religião, que constantemente professa, e conserva.

He Theologia certa, e corrente, que não só a cada Homem, mas tambem a cada Reino, allinou a Providencia de Deos hum Anjo por Tutor. O Texto do Deuteronomio, segundo a Versão dos Setenta, he entre os Santos Padres de huma, e outra Igreja clarissimo, e terminantissimo: *Tanto que o Altissimo dividio as Nações, e separou huns dos outros os Filhos de Adão, logo, segundo o número das Regiões, e Províncias, destinou outros tantos Anjos de Deos* (*). No Livro de Daniel ainda he muito mais illustre a alteiração, que teve o Anjo do Povo Israelitico com o Anjo dos Persas (†). Nos Actos dos Apóstolos a appareição do Anjo de Macedonia a S. Paulo (‡). No Apocalypse os Anjos das sete Igrejas da Ásia Menor (§). Na Historia da Guerra Judaica os Anjos do Templo de Jerusaleim. (||)

Acrescenta o grande Bispo da Eufrestasia, e Santo Padre Theodoro, que os Guardas dos Homens são de ordinario da Classe dos que chamamos simplesmente *Anjos*; os Guardas porém dos Reinos, e Províncias, são da Classe dos que chamamos *Arcanjos*, isto he, Anjos Principes, ou Principes dos Anjos (*). E quem póde duvi-

(*) Deuteron. xxxii. 8. *Quem dividit Altissimi gentes, & separavit filios Adae, assignavit terminos populorum juxta numerum Angelorum d. i.*
(†) Dan. x. 13. (‡) Act. xvi. 9. (§) Apocal. i. 18.
(||) Joseph. de Bel. Jud. xi. 31. (o) Theodor. sobre o cap. x. de Daniel.

dar ser hum mesmo o Anjo Custodio de Portugal, e o Anjo Custodio do nosso Marquez? Todos os que nestes vinte e cinco annos temos presenciado, e admirado as estupendas Obras, e Acções do nosso magnânimo Rey, e Senhor D. JOSÉ o Primeiro; o admiravel acerto na escolha, e condução dos Meios, que era necessario applicar, para se conseguirem tantos Fins altissimos, e importantissimos; o feliz, e glorioso successo de tantos Negocios por extremo difficeis, arduos, e complicados: Não podemos deixar de reconhecer, e confessar com hum respeito-so allombro, ser o actual Ministerio de Portugal hum Ministerio inspirado, guiado, favorecido, e protegido do invencivel influxo, e poderoso soccorro de alguma das celestiaes Intelligencias mais proximas ao Lume inacessivel da Divindade. (†)

E que outra póde ser esta Intelligencia de superior ordem, que o Anjo Tutor do Marquez de Pombal; Anjo sem dúvida de grande conselho para o Cliente, para o Rey, e para o Reino? Que outro porém póde ser este Anjo de grande conselho para todos, que o que para utilidade, augmento, gloria, e esplendor de hum Reino, que está debaixo da sua Guarda; suggere ao mesmo Marquez tantos Pensamentos superiores á commun comprehensão dos Mortaes; tantos Projectos elevados muito sobre a ordinaria condução dos outros Anjos? Concluamos logo, que se he hum *Arcanjo* o Anjo Custodio de Portugal, *Arcanjo* tambem deve ser o Anjo Custodio do que tem a seu cargo o Governo, e Ministerio do mesmo Reino. Concluamos ser hum mesmo o grande Anjo, que com a sua invivel protecção assiste a Portugal; que o que com as celestiaes Luzes, que occultamente comunica ao seu

Mi-

(†) 1. Timoth. vi. 16. *Qui lucem inhabitat inaccessible.*

Ministro, lhe inspira de continuo o inexhaustivel dom de conselho, com que vemos que elle o governa, adianta, nobilita, e engrandece na face de todas as Nações.

Mas dizei-nos já, Anjo santo, Anjo grande, Anjo poderoso: Que Instruções foram as que recebestes do Supremo Senhor, que he Deos dos Exercitos, quando este vos encarregou da tutela, e defensão deste vosso tão illustre Recommendado? Ouve, e attende, Anjo meu, Ministro meu: (Disse o eterno, e omnipotente Provilor de todo o creado) Sabe, que huns certos Homens Apollatas; huns Homens rebeldes; huns Homens obstinados na malicia, e iniquidade; huns Homens, que com as suas desobediencias, soberbas, arrogancias, ambições, cubicas, atrevimentos, infidelidades, perfidias, insultos, sacrilegios, herefias, atrocidades, foram accumulando contra si pelo largo espaço de duzentos annos os furores, e vinganças da minha ira, até o ponto de ferem por Mim abandonados ao ultimo extremo de desesperação, e de cegueira interior: Estes Homens, digo, vendo que o Marquez de Pombal, Ministro recto, sabio, e valeroso do meu segundo David, do meu amado Ungido, do meu José Rey de Portugal; fora o primeiro, que corréra o véo ás suas Hypocrisias, aos seus Embustes, e Elstratagemas, ás suas Maquinações, aos seus horrendos, e abominaveis Planos contra a Pureza da Religião, e da Moral, que meu Unigenito Filho ensinára ao Mundo; contra a obediencia devida, prometida, e jurada aos meus Vigarios; contra a sujeição, e vassallagem, que a todos os Príncipes, e Potestades da Terra tributáram sempre, e mandáram tributar os meus Apostolos; contra a vida dos mesmos Príncipes, e dos seus Magistrados; contra o socego público das Sociedades humanas; contra tudo o que no Mundo ha de mais

mais sagrado, e inviolavel: Estes Homens, torno a dizer, vendo que por estes atrocissimos delictos, accumulados, e convencidos na face de todo o Orbe Catholico, fizera o mesmo Marquez não só expulpar de todo o Reino de Portugal a sua Sociedade; mas tambem abolir, e extinguir da minha Igreja a sua Ordem: Armados agora não de paciencia, e humildade, como convinha á Profissão de Christãos, e muito mais á Profissão Religiosa; mas de furia, e de raiva, como Vafos, que são de contumelia, e de reprovação: Inflammados não em caridade soffredora, benigna, pacifica, e desinteressada; mas em hum odio entranhavel, em hum odio reconcentrado, em hum odio mortal contra o Proximo: Pertendem, e procuram com o ultimo empenho, e esforço tirar a vida ao mesmo Marquez de Pombal, pelos modos mais astutos, mais cruéis, mais imprevisitos: Sem entre-tanto os refrear, e cohibir nem a santidade, e severidade das minhas Leis; nem os Diçlames da Razão Natural; nem os Remórros da propria consciencia; nem, o que he mais, a necessária reflexão, que por força do que experimentam devem ter feito, de que ha muitos annos anda sobre elles a pezada Mão de hum Deos irado, de hum Deos Vingador, de hum Deos Justiceiro.

Tu pois, que por Natureza és Espirito, e na actividade és Fogo abrazador (*); voa neste mesmo instante a desviar do mesmo Marquez toda a filada, e a desfazer qualquer suplantação, que lhe queiram armar os seus, e meus Inimigos. Não o largues em alguma hora, ou momento. De dia, e de noite véla sobre a sua vida. Acompanha-o, avisa-o, defende-o, protege-o.

Trata-se da incolumidade, e segurança não de algum

C

(*) Psal. ciii. 4. Qui facis Angelos tuos spiritus, & ministros tuos ignes urentes.

Homem intuil, cuja vida importe pouco á República; mas da incolumidade, e segurança de hum Ministro, a quem Eu com especial Providencia mandei ao Mundo, e elcolhi nestes ultimos tempos de tanta calamidade, e corrupção; para que estando ao lado de Dom JOSÉ, Rey de Portugal, como seu Primeiro Ministro; procurasse reparar os gravissimos damnos, e eltagos, que por espaço de dous seculos amontou a malicia de huns Homens tão ingratos.

Trata-se da incolumidade, e segurança de hum Reino, que tem por Tynibre a Cruz, e as Chagas de meu Filho Jesus Christo; e que desde o primeiro dia, que nelle entráram os mesmos ingratos Homens, até o em que foram delle exterminados; andou sempre agitado de intrigas, de inquietações, de disturbios, de conjurações, de motins, de attentados, de assolacões, de ruínas.

Trata-se da incolumidade, e segurança de hum Rey, que tem por Throno a Justiça, a Verdade, o Zelo pela minha Honra; de hum Rey, a quem Eu quiz fazer grande, e famoso entre todos os Reis da Terra, dando-lhe por Confidente, e Conselheiro hum Ministro habil; de hum Rey, que no que emprende, e no que consegue, todo o Mundo tem visto, que anda com elle a minha Mão Omnipotente. (*)

O Successo poz em toda a clareza, que a conservação da vida do Marquez de Pombal, foi, e he para o seu grande Anjo Tutelar hum objecto de tanta attenção, e cuidado, como para o Altissimo o foi, e he de huma especial Providencia. O Altissimo mandando, e o Anjo obedecendo, manifestam bem a todo o Portugal, quanto

por

(*) Luc. i. 66. Et ecce natus David rex erat cum illo.

por todos Nós deve ser desejada, e estimada huma vida, de que o Ceo faz tanto caso.

Agora pois, valeroso, e pio Marquez; agora, que a vossa preciosissima vida está encommendada pelo Todo Poderoso á tutela do vosso, e nosso Anjo; agora, que já tão vivivelmente experimentastes os effectos della celestial protecção: Póde já toda a Nação Portuguesa cantar como Epinio o Plaluo do Real Profeta. (*)

1. O que habita no adjutorio do Altissimo, descansará na protecção do Deos do Ceo.

2. Elle mesmo dirá ao Senhor: Vós sois o que me recebestes nos Braços da vossa Providencia; vós o meu Refugio, o meu Deos, em quem sempre esperarei.

3. Porque elle mesmo foi o que me livrou do Laço dos Calladores, e da Palavra mordaz.

4. Elle com as suas Azas te fará sombra; e tu esperarás nas suas Pennas.

5. A sua verdade te cercará como Escudo, para não temeres os Inimigos nocturnos;

6. Nem a setra despedida á tua vista; nem a Negociação tratada no silencio da noite; nem o Assalto, e Demonio do meio dia.

7. Cahirás ao teu lado mil, e á tua direita dez mil; porém o mal não chegará a ti.

3. Tu

(*) Psal. xc. i. Qui habitat in adjutorio Altissimi; in protectione Dei Celi commorabitur.

2. Dixit Dominus: Inceptor meus es tu, & refugium meum; Deus meus sperabo in te.

3. Quoniam ipse liberavit me de laqueo circumantium, & a cunctis assero.

4. Scyllis suis circumdabit tibi, & sub pedibus ejus sperabis.

5. Statu circumdabit te: cecitas ejus, non deridet a timore tuorum.

6. A sepieta volante in die: & a negotio perambulante in tenebris, ab intus & de

manu percutiatis.

7. Cadent a latere tuo mille, & decies milia a dextera tua: ad te autem non appropinquabit.

8. Tu sómente ficarás vendo com os teus olhos o infortunio alheio; e preferirás o castigo dos perversos.

9. Porque disseste: Vós, Senhor, faze a minha Esperança; vós o que puzestes muito alto o vosso Refugio.

10. Não chegará a ti o mal; nem o flagello entrará em tua Casa.

11. Porque o Senhor mandou aos seus Anjos, que te guardem em todos os teus caminhos.

12. Elles pois te sustentarão em seus Braços, para não succeder, que cahindo, firas na pedra o teu pé.

13. Andarás sobre o Aspidé, e sobre o Basilisco; e pizarás o Leão, e o Dragão.

14. Porque elle esperou em Mim, Eu o livrarei; e porque conheceo meu nome, Eu o protegerei.

15. Elle clamará por Mim, e Eu o ouvirei: com elle estou na mesma occasião do perigo, e do trabalho; livrallo-hei, e glorificallo-hei.

16. Enchello-hei de dias prolongados; e no fim mostrar-lhe-hei o meu Salvador.

E vós, ó Homens perdidos, Homens abandonados ás depravações da raiva, e da desesperação; que importa que procuralleis encubrir-vos com as sombras da noite, e do engano; se o dedo da Providencia vos está mostrando pel's públicos Factos authorizados na Sentença de nove de Outubro deste presente anno: Que vós fostes os ver-

8. Verumtamen desuit tuis considerabit, & retributionem peccatorum reddet.
9. Quoniam tu ei, Domine, sperata, alius tunc posuisti refugium tuum.
10. Non accedet ad te malum; & flagellum non apprehensum est in domum tuam.
11. Quoniam Angeli tui custodiant te, ut custodiant te in manibus suis tuis.
12. In manibus portabunt te, ne forte offendas ad lapidem pedem tuum.
13. Super aspidem & basiliscum ambulabis; & conculcabis leonem & draconem.
14. Quoniam in me speravit, liberabo eum; protegam eum, quoniam cognovit nomen meum.
15. Clamabit ad me, & ego exaudiam eum; cum ipso sum in tribulatione: eripiam eum, & glorificabo eum.
16. Longinqua dixerunt reprobo eum, & ostendit illi salutem meam.

dadeiros Réos da abominavel conjuração, que a Suprema Junta da Inconfidencia mandou castigar na Pessoa do malvado Monstro *João Baptista Pêlle*?

Se o argumento, que se deduz a *sufficienti partium enumeratione*, he válido, e he concludente por toda a Razão Natural, e Juridica: Dizei-me qual he em toda a Igreja de Deos a Communidade do Clero Secular, ou Regular; qual he nos Reinos, e Estados da Terra a Sociedade de Homens Civis; qual he ainda entre os mesmos Infieis guiados sómente pelo Lume da Razão Natural; qual he; qual he, digo, aquella Universalidade de Gentes, que estabeleceu no Mundo por Doutrina, e pratica-se por hum Systema commum, uniforme, e successivamente seguido por mais de dous seculos; fazer allastinar os Papas, os Reys, os Principes do Seculo, os Cardeaes, os Prelados Diecefanos, e os Ministros de Estado; quando achou que allim era util aos seus ilícitos Fins; e mundanos interesses?

Se he preciso cederem as vossas maliciosissimas cautelas á evidencia, de que a vossa Sociedade foi até o dia de hoje a unica, contra o Commum da qual se acha exuberantemente concluido o detestavel, e péssimo costume de tão execrandas maldades: Por elle conclue igualmente a poderosa Presumpção de Direito com a plenissima Prova, que ella contém por sua natureza; que vós fostes os certos, e indubitaveis Mandantes de tão abominavel delicto; e que o Mandatario julgado só foi hum fervil, e infame Instrumento da vossa sempre até agora implacavel vingança.

Se a verosimilidade, e a inverosimilidade, são os dous Pólos, que fixam a segurança das Provas: Ambas ellas confirmam exuberantemente, que nenhuma outra

D Cor-

Corporação do Orbe conhecido, que não fosse o vosso façanhoso Synedrío; podia conceber a idéa do artificioso Estratagemma, com que escolhestes o dia mais fausto, e plausível, que tinha amanhecido á Corte de Lisboa; para o denigrardes, e horrorizardes com hum tão espantoso Catástrofe, como o que maquinastes com o fim, de que toda a grande parte Popular das duzentas mil Pessoas, que enchiam a Real Praça do Commercio naquellê faustissimo dia; primeiro sorprendida por hum tão repentino Fenomeno, cuja causa necessariamente devia ignorar; e logo depois agitada pelo Fanatismo dos vossos nefandos Emisarios; fosse induzida, e concitada a crer, que baixára do Ceo para desaggravar-vos o mesmo Fogo; de que vós haveis sido os infernaes Artífices.

Se os Ditos de duas, ou tres Testemunhas livres de suspeição fazem Prova plenissima pelas Disposições dos Textos Sagrados, e Civis; muito mais numerosos são os Depoimentos de Facto proprio, com que, sem vos sentirdes, vós condemnastes a vós mesmos á Face de todo o Universo nos malvados Escritos, com que instruistes aquelle illustre Executor, e desgraçada Victima da vossa atrocidade.

Nos mesmos Escritos pois he hum claro Depoimento da vossa enormissima culpa cada huma das clausulas seguintes. Primeira. = O Marquez de Pombal nosso amigo: (ou nosso inimigo, no genuino sentimento da Ironia, que contém esta clausula.) Segunda. = Empregando-se o golpe no Tyranno. = Terceira. = Se põe a armadilha para a redempção de todos. = Quarta. = A Religião não morre. = Quinta. = V.m. tem certo o premio. = Sexta. = E ficará hum Homem... = Isto se vê, que era muito grande.

Se

Se pois se prescindir da vossa Sociedade, qual outra se achará em toda a Corte de Lisboa, e em todas as Províncias do Reino de Portugal, que tenha o Marquez de Pombal por seu inimigo em commum? Qual outra, a que o repute por Tyranno? Qual em todas as Ordens do Clero Regular aquella, que se ache na urgencia de procurar persuadir desde o abatimento da agonia, que a sua Religião não morre, como a vossa morreo, depois que foi extincta? Qual a que fosse capaz de afirmar, que a morte do Marquez seria de utilidade para a redempção de todos? Quantos, e quaes são estes todos?

He demonstrativamente certo, que não podem ser todas as ditas Ordens do Clero Secular, e Regular deste Reino: porque quasi todas tem já feito, e vam fazendo subir nas suas Igrejas perennes Louvores, e públicas Acções de Graças ao Ceo, por haver preservado a vida do Marquez (seu devoto, e zelosissimo Bemfeitor) dos estragos do vosso Estratagemma. Que não podem ser todos os que são comprehendidos na Collecção do Illustre, Nobre, e sempre Leal Povo da Capital do Reino, de que he Representativo o Senado da Camara: porque todos tem dado ao mesmo Ceo, e á Terra os mais significantes Testemunhos do seu grande susto, e do seu igual contentamento; fazendo entoar, e celebrar na devota Igreja de Santo Antonio os mais solemnes Hymnos, as mais gratulatorias Orações, e os mais repetidos Sacrificios, pela preservação da vida do Marquez. Que não podem ser todos os que constituem as Corporações do Commercio em grosso; as Classes dos Mercadores de Retalho, e Tráfico miudo. Que não podem ser todos os Gremios dos Artífices, allistados debaixo das Bandeiras da Casa chamada dos Vinte-Quatro, que tem o Juiz do Povo por seu Presidente:

te: porque também cada huma destas Classes, e Gremios no seu particular, encheo as Igrejas de Graças, e Louvores ao Altíssimo com tão eficaz devoção, como despeza no Culto Divino; em concursos taes, e tão numerosos, que nem ainda os Templos mais amplos podiam recebê-los.

Não sendo pois estes os *todos*, a que vos referistes; fica bem manifesto, que sómente ao Corpo Collectivo da vossa raivosa, e extinta Sociedade podiam dizer respeito, e fazer relação aquelles vossos denominados *todos*.

Ultimamente são Principios universalmente recebidos: Que nenhum delicto se commette sem causa: Que por isso os Réos de qualquer crime se reputam sempre aquelles, que para elle tem motivos de paixão, e de interesse. E onde se acharão em toda a Europa, e menos em Portugal Homens, que tivessem paixão, e interesse para armarem hum tão artificiozo Estratagem, ao fim de privarem o Marquez de Pombal de huma vida tão universalmente desejada, e agradecida ao Ceo, com tantas, e tão públicas Orações, e Sacrificios; se não se forem descobrir na soberba, na raiva, e na sempre implacavel vingança Jesuitica?

E pois que de hum tão horroroso, e público escandalo, podeis ainda tirar hum proveitoso exemplo, e hum claro defengano, para acabardes de crer, que as vossas portuosas malicias não tem podido, nem poderão já mais prevalecer contra aquella Suprema Providencia, que está sempre indefectivelmente vigiando sobre a Igreja de Deos, e sobre as Monarquias da Terra, para as defender, e preservar dos insultos dos malvados: Aproveitai-vos dos merecimentos de todas aquellas devotas, e perennes Orações, e de todos aquelles multiplicados Sacrificios, a que destes

hu-

huma tão torpe causa; para converterdes a vossa até agora inflexivel soberba na docilidade, e resignação, com que deveis humilhar-vos confusos debaixo das Disposições daquelle Altíssimo Senhor, que vos tem aberto os seguros caminhos da humildade, e do abatimento, para vos conduzirdes ao fim do Summo Bem, a que vos destinou pela Redempção do Genero Humano.

E

MAG-

ração; que importa que procurásseis encobrir-vos com as sombras da noite, e do engano; se o dedo da Providência vos está mostrando pelos públicos Factos autorizados na Sentença de nove de Outubro deste presente anno: Que vós fostes os verdadeiros Réus da abominável conjuração, que a Suprema Junta da Inconfidência mandou castigar na Pessoa do malvado Monstro João Baptista Pelle?»¹⁶

A «certeza» de Pereira de Figueiredo, a *suffici-enti partium enumeratione*, sobre um acontecimento e processo que, aliás, ficaria por explicar, para sempre, em todos os seus detalhes e implicações, interessa-nos, acima de tudo, pela interpretação dos acontecimentos caucionados pelo Poder. No preciso momento em que se dava a apoteose do pombalismo, em 6 e 7 de Junho de 1775, com a inauguração da estátua equestre e a incrustação do medalhão do Marquês de Pombal no pedestal, no momento em que festivamente irrompia o carro representando o Templo da Imortalidade, no dia «mais fausto e plausível» que tinha acontecido à Corte de Lisboa, afirma-se a *cidade perfeita*, assistida pela Suprema Providência.

Nestas circunstâncias era possível, finalmente, a Redenção do Género Humano frente à falsa redenção prometida por aqueles que visavam eliminar de Carvalho e Melo constante do processo de Pelle.

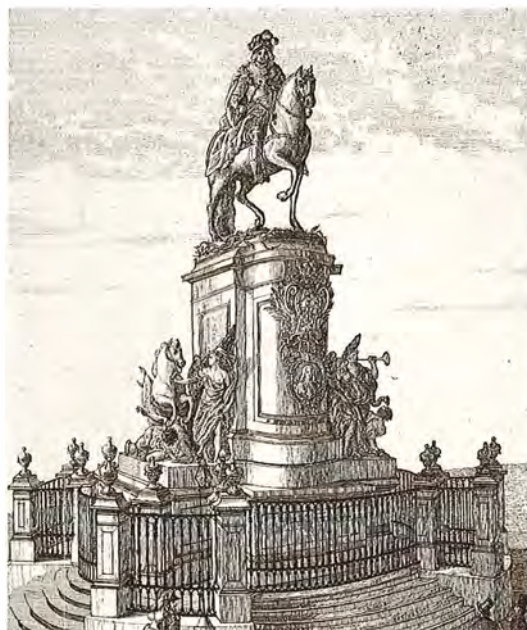
«Se pois se prescindir da vossa Sociedade, qual outra se achará em toda a Corte de Lisboa, e em todas as Províncias do Reino de Portugal, que tenha o Marquez de Pombal por seu inimigo em comum? Qual outra, a que o repute por Tirano? Qual em todas as Ordens do Clero Regular aquela, que se ache na urgência de procurar persuadir desde o abatimento da agonia, que a sua Religião não morre, como a vossa morreu, depois que foi extinta?»¹⁷

O Estado absolutista como protector do sagrado

A leitura de cunho religioso, expressa num discurso de sacralização do poder pombalino, como aconteceu em tantas outras expressões do absolutismo esclarecido europeu, significava a aproximação a um discurso racionalizador, em que o Estado aparecerá como protector do



*Alegoria à Casa Real Portuguesa e ao seu enviado
a Haia, Diogo de Mendonça Corte Real.
Iluminura de Pierre de Rochefort, 1726.
Biblioteca Nacional de Lisboa*



próprio sagrado. É neste sentido que podemos entender a contiguidade da acção punitiva, reiteradora do Estado, com o permanente apelo às acções de graças, reparadoras das consequências previsíveis da acção criminosa de Pelle e dos cúmplices (?) que o réu não delatou. Em termos de imaginário colectivo, a afirmação regeneradora de uma sociedade ameaçada integra-se, afinal, na festa que durou vários dias, a fim de comemorar a implantação da estátua equestre de D. José I «com toda a grande parte Popular das duzentas mil Pessoas, que enchiam a Real Praça do Comércio»¹⁸ por onde circularam os carros alegóricos Templo da Eternidade, Portugal Triunfante, além do de Apolo e de Oceano e Tétis.

Do lugar em que o Padre Pereira de Figueiredo, porventura, poderia observar o rei já doente e melancólico, era de toda a conveniência esperar que o Arcanjo da Guarda de Portugal fosse o Arcanjo da Guarda do Marquês de Pombal, protegendo o exercício do poder absoluto, para

além das circunstâncias, isto é, mercê do bom uso da Razão natural, da «boa Razão» premiada, em todos os momentos, pela disponibilidade, pela eleição da Potência tutelar e conselheira.

Para concluir, deve-se entender, ainda, que o autopanegírico do Poder, composto pelo teorizador regalista António Pereira de Figueiredo, reflecte um projecto político que se afirma pela diferença e pelo exorcizar de toda e qualquer força desestabilizadora, isto é, a diferença que é possível construir pela Razão, sem dúvida, mas também através da protecção angélica garante da incolumidade do Ministro e da Nação Portuguesa.

Nota: uma versão anterior deste trabalho foi publicada na *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI (1996), pp. 377-381. Ao retomar, agora, o texto para acompanhar a divulgação do opúsculo de António Pereira de Figueiredo introduzimos algumas modificações.

¹ Cfr. Manuel Filipe Cruz Canaveira, *SUA Magestade FIDELÍSSIMA – Da Monarquia, Imagem da Realeza Ideal e Educação do Rei no Absolutismo Português e Europeu*, Lisboa, UNL, 1996 (Diss. de Doutoramento), pp. 136-172 e, especialmente, p. 161 sobre a inauguração da estátua equestre de D. José I.

² *Preces e Votos da Nação Portuguesa ao Anjo da Guarda do Marquez de Pombal*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, MDCCCLXXV, p. 9.

³ *Idem*, p. 6.

⁴ *Idem*, ib.

⁵ *Preces e Votos* cit., p. 10.

⁶ *Idem*, p. 4.

⁷ *Idem*, ib.

⁸ Cfr. Zília Osório de Castro, «O Regalismo em Portugal. António Pereira de Figueiredo», *Cultura, História e Filosofia*, VI (1987), pp. 375-377.

⁹ *Preces e Votos* cit., p. 4.

¹⁰ *Idem*, p. 5.

¹¹ *Idem*, pp. 6-7.

¹² *Idem*, p. 7.

¹³ Veja-se J. S. da Silva Dias, «Pombalismo e Teoria Política», in *Cultura-História e Filosofia*, I (1982), pp. 457-114; J. Esteves Pereira, ob. cit., Parte II, pp. 87-175.

¹⁴ «Mas já Maria se vê/livrá-lo de tanto mal/e teu pescoço infernal,/pisar com seu próprio pé.» (B.U.C, Ms. 394, fl. 208) cit. in J. J. Carvalhão Santos, *Literatura e Política. Pombalismo e Anti-pombalismo*, Coimbra, Minerva, 1991, pp. 113-116.

¹⁵ *Preces e Votos* cit., pp. 11-12.

¹⁶ *Idem*, pp. 12-13.

¹⁷ *Idem*, p. 15.

¹⁸ *Idem*, p. 14.

Pombal e a aristocracia

N u n o M o n t e i r o

A FIGURA POMBALINA TEM MARCADO ATÉ HOJE DE forma decisiva as imagens da história de Portugal e dos países visto de fora. Em qualquer manual europeu sobre o século XVIII, Portugal quase só entra à conta de Pombal e reduzido a sua imagem. Em larga medida, esta ênfase correspondeu ao enorme impacto que a propaganda e a figura pombalina tiveram na própria época. Pombal fez publicar textos apologéticos sobre a sua pessoa mas, muito para além disso, suscitou uma indiscutível atenção do público letrado europeu, dividindo opiniões e suscitando a aclamação ou a rejeição enfáticas, sobretudo em torno de três questões: o terramoto de 1755 e a subsequente reconstrução de Lisboa, a expulsão e ulterior extinção dos jesuítas (1757 expulsos do Paço, 1759 extintos) e o suplício infligido aos supliciados de 1759 (mais conhecido pelo massacre dos Távoras). Mesmo depois do seu afastamento, a sua figura não deixou de suscitar enorme interesse e muitas publicações no estrangeiro.

O atentado contra D. José, e sobretudo o suplício espectacular infligido em 1759 aos membros das casas aristocráticas que nele se reputaram implicados, constitui, assim, sem sombra para dúvidas, uma das imagens de marca do período pombalino. Na própria época, mas principalmente na posteridade, contribuíram para que se atribuisse ao pombalismo uma clara dimensão antinobiliárquica. Na historiografia oitocentista, tanto os autores liberais e republicanos, como os de signo tradicionalista, retomaram essa perspectiva, perpetuada em grande parte dos escritos posteriores sobre o tema. De resto, mesmo na historiografia europeia mais recente dedicada ao século XVIII, essa continua a constituir uma dimensão marcante do pombalismo. Embora com muitos antecedentes anteriores, foi sobretudo nos escritos de Borges de Macedo que os pontos de vista antes expressos sofreram uma revisão significativa. Os pressu-

Vista do patíbulo de execução dos conspiradores do assassinato do rei D. José I (gravura, escola inglesa).
Biblioteca Nacional de Lisboa



Retrato de D. Francisco de Távora, um dos supostos conspiradores no assassinato de D. José I.
Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro



postos são claros: «Para se compreender a sua política perante a classe nobre importa examiná-la, não através dos processos e acontecimentos espetaculosos que poderão enganar, mas através da sua legislação procurando determinar o critério que a informava.» Partindo dessa perspectiva, o citado autor conclui que «a legislação pombalina consagra a influência social da nobreza», «os privilégios da nobreza (...) são integrados na orgânica do Estado, a instituição continua com plena eficiência social».¹ Existe ainda uma outra proposição que me parece importante destacar a esse respeito. Trata-se da ideia, frequentemente invocada, de uma grande renovação dos grupos nobiliárquicos portugueses durante o pombalismo. Renovação que, de

acordo com o que por vezes se afirma, se não restringiria aos negociantes e grandes financeiros, mas se alargaria até à nobreza titular.²

Para se discutirem e ponderarem as questões antes referidas, torna-se necessário introduzir algumas distinções essenciais. Desde logo, há que diferenciar claramente entre as iniciativas legislativas e normativas e as disposições políticas concretas e casuísticas do pombalismo. Os resultados destas podiam contrariar (e efectivamente contrariaram) aquelas. Em seguida, deve sublinhar-se que embora a legislação pombalina contenha disposições que se reportam ao conjunto dos estatutos privilegiados, a categoria jurídica de nobreza abrangia em Portugal (país de nobreza numerosa e com fronteiras difusas,

antes como depois do pombalismo) grupos sociais numerosos, diversificados e hierarquizados. Só faz sentido discuti-los em conjunto para certos efeitos e dentro de certos limites sob o risco de tudo se confundir.

A afirmação dos fundamentos da nobreza na legislação pombalina

Em primeiro lugar, o pombalismo e a sua legislação revelaram-se decisivos na afirmação dos fundamentos da nobreza, na delimitação das categorias nobiliárquicas e na sua clarificação. Toda a escassa tratadística ulterior, bem como as consultas numerosas de várias instituições centrais da monarquia, remetem com enorme recorrência para as taxinomias que constam da legislação do período em apreço, mesmo que se trate de legislação aparentemente sem relevância para o efeito, como a lei da caça de 1775. A esse respeito, vale a pena citar brevemente a lei dos morgados de 3 de Agosto de 1770 que irá reafirmar, com grande eco na posteridade, o principal fundamento da nobreza, já enunciado nas Ordenações Filipinas, mas que a literatura europeia de setecentos (Montesquieu) tinha reactualizado: seguindo os termos da lei, a instituição vincular é condenável a vários títulos, mas justifica-se porque «a referida amortização é necessária nos Governos Monárquicos para o estabelecimento da Nobreza, e para que haja Nobres, que possam com decência servir ao Rei, e ao Reino, tanto na paz, como na guerra». Em seguida, é também no período pombalino que encontramos as expressões mais taxativas do primado da Coroa na definição dos estatutos sociais, seja na legislação sobre cristãos-novos, seja no Alvará (secreto) de 5 de Outubro de 1768 sobre o chamado «puritanismo». De resto, nessas disposições ataca-se «o arbítrio dos genealógicos», que serão no mesmo período objecto de outras iniciativas que constituem, afinal, manifestações exemplares do combate da monarquia

para se impor como instituição monopolizadora das taxinomias sociais legítimas. Finalmente, é na legislação pombalina, particularmente na que se reporta aos casamentos, que se encontra uma das incursões mais significativas no terreno sempre difuso hierarquia nobiliárquica. As leis de 17 de Agosto de 1761 identificam «a principal nobreza dos (...) reinos» com as «pessoas, que tiverem Foro de moço Fidalgo da minha Casa, e daí para cima, e que possuírem bens vinculados, e da Coroa e Ordens, que juntos excedam os três contos de reis de renda anual». Por seu turno, a lei sobre casamentos sem o consentimento paterno, de 29 de Novembro de 1775, distingue o grupo antes citado do «outro resto da Nobreza da Corte ou das Províncias», na qual inclui explicitamente os «Negociantes de grosso trato; e (...) mais pessoas, que se acham nobilitadas pelas minhas Reais Leis». Para esta segunda categoria tais consentimentos teriam de ser solicitados aos Desembargo do Paço. Diferenciar-se-ia claramente, assim, das «outras pessoas das corporações e grémios dos artífices, e das ocupações da plebe», às quais caberia recorrer para os corregedores das terras respectivas. Em síntese, a primeira dimensão essencial do pombalismo foi a de contribuir para clarificar os fundamentos e as hierarquias das nobrezas.

Pombal e a nobreza de corte

Entretanto a actuação de Pombal em relação à primeira nobreza de Corte é certamente este o domínio em relação ao qual a sua política se revela mais complexa e polémica. Por um lado, porque é aqui que emerge o célebre tema do atentado e das suas implicações. Por outro, porque é esse o campo em que nos defrontamos com o problema, clássico e recorrente em quase todas as historiografias, das relações entre a presença na Corte, com a inerente participação no sistema de mercês da monarquia, e o exercício efectivo do poder político no centro. Importa

D. Thomaz de Lima Telles da Silva, marquês de Ponte de Lima, óleo de finais do século XVIII. Biblioteca Nacional de Lisboa



sublinhar, a esse respeito, que a imagem do declínio do poder nobiliárquico na Europa setecentista tem de ser matizada em função das contribuições recentes de uma renovada historiografia sobre a história das elites nobiliárquicas.

No período pombalino haverá sempre de confrontar, como foi sugerido, o impulso legislativo de feição mais ou menos programático com os objectivos de submissão da elite aristocrática ao núcleo político central do pombalismo. Embora a primeira nobreza do reino não se esgotasse na Grandeza, esta constituía, no entanto, o seu núcleo essencial. Ora, ao contrário do que algumas vezes se tem afirmado, não houve nenhuma alteração significativa na composição do grupo durante os vinte e sete anos durante os quais Pombal esteve no governo. Ao todo, criaram-se dez casas titulares com grandeza e extinguíram-se ou foram unidas nove. Ou seja, apenas se renovou um quinto da nobreza titular. É certo que nos vinte anos anteriores não se tinham criado quaisquer casas titulares, mas o ritmo das criações é semelhante ao do período 1670-1730, e muito inferior ao dos trinta anos posteriores à Restauração e sobretudo ao trinta e quatro da regência e reinado de D. João VI, durante os quais se criaram cem casas titulares (quase três por ano, em média), mais que nos duzentos anos anteriores!

Esta ideia é reforçada pelo facto de, à excepção de duas (sabe-se bem quais...), todas as elevações se terem feito a favor de membros de casas da primeira nobreza do reino ou de secundogénitos de Grandes. De resto, tirando o de Condes de Rezende, todos os títulos foram dados a governadores coloniais do Brasil ou vice-reis na Índia (para os quais a elevação à grandeza era a regra), ou em remuneração dos seus serviços. Aqui se deve incluir até a elevação do 1.º conde de Sampaio que, embora genro de Sebastião José, sucedia na casa de um vice-rei da Índia ainda não elevada nem remunerada pelos seus serviços.



As únicas excepções são, naturalmente, as do conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, e a de seu filho secundogénito, o 1.º conde da Redinha. De resto, foram poucas as elevações de condes a marqueses durante o pombalismo: para além do próprio primeiro-ministro, apenas os marqueses de Lavradio e do Alvito. Quanto às uniões e extinções também não foram particularmente elevadas e, com excepção das três casas condenadas em 1759, resultaram de processos naturais. Problema diverso é, como veremos adiante, o da renovação e do encartamento nas mercês régias, que adiante se discutirá.

No plano legislativo destacam-se, desde logo, as iniciativas destinadas a solucionar o

problema do endividamento aristocrático. Desde logo, a primeira das leis de 17 de Agosto de 1761, que excluía as filhas das partilhas dos bens livres e tabelava definitivamente os dotes e os apanágios viduais. A segunda lei, com a mesma data, procurou limitar drasticamente as despesas com as cerimónias nupciais. O decreto de 4 de Fevereiro de 1765 veio apenas esclarecer e reforçar as disposições da primeira das referidas leis (montante máximo dos alfinetes). Este quadro legal, revisto em 1778, manter-se-ia sem alterações de monta até ao final do Antigo Regime. Tal como foi há muitos anos explicado por Cabral Moncada, a inspiração para as citadas leis, tal como para a legislação vincular de 1769-1770, «não deve ser procurada nas doutrinas do direito natural», ao contrário de boa parte da restante legislação pombalina, antes naquilo que definiu como um pensamento «monárquico-feudal».

Quanto à legislação vincular pombalina de 1769-1770, importa destacar um aspecto que afectava directamente a principal nobreza do reino. Apesar de sistematicamente praticada (tanto antes como depois), a última compilação das Ordenações impedia a união de morgados. O legislador pombalino revogou expressamente aquelas disposições de origem castelhana, imputando aos malfadados jesuítas a inspiração dos respectivos parágrafos. A citada legislação suprimiu os vínculos deste tipo, mas foi o próprio autor da lei a pedir em 1776 a dispensa da mesma para fundar o vínculo da futura casa dos condes da Redinha!

Para além destas disposições legislativas, no que aos processos de transmissão dos patrimónios e ao endividamento se reporta, há que considerar as decisões concretas tomadas pela administração central durante o período pombalino. Ora, neste particular a verdade é que, por um lado, se continuaram a conceder administrações judiciais às casas da primeira nobreza da Corte,

com todas as implicações inerentes. Mas que, por outro, se bloqueou desde 1775 a capacidade da grande credora destas (a Misericórdia de Lisboa), conceder novos créditos. Ou seja, no terreno das decisões casuísticas, há simultaneamente continuidade e descontinuidade, embora a primeira prevaleça largamente.

Do domínio das intervenções programáticas, mas com amplas implicações concretas, foi ainda o alvará sobre o puritanismo de 1768 através do qual se impôs o casamento rápido dos imediatos sucessores das casas da primeira nobreza como tal reputadas (concretizado nos casos das titulares de Alegrete, Angeja e Valença). Por esta via se eliminou definitiva e irreversivelmente uma clivagem real e persistente no interior da primeira nobreza.

A política de mercês régias

Uma abordagem de conjunto da política de mercês régias no período pombalino revela, em primeiro lugar, uma inflexão doutrinária no sentido da reafirmação da natureza específica e irreduzível dos bens da coroa, bem patente, designadamente, na sentença final de extinção da Casa de Aveiro (alvará de 17 de Janeiro de 1759). Este alvará seria depois várias vezes invocado para reafirmar a natureza específica dos bens doados pela coroa e a hipótese, sempre possível, de reversão. Decisiva no plano dos princípios foi a intenção de coibir «abusos, e desordens» que presidiu à decisão de se ordenarem novas confirmações gerais pelo Alvará de 6 de Maio de 1769, com um âmbito ainda mais geral do que todas as anteriores, embora o seu destino tenha sido similar ao das antecedentes, decretadas por D. João IV, pois não se concluíram.

Relevante e espectacular foi, sem dúvida, a orientação geral seguida no período pombalino em matéria de política de mercês. E o caso a todos os títulos mais significativo é o das comendas das ordens militares. As práticas correntes de renova-



ção dos títulos e bens da coroa e ordens sofreram uma inflexão notável no período pombalino, através da qual se exprimiu a margem de arbitrio régio. Com diversos pretextos, adiaram-se despachos, bloquearam-se os encartes nos títulos, nos bens da coroa, nas comendas, etc., durante um número de anos variável. Pelo menos numa parte dos casos, existiram claramente critérios políticos nessas opções. Como se disse, os dados sobre as comendas são particularmente reveladores. Em 1777, eram dadas como vagas 242 comendas (pouco menos de metade do total), nelas se incluindo não apenas as das casas extintas, mas ainda todas ou a maior parte das que antes eram administradas pelas casas dos duques de Lafões, dos marqueses de Alorna e de Valença, dos condes de Óbidos/Sabugal, de S. Lourenço, de S. Miguel, e de Vila Nova, e dos viscondes de Asseca, entre outras. Quase todas estas casas voltariam a encartar-se e a tomar posse das respectivas comendas no início da Viradeira. De facto, como aliás se

sugere em alguma da bibliografia tradicional sobre o tema, nos dias e meses subsequentes ao afastamento do valido de D. José, os despachos sucederam-se com impressionante velocidade. Nesse terreno, a Viradeira existiu indiscutivelmente. O que acabou de se dizer significa que, de forma casuística, a política de mercês pombalina contrariou na prática o pacto constitucional da dinastia, ao suspender durante largos anos a renovação dos títulos e rendas de boa parte das casas que constituíam o núcleo fundamental da elite aristocrática do regime.

A criação do Colégio dos Nobres tem sido algumas vezes interpretada como uma expressão relevante do objectivo pombalino de submeter a nobreza aos desígnios da coroa, transformando-a numa elite culta (de resto, inicialmente com uma formação que não a vocacionava exclusivamente para a vida militar) disponível para o seu serviço. No entanto, a análise concreta da sua frequência obriga a relativizar o seu impacto efectivo. A verdade é que embora entre os filhos da primeira nobreza do reino se encontrassem alguns daqueles cujos pais jaziam nas prisões pombalinas, a parcela daqueles que efectivamente frequentaram o colégio foi muito minoritária. A maioria dos descendentes das grandes casas do reino nem antes nem depois do pombalismo chegou a passar pela instituição. Nesse sentido, a criação da instituição constituiu um fracasso relativo.

O centralismo político de Pombal e as suas consequências

Maiores mudanças se verificaram a nível da administração central. No período pombalino, as secretarias de Estado tornaram-se os centros da decisão política, despojando os conselhos das suas competências ou controlando-os politicamente. O declínio do poder dos Grandes no centro, já fortemente diminuído durante o reinado joanino com o apagamento do Conse-

lho de Estado, teve aqui uma tradução exemplar. Perderam transitoriamente, de resto, as presidências dos conselhos (Desembargo do Paço, Casa da Suplicação, Mesa da Consciência e Ordens, Conselho Ultramarino, etc.). Em síntese, sobretudo depois do atentado, o pombalismo assinala uma efectiva ruptura no que se refere aos principais conselhos da monarquia. Certamente que, acima de tudo, porque as secretarias de Estado lhes retiram competências. Mas também porque as presidências até então reservadas aos Grandes do reino ou seus parentes ficaram largos anos por preencher ou foram confiados aos poucos membros do grupo que gozavam inequivocamente da confiança política do ministro.

Curiosamente, o que sabemos sobre o exercício sugere que, mesmo depois da chegada do conde de Lippe, a larga maioria dos tenentes-gerais e marchais de campo continuou a ser recrutada na primeira nobreza da corte. A abertura a esse nível não terá passado pela ascensão fulgurante com tradução estatisticamente significativa de indivíduos recrutados em outros patamares da hierarquia nobiliárquica, mas sim na promoção de vários estrangeiros, que chegaram a ter o controlo dos comandos das regiões militares, designadamente da Corte e Estremadura. Quanto aos governadores coloniais pombalinos, importa destacar que aqueles que tinham até então um recrutamento social selecto e conferiam o estatuto de vice-rei o mantiveram plenamente. É o caso da Índia (até à nomeação do 1.º conde da Lousã em 1765) e do Brasil. Simplesmente, os nomeados faziam parte do núcleo restrito de aristocratas sintonizados com o pombalismo (embora pudessem cair em desgraça, como aconteceu ao 1.º conde da Ega), e que mantinham relações de estreita dependência política com Sebastião José. O caso do 2.º marquês do Lavradio (Brasil) é certamente paradigmático.

Insistir numa relevante clivagem política no interior da primeira nobreza de Corte durante o

pombalismo não será excessivo. De resto, esta prolongar-se-ia muito para além daquela época, praticamente até aos nossos dias. É difícil fornecer números exactos porque nos faltam relações, inclusivamente de cerimoniais, no reinado Josefino. Alguns estavam presos ou semi-exilados, outros por encartar nos títulos, outros ainda limitados aos ofícios na casa real, sem participação efectiva nos negócios políticos. Por fim, um grupo bem restrito integrava a elite política activa do pombalismo.

A esse respeito resulta bem instrutivo consultar a correspondência de um Grande de nascimento cuja casa foi altamente acrescentada no período pombalino. Refiro-me ao 2.º marquês do Lavradio, governador na Baía e vice-rei do Brasil. O que aí podemos verificar é que um dos mais importantes governadores coloniais portugueses do século XVIII se coloca a si e à sua casa sob a protecção de Sebastião José, aceita que este chegue a escolher (nas casas puritanas) os maridos para as suas filhas e usa com ele, explicitamente, a linguagem do cliente para o patrono...

Uma tradução exemplar da fractura política produzida pelo pombalismo no interior da primeira nobreza do reino acaba por se poder encontrar na cerimónia da inauguração da estátua equestre de D. José em 1775, momento de entronização de um regime. A presença encapotada do rei e a sua localização na Praça do Comércio têm sido interpretadas em primeiro lugar como uma consagração pessoal de Pombal e também dos seus amigos negociantes e financeiros. No entanto, mesmo sem entrar numa análise minuciosa do cerimonial, cuja programação Sebastião José fiscalizou de perto e com incrível pormenor, resulta claro que aquele se defrontava com um enorme problema: a indisponibilidade da Corte tradicional (ou seja, dos oficiais da Casa Real) para participar na cerimónia, o que explica em larga medida as opções

Joaquim Machado de Castro mostra a maquete da estátua equestre ao Marquês de Pombal. Biblioteca Nacional de Lisboa



Retrato do Marquês de Pombal e dos seus dois irmãos, Paulo de Carvalho de Mendonça (à esquerda) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (à direita). Pormenor de um fresco do tecto do Palácio Pombal em Oeiras. Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Oeiras



adoptadas. Ao contrário do que era corrente nos autos de aclamação e em outros cerimoniais, a primeira nobreza do reino (detentora dos referidos ofícios palatinos) teve um papel muito reduzido no decurso das celebrações, não se sabendo até exactamente quem esteve presente. Na programação da cerimónia, recorre-se a uma terminologia inusitada ao falar-se da Corte Civil, assimilada aos tribunais centrais do reino, e da Corte Militar, identificada com os altos postos do exército.

Em resumo, no final do longo consulado pombalino podemos talvez pensar que a Casa Real se encontrava em boa parte pulverizada, pois muitos dos detentores tendencialmente hereditários dos respectivos ofícios se encontravam ausentes ou por encartar nos ofícios e títulos. Foi também por isso que, nos dias que antecederam o auto de Aclamação da rainha D. Maria I, semelhante aos tradicionais, a renovação nos títulos e mercês se sucedeu com enorme velocidade. Essa terá sido, como já se sugeriu, a primeira e

porventura mais indiscutível manifestação da Viradeira.

Passemos por fim às conclusões gerais. Com uma pergunta. O que mudou durante e a partir do pombalismo?

Não há dúvida de que o estatuto da alta nobreza foi fortemente abalado durante o terceiro quartel de setecentos. Mais exactamente, penso que se pode falar de violação do pacto constitucional que regulava, através da ligação entre serviços e mercês, as relações entre a dinastia e aristocracia que a sustentara nos anos da Restauração. Por isso e a esse nível, a Viradeira existiu. Mas, nesse terreno, tirando a extinção das casas suprimidas em 1759, quase tudo teve reversão e regressou ao curso anterior, no qual se manteria sem grandes mudanças até 1832. No entanto, a supremacia da coroa então violentamente afirmada e a centralidade das secretarias de Estado na administração central constituiriam mudanças irreversíveis.

Acrescente-se que, na minha opinião, mais do que a ascensão do corpo de negociantes, parece-me que as restrições colocadas à fundação de vínculos e a crise nos ingressos eclesiásticos se devem colocar entre as mais destacadas e irreversíveis consequências do pombalismo. Até então, a ascensão aos estatutos nobilitantes traduzia-se na adopção de um modelo claramente definido de comportamento (bem ilustrado pelo próprio Pombal e seus irmãos), o qual constituía o ideal para todas as trajectórias de mobilidade social bem sucedidas. Embora os comportamentos tradicionais não desapareçam, tornam-se desde então cada vez menos frequentes.

Nota: Este texto constitui uma versão resumida de Nuno G. Monteiro, «Pombal, a monarquia e as nobrezas», in *Actas do Colóquio sobre o Marquês de Pombal*, Pombal/Oeiras, Câmara Municipal de Pombal, 2001, pp. 27-38.

¹ Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos* (1ª ed. 1951), 2ª ed., Lisboa, 1982, p.78.

² Cf. Kenneth Maxwell, *Pombal. Paradox of the Enlightenment*, Cambridge, 1995.

O Marquês de Pombal e as conturbadas origens da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1757)

Fernando de Sousa

*Viva el-Rei de Portugal
E viva o nosso chanceler.
Porém não a Companhia
Porque o povo não a quer!*
(Quadra popular de 1757)

EM 1756, NO ÂMBITO DA POLÍTICA POMBALINA DE fomento económico e reorganização comercial do país, de inspiração mercantilista, assente na formação de várias companhias monopolistas e privilegiadas, foi criada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, destinada a garantir e promover, de forma articulada, a produção e comercialização dos vinhos do Alto Douro e alimitar o predomínio e mesmo o controlo desta actividade económica pelos ingleses.

Não foi a primeira companhia pombalina a ser constituída. Mas foi aquela que mais viva resistência popular suscitou e a que mais ataques sofreu por parte dos comerciantes ingleses. Foi a que obteve resultados mais profícuos e duradouros, desenvolvendo uma acção contínua e altamente eficaz na defesa da qualidade do vinho do Porto. Foi a que revelou maior duração temporal, quer como companhia majestática dotada de inúmeras prerrogativas, quer como mera sociedade comercial, de tal forma que, sob esta categoria, manteve-se até hoje, conservando a sua denominação e marca comercial.

Nenhuma outra companhia se lhe pode comparar na História do Portugal Contemporâneo, pela diversidade e multiplicidade de competências e privilégios – como se escrevia em 1775, «a mais poderosa de Portugal e não há outra alguma nos países estrangeiros que possa competir com ela» –, mas também pela força dos *lobbies* que organizou ao longo da sua história, mantendo sempre representantes e agentes seus, formal e informalmente, no centro do Poder, em Lisboa, junto dos órgãos de soberania – Governo desde sempre e Parlamento de 1821 em diante –, bem remunerados – engane-se quem pensa que



Carimbo da Companhia
Geral da Agricultura
das Vinhas do Alto Douro



Retrato do Marquês
de Pombal, em cartaz
publicitário
da Companhia Geral
da Agricultura
das Vinhas do Alto
Douro

MARQUÊS DE POMBAL
FUNDADOR DA
Companhia Geral da Agriculvtra das Vinhas do Alto Dovro
Real Companhia Velha

esta questão é de hoje –, e ainda pelas paixões e polémicas que desencadeou.

Nenhuma outra instituição foi objecto de tantos opúsculos, memórias e representações, contra e a favor da sua existência. Nenhuma outra empresa nacional foi tão debatida, criticada e defendida na imprensa e no parlamento, até 1853.

A todos os títulos estamos perante uma Instituição excepcional. Porque a Companhia foi «um Estado dentro do Estado» (Sousa Costa), um «corpo político e uma sociedade mercantil, um corpo de economia política»: dotada de amplas prerrogativas e privilégios de poderes públicos; «com meios próprios da autoridade pública» (Vital Moreira), isto é, com jurisdição própria, constituindo-se mesmo em tribunal, graças ao seu Juízo da Conservatória; em boa parte responsável pela demarcação da Região do Douro, e pela regulação e disciplina da produção e comércio dos vinhos do Alto Douro; cobrando numerosos impostos no Norte de Portugal, por delegação do Estado; realizando obras públicas – Cachão da Valeira, obras de navegabilidade do rio Douro, obras da barra do Porto, estradas; e prestando outros serviços públicos como o ensino técnico.

Não é este o momento de nos debruçarmos sobre a história da Companhia Geral do Alto Douro, a qual, como é bem sabido, está ainda por fazer – o que justifica os erros e lacunas dos historiadores que trataram da mesma. Encontramo-nos a proceder à sua elaboração, com dois colaboradores nossos – os doutores Joana Dias e Francisco Vieira, que estão, aliás, a fazer a sua tese de doutoramento sobre a História da Companhia – esperando publicá-la, no âmbito de um projecto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), em 2004.

Por agora, limitar-nos-emos a iluminar, com base em fontes manuscritas inéditas, o papel desempenhado pelo Marquês de Pombal,

Sebastião José de Carvalho e Melo, na formação desta Companhia e as resistências que a sua constituição motivou na cidade do Porto, levando ao motim de 23 de Fevereiro de 1757, já tratado por vários autores, dos quais saliento, pelos valiosos contributos que deu para o seu conhecimento e interpretação, o nosso colega Ribeiro da Silva.

1. A Fundação da Companhia e seus privilégios

A criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, instituída por alvará régio de 10 de Setembro de 1756, tem que ver, por um lado, com a política pombalina de nacionalização do sistema comercial português, arredando ou limitando drasticamente, neste caso, a preponderância dos ingleses no sector dos vinhos e, por outro lado, com a crise que os vinhos do Douro conheceram de 1740 em diante (menos grave, contudo, do que as exposições dos procuradores da cidade do Porto e das comunidades religiosas interessadas no Alto Douro fazem crer), «traduzida na baixa das exportações, no envelhecimento dos preços e no desprestígio externo do produto no seu principal mercado, o britânico» (Vital Moreira).

De acordo com o diploma da instituição da Companhia, foi criada a partir de uma representação enviada ao rei pelos lavradores do Alto Douro e homens bons da cidade do Porto, com o objectivo de sustentar a reputação dos vinhos do Douro, a cultura das vinhas e beneficiar o comércio de tal produto, estabelecendo para ele um preço regular, de forma a evitarem-se os «preços excessivos» que tanto prejudicavam os lavradores como os negociantes, assim como de travar a adulteração dos *vinhos estruturais*, como sucedia com a «multidão de taberneiros» da cidade do Porto.

Para atingir tais objectivos, a Companhia tinha como principais funções:



Alvará de 10 de Setembro de 1756.
Instituição da Companhia Geral
da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.
Biblioteca Nacional de Lisboa

- A demarcação dos terrenos do Alto Douro em que o vinho de embarque devia ser produzido;
- A qualificação dos vinhos produzidos no distrito da demarcação, de primeira, segunda e terceira qualidades (este último, também designado por *vinho separado*);
- O controlo da genuinidade do vinho de embarque, impedindo a sua adulteração com vinho produzido fora da região demarcada;
- A taxaço do vinho de primeira e segunda qualidades, de acordo com o volume da produço e a procura do mercado, de forma a evitar a ruína dos lavradores, mas a garantir, também, o consumo.

A Companhia, com sede estabelecida no Porto, foi dotada originalmente de amplas prerrogativas e extensos privilégios, dos quais importa salientar:

- O exclusivo do fornecimento do vinho de consumo às tabernas da cidade do Porto e das três (mais tarde, quatro) léguas em redor, assim como a aprovação dos propostos ou taberneiros, com o objectivo de evitar que nos armazéns do Porto e Gaia os negociantes adulterassem o vinho de embarque;
- O exclusivo do comércio de vinhos, aguardentes e vinagres com o Brasil, um dos principais mercados de escoamento dos vinhos durienses, a fim de a Companhia ter uma compensação pelos encargos a que estava obrigada pelos seus estatutos.

Como sociedade comercial que era, a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro foi dotada com um capital inicial de 1 200 000 cruzados, repartido em 1200 acções, de 400 000 réis cada uma. Metade desta quantia poderia ser realizada pelos accionistas em vinhos que tivessem disponíveis nos seus armazéns e lojas, sendo contudo a outra parte obrigatoriamente realizada em dinheiro, uma vez que um dos objectivos imediatos da instituição era o

apoio aos lavradores mais necessitados do Douro. A Companhia concedia-lhes empréstimos remunerados a juros de três por cento ao ano, em valores que não ultrapassassem no entanto metade do valor dos vinhos que habitualmente cada um deles colhia, servindo estes de penhor em caso de incumprimento.

A realização do capital social deveria ter lugar, para os subscritores da cidade do Porto e do Reino em geral, dentro de cinco meses, prazo alargado para sete meses, caso os subscritores fossem das ilhas dos Açores e da Madeira, e para um ano, tratando-se de subscritores do Brasil. Em todo o caso, deveriam os candidatos accionistas realizar no acto da sua adesão, pelo menos, cinquenta por cento do seu capital, dispondo de um prazo de seis meses para completarem o restante.

Os accionistas, para serem qualificados para os lugares da administração, tinham de possuir acções no valor global mínimo de 10 000 cruzados.

A Companhia, enquanto «corpo político», era administrada por uma Junta, composta inicialmente por um provedor, doze deputados e seis conselheiros – estes últimos só a partir de 1757 –, sendo o provedor e deputados eleitos dentre os accionistas portugueses, naturais do Porto ou do Alto Douro, que possuíssem, pelo menos, 10 000 cruzados de acções da Companhia.

Enfim, tudo levava a crer que o processo de formação desta Companhia fosse tão pacífico como o da constituição, em 1755, da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, na qual, aliás, a estrutura e funcionamento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro fortemente se inspiraram.

Tal, porém, não aconteceu. As resistências e hostilidade à sua criação, na cidade do Porto, começaram a desenvolver-se ainda antes da sua aprovação, obrigando a uma intervenção contínua do Marquês de Pombal, no sentido de neutralizar as forças que se opunham à Companhia.

2. A resistência à fundação da Companhia do Alto Douro e a acção do Marquês de Pombal

Em Agosto de 1756, portanto, antes da instituição da Companhia, já o Marquês de Pombal, em carta a Bernardo Duarte de Figueiredo, corregedor do crime e governador da Casa da Relação do Porto, estranhava que na praça do Porto não existissem «homens de negócio», porque, se existissem, não conspirariam «em ódio» contra a Companhia, contra a Pátria e contra os seus próprios interesses, carregando «acelerada e intempestivamente», com «vinhos misturados e de má qualidade», os navios com destino ao Brasil, em Junho, (quando o mês normal de tal procedimento era Agosto), com o objectivo de impedirem que a Companhia, então em processo de formação, «pudesse expedir as suas cargas para o Brasil, no tempo costumado».

Durante o referido mês de Agosto, o governador da Casa da Relação, com o apoio de Frei João de Mansilha, promoveu várias reuniões com os homens de negócio do Porto, mas estes, ainda que reconhecendo a utilidade pública do Estabelecimento a criar, recusaram subscrever «acção alguma», argumentando que, depois da Companhia fundada, «entrariam com as acções que entendessem» – animosidade que Duarte de Figueiredo considera instigada pelos ingleses, que se opunham à constituição daquela, já «por ficarem privados do negócio dos vinhos do Brasil, que quase todo era seu», através de «interpostas pessoas», já pelo fornecimento de «muitos vinhos» às tabernas da cidade.

Em virtude deste clima de hostilidade, Duarte de Figueiredo apenas conseguiu a adesão para o projecto da Companhia de sete negociantes do Porto e seis lavradores distintos do Alto Douro, com dez acções cada um, para se formar a mesa da Administração da mesma. Em 31 de Agosto de 1756, ainda os «principais lavradores de cima do Douro e homens bons da cidade do



Porto», que representaram ao rei para formarem a Companhia, não passavam de catorze, a revelar que, mesmo para se constituir a Junta da nova instituição, levantavam-se grandes dificuldades.

As pessoas distintas, não pessoalmente mas através dos seus criados ou taberneiros e os «taberneiros ricos» que, até então, dominavam o tráfico do vinho de consumo, não só se recusavam a entrar como accionistas na Companhia, mas também se opunham à mesma, «a cara descoberta», o que levava o Marquês de Pombal a concluir que tinha sido *maquinada* uma *sedição* contra aquela Instituição, na qual estava comprometida a Mesa do Bem Comum do Porto e tomavam parte activa, o sargento-mor António da Costa Cardoso, o capitão José de Pinho e Sousa e «um fulano Barbosa».

Pormenor da base da estátua do Marquês de Pombal com o arado e os camponeses, de Paulo Guedes. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

Em Setembro, o cônsul geral de Inglaterra apresentou a Luís da Cunha Manuel, ministro de Estado, uma representação contra a Companhia – embora a retirasse uns dias mais tarde –, e um enviado do rei inglês foi recebido pelo Marquês de Pombal sobre o mesmo tema.

Em Setembro e Outubro de 1756, já depois de instituída a Companhia, a fim de evitarem a realização do capital social de 1 200 000 cruzados, algumas pessoas tomaram dinheiro, a juros, existente nos cofres da Misericórdia e de outras instituições, que emprestavam dinheiro a fim de evitarem que, aqueles que pretendiam ser accionistas e não dispunham dos fundos necessários para tal, não pudessem recorrer às fontes referidas.

O Marquês de Pombal, face a tais investidas e *atentados*, toma rápidas e terminantes medidas.

Os vinhos dolosamente carregados nos navios das esquadras do Brasil voltam para terra. E em ordem a limitar a exaustão dos fundos existentes nos cofres pios e profanos da cidade, destinados a empréstimos a juros – prática comum em Inglaterra, segundo Pombal para impedir novos estabelecimentos – manda afixar em editais públicos, que os referidos fundos se destinavam àqueles que pretendiam entrar na Companhia, ordenando a Duarte de Figueiredo que os administradores de tais depósitos assinassem «termo, na sua presença» de não celebrarem contrato algum de empréstimo a dinheiro sem especial licença régia, assim como os escrivães e tabeliães da cidade e seu distrito quanto a qualquer acto ou escritura de empréstimo de dinheiros, sob pena de perda dos seus officios e nulidade de tais contratos. Mais determinava Pombal que, mesmo os contratos particulares idênticos que viessem a ser efectuados, verbais ou por escrito, além de nulos levariam à perda das quantias envolvidas.

Aliás, tais medidas vão ser alargadas às províncias do território da Relação do Porto, isto

é, ao Norte de Portugal, através de aviso régio, determinando que não se pudesse dar dinheiro *a interesse* enquanto se não completasse o fundo da Companhia.

A 8 de Outubro de 1756 são nomeados outros desembargadores para adjuntos de Duarte de Figueiredo «na qualificação das hipotecas de dinheiro» contraídas pelas pessoas interessadas em entrarem na Companhia, uma vez que os dois desembargadores nomeados para tais funções, por carta de 27 de Setembro de 1756, encontravam-se *impedidos*. O marquês vai continuar a insistir em tal matéria, lembrando ao governador da Relação do Porto que, em Guimarães, existiam fundos em dinheiro consideráveis e disponíveis e que o cofre dos órfãos do Porto podia disponibilizar mais de vinte contos de réis para tal fim. E determina, mais tarde, que, à semelhança do que se passou com a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a Junta da Companhia adiante dinheiro aos accionistas que não dispusessem dos fundos necessários para pagarem os juros dos empréstimos que tinham feito, os quais seriam descontados nos lucros que viessem a ter.

O primeiro objecto da Companhia – garante Carvalho e Melo – é o de completar o seu capital social o mais depressa possível, a fim de confundir os seus adversários. A primeira advertência deste ministro de Estado à Junta recém-empossada, em 29 de Novembro de 1796, será justamente para exprobrar a *sórdida conveniência* da Junta, que impediu Francisco João de Carvalho de tomar 10 000 cruzados à Misericórdia do Porto a quatro ou cinco por cento e não a três por cento, *para não fazer exemplo*, quando os directores da Companhia deviam promover com todas as suas forças a entrada, no cofre, do dinheiro necessário para dar crédito à Companhia e socorrer a lavradores do Alto Douro.

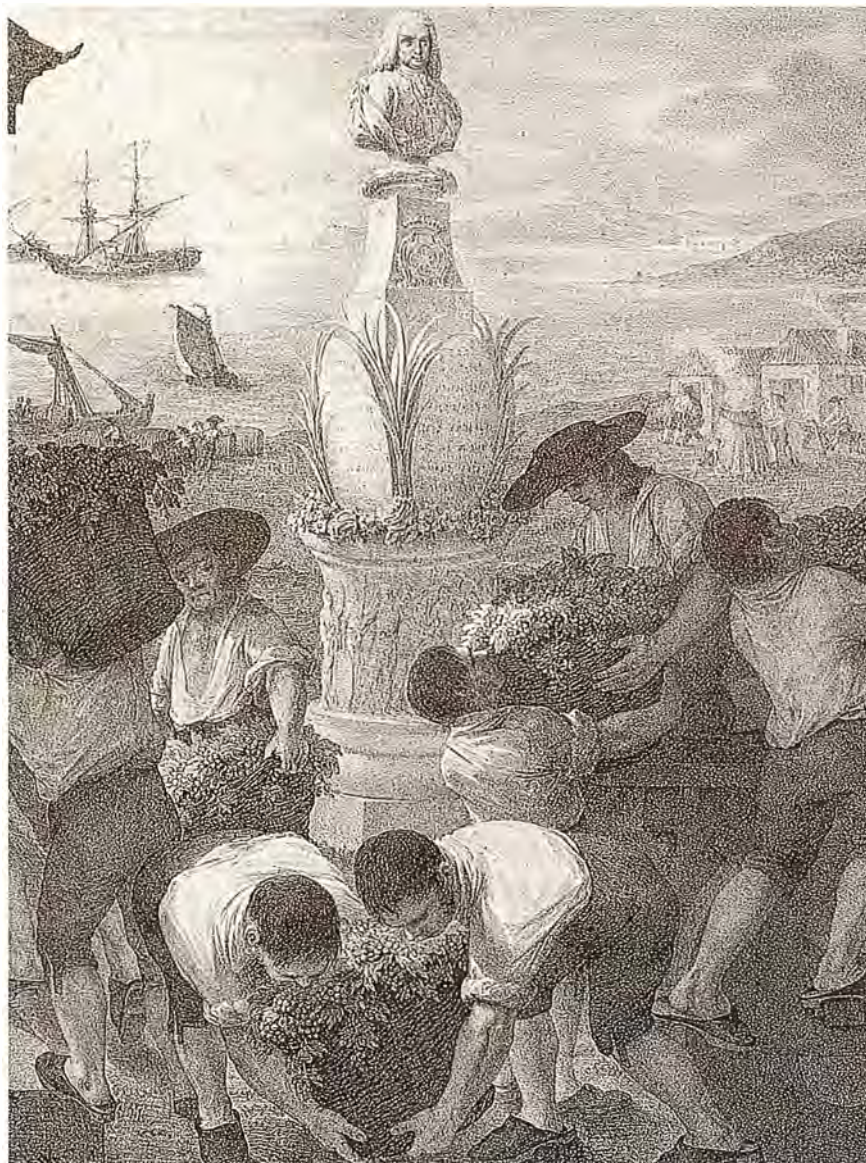
Em inícios de Outubro, o Marquês de Pombal lembra a Duarte de Figueiredo a necessidade da

esquadra do Rio de Janeiro partir sem demora, e pede-lhe que averigüe, com «todo o segredo e cautela»:

- Se há boa harmonia entre o provedor e deputados;
- Se todos eles se empenham no recrutamento de accionistas, para evitar que acções ficassem nas mãos de poucas pessoas, e assim constituir-se em *monopólio escandaloso*;
- Se o vinho que vai seguir para o Brasil não está adulterado.

No dia 5 do mesmo mês, uma ordem régia, tendo em atenção que os vinhos de ramo para consumo continuariam a ser vendidos livremente até finais de Dezembro de 1756, manda proceder ao inventário de todos os vinhos de ramo existentes nos armazéns e tabernas do Porto e distrito do privilégio da Companhia (três léguas em redor da cidade), pelo maior número possível de ministros togados e bacharéis, a fim de se evitar que a Companhia entrasse no *labirinto* de contendas com «esse exército de taberneiros e dos seus interessados». Todo o vinho existente nas tabernas, nos fins de Dezembro, seria tomado pela Companhia, aos preços determinados nos estatutos da sua constituição. E, sendo 1756 um ano estéril de vinho, a fim de evitar que a Companhia, face a um eventual monopólio dos taberneiros, não pudesse comprar o vinho suficiente para abastecer o Porto e seu distrito, foi proibida, por editais, a saída de vinhos de ramo, através da barra do Douro e do porto de Viana do Castelo para Lisboa e outros portos do Reino, assim como a sua venda a particulares, enquanto a Companhia não completasse o provimento destinado a fornecer as tabernas do Porto e arredores, sob pena da perda dos vinhos e das embarcações em que fossem encontrados.

Quanto aos vinhos de exportação, foi determinado que os vinhos dos anos anteriores não seriam sujeitos a qualificações ou marcas, mas



que, a partir desse ano, proibindo a lei a saída de vinhos não qualificados para o estrangeiro, todos os exportadores, incluindo os ingleses, tinham de solicitar à Companhia as guias competentes, mesmo no caso da compra do vinho à bica dos lagares.

Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, gravura de Maurício José do Carmo Sendim. Biblioteca Nacional de Lisboa

Como já dissemos, um dos privilégios da Companhia consistia no fornecimento, do vinho de consumo, em regime de exclusividade às tabernas do Porto e das três léguas em seu redor, assim como a aprovação dos propostos ou taberneiros. E o documento da sua *Instituição*, de acordo com o que estava determinado pelo alvará de 23 de Fevereiro de 1605, pelo auto de vereação da Câmara do Porto de 18 de Junho de 1755 e provisão do Desembargo do Paço de 23 de Agosto do mesmo ano, que na cidade do Porto o número de taberneiros seria de noventa e cinco. Ora, este número era manifestamente inferior ao das tabernas que efectivamente funcionavam – seiscentas segundo algumas fontes, mil no Porto e arredores segundo outras fontes, *infinitas* dirá o procurador da cidade em 1756.

Além da redução do seu número, Carvalho e Melo, por carta de 23 de Outubro de 1756, dirigida a Duarte de Figueiredo, afixada por edital, determina que os noventa e cinco *armazéns* (não *tabernas*, vocábulo pouco dignificante para o que o Marquês de Pombal pretendia) não seriam administrados «nem pelas pessoas principais nem pelos taberneiros ricos» como acontecia até então, uma vez que não só não quiseram subcrever o capital da Companhia mas também se tinham oposto «ao estabelecimento dela a cara descoberta». E por tal razão, os taberneiros a eleger pela Junta da Companhia não deveriam ser eleitos pelos seus cabedais mas pela sua *capacidade* ou competência e pelos seus *bons costumes*, uma vez que, dando conta semanalmente à Companhia do movimento dos seus armazéns, não fazia sentido que lhes exigissem património ou fiança.

Mas as esquadras do Brasil mantinham-se fundeadas no rio Douro, as *desordens* continuavam no Porto e a 10 de Outubro de 1756, exactamente um mês depois da data do alvará que aprovava a Companhia, junto à Igreja de São Domingos, houve mesmo uma tentativa de

levantamento. Generalizava-se, agora, o boato de que a Junta seria responsável pelos prejuízos que a Companhia levasse ao Brasil.

Pombal impacienta-se face à *negociação*, ao conluio existente entre os homens de negócio do Porto para atrasarem a saída das esquadras. A Mesa do Bem Comum do Comércio do Porto, confraria estabelecida para o culto da Capela de Nossa Senhora das Neves e que, a pouco e pouco, começou a ingerir-se no *governo político* do comércio, «junta do interesse particular e prejuízo público», na expressão de Pombal, subornara os pilotos da barra para estes declararem que o estado do mar ameaçava perigo, de forma a impedir a saída de embarcações.

O ministro de Estado ordena a Duarte de Figueiredo que a Mesa do Bem Comum proceda agora com o mesmo zelo com que actuou no mês de Junho, ao mandar carregar, fora de época, os navios com destino ao Brasil; que proceda contra os seus directores «com toda a severidade» se entender que há «dolo ou prevaricação», pois estes seriam *sacrificados* mais rapidamente do que «alterar-se uma vírgula às ordens reais»; que sejam chamados e advertidos os pilotos da barra, e suspensos, devassados e punidos caso tenham agido com dolo; finalmente, que faça partir as esquadras com as fazendas que tiverem a bordo, ficando em terra as que não se encontram carregadas.

Desta última decisão é dado conhecimento, por aviso régio, ao superintendente da Ribeira do Douro – segundo Pombal, sem «nenhum gosto» pela Companhia, a qual, independentemente da sua jurisdição, eliminará muitos dos interesses instalados – no sentido de executar todas as ordens de Duarte de Figueiredo quanto à imediata partida das esquadras, fosse qual fosse a sua carga.

Em meados de Novembro de 1756, novas medidas são tomadas para evitar a saída de vinhos pelo Porto e Viana quer para os portos do Reino, quer para serem baldeados noutros

navios, de modo a iludirem as medidas proibitivas tomadas. Aliás – estranha Pombal –, enquanto não saíam os treze navios das esquadras do Brasil – nove para o Rio de Janeiro e quatro para a Baía –, tinham zarpado da barra do Douro vinte e um navios ingleses carregados de vinhos, com despachos para Inglaterra, que entraram em Lisboa sob o pretexto de aguardarem *comboio*, quando, na realidade, pretendiam baldear os seus vinhos para os navios da frota de Pernambuco, que se encontrava pronta a sair.

Os caixas e mestres destes navios, que desde Agosto iludiam as ordens que lhes tinham sido transmitidas para desembarcarem os vinhos já carregados e embarcarem os vinhos da Companhia, agora, recusavam as ordens de Duarte de Figueiredo para partirem, numa «desobediência sediciosa» e de cumplicidade com os ingleses.

Face a esta «declarada oposição», tornava-se necessário – assevera Pombal – «castigo severo e pronto». O ministro de Estado determina, a 17 de Novembro de 1756, que o governador da Relação do Porto abra uma devassa, pronunciando como culpados e metendo-os no segredo, António da Costa Cardoso e os irmãos Amaro Francisco Guimarães e Domingos Francisco Guimarães; que prenda os mestres e caixas dos navios, soltando progressivamente os que se declarassem prontos a partir de imediato e declarando aos que se recusarem, que tem ordens régias para fazer partir os seus navios de qualquer modo, à custa deles e dos seus bens.

Essa carta régia é enviada ao superintendente da Ribeira do Douro, António Caetano José de Sousa Magalhães, suspeito da «presunção de capear pelo menos estas desordens», com ordens terminantes para que as esquadras do Brasil saiam com as cargas que tiverem, responsabilizando-o directamente por qualquer omissão ou demora.

Finalmente, os três moradores e negociantes do Porto, já referidos, considerados os principais responsáveis pelo levantamento, são

desterrados para o Alentejo – respectivamente, Moura, Alcoutim e Sines –, removidos do comércio do Reino e domínios, inabilitados para sempre de usarem o ofício de mercadores ou negociarem, por si ou por outrem, directa ou indirectamente.

Em finais de Novembro, Duarte de Figueiredo toma uma posição firme contra o patrão-mor da Ribeira do Porto e finalmente, a 9 e 10 de Dezembro de 1756, saem barra fora, apesar de esta «ser de milagre no Inverno», as duas esquadras do Brasil.

Para o Brasil partiam os navios do ressentimento, deixando no Porto, já em adiantado desenvolvimento, a labareda da revolta, atizada em Janeiro de 1757, ou seja, a partir do momento em que os taberneiros estabelecidos até então cessaram a sua actividade, e que vai dar origem ao motim de 23 de Fevereiro de 1757.

Conclusão

O estudo agora efectuado, relativo ao período compreendido entre os primórdios da fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e o motim do Porto, levantado contra a mesma, (Junho de 1756 a Fevereiro de 1757), permite-nos chegar a algumas conclusões que nos parecem bem importantes para a compreensão da política do Marquês de Pombal relativa à produção e comercialização dos vinhos do Alto Douro, das vicissitudes porque passou a formação desta Companhia e do clima de hostilidade que degenerou no motim do Porto de 1756.

Em primeiro lugar, importa salientar a extraordinária atenção que Sebastião José de Carvalho e Melo dedica à instituição da Companhia, atenção quase diária, durante largos meses, procurando acautelar e garantir o seu aparecimento, eliminar obstáculos e proporcionar condições favoráveis à sua existência, como se mais nada o preocupasse enquanto ministro de Estado!

nas da cidade do Porto e arredores, logo, a venda do vinho de consumo. Estão os taberneiros que, a partir de Janeiro de 1757, deixam de exercer tais funções... a não ser que tivessem subscrito acções da Companhia. Está a Mesa do Bem Comum da cidade, que representa os homens de negócio do Porto. Estão o superintendente e o patrão-mor da Ribeira do Douro, assim como os mestres e caixeiros dos navios do Brasil, todos solidários com os interesses instalados, sabendo os dois primeiros que, com a criação da Companhia, perderão boa parte dos seus poderes. E parecem estar alguns magistrados e mesmo os responsáveis pelas instituições que emprestam dinheiro a juros.

A hostilidade – o Marquês de Pombal falará de ódio – contra a Companhia revela efectivamente uma acção concertada, que só podia ter sido orquestrada por elementos, não vindos da «plebe», mas da burguesia e até da aristocracia mercantil, como deixámos demonstrado, ainda que fosse a plebe a tomar parte no motim. O povo não dispunha de quaisquer condições para boicotar a *carregação* dos navios com destino para o Brasil, de insurgir pilotos da barra, mestres e caixeiros e os dirigentes da Ribeira do Douro. A plebe não tinha meios para dificultar os empréstimos das instituições da cidade àqueles que pretendiam ser accionistas, nem para subcrever o capital social da Companhia, que quase ninguém queria subcrever.

As fontes consultadas deixam perceber que a primeira Junta, que integrava treze elementos, mais que resultante de uma eleição ou escolha, foi constituída praticamente pelos únicos lavradores do Alto Douro e homens de negócio do Porto, em número de treze ou catorze, que subcreveram mais de 10 000 cruzados de acções em finais de Agosto de 1756, o que deixa perceber, de modo inequívoco, a hostilidade geral da nobreza e burguesia de negócios à Companhia!

Após o motim de 1757, o clima de repressão que se instala no Porto, a ocupação militar da

cidade acompanhada do lançamento de uma contribuição destinada a suportar os custos com as forças militares aí instaladas, as humilhações porque a nobreza da cidade passou e a demissão dos vereadores da Câmara revelam até que ponto o Marquês de Pombal percebeu esta realidade sociológica. O violento braço de ferro que o ministro de D. José travou com as forças económicas da cidade é que ajuda a explicar a violência da repressão e as humilhações impostas à nobreza e burguesia representativas da cidade, de que Ribeiro da Silva nos dá conta.

A última conclusão a extrair é a da permanência, no tempo, dessa matriz original de hostilidade, paixão e repressão, alimentada estruturalmente pelos ingleses e por todos aqueles que eram prejudicados nos seus interesses com a formação da Companhia do Alto Douro.

Esta instituição irá ter um papel determinante no desenvolvimento económico e material do Porto, do Alto Douro e mesmo do Norte de Portugal. Mas tal não impedirá os ataques contínuos que sofreu até 1834, como se uma boa parte da burguesia e nobreza de negócios portuense nunca tivesse compreendido que esta Instituição tinha sido constituída para os favorecer, para lhes dar, afinal, – como a Junta da Companhia do Grão-Pará e Maranhão escreveu em 1756 –, um «grande ramo de negócios que até agora só teve de nosso o nome».

Nota: Este trabalho assenta em fontes manuscritas existentes no Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, ou Real Companhia Velha, a cuja inventariação estamos a proceder, no âmbito de um Projecto de Investigação, nomeadamente a correspondência de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, com o governador da Casa da Relação do Porto e a Junta da Companhia. Consultámos ainda a legislação relativa à Companhia, para 1567-1757; e os trabalhos de Moreira da Fonseca, *As demarcações pombalinas no Douro Vinhateiro*, 1.º vol., Porto, 1949, e *A ideação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Porto, 1956; de Francisco Ribeiro da Silva, *Absolutismo esclarecido e intervenção popular. Os motins do Porto de 1757*, Lisboa, 1990; de Rui Marcos, *As Companhias pombalinas: contributos para o estudo das sociedades por acções em Portugal*, Coimbra, 1997; e de Vital Moreira, *O Governo de Baco. A organização institucional do Vinho do Porto*, Porto, 1998.

O Brasil pombalino

Jorge Couto



Estátua do Marquês de Pombal. Fotografia de Gabriela Carvalho

O BRASIL FOI A PEDRA ANGULAR DO SISTEMA IMPERIAL setecentista lusitano. Daí que a sua defesa e desenvolvimento tenham constituído preocupações prioritárias da acção governativa no decurso do reinado de D. José I (1750-1777), vulgarmente designado por época pombalina. Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1770), desempenhou, aliás, um papel fundamental na definição e execução dessa orientação política quer como secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750-1756), quer como secretário de Estado dos Negócios do Reino (1756-1777).

A análise da evolução da América Portuguesa no reinado josefino foi estruturada em oito pontos em que se abordam os seguintes temas: demografia; imigração, povoamento e importação de mão-de-obra escrava; concessão de liberdade aos índios; expulsão dos jesuítas; economia e fiscalidade; delimitação de fronteiras, política militar e guerras luso-espanholas pela posse de territórios sul-americanos; organização administrativa e judicial e, finalmente, questões de ensino e cultura.

Demografia

O exame rigoroso das tendências demográficas do Estado do Brasil no período pombalino é extremamente difícil devido, entre outros motivos, à circunstância do primeiro recenseamento da sua população somente ter sido efectuado em 1776, por determinação da Mesa da Consciência e Ordens. Os dados fornecidos por esse censo indicam um quantitativo de 1 505 506 indivíduos. No entanto, muitos moradores do sertão – atendendo ao isolamento em que viviam – não devem ter sido incluídos no arrolamento. O abade José Correia da Serra defendia que a população brasileira ascenderia, nessa época, a 1 900 000 almas, enquanto Dauril Alden calcula que o efectivo populacional da colónia americana atingiria, em 1772, 1 555 200 habitantes. Em qualquer dos



casos, os valores apresentados devem corresponder, sobretudo, às zonas litorâneas, onde os mecanismos administrativos, as comunicações e a instrução dos párocos possibilitavam uma mais eficaz recolha de informações estatísticas. Valores mais elevados são sugeridos pelo demógrafo Giorgio Mortara que aponta para os 2 502 000 indivíduos em 1770.

A distribuição regional da população – segundo os dados apresentados por Alden – revela a predominância da capitania de Minas Gerais (319 769 habitantes – 20,5%), seguida de três capitanias costeiras: Bahia (288 848 habitantes – 18,6%), Pernambuco (239 713 habitantes – 15,4%) e Rio de Janeiro (215 678 habitantes – 13,8%). Estes elementos permitem concluir que no conjunto das dezasseis capitanias, as quatro principais absorviam 68,4% do universo recenseado e que as três mais importantes unidades

do litoral, dotadas de portos excelentes, detinham 47,8% do total (744 239 habitantes).

Os dados disponíveis possibilitam a elaboração de um quadro da evolução demográfica dos principais aglomerados urbanos em datas que se inserem, na sua maioria, no reinado josefino:

CIDADE	ANO	N.º HABITANTES	ANO	N.º HABITANTES
Salvador	1757	35 922	1775	36 393
Rio de Janeiro	1760	30 000	1780	38 707
São Paulo	1765	20 873	1798	21 304
Recife	1750	7 000	1776	18 207
Belém	1749	6 574	1788	10 620

Estes números demonstram que no decurso da época pombalina se verificou um crescimento populacional, embora com expressões regionais muito diversificadas. Atente-se no facto da

Elevação e Fachada, que mostra em prospecto pela Marinha a Cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos, por José António Caldas, 1758. Casa da Insua



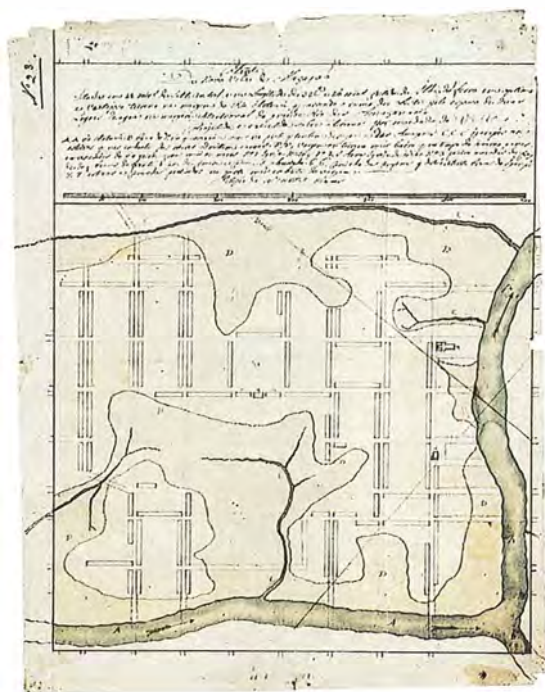
Prospecção da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, de Miguel Angelo Blasco, 1760. Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro

Cidade do Salvador – que foi privada, em 1763, do estatuto de capital do Brasil a favor do Rio de Janeiro – ter perdido, entre 1775 e 1780, a primazia entre as cidades brasileiras, conhecendo apenas um muito ligeiro aumento da sua população. Terásido, certamente, afectada pela transferência de uma importante parcela dos quadros da administração régia. Os elementos referentes ao Rio de Janeiro revelam, por seu turno, uma situação oposta, registando um acentuado crescimento demográfico. Através das suas actividades marítimas e comerciais, o burgo fluminense beneficiou do surto aurífero de Minas Gerais, iniciado no começo de setecentos, e das intensas ligações comerciais com a região platina (contrabando de prata e couros) através da Colónia do Sacramento, alcandorando-se, assim, à situação de grande pólo importador e exportador do Sudeste e Sul e passando a concorrer com os dois tradicionais grandes portos do Nordeste: Salvador e Recife. Neste período, contudo, coube ao Recife o aumento demográfico mais significativo, sinal de que a crise profunda que atingia a Capitania de Pernambuco, desde meados do século anterior, foi superada no decorrer da administração pombalina. Por seu turno, os quantitativos referentes à capital do Pará indiciam que a política de intensificação do povoamento do Norte, iniciada em 1751, começou a produzir os primeiros resultados.

Imigração, povoamento e importação de mão-de-obra escrava

A reduzida população que habitava a imensa América Portuguesa dava azo à existência de amplos vazios demográficos no sertão e nas regiões setentrional e meridional. Esta situação configurava uma ameaça potencial para a soberania lusitana, circunstância que preocupava sobremaneira o gabinete josefino devido ao facto daquela possessão ter fronteiras com territórios pertencentes à França, Holanda, Inglaterra e,

sobretudo, Espanha. Estas potências dispunham de amplos recursos demográficos e poderiam aproveitar-se da inexistência de núcleos populacionais portugueses para dilatar os seus domínios à custa das regiões pertencentes à Monarquia Lusitana. A ocupação efectiva por Portugal de extensas áreas brasílicas implicava a adopção de um variado conjunto de medidas. Uma das soluções consistia em fomentar a imigração do Reino e das ilhas, concedendo facilidades para a fixação de colonos no Norte e no Sul do Brasil. Dando sequência à política iniciada no período final do reinado de D. João V – desencadeada pela Provisão de 9 de Agosto de 1747 que oferecia condições vantajosas aos açorianos e madeirenses que se quisessem fixar na colónia americana – o governo de D. José manteve os incentivos destinados a atrair casais insulares para a tarefa de colonizar as zonas de fronteira: transporte por conta da Fazenda Real, doação de «um quarto de légua em quadro» concessão gratuita de animais, alfaías agrícolas e sementes. No período compreendido entre 1747 e 1756, verificou-se um grande surto migratório açoriano e madeirense para o Paranaguá, ilha de Santa Catarina e seu continente fronteiro, estendendo-se, posteriormente, ao Rio Grande de São Pedro [do Sul]. A título de exemplo refira-se que em 28 de Novembro de 1751 foi celebrado um contrato com Francisco de Sousa Fagundes para transportar mil pessoas das ilhas para o Brasil. A 16 de Setembro de 1754, a Coroa ajustou com o mesmo indivíduo a colocação de quinhentos madeirenses na ilha de Santa Catarina e suas imediações continentais. O gabinete josefino adoptou idêntica política para o estado do Grão-Pará e Maranhão, que recebeu muitos casais ilhéus. Foi, aliás, com colonos açorianos que o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado fundou, em 1752, a vila de São José de Macapá, na região do Cabo do Norte (Amapá). De acordo com a mesmalinha de orientação, Carvalho e Melo incentivou a



Planta da Nova Vila de Mazagão, c. 1770.
Casa da Insua

transferência para a região amazônica dos habitantes de Mazagão – Praça de Marrocos abandonada em 1769 – que se estabeleceram, conjuntamente com casais oriundos dos Açores, na povoação de Santana, situada nas margens do rio Mutuacá, dando origem à Vila Nova de Mazagão.

Outra das soluções adoptadas para suprir a carência de gente foi a tradicional aquisição de escravos negros. Entre 1750 e 1770, desembarcaram no porto do Recife 47 469 escravos, dos quais 43 147 (90,9%) eram «angolas» e 4322 (9,1%) «minas». No entanto, uma parcela desses africanos foi transferida para o Rio de Janeiro: 15 038 «angolas» e 1402 «minas».

A concessão de liberdade aos índios

Quer a imigração quer a importação de mão-de-obra escrava não eram, contudo, suficientes para fornecer os amplos contingentes

populacionais de que necessitavam as autoridades régias para guarnecer as vastíssimas áreas fronteiriças da América Portuguesa. Para procurar suprir essa dificuldade, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra chegou à conclusão de que era necessário conceder um estatuto de liberdade aos indígenas e fomentar a prática, em larga escala, da miscigenação. No ponto 33 da primeira Carta Secretíssima (21 de Setembro de 1751) dirigida a Gomes Freire de Andrade, governador do Sudeste e Sul do domínio americano, Carvalho e Melo defende o pressuposto de que a riqueza e poderio de cada reino dependia essencialmente do número dos seus habitantes. Esse princípio ganhava ainda maior acuidade na raia do Brasil que se encontrava despovoada e fazia fronteira com territórios muito populosos pertencentes à Espanha. Para modificar essa situação, Pombal, que já durante a sua permanência em Viena de Áustria debatera longamente o assunto com o duque Manuel Teles da Silva, incitou Andrade a pôr em prática as seguintes disposições destinadas a incrementar o povoamento da região meridional: conceder incentivos suficientemente atractivos para que os tapes, que viviam na América Espanhola, se transferissem para áreas sob jurisdição portuguesa; abolir todas as diferenças existentes entre portugueses e índios; privilegiar os brancos que casassem com mulheres indígenas; tornar público que os filhos desses matrimónios seriam equiparados a naturais do Reino e considerados hábeis para ofícios e honras e, ainda, desenvolver diligências para que os portugueses tratassem com respeito e equidade todos os índios que habitavam ou desejassem vir a habitar no Brasil.

O pensamento do estadista acerca do problema crucial da demografia como instrumento imprescindível para garantir a soberania portuguesa nos imensos territórios americanos influenciou de forma decisiva a opção pela defesa da liberdade dos índios tomada pelo gabinete jose-

Retrato de Francisco Xavier Mendonça Furtado, século XVIII. Coleção Particular



fino. Nas *Instruções régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado de Grão-Pará e Maranhão*, datadas de 31 de Maio de 1751, foram explicitadas as grandes linhas orientadoras da política oficial para o Norte da América Portuguesa. O documento sublinhava que os objectivos essenciais da actuação governativa de Mendonça Furtado se encontravam «indispensavelmente unidos aos negócios pertencentes à conquista e liberdade dos índios, e juntamente às missões». Após enunciar os abusos, inconvenientes e prejuízos resultantes de anteriores decisões reais permitindo o cativeiro dos indígenas, a Coroa determinava ao seu representante que persuadisse os moradores daquele estado a cultivar as suas propriedades à semelhança do que se praticava nas outras regiões da América Portuguesa, ou seja, utilizando mão-de-obra negra. No caso de recorrerem ao trabalho de índios, deveriam pagar-lhes as respectivas jornas e tratarem-nos com humanidade, ao contrário do que até então se verificava.

Devido à grave epidemia de varíola que entre 1743 e 1749 dizimara as populações ameríndias, o capitão-general empregaria todos os meios ao seu alcance para garantir a robustez e a liberdade dos sobreviventes. O governo josefino deu, ainda, ordens a Mendonça Furtado para que agisse no sentido de criar condições favoráveis destinadas a atrair tribos das florestas com o objectivo de fundar novas aldeias, proporcionando-lhes tudo o que fosse necessário para o seu estabelecimento, fornecendo-lhes os mantimentos mais adequados à preservação da saúde, garantindo-lhes a liberdade e fixando-lhes – ouvidas as Câmaras respectivas e a Junta das Missões – salários justos.

Mendonça Furtado iniciou as suas funções em Belém (Pará) a 24 de Setembro de 1751. Decorrido algum tempo, sondou os mais influentes representantes dos moradores sobre a possibilidade de conceder liberdade aos índios. Estes não concordaram com a promulgação de

medidas régias que protegessem os indígenas, porque pretendiam que a Coroa os autorizasse a capturá-los. Sendo tão generalizada a oposição à política oficial de atribuir um estatuto de igualdade jurídica aos índios, o governador e as autoridades metropolitanas convenceram-se de que não seria viável uma solução do problema por métodos consensuais, tornando-se necessário, por conseguinte, recorrer à via autoritária.

No primeiro semestre de 1755, o monarca sancionou três diplomas da maior importância relativos à integração dos ameríndios na Monarquia Lusitana: o Alvará com força de Lei de 4 de Abril concedendo privilégios aos portugueses que casassem com índias; a Lei de 6 de Junho que restituiu aos índios a liberdade das suas pessoas, bens e comércio e, finalmente, o Alvará com força de Lei de 7 de Junho que proibiu as ordens religiosas de exercer jurisdição temporal, aprovando o estabelecimento de governo e justiça seculares para os índios do Grão-Pará e Maranhão. Os dois últimos textos legislativos foram remetidos ao governador conjuntamente com uma missiva datada de 4 de Agosto, concedendo-lhe autonomia para os tornar públicos quando o entendesse conveniente. Encontrando-se o capitão-general ausente da capital do Estado, por se encontrar em serviço na Comissão de Demarcação (1754-1756), somente seria prudente dar a conhecer a aprovação das leis sobre os indígenas após o seu regresso a Belém e quando os regimentos paraenses se encontrassem em prontidão, de forma a prevenir qualquer tentativa de assuada. Estas razões levaram a que as leis sobre a liberdade dos índios somente tivessem sido publicadas quase dois anos depois da sua aprovação. Assim, a 5 de Fevereiro de 1757 foi dado a conhecer o Alvará de 7 de Junho de 1755 e a 28 de Maio seguinte a Lei de 6 de Junho também de 1755. O lapso de tempo que decorreu entre a divulgação dos diplomas e a sua sequência, indiciam a precau-

ção com que actuou o governador, revelando, em primeiro lugar, apenas as medidas que atingiam as ordens religiosas. Só passados três meses e após desenvolver acções de sensibilização junto dos mais influentes moradores, publicou então a lei que afectava directamente os interesses e as expectativas de muitos colonos: a proibição de reduzir os indígenas à escravatura.

Utilizando as faculdades concedidas pelo governo da Metrópole, Mendonça Furtado redigiu o *Directório, que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará, e Maranhão...* (3 de Maio de 1757), documento que regulamentava minuciosamente os três diplomas régios. Num curto espaço de tempo, o capitão-general elevou à categoria de vila quarenta aldeias de índios, rebaptizadas com designações metropolitanas (Barcelos, Tomar, Moura, Borba, Faro, Óbidos, Aveiro, Alenquer, Santarém, Faro, Almeirim, Chaves, Viseu, Guimarães, Porto de Mós, Sousel e muitas outras).

O Alvará com força de Lei de 8 de Maio de 1758 determinou a aplicação ao Estado do Brasil dos diplomas régios de 1755 referentes à liberdade dos índios e ao seu governo secular, uma vez que até então somente estavam em vigor no estado do Grão-Pará e Maranhão. Finalmente, a 17 de Agosto do mesmo ano foi promulgado o Alvará em que o monarca aprovava o *Directório* elaborado por Mendonça Furtado e, «atendendo a que as suas disposições eram muito convenientes ao Serviço de Deus, do Rei e ao bem comum e felicidade dos índios», tornou-o extensivo a toda a América Portuguesa.

A expulsão dos jesuítas

O gabinete josefino definiu, logo no início da sua entrada em funções, a ocupação efectiva da região amazónica como um dos objectivos prioritários da Coroa. Para atingir esse desiderato, decidiu intervir activamente na definição e execução da política de colonização do Grão-

-Pará e Maranhão, razão pela qual considerou necessário limitar as atribuições e reduzir os poderes temporais das ordens religiosas naquele estado.

De acordo com as linhas de orientação traçadas pelos novos governantes, a actuação dos missionários no Norte do Brasil deveria enquadrar-se nos parâmetros fixados pela Coroa. Assim, os regulares, além do ministério espiritual, colaborariam com as autoridades régias na criação de povoações ao longo das fronteiras, de modo a impedir a penetração de franceses, holandeses, ingleses e espanhóis no território pertencente a Portugal. Teriam, ainda, de exercer uma actividade pedagógica junto dos índios no sentido de lhes ensinar a língua de Camões e de os transformar em fiéis súbditos do monarca lusitano.

Mendonça Furtado foi incumbido de efectuar uma minuciosa visita de inspecção a todas as aldeias dirigidas por eclesiásticos e de elaborar um detalhado relatório sobre cada uma delas. Circulando notícias sobre o excessivo poder que os missionários (jesuítas, carmelitas e franciscanos) detinham no Grão-Pará e Maranhão, o governador recolheria informações sobre o assunto, aconselhar-se-ia com o bispo do Pará e informaria o soberano sobre a conveniência dos religiosos ficarem apenas com o domínio espiritual, retornando o domínio temporal para a esfera de jurisdição da Coroa e assegurando a Fazenda Real o pagamento das respectivas cóngruas.

O capitão-general recebeu ordens para proceder a uma nova divisão de áreas de missão entre os jesuítas e os franciscanos, que substituísse a aprovada em 19 de Março de 1693. As missões situadas na margem sul do rio Amazonas ficariam a cargo dos inacianos, enquanto as do norte seriam da responsabilidade dos padres de Santo António. Nas regiões que não ficassem abrangidas por aquela delimitação, o represen-



Directorio, que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará, de Maranhão, escrito por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1757. Biblioteca Nacional de Lisboa

tante régio daria sempre preferência aos padres da Companhia de Jesus, porque eles tratavam os índios com mais caridade e eram os que melhor sabiam formar e conservar aldeias, mas evitando sempre conferir-lhes o poder temporal.

Logo no período inicial do seu governo (1751), Mendonça Furtado deparou com a oposição dos jesuítas às ordens régias relativas à não concessão do poder temporal nas novas povoações de indígenas que se criassem. A propósito de fundação de missões no Javari, em que o governador, de acordo com o art.º 22 das respectivas instruções, concedeu a jurisdição espiritual à Companhia de Jesus, mas reservou a temporal para a Coroa, gerou-se um conflito com o padre José Lopes. O vice-provincial do Maranhão considerou que a separação das jurisdições constituía uma violação do Regimento das Missões, pelo que se recusou a criar novas aldeias sem ordens expressas do rei, derogatórias daquele ponto do referido documento.

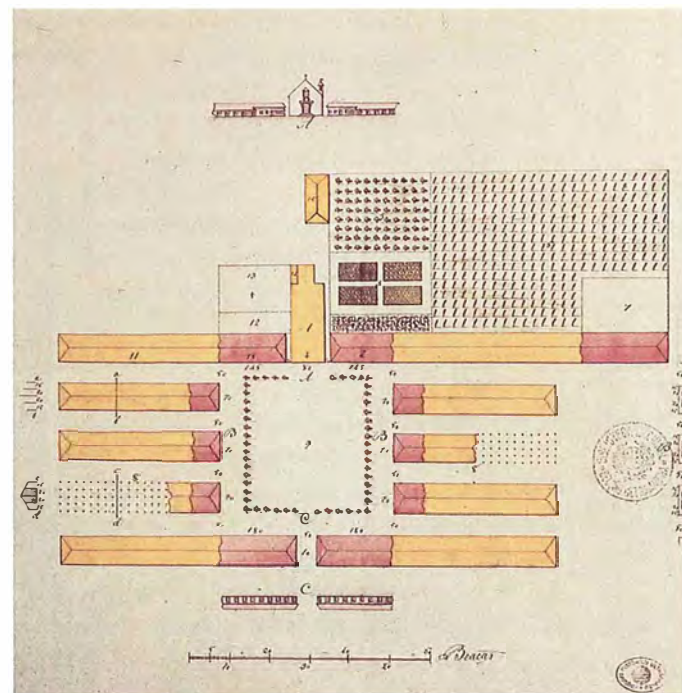
Aos focos de atrito já existentes entre o capitão-general e os inácianos a propósito dos poderes temporais vieram adicionar-se os problemas suscitados pela criação e funcionamento da Comissão de Demarcação de Limites do Norte. Os preparativos para a expedição ao rio Negro, ponto de encontro dos comissários portugueses e espanhóis, tornavam imprescindível o recurso aos indígenas que eram controlados pelas ordens religiosas, sobretudo pela Companhia de Jesus. Esta resistiu denodadamente à cedência de índios para o serviço régio, provocando graves dificuldades à organização da missão. Entre finais de 1752 e Outubro de 1754, Mendonça Furtado enviou repetidos relatórios para Lisboa em que sublinhava a falta de colaboração daqueles regulares, os obstáculos que colocavam à cedência de homens e de canoas e o monopólio que exerciam sobre a mão-de-obra e o comércio no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Quando o comissário régio chegou, a 9 de Outubro de 1754, à aldeia jesuíta de Guaricurú (Melgaço), uma das mais populosas do sertão, encontrou-a quase deserta, verificando-se idêntica situação em Aracurá (Portel). No entanto, a expedição encontrou bom acolhimento nas aldeias administradas pelos carmelitas. Os jesuítas, receosos de que a actividade da comissão demarcadora das fronteiras provocasse interferências estatais nas missões, consentiram ou promoveram as deserções dos índios e, desobedecendo às instruções régias, sonegaram os braços e os víveres requeridos pelas autoridades.

Mendonça Furtado queixou-se vivamente aos três secretários de Estado da falta de cooperação e da desobediência dos religiosos às ordens do governo de Sua Majestade e do seu mais categorizado representante.

As primeiras represálias pelo comportamento dos jesuítas foram tomadas em 1755. Por

Plano projectivo de um novo estabelecimento de Índios, 1782. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa



Carta Régia de 3 de Março desse ano, a missão da aldeia do rio Javari, na fronteira com os domínios espanhóis, foi retirada à Companhia de Jesus, sendo confiada a sua administração espiritual aos carmelitas. Foi também determinada a instalação de um posto militar na aldeia do Trocano (Borba), situada na margem oriental do rio Madeira. Decretou-se, ainda, a expulsão de quatro missionários jesuítas por resistência às autoridades.

Pela mesma altura, Carvalho e Melo informou Mendonça Furtado de que o governo, atendendo à falta de colaboração dos religiosos, projectava restringir-lhes as áreas de actuação, impedi-los de se imiscuírem na jurisdição real e episcopal, retirar-lhes o governo temporal das aldeias de índios e anular-lhes o monopólio informal sobre o comércio do estado do Grão-Pará e Maranhão. A mesma missiva ordenava ao governador que prevenisse particularmente o vice-provincial da Companhia de Jesus que D. José I desejava aplicar à América Portuguesa o regime vigente no Reino, ou seja, que os regulares se dedicassem exclusivamente ao ministério espiritual e que os magistrados régios se ocupassem das questões temporais.

A fundação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (7 de Junho de 1755) criou um novo foco de conflito entre as autoridades régias e a Companhia de Jesus. O novo regime comercial vedava aos inácianos da Amazónia a remessa directa de mercadorias para os seus procuradores em Lisboa. A partir da sua entrada em funcionamento, os religiosos ficavam obrigados, tal como os restantes agentes económicos maranhenses e paraenses, a entregar as respectivas produções nos armazéns da nova empresa monopolista.

Os jesuítas da Província de Portugal aperceberam-se rapidamente de que os interesses económicos das missões amazónicas seriam profundamente afectados pela instituição da Companhia

Geral, pelo que desenvolveram uma estratégia de oposição conducente a obter a revogação do alvará régio de confirmação dos seus estatutos. Efectuaram contactos com o monarca no sentido de lhe chamar a atenção para os pre-juízos que adviriam para as populações e para os próprios missionários da instauração do regime de monopólio comercial, procuraram convencer sectores influentes dos malefícios que resultariam da aplicação da nova política para o Norte da América Portuguesa e tentaram ganhar o apoio de personalidades para a sua causa. Chegaram mesmo ao ponto de utilizar os púlpitos para combater as medidas governamentais que consideravam nocivas para os seus interesses. No dia 15 de Junho de 1755, o padre Manuel Ballester, num sermão proferido na Basílica de Santa Maria Maior, defendeu que os accionistas daquela empresa não entrariam na Companhia de Cristo, antes seriam réprobos e condenados ao fogo eterno.

O padre Bento da Fonseca (1702-1781), procurador-geral em Lisboa das missões do Grão-Pará e Maranhão desde cerca de 1739, estabeleceu contactos com os mercadores lisboetas prejudicados pela abolição do sistema de comércio livre e redigiu a minuta de uma petição dirigida a D. José I em que se solicitava a anulação do monopólio concedido à Companhia Geral.

A reacção do monarca e do seu governo à aliança dos jesuítas com a direcção da Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócios foi contundente. O padre Ballester foi desterrado para setenta léguas da Corte. Encontradas provas de que o padre Fonseca tinha participado na redacção do documento de protesto, foi-lhe aplicada idêntica pena.

Esta questão constituiu o primeiro incidente entre o governo do Reino e a Província de Portugal, encontrando-se na raiz do conflito divergências relacionadas com as missões brasílicas. No entanto, o comportamento dos jesuítas portugueses, associado ao conhecimento da actuação dos

missionários da província do Paraguai e da vice-província do Maranhão, induziu os detentores do poder a considerarem que a Companhia de Jesus se podia transformar num sério opositor à política de reforço e ampliação das esferas de competência do Estado, de concessão de monopólios e privilégios a produtores, comerciantes e armadores nacionais e de subordinação dos grupos sociais e instituições autónomas ao poder régio.

A divulgação em Belém do Pará – em 1757 – das leis referentes à cassação do poder temporal aos regulares e à concessão de liberdade aos índios provocou manifestações de desgosto por parte dos discípulos de Santo Inácio de Loiola. Como não aceitaram permanecer nas aldeias de indígenas nas novas condições, ou seja, sujeitos à tutela episcopal e sem o poder temporal, os missionários abandonaram-nas e partiram para os seus colégios. Alguns retiraram-se e levaram canoas, bens móveis das igrejas e residências, bem como alfaías religiosas, não respeitando, por conseguinte, as deliberações da Junta das Missões de 5 de Fevereiro de 1757 para que deixassem todos os bens pertencentes ao comum das aldeias.

A reacção do governador foi bastante enérgica. Escorado na delegação de poderes enviada de Lisboa, decretou a expulsão para o Reino de vinte e um religiosos considerados rebeldes às ordens de Sua Majestade. Concomitantemente enviou minuciosos ofícios aos secretários de Estado dando a conhecer a resistência dos jesuítas ao cumprimento efectivo das leis, o abandono das missões e a apropriação indevida dos bens das aldeias.

A resposta governamental aos desafios dos missionários foi dura e multifacetada. Ainda em Setembro de 1757, compilaram-se na secretaria de Estado os elementos necessários à publicação de uma obra de cariz acentuadamente antijesuítica: a *Relação abbreviada da Republica, que os Religiosos Jesuitas das provincias de Portugal e*

Hespanha, estabelecerão nos Dominios Ultramarinos das duas Monarchias... Em Outubro, foram dadas instruções ao ministro de Portugal na Cúria de Roma para informar o pontífice do comportamento rebelde dos inicianos no Império Português e para solicitar a tomada de medidas destinadas a corrigi-los.

As diligências do representante diplomático lusitano foram coroadas de êxito, tendo o Papa Bento XIV nomeado, por Breve de 14 de Abril de 1758, o Cardeal Saldanha para o cargo de Visitador e Reformador Geral da Companhia de Jesus nos Reinos de Portugal, Algarves e seus Domínios Ultramarinos. A 15 de Maio, o Cardeal Visitador publicou um Mandamento em que proibia a prática de quaisquer actividades comerciais aos inicianos.

Na noite de 3 de Setembro de 1758, D. José I foi vítima de uma tentativa de assassinato. A 12 de Janeiro de 1759 foi publicada a sentença da Junta da Inconfidência que implicava os jesuítas no atentado, concluía que se tinham aliado com os inimigos do rei e maquinado a sua morte. A Carta Régia de 19 do mesmo mês ordenava aos juízes que, após apreenderem todos os papéis que encontrassem nos colégios, residências, engenhos e fazendas, deviam agrupar aqueles religiosos nos estabelecimentos principais e mantê-los sob custódia militar. No início de 1760, os governadores do Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro receberam ordens para tornar pública a expulsão total da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, aprovada pela Carta Régia de 3 de Setembro de 1759.

Economia e fiscalidade

A primeira inovação introduzida pela administração josefina na área económica e tributária consistiu em substituir o método de arrecadação do imposto régio sobre o ouro. Por Alvará com força de Lei de 3 de Dezembro de 1750 foi abolida a capitação na cobrança do direito



Vista de Cuyabá, Mato Grosso, 1772. Casa da Ínsua

senhorial dos quintos, sendo substituída por uma quota mínima anual de 100 arrobas para a Coroa, garantida pelos municípios que se comprometiam a lançar derramas para compensar eventuais diferenças entre a quantia efectivamente arrecadada e a importância destinada ao erário real. Esta alteração, que adoptava, em linhas gerais, a solução proposta pelos procuradores dos povos de Minas Gerais ao conde de Galveias, em 24 de Março de 1734, encontrou grande oposição por parte de Alexandre de Gusmão, antigo secretário de D. João V, membro do Conselho Ultramarino e um dos artífices da lei revogada que se encontrava em vigor desde 1735. O diploma josefino determinou a criação de casas de fundição nas sedes das comarcas auríferas que seriam dirigidas por um intendente e um fiscal, nomeados pelas câmaras e aprovados pelo ouvidor. Da aplicação dessa política resultou a fundação dos seguintes estabelecimentos: Cuiabá (1751), em Mato Grosso; Vila Boa (1751)

e São Félix (1754), em Goiás e Jacobina (1755), na Bahia. Haveria, também, intendentess-gerais nas Casas da Moeda da Bahia e do Rio de Janeiro. Esta matéria foi minuciosamente regulamentada através do Regimento das Intendências e Casas de Fundição, promulgado a 4 de Março de 1751. O governo tomou, ainda, medidas conducentes a combater o contrabando de ouro: expulsou os ourives das regiões auríferas, proibiu a circulação do ouro em pó, ordenou a intensificação das patrulhas de dragões e renovou os dispositivos legais que proibiam a reexportação de ouro e pedras preciosas.

A adopção deste conjunto de decisões tinha por objectivo aumentar a receita régia, combater a saída clandestina de ouro para o estrangeiro e, também, revogar um método fiscal opressivo para os sectores da população que não estavam ligados à mineração e que originava muitos abusos e injustiças. A preocupação pela escolha de um modelo mais justo e equilibrado encon-

tra-se, aliás, bem patente no preâmbulo do diploma de 3 de Dezembro em que se afirma, nomeadamente, que se preferia a tranquilidade e a comodidade dos povos à obtenção de maiores receitas para o Real Erário. O novo método de cobrança proporcionou à Coroa, na década de 1752-1762, um rendimento médio anual de 108 arrobas, enquanto o anterior sistema tinha permitido arrecadar 125,4 arrobas por ano. No período compreendido entre 1762 e 1777, a quantidade média anual cobrada baixou para 82,5 arrobas devido ao progressivo esgotamento do ouro de aluvião.

A falência, em 1753, do contratador da exploração dos diamantes do Serro Frio, Felisberto Caldeira Brant, levou o governo metropolitano a reprimir mais intensamente o contrabando das pedras preciosas e a adoptar uma agressiva política comercial destinada a enfrentar os grandes mercadores judeus de Amesterdão e Londres que comercializavam diamantes orientais. No início

dos anos setenta, desencadeou-se nova crise. Para procurar resolver o problema, a administração josefina procedeu à criação do Distrito Diamantino – explorado directamente pela Coroa em regime de monopólio – e da Inspeção-Geral dos Diamantes (Decreto de 12 de Julho de 1771), adoptando o sistema contratual para a sua comercialização. Pouco depois, o contrato de exportação foi confiado a Daniel Gildmeester que o manteve até 20 de Julho de 1782.

O governo metropolitano empenhou-se, também, em tomar medidas que contribuíssem para garantir a genuinidade e fomentar a competitividade dos primeiro e terceiro produtos de exportação da América Portuguesa, respectivamente, o açúcar e o tabaco. Logo em Janeiro de 1751, ou seja, passados apenas seis meses do início da administração josefina, foram aprovados diplomas destinados a atingir os referidos objectivos.

O Regimento da Alfândega do Tabaco, promulgado a 16 de Janeiro, procurava alterar a difícil situação em que se encontrava a cultura do fumo e defender conjuntamente os interesses dos produtores, comerciantes e armadores, além das receitas fiscais da Coroa. Para tanto, classificou o tabaco em três tipos (primeira, segunda e terceira escolhas), fixou os preços líquidos a pagar aos lavradores (1000 réis/arroba para a 1ª escolha e 900 para a 2ª), determinou que para os portos do Reino somente pudesse ser exportado tabaco das 1ª e 2ª qualidades e autorizou a venda de rolos da terceira escolha para a costa ocidental africana. Estas disposições revelam a preocupação de reservar para o mercado europeu o produto de melhor qualidade, uma vez que o tabaco brasileiro enfrentava aí a concorrência do tabaco oriundo das colónias britânicas, sobretudo da Virgínia, deixando para o comércio com África – onde era utilizado como meio de pagamento para a aquisição de escravos desti-

Modo de minerar e retirar os diamantes, anónimo, século XVIII. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa





Produção de tabaco, de Pedro Poret, 1694.
Histoire Generale des Drogues

nados fundamentalmente às plantações de cana-de-açúcar – a mercadoria de terceira escolha.

O referido diploma previa, ainda, a criação de quatro mesas de inspecção (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão) com a finalidade de examinar e classificar os rolos destinados à exportação, apondo-lhe selos de garantia e tabelando os preços dos fretes do açúcar e do tabaco (300 réis/arroba ou 16 200/tonelada de 54 arrobas). Para se compreender a preocupação do governo josefino com o tabaco, deve sublinhar-se que, para além de constituir o terceiro produto da pauta de exportação brasileira, dele dependiam numerosos produtores, muitos dos quais possuíam pequenas explorações em que associavam a cultura do tabaco com a pecuária. Refira-se, a título de exemplo, que no último quartel do século XVIII se encontravam cadastrados, apenas na região da Cachoeira (Bahia), oito mil lavradores de fumo.

Para combater as repercussões negativas resultantes da tendência para a queda da cotação do açúcar no mercado internacional que se verificou a partir do início da década de cinquenta de setecentos – a média do preço do

açúcar na Holanda baixou de 4\$262 réis/arroba no decénio de 1741-1750 para 4\$147 em 1751-1760 – o governo aprovou, através do Decreto de 27 de Janeiro de 1751, um diversificado conjunto de medidas. Assim, simplificou a tramitação nas Alfândegas do Reino; eliminou algumas taxas que oneravam o despacho daquela mercadoria; regulou as tabelas dos fretes e fixou o preço líquido do açúcar a pagar aos senhores de engenho. Para o produto originário da Capitania da Bahia foi estipulada a seguinte cotação:

açúcar branco fino	1\$400 réis/arroba
açúcar branco redondo	1\$200 réis/arroba
açúcar branco batido	\$900 réis/arroba
açúcar mascavado macho	\$600 réis/arroba
açúcar mascavado batido	\$500 réis/arroba
açúcar mascado broma	\$400 réis/arroba

No Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão, a importância a pagar aos produtores seria inferior em cem réis por arroba para todos os tipos.

A 1 de Abril de 1751, D. José I assinou o Regulamento das Casas de Inspeção do Tabaco e Açúcar. Os novos organismos tinham por missão primordial remover os obstáculos ao progresso da cultura daqueles dois géneros, classificá-los, velar pela sua qualidade, reprimir as fraudes na qualidade e peso e regular os preços. Cada Casa de Inspeção disporia de três inspectores (um delegado régio, um representante dos produtores (senhores de engenho ou lavradores de tabaco) e um dos negociantes. Determinava-se que cada unidade destinada à exportação deveria levar três marcas: a primeira do produtor, a segunda da qualidade e a terceira da capitania; estabeleceram-se as marcas para os vários tipos de açúcar e de tabaco e fixaram-se as penalidades a aplicar aos falsificadores.

Estas medidas suscitaram, no entanto, reacções negativas por parte dos produtores que protestaram contra a irregularidade das frotas e

o baixo preço atribuído aos produtos, atendendo ao elevado custo do crédito e dos factores de produção (escravos, cavalos, bois e cobre). Apesar das críticas, o governo manteve o sistema, mas tomou outras deliberações destinadas a apoiar os produtores de açúcar e de tabaco: isentou-os de execuções judiciais por dívidas e extinguiu o sistema de frotas (Alvará de 10 de Setembro de 1765). No final do reinado josefino, uma grave crise da cultura do fumo levou à aprovação das seguintes medidas: abolição da cobrança de impostos sobre o tabaco na Alfândega de Lisboa (Decreto de 30 de Abril de 1774); concessão de estímulos ao cultivo de espécies de melhor qualidade por parte dos pequenos lavradores, aprovação de normas de plantio e beneficiação das plantas, reorganização dos circuitos de comercialização e introdução de alterações na política de preços (Alvará de 15 de Julho de 1775).

O principal obstáculo à ampliação das áreas agricultadas no Norte da América Portuguesa residia na afluente falta de mão-de-obra com que se debatia a região. Com o objectivo de encontrar uma solução para o problema da carência de braços, o governador do Grão-Pará e Maranhão propôs, em Janeiro de 1754, a criação de uma Companhia Geral de Comércio Nacional que assegurasse o fornecimento de negros destinados ao cultivo das terras abandonadas e ao trabalho nas minas de Mato Grosso.

A sugestão do governador encontrou acolhimento favorável junto do futuro Marquês de Pombal, o qual, além das vantagens apontadas pelo irmão, divisava, ainda, as seguintes consequências positivas que resultariam da concretização daquela proposta: combater o contrabando francês com o Pará e Maranhão; introduzir em circulação moeda metálica, uma vez que os meios de pagamento utilizados na região eram novelos de algodão e caroços de cacau, e promover a plena integração económica daquele estado, até então praticamente margi-

nal, nos circuitos económicos atlânticos, através da aquisição de escravos em África, da exportação das suas produções para os portos do Reino – e a partir destes para os outros Estados europeus – e da importação de mercadorias metropolitanas e estrangeiras. O incremento das actividades económicas geraria maior riqueza, donde resultaria o aumento das receitas fiscais, facto que proporcionaria ao Erário Régio acrescidos recursos financeiros que possibilitariam prosseguir e intensificar as políticas de povoamento, fortificação e exploração geográfico-científica do imenso território amazónico; permitiria, ainda, através da concessão de monopólios, incentivar a construção naval, aumentar a quota de mercadorias brasileiras transportadas pela Marinha nacional e apoiar a grande burguesia comercial metropolitana, de modo a diminuir a excessiva predominância dos comerciantes ingleses nos circuitos comerciais portugueses.

A 7 de Junho de 1755, D. José I assinou o Alvará que confirmava a instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a quem foi concedido, pelo prazo de vinte anos, passível de prorrogação, o monopólio das rotas comerciais de São Luís do Maranhão e de Belém do Pará.

Até à data da sua extinção, ocorrida a 5 de Janeiro de 1778, a Companhia desempenhou um importante papel no desenvolvimento da economia nortenha. A sua actividade contribuiu para intensificar a exportação de madeiras e drogas do sertão (cacau, canela, cravo, salsaparrilha, baunilha, canafístula, quina, etc.), incrementar a criação de gado e fomentar a agricultura comercial (plantações de algodão, arroz, tabaco e café). A concessão de crédito aos lavradores permitiu estimular significativamente a produção desses bens. Assim, decorridos cerca de quatro anos, o Maranhão exportou as primeiras 651 arrobas de algodão. A preocupação com a competitividade das mercadorias que exportava

SENHOR.

OS HOMENS DE NEGOCIO DA PRAÇA DE Lisboa, abaixo assinnados, em seu nome, e dos mais Vassallos de V. Magestade, moradores neste Reino, tendo assistidos pela representação, que a V. Magestade fizeram os habitantes da Capitania do Grão Pará em quinze de Fevereiro do anno proximo passado de mil e setecentos e sincoenta e quatro; e animados pela esperança de fazerem hum grande favor a Deos, a V. Magestade, ao bem commum, e á conservação daquelle Estado e seu convívio em formarem para elle huma nova Companhia, que, cultivando seu commercio, fertilize ao mesmo tempo por este proprio meio a agricultura, e a povoação que nelle se achão em tanta decadencia: Havendo V. Magestade por bem sustentar a dita Companhia com a confirmação, e concessão dos estabelecimentos, e privilegios seguintes.

1. A dita Companhia constituirá hum corpo politico composto de hum Provedor, de oito Deputados, e de hum Secretario: A saber oito Homens de Negocio da Praça de Lisboa, e hum Artifice da Casa dos Vinte e quatro, sendo todos qualificados na maneira abaixo declarada. Além dos referidos Deputados haverá tres Conselheiros do mesmo corpo do commercio, em quem concorrão as mesmas qualificações, posto que não tenham a do Capital na Companhia. Será esta denominada: *a Companhia do Grão Pará*. Os papéis de Officio, que della emanarem, serão sempre expellidos em nome do Provedor, e Deputados da mesma Companhia, e deverá ter hum sello distincto, em que se veja gravada a Estrella do Norte sobre huma ancusta de Navio, e a Imagem de N. Senhora da Conceição na parte superior; do qual sello poderá usar em todos os papéis, que expadir, como bem lhe parecer.

2. O sobredito Provedor, e Deputados serão commerciantes Vassallos de V. Magestade, não ses ou naturalizados; e moradores nesta Corte, que tenham dez mil cruzados de interesse na dita Companhia, e dahi para cima, com tal declaração, que, succedendo não concorrer em alguma das ditas profissões pelloa habilit em quem se achem ambas as ditas qualidades, se possa supprir da outra profissão entre as duas approvadas.

3. As eleições do sobredito Provedor, Deputados, e Conselheiros, se farão sempre na Casa do despacho da Companhia pela pluralidade de votos dos interessados, que nella tiverem lico não cruzados de sesões, ou dahi para cima. Aquelles, que menos tiverem, se poderão com tudo unir entre si para que, prezando a dita quantia, constitua em nome de todos hum favor; que poderá nomear como bem lhes parecer: Servindo os primeiros eleitos para a fundação por tempo de tres annos: E sendo todos os outros annuaes, sem que aquelles, que servirem hum anno, possam ser reelectos no proximo seguinte, senão na maneira abaixo declarada no §. 6. Ao mesmo tempo se elegerão na mesma forma entre os ditos Deputados hum Vice-Provedor, e hum Substituto, para occuparem gradualmente o lugar do Provedor nos casos de morte, ou de impedimento.

4. Sendo a dita Companhia formada do Cabedal, e subslancia propria dos

1759, a criação de uma companhia para a área de jurisdição da sua capitania-geral (capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e ouvidoria de Alagoas). O objectivo fundamental dessa empresa consistiria em fomentar o desenvolvimento das actividades económicas dessa região, que se encontrava profundamente debilitada, devido, por um lado, às sequelas da invasão holandesa que destruiu uma parcela significativa dos seus canaviais, engenhos e capitais e, por outro, aos efeitos da concorrência do açúcar antilhano no mercado internacional.

A sugestão do representante régio foi favoravelmente acolhida, tendo o rei assinado, a 13 de Agosto de 1759, o Alvará de confirmação dos estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, a quem foi concedido o monopólio do comércio externo daquela região, efectuado sobretudo através do porto do Recife.

A Companhia apostou na diversificação da gama de produções na área nordestina, tendo fomentado o aparecimento de plantações de algodão e arroz e incrementado a pecuária. A grande apetência do mercado metropolitano pelos vários tipos de couros contribuiu para intensificar a criação de gado no nordeste e para suscitar o aparecimento de numerosas fábricas de sola e de atanados em Pernambuco e na Paraíba, donde resultou um significativo aumento do volume das exportações de carne seca, couros em cabelo, atanados, meios de sola e vaquetas.

Em 1770 efectuou-se a aclimação dos primeiros cafeeiros no Rio de Janeiro. A partir da região fluminense, a produção de café estendeu-se progressivamente ao vale da Paraíba, a São Paulo e ao sul de Minas Gerais.

Com o objectivo de combater o contrabando e de tentar impedir a penetração indirecta de mercadores estrangeiros, sobretudo ingleses, nos circuitos comerciais brasílicos, foi proibida,

Alvará que institui a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Biblioteca Nacional de Lisboa

levou a Companhia a introduzir no Pará, em 1773, o arroz branco, oriundo da Carolina, em substituição do arroz nativo (de pelúcula vermelha), devido à maior aceitação que a primeira espécie encontrava no mercado europeu. A actividade da Companhia contribuiu, em suma, para aumentar o volume global das exportações do estado do Grão-Pará e Maranhão, para promover a melhoria da qualidade dos seus produtos e, ainda, para diversificar o leque das suas culturas.

O modelo adoptado para arrancar o Norte da América Portuguesa ao estado de marasmo económico em que se encontrava inspirou o governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, a solicitar ao governo metropolitano, em



Colheita de café, de J. Moritz Rugendas, *Malerische Reise in Brasilien*, Paris 1835. Biblioteca Nacional de Lisboa

através do Alvará de 6 de Dezembro de 1755, a actividade dos «comissários volantes».

Para facilitar as ligações comerciais entre a Metrópole e o Brasil, o Alvará de 10 de Setembro de 1765 aboliu o sistema de frotas, tornando livre a navegação para os portos cuja frequência não se achasse vedada pelo regime de exclusividade.

Em 1765, o governo unificou os contratos da caça à baleia, abrangendo as três armações do litoral brasileiro (Bahia, Rio de Janeiro e ilha de Santa Catarina). Desse modo, surgiu a Companhia de Pescas da Baleia da Costa do Brasil, cuja exploração foi concedida em regime de monopólio, pelo prazo de 12 anos, a Inácio Pedro Quintela, contra o pagamento anual de 80 000 cruzados.

O incremento da construção naval constituiu uma das preocupações do governo josefino para

o Estado do Brasil. Para concretizar esse objectivo, o Regimento de 16 de Janeiro de 1751, a Lei de 29 de Novembro de 1753 e o Alvará de 12 de Novembro de 1757 conferiram preferência aos navios construídos nos estaleiros do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Paraíba para carregar mercadorias nos respectivos portos, desde que pertencessem a armadores residentes naquelas capitanias.

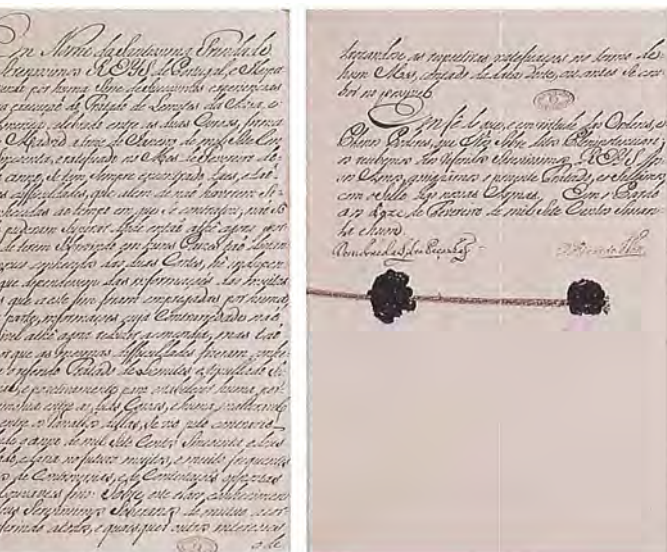
A Coroa procurou estimular a produção de metais na colónia, pelo que concedeu, em 1765, a Domingos Ferreira Pereira, o exclusivo da mineração de ferro, chumbo e estanho na comarca de São Paulo.

Delimitação de fronteiras, política militar e guerras luso-espanholas

A 13 de Janeiro de 1750, os representantes dos reinos de Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madrid com o objectivo de solucionar definitivamente os conflitos sobre os limites das respectivas possessões ultramarinas, sobretudo na América. Os obstáculos levantados pelos guaranis e pelos jesuítas espanhóis e portugueses à sua execução, as reticências do gabinete de Lisboa à entrega da Colónia do Sacramento, bem como as profundas alterações introduzidas na política externa da Corte de Madrid após a subida ao trono de Carlos III (1759) levaram os dois governos a revogá-lo, através do Tratado do Pardo (12 de Fevereiro de 1761).

Na sequência da assinatura do Pacto de Família (França, Espanha e Nápoles), celebrado a 15 de Agosto de 1761 e a que o governo josefino se recusou a aderir, os estados bourbónicos declararam guerra e prepararam-se para invadir Portugal. Nessa ocasião, estiveram aparelhados navios no porto de Lisboa para, em caso de necessidade, transportarem a Corte para o Brasil.

Este conflito teve reflexos nos domínios americanos dos dois reinos peninsulares. A 15 de Junho de 1762, o governador de Buenos Aires,



D. Pedro de Cevallos, rompeu as hostilidades, pondo cerco à Colónia do Sacramento. Após obterem a rendição da praça-forte lusitana na margem direita do Rio da Prata, os exércitos espanhóis invadiram o extremo sul da América Portuguesa e ocuparam, em 1763, o Rio Grande [do Sul].

Em 1774, o governo nomeou o tenente-general João Henrique Böhme, colaborador do marechal Lippe, para comandar as hostes lusitanas no Sul do Brasil, dirigir os trabalhos de fortificação da região e planear a reocupação das áreas conquistadas pelos invasores. As forças navais e terrestres portuguesas recuperaram, em Fevereiro de 1776, o território riograndense. Carlos III, por seu turno, ripostou, organizando uma poderosa armada de mais de cem navios (com um potencial de fogo de seiscentos e trinta e dois canhões) e dezanove mil homens, cujo comando confiou a Cevallos, tendo-lhe fixado como objectivo a conquista da ilha de Santa Catarina, do Rio Grande e da Colónia do Sacramento. Quando terminou o período pombalino (Fevereiro de 1777) encontravam-se em pleno desenvolvimento as operações militares espanholas na

região meridional do Brasil, fortemente desfavoráveis às armas portuguesas. O restabelecimento da paz e a rectificação das fronteiras ocorreram já no reinado de D. Maria I, através do Tratado de Santo Ildefonso (1 de Outubro de 1777), que restituiu a Portugal a ilha de Santa Catarina e o Rio Grande até ao arroio do Chuí, mas incorporou na América Espanhola a Colónia do Sacramento (Uruguai), o presídio do Iguatemi (Paraguai) e a região dos Sete Povos das Missões, compreendida entre os rios Ibicuí e Pequiri. Esta última área viria, todavia, a ser recuperada por Portugal na guerra de 1801 e integrada na Capitania do Rio Grande [do Sul].

A manutenção da integridade das fronteiras do Brasil representava um gigantesco desafio para os recursos demográficos, financeiros e militares da Monarquia Lusitana que, para além disso, tinha também importantes interesses a defender nas ilhas atlânticas, em África e na Ásia. O facto da América Portuguesa ter uma superfície superior a 8 000 000 de quilómetros quadrados – equivalente a cerca de 47% da América do Sul – e uma fronteira de mais de 15 000 quilómetros com quatro potências: França (Guiana Francesa), Holanda (Suriname), Grã-Bretanha (Guiana Inglesa) e Espanha (correspondente aos actuais Estados da Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai) conferia ao problema uma dimensão praticamente continental.

Apesar da amplitude da tarefa, o governo josefino adoptou uma política sistemática de fortificação das zonas estrategicamente mais sensíveis da sua colónia americana. Nas Comissões de Demarcação de Limites do Norte e do Sul foram integrados grupos de engenheiros militares e de astrónomos, entre os quais se encontravam alemães e italianos, que procederam a um importante levantamento geográfico e cartográfico das mais recônditas paragens brasileiras. A partir dos trabalhos prévios de reconhecimento

Tratado do Pardo, Madrid, 1761. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa



Primeira página do Tratado de Santo Ildefonso, firmado por D. Maria I de Portugal e D. Carlos III de Espanha. Santo Ildefonso, 1 de Outubro de 1777. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

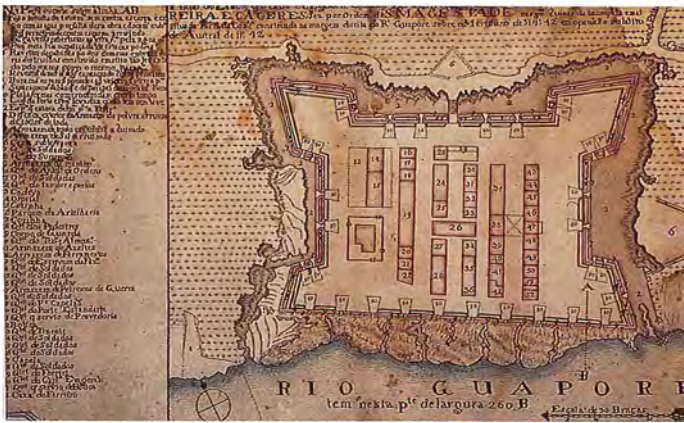
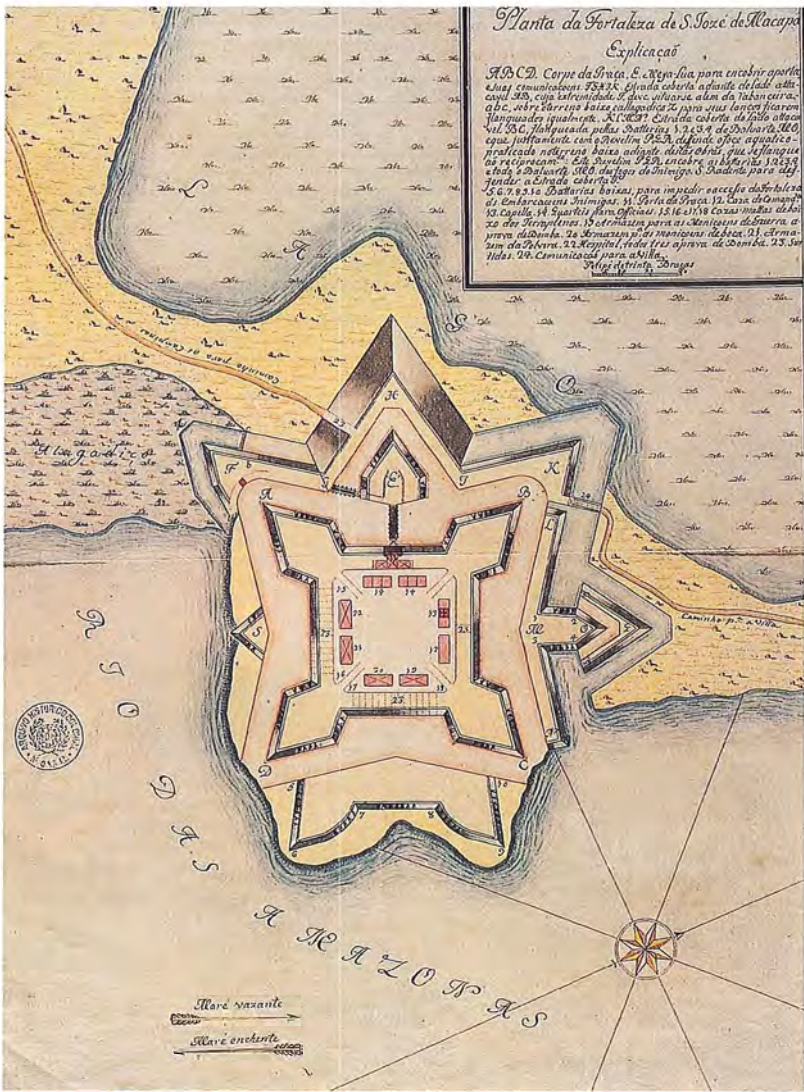
Planta da Fortaleza de São José de Macapá, século XVIII. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

Prospecto do Forte de Bragança, c. 1774. Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro

Plano do Exame que o Governador e Capitão General Luiz D' Albuquerque..., c.1774. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro

do terreno foi delineado o plano de construção de uma rede de fortificações que garantisse a soberania sobre as zonas estrategicamente vitais ou potencialmente mais conflituosas.

Na região do Cabo do Norte foi erigida a Fortaleza de São José de Macapá, na margem esquerda do rio Amazonas, destinada a assegurar a defesa face a possíveis ataques franceses.



Para proteger o território das constantes incursões holandesas edificou-se, em 1752, o Forte de São Joaquim, na cabeceira do Rio Branco. Na fronteira com a América Espanhola foram construídas as seguintes estruturas defensivas: São José de Marabitanas e São Gabriel da Cachoeira, nas margens do Rio Negro e Tabatinga, nas imediações do rio Javari. A capitania de Mato Grosso foi dotada de dois fortes nas proximidades do rio Guaporé: Bragança e o imponente Príncipe da Beira, cuja construção se iniciou em 1776, sob a direcção do governador Luís de Albuquerque Melo Pereira e



destaque para a ilha de Santa Catarina, vila de São Pedro e Colônia do Sacramento.

Luiz D' Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.
Casa da Insua

Organização administrativa e judicial

A estruturação de um Estado baseado nas doutrinas do Despotismo Esclarecido não era compatível com a partilha de parcelas de jurisdição em algumas áreas da América Portuguesa, através do sistema das capitanias-donatarias, razão pela qual a administração josefina prosseguiu a política iniciada nos reinados anteriores de incorporar na Coroa as unidades que ainda estavam na posse de particulares, mediante a concessão de indenizações. Deste modo, foram integradas no domínio régio as seguintes unidades: Paraíba do Sul, Cumá e Cametá, Caeté, Joanes (Marajó), Itamaracá, Recôncavo da Baía, Itaparica, Ilhéus e São Vicente. A capitania de Porto Seguro, pertencente ao duque de Aveiro, somente caiu sob a alçada real na sequência do confisco geral dos bens daquele nobre (1759), decretado após o falhado atentado contra D. José I.

Cáceres. Projectado de acordo com as regras de Vauban, constitui um quadrilátero perfeito, flanqueado de quatro baluartes em cada ângulo. Possuía casernas, casa da pólvora, arsenal, armazéns, cisterna, hospital, cadeia, igreja e casa do governador. Enfim, uma obra-prima da arquitetura militar em pleno sertão brasileiro.

O litoral foi, também, objecto de importantes trabalhos defensivos. O governador, conde de Bobadela, e os vice-reis, conde da Cunha e marquês do Lavradio, mandaram construir uma linha de baluartes que transformou o Rio de Janeiro numa praça inexpugnável, formaram novas unidades militares (companhias de dragões e terços de infantaria) e fundaram a Casa do Trem, o Arsenal da Marinha, fábrica de armas e depósitos de munições. Na região meridional, efectuaram-se significativos esforços na edificação de novas fortificações e na reparação e modernização das já existentes, com particular

Outra das preocupações do reinado josefino consistiu em adequar a divisão administrativa da América Portuguesa às prioridades definidas pelo gabinete: intensificação do povoamento, manutenção da integridade territorial e fomento das actividades económicas. A primeira medida consistiu em dividir o estado do Grão-Pará e Maranhão em dois governos: um com sede em Belém e outro em São Luís, embora o segundo fosse colocado sob a dependência do primeiro. A inversão de posições entre as capitanias do norte revela a importância atribuída à região amazónica, de que resultou a transferência da capital do Estado para Belém (Carta Régia de 30 de Maio de 1751).

Atendendo à extraordinária vastidão da área pertencente ao estado do Grão-Pará, o que dificultava uma eficaz governação e uma rápida

administração da justiça, o gabinete deliberou fundar uma nova unidade administrativa que abrangesse a região ocidental da Amazónia lusitana. A Carta Régia de 3 de Março de 1755 criou a Capitania subalterna de São José do Javari, posteriormente do Rio Negro, delegando no governador do estado do Grão-Pará e Maranhão competência para fixar os respectivos limites, escolher a localização da sede, indigitar o governador, instituir o concelho e indicar os juizes, escrivães e outros funcionários. A capital foi instalada na vila de Barcelos – mais tarde transferida para Manaus por decisão do brigadeiro Manuel da Gama Lobo de Almada – sendo nomeado Joaquim de Melo Póvoas para seu primeiro titular (7 de Maio de 1757).

O gabinete josefino concedeu autonomia limitada à região do Parnaíba, através da fundação da capitania do Piauí (Provisão de 29 de Julho de 1758), que foi colocada sob a dependência do Maranhão. Para seu primeiro governador foi nomeado João Pereira Caldas, tendo a vila da Mocha, futura Oeiras, sido escolhida para capital.

Em 1772, a administração régia optou por extinguir o estado do Grão-Pará e Maranhão, colocando as quatro capitanias – Maranhão, Pará, São José do Rio Negro e Piauí – directamente sob a alçada de Lisboa.

As dificuldades de governar São Paulo a partir do Rio de Janeiro, o estado de anemia económica em que se encontrava a região de Piratininga desde que fora extinta a sua capitania (Alvará de 9 de Maio de 1748) e, ainda, a necessidade de garantir simultaneamente a segurança das fronteiras no sul e no oeste, colocadas em risco pela Guerra dos Sete Anos, levaram o governo régio a restaurar a Capitania de São Paulo (Decreto de 5 de Janeiro de 1765) e a nomear D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, morgado de Mateus, para seu governador.

A importância económica e estratégica do Rio de Janeiro justificou a decisão de transferir para

aquela cidade, em 1763, a sede do governo do Estado do Brasil, que até então estava instalada no Salvador (Bahia). Com efeito, o porto da nova capital funcionava – sobretudo a partir da construção do Caminho Novo que o ligava a Minas Gerais – como o grande pólo importador e exportador da região economicamente mais dinâmica. Por outro lado, a jurisdição que as autoridades estabelecidas no Rio de Janeiro exerciam sobre Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro [do Sul] e Colónia do Sacramento, ligava indissociavelmente o Rio de Janeiro à estratégica e disputada região Sul da América Portuguesa. Daí que a Coroa tivesse optado por transferir o seu mais alto representante – o vice-rei – para uma cidade que dispunha de amplos recursos económicos, de boas estruturas defensivas e que se encontrava mais próxima do teatro de operações.

A crescente ascensão do burgo fluminense encontrava-se já patente nas alterações introduzidas na administração da justiça. Assim, o Regimento de 13 de Outubro de 1751 criou a Relação do Rio de Janeiro com jurisdição sobre treze comarcas do Centro-Sul do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Rio das Mortes, Sabará, Rio das Velhas, Serro Frio, Cuiabá, Goiás, Paranaguá, Espírito Santo, Itacazes e Santa Catarina), incluindo todas as judicaturas, ouvidorias e capitanias situadas na sua zona de influência. O novo distrito judicial, separado inteiramente da Relação da Bahia, contava com dez desembargadores, incluindo o chanceler da Relação, os ouvidores-gerais do crime e do cível, um juiz dos feitos da Coroa e Fazenda e um promotor da justiça.

Com o objectivo de aperfeiçoar o funcionamento da justiça, o Alvará de 18 de Janeiro de 1765 criou Juntas em todas as cidades ou vilas onde residissem ouvidores-gerais, para obviar às grandes demoras decorrentes do afastamento a que se encontrava a maioria dos núcleos populacionais das sedes das relações.

Questões de ensino e cultura

Uma das consequências da expulsão dos jesuítas consistiu no encerramento dos respectivos colégios que asseguravam o funcionamento do ensino na colônia. O governo pombalino pôs em prática, a partir de 1759, uma reforma dos estudos secundários que tinha como objectivos principais a divulgação da doutrina cristã e da língua portuguesa entre as crianças índias; a secularização dos agentes de ensino; a actualização dos métodos pedagógicos, na linha das

teses defendidas pelos oratorianos, e a consequente modernização dos manuais escolares. Os ambiciosos projectos de criar uma ampla rede de ensino no Brasil esbarraram, por um lado, com a insuficiência de indivíduos habilitados e, por outro, com a escassez de recursos quer da Coroa quer da maioria dos pais, sobretudo ameríndios. Apesar das dificuldades, os comissários da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Pará, delegados no Brasil do Director-Geral dos Estudos, propuseram a criação de dezassete lugares

Carta Topográfica da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, de André Vaz Figueira, 1750.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro



Pormenor da *Configuração que mostra a Entrada do Rio de Janeiro*, de Carlos Julião, c. 1779. Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Lisboa



de mestres de ler, escrever e contar, de quinze professores de Gramática Latina, de três professores de Grego, de seis professores de Retórica e de três professores de Filosofia. Instituíram, ainda, escolas em cidades e vilas das capitanias da Baía, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Pará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo. Em 1772, entrou em vigor o Subsídio Literário para financiar as Aulas Régias.

No período pombalino foram criadas duas instituições culturais que tiveram efémera duração: a Academia Brasílica dos Renascidos, fundada em 1759 na cidade do Salvador pelo desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, e a Academia Científica do Rio de Janeiro instalada em 1772 por iniciativa do marquês do Lavradio.

No domínio das belas-artes deve salientar-se o esplendor do barroco mineiro, em que sobressaem as obras de Manuel Francisco Lisboa e de António Francisco Lisboa, o Aleijadinho, designadamente as igrejas de Nossa Senhora do

Carmo e de São Francisco de Assis (Ouro Preto). No reinado josefino foram ainda construídos, entre outros edifícios, o Palácio dos Governadores, em Belém do Pará, sob o risco de António José Landi, e as igrejas do Carmo e da Candelária no Rio de Janeiro.

Nesta época, vários autores nascidos no Brasil viram obras suas editadas na Metrópole. Teresa Margarida da Silva Horta, irmã de Matias Aires, publicou, em 1752, *Máximas de Virtude e Formosura...*, novela de intenções moralizantes de cariz político-social, reeditada em 1777 com o título de *Aventuras de Diófanes*; Manuel Ribeiro da Rocha deu à estampa, em 1758, o *Ethiope Resgatado...*, obra de crítica ao sistema escravagista. Dos prelos de Coimbra saíram, em 1768, as *Obras* de Cláudio Manuel da Costa, poeta arcádico. No ano seguinte, a Régia Oficina Tipográfica imprimiu o poema *O Uruguay* da autoria de José Basílio da Gama; trata-se de uma obra de apologia do pombalismo que utiliza as regras da epopeia greco-latina para cantar, de uma forma idealizada, o índio e simul-

taneamente o conquistador europeu, que proporcionou às populações americanas o acesso à religião e à civilização. Finalmente, a Real Oficina da Universidade [de Coimbra] publicou, em 1774, *O Desertor*, poema da autoria de Manuel Inácio da Silva Alvarenga que satiriza o ensino escolástico e aplaude a reforma pombalina da Universidade, efectuada em 1772.

O Brasil conheceu importantes transformações na época pombalina. A preocupação fundamental da Coroa lusitana em manter a integridade das fronteiras saídas do Tratado de Madrid esteve na base da adopção de políticas de fomento da imigração, de intensificação do povoamento, de concessão de liberdade aos índios, de reconhecimento geográfico e cartográfico e de implantação de estruturas defensivas do extremo norte ao extremo sul do território brasileiro.

Estas decisões foram tomadas numa conjuntura difícil devido ao início do declínio da produção aurífera e ao surgimento de uma crise económica (1762-1779) – que atingiu o auge em 1768-1771 – e que afectou as produções coloniais mais importantes. A resposta dada à nova e adversa situação foi multifacetada: tomaram-se medidas destinadas a melhorar a qualidade e a competitividade dos produtos; adoptou-se uma política de protecção aos senhores de engenho, lavradores e armadores; fomentou-se as actividades agrícolas, pecuárias, piscatórias, extractivas e incentivou-se a diversificação de culturas (arroz, algodão e café). Tratou-se, em suma, de operar uma reconversão da economia sem ouro, assente na valorização das capacidades produtivas da América Portuguesa, mas sempre subordinada aos interesses vitais da Metrópole.

Os objectivos governamentais de diminuir o grau de dependência portuguesa face à Grã-Bretanha, defender os interesses fiscais da Coroa, fomentar o aproveitamento de vastas áreas brasileiras ou reanimar regiões economicamente deprimidas e contribuir para fortalecer os grandes mer-



Frontispício de *O Uruguay*, de José Basílio da Gama. Biblioteca Nacional de Lisboa

cadores, produtores e armadores nacionais estiveram na base da institucionalização de vários monopólios que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da economia do Brasil na segunda metade de setecentos.

A conclusão do processo de incorporação das capitânias particulares na Coroa, a cassação do poder temporal às ordens religiosas, a expulsão dos jesuítas, o aperfeiçoamento e expansão dos sistemas administrativo, judicial e fiscal, os esforços para difundir a língua portuguesa entre os índios e a criação de uma rede escolar oficial foram os reflexos na América Portuguesa da política de reforço do Estado que constitui a marca fundamental da época pombalina.

Pombal e os oratorianos

Eugénio dos Santos



Sebastião José de
Carvalho e Melo,
conde de Oeiras.
Biblioteca Nacional
de Lisboa

PENETRAR NOS ARCANOS DE UMA OUTRA ALMA humana é tarefa sisífica: por mais que se tente e por mais aliciante que a tarefa se nos afigure, jamais os resultados serão completamente satisfatórios e indiscutíveis. E se essa aproximação à sensibilidade única, que é o indivíduo, se encontrar ainda marcada por um tempo e por um meio muito específicos e distintos do nosso universo mental, como quando se aborda um passado já distante, inserido em teias de percepções e comportamentos tantas vezes pessoais e discutíveis, então, a dificuldade aumenta, tornando-se objectivo quase poético, ou seja, próximo do foro da pura intuição. Figuras e instituições marcantes do nosso passado colectivo têm-se prestado, ao longo dos tempos, às mais variadas (e contrastantes...) leituras. Umas e outras, sem dúvida aceitáveis, em função dos pontos de vista de análise e das coordenadas de observação dos seus autores, tornando-se elas próprias, por isso mesmo, marcas de cultura de cada tempo concreto. E parece inegável que a obra e a consequente personalidade de Sebastião José de Carvalho e Melo se transformou num novelo labiríntico de «leituras» possíveis. Na verdade, quantas figuras e modelos de acção pública foram mais analisadas, discutidas, louvadas ou vituperadas do que a do Marquês de Pombal? Ele transformou-se numa espécie de paradigma de uma época em mudança rápida, de rosto visível de um Estado que, a todo custo, tentava incorporar os efeitos das Luzes (da Boa Razão) que abalavam, por vezes em tempestade, os fundamentos da sociedade tradicional. A consciência, aliás muito viva, de que o mundo seu contemporâneo, assente em novos caminhos de racionalidade, avançava para a adopção de novos valores, implicava para os Iluministas, uma correcção do rumo colectivo até então trilhado pela sociedade portuguesa, designadamente em certos vectores considerados chave. Sebastião José percebeu claramente as potencialidades de certas teorias

filosófico-políticas, que então estavam em voga e cada vez ganhavam mais adeptos e procurou delas tirar partido no âmbito da sua acção governativa. Transformou-se, por isso, numa espécie de símbolo da pretendida renovação. Porém, esta, a verificar-se, impor-se-ia, por vezes, à custa de violências, de uma determinação e frieza quase cruéis, embora exercidas em nome da Razão e dos Direitos do Estado. Por isso mesmo, um dos seus mais reputados analistas contemporâneos rotulou-o como um «paradoxo do iluminismo». Formulou sobre ele esta constatação lapidária: «O Portugal do século XVIII é quase inseparável da figura dominante do marquês de Pombal (1699-1782). Para alguns, Pombal, que para todos os efeitos governou Portugal entre 1750 e 1777, é uma figura do despotismo esclarecido, comparável a Catarina II da Rússia, a Frederico II da Prússia e a José II da monarquia austríaca. Para outros ele não passa de um filósofo inexperiente e de um tirano maduro.»¹

Na verdade, qual destas duas facetas emergirá com maior evidência, ao olharmos serenamente para essa grande figura do nosso passado colectivo? E o prisma escolhido será igualmente válido para todo o espaço português ao analisar-se essa segundacentúria do século XVIII? Concretamente, portugueses e brasileiros, investigadores da área das ciências humanas, aceitarão, de bom grado e sem reticências de maior, juízos formulados sobre esse governante que marcou, de forma definitiva, a 2.ª metade do século XVIII luso-brasileiro? Ouçamos alguns: Um pesquisador recente entendeu, a propósito de um livro seu, escrever: «Não há nesse título qualquer intenção de atribuir exclusivamente ao Marquês de Pombal a responsabilidade por todos os acontecimentos altamente significativos que tiveram lugar nos anos setecentos, porém, tudo o que, ao longo de tanto tempo, temos lido leva à convicção de que o terem sido eles tão definitivamente favoráveis à definição da nossa unidade nacional deve-se, em grande parte, ao

interesse que Sebastião José de Carvalho e Mello sempre demonstrou pelo desenvolvimento do Brasil...»² E outro autor brasileiro contemporâneo, embora considerando que a reforma [pombalina] constitui uma «peculiar mistura do velho e do novo», reconheceu que «sua obra, realizada ao longo de muitos anos (1750-1777), representou um grande esforço no sentido de tornar mais eficaz a administração portuguesa».³ Desta óptica positiva se demarca frontalmente um outro brasileiro, autor de uma das obras mais completas sobre o catolicismo no Brasil. Ouçamo-lo: «Como livre-pensador [Sebastião José], de espírito liberal, imbuído do filo-sofismo, mostrou-se extremado absolutista, causando grandes males à Igreja, tanto em Portugal, como nas Colónias. Só o episódio da violenta expulsão dos Jesuítas... bastaria para



Poema acróstico de Juan Antonio Estevez, intitulado *Al respetable, y bien delineado retrato del ilustríssimo y excelentíssimo señor Marques de Pombal...*



A Expulsão dos Jesuítas, desenho de Rafael Bordalo Pinheiro, 1882. Biblioteca Nacional de Lisboa

tachá-lo como instrumentalizador da religião e do padroado régio para os fins que maquiavelicamente queria atingir.»⁴

José Pedro Paiva, competente e lúcido investigador da história cultural deste período, traçou o seguinte quadro base sobre o assunto que agora nos ocupa, que é importante reter: «É clássica a tese que sustenta ter havido um forte ataque à Igreja durante o consulado pombalino. São disso ecos evidentes a expulsão dos jesuítas em 1759, o corte de relações diplomáticas com a Santa Sé, decidido em 1760, o vasto corpo legislativo cerceador de inúmeras prerrogativas de que a Igreja e o clero gozavam, promulgado sobretudo entre 1760-70, os desentendimentos com a congregação do Oratório a partir de 1761, a perseguição a alguns preladados, como sucedeu com o bispo de Coimbra, preso em 1768, a reorganização da geografia eclesiástica do reino, começada em 1770, que veio dar origem à criação de 6 novas dioceses, (...) a edição de uma série de tratados com doutrinas regalias, anticurialistas, por vezes episcopalistas, ou patrocina-

dos ou apoiados por Pombal, como foi o caso das obras de António Pereira de Figueiredo, António Ribeiro dos Santos, José Seabra da Silva e João Ramos de Azeredo Coutinho. Num sentido mais estruturante e com consequências mais duradouras, a própria criação da Real Mesa Censória, que tolhe à Igreja o lugar privilegiado que detivera no processo de censura do livro e as reformas de ensino, estas claramente encaminhadas no sentido de um processo de laicização e de estatização, detectável ao nível dos seus conteúdos, agentes e instituições.

Todas estas acções, visavam contribuir para a criação de um Estado secular, apesar de católico, totalmente liberto de pressão ultramontana em questões de jurisdição e inequivocamente soberano face ao poder pontifício. Desejava-se ainda a subordinação da Igreja e do clero ao poder da coroa, não autorizando qualquer interferência desta no governo temporal do rei.»⁵

Joaquim Veríssimo Serrão, ao estudar a sua obra cuidadosamente, prefere pronunciar-se deste modo: «Mais do que julgar a actuação do homem, interessa conhecer as traves do seu programa e as realizações que alcançou na vida portuguesa. A história não pode ignorar quanto o génio de Pombal modelou um país novo entre 1750 e 1777, diferente pelas estruturas políticas e pela mentalidade do seu povo... As normas por que se regeu o estadista foram as da obediência à coroa e do bem dos súbditos.»⁶

Renovador, iluminado, modernizador da estrutura político-administrativa do país, voluntarioso até ao exagero, mas bem intencionado, crente ou hipócrita, vaidoso e irascível ou instrumento inteligente dos desígnios régios, sagaz e astuto no aproveitamento das correntes culturais do seu tempo, que bem conhecera em Londres e Viena, ou refinado e maquiavélico político que canalizou a favor dos seus caprichos alguma complacência régia, eis juízos com que frequentemente topamos a propósito desta grande figura

da nossa história colectiva e da sua polémica obra. Tendo em conta este paradoxal universo de análises, acerquemo-nos da postura de Pombal face à Congregação do Oratório, designadamente ao que conseguimos apurar com base na Casa do Porto,⁷ pois esta matéria está longe de se encontrar clarificada na conjuntura da cultura portuguesa da 2.ª metade de setecentos.

Os oratorianos e o poder político

As relações entre os congregados do Oratório e o poder político foram excelentes, desde os tempos da fundação por Bartolomeu do Quental, a 16 de Julho de 1668 e até aos primeiros anos do governo de D. José, iniciado em 8 de Agosto de 1750. Tanto D. Pedro II, como seu filho D. João V, lhes dispensaram tão grande protecção e favores tais que espantaram altos dignitários da corte, especialmente no período joanino.

A situação, porém, mudaria durante o reinado de D. José, por intervenção directa do seu poderoso ministro. E, contudo, à partida, nada o faria prever. Os nérís estavam a ser, a vários níveis, uma alavanca de modernização da sociedade portuguesa, como constatarem todos os investigadores que analisaram a sua acção pública entre nós. A título de exemplo, refiram-se as palavras insuspeitas do atento (e paciente) estudioso da cultura portuguesa dessa época, que foi António Alberto de Andrade. Já em 1969, afirmava ele: «Em suma, podem, pois averbar-se dois êxitos notáveis à acção dos Oratorianos portugueses: um, no campo da morigeração dos costumes e afervoramento religioso, e outro no ensino da juventude, em que ombrearam, de algum modo, com os jesuítas, na difusão do ensino elementar e secundário, com particular relevância para os estudos clássicos e a renovação da filosofia, nesse tempo endereçada para as ciências experimentais.»⁸ Muito recentemente, outro autor, independente e estrangeiro, aliás já citado, julgou poder afirmar: «Os padres também tiveram um

papel importante na introdução de novas ideias... A actividade da congregação do Oratório...foi notável. A congregação assumiu a liderança na introdução de experimentações científicas, em Portugal... Foram os oratorianos os maiores adversários dos jesuítas no debate sobre modelos pedagógicos. Os oratorianos foram os grandes promotores das ciências naturais, tendo introduzido em Portugal as ideias de Francis Bacon, Descartes, Gassendi, Locke e António Genovesi.» Após destacar a importância do ensino da língua, da gramática e da ortografia portuguesas, de lembrar que a biblioteca da Casa das Necessidades encerrava mais de 30.000 volumes, laboratórios experimentais e instrumentos científicos, remata o autor que vimos seguindo: «Os membros da família real assistiam ocasionalmente às sessões... e Pombal mandou seus dois filhos Henrique José (n. 1748) e José Francisco (n. 1753) estudarem com os oratorianos no convento de Nossa Senhora das Necessidades.»⁹

Entre 1755 e 1760, os oratorianos estavam no apogeu do seu prestígio: o Padre João Baptista publicara a sua *Philosophia Aristotelica Restituta*, obra de referência na modernidade da filosofia em Portugal e a expulsão dos jesuítas transformara-os em protagonistas e aliados do ministro para superação da lacuna aberta no ensino. Eles passaram a escrever manuais para os estudos menores, como o *Novo Método de Gramática Latina* do Padre Manuel Monteiro, depois substituído por outro, da autoria de António Pereira de Figueiredo o *Novo Método de Gramática*. Os *Diálogos de História Sagrada, Grega, Romana, Concílios Gerais da Igreja, Estado Presente dos Príncipes da Europa, Esfera Celeste e Terrestre*, todos devidos ao Padre João Chevalier e, ainda, de Pereira de Figueiredo *Instrução de Principiantes e Exercícios de Língua Latina e Portuguesa*, se transformaram em livros oficiais e conheceram várias edições. Parecia perfeito o entendimento entre Sebastião José e os oratorianos.



Carta autógrafa do Marquês de Pombal ao filho. Biblioteca Nacional de Lisboa

Aliás, no início da ascensão da carreira de Carvalho e Melo perante D. José, foi determinante a influência do oratoriano Domingos Pereira, antigo Prepósito da Casa de Lisboa.

Nada fazia vislumbrar qualquer comportamento de menor consideração por eles e, muito menos uma perseguição acirrada a alguns dos seus membros, misturada com uma hostilidade pública à própria Congregação.

O certo é que os documentos das antigas instituições oratorianas do norte sepultaram para sempre em silêncio o longo período da governação pombalina, o que não deixa de ser sintomático! Na verdade, as *Memórias desta Caza da Congregação do Porto*, escritas por Bento José, falecido apenas em 1767 (a 29 de Agosto) não contêm uma linha sobre esta época.¹⁰ Tão pouco o *Livro da memória dos sojeitos que tem entrado a ser Noviços nesta Congregação do Oratorio da Cidade do Porto* inclui qualquer registo entre os anos 1762 e 1777.¹¹ Isto é, durante 15 anos, reinou, no registo oficial, o mais profundo silêncio, ou seja, entre 12 de Agosto de 1762, dia da entrada de Torquato Francisco, até 21 de Setembro de 1777, no qual entrou Boaventura de Cerqueira. Como entender este longo vazio? Qual o seu verdadeiro alcance? Se não houvesse mais adesões à Casa, a morte natural seria inevitável. Somente (e finalmente) a queda do ministro, em 1777, restabeleceu o fluxo das entradas e, portanto, assegurou a continuidade da instituição.

As origens do conflito

Tentemos penetrar nos meandros destas sensibilidades em choque. O ano de 1760 parece ter representado o tempo da viragem. Com efeito, nesse ano o Padre Teodoro de Almeida foi desterrado da Corte, fugindo para o Porto, o mesmo sucedendo com os seus confrades João Chevalier, oculto em Freixo de Espada à Cinta, João Baptista e Clemente Alexandrino, foragidos para Monção.

Não houve apenas uma motivação para o desencadear da sanha pombalina. Várias se conjugaram e todas elas muito fortes. Sigamos algumas pistas.

A mais evidente prendeu-se com um acto da censura oficial, a propósito da publicação de uma obra de carácter filosófico-político-institucional. Esta havia sido redigida pelo intendente-geral da polícia Inácio Ferreira Souto e intitulava-se *De Potestate Regis in Ecclesiasticos*. Como seria de esperar, nela se fazia a mais descarada apologia do poder do rei em domínios até então reservados ao foro eclesiástico. Tratava-se, portanto, de um texto no qual se consagravam as teorias do regalismo galicano. O seu conteúdo havia sido inspirado directamente pelo já então conde de Oeiras.¹² O pior é que o grande inquisidor D. José, um dos meninos da Palhavã, meio-irmão do rei, que havia sido educado por Fr. Gaspar da Encarnação, homem da máxima confiança de D. João V, recusou o beneplácito à impressão do livro, considerando-o contrário aos direitos e privilégios até então usufruídos pelos clérigos.

Para evitar a circulação do escrito e castigar exemplarmente o seu autor, enviou dois familiares da Inquisição a casa de Ferreira Souto para o prenderem e confiscarem os seus papéis. Os emissários eram dois nobres respeitados, o conde de S. Lourenço e o visconde de Vila Nova de Cerveira. A Inquisição julgava possuir força e capacidade para agir com independência, não fosse ela dirigida por um familiar directo do soberano. Não sucedeu, porém, como os seus responsáveis pretendiam. Carvalho e Melo, em nome do Bem Comum, não podia ceder. Furiosíssimo, consta que se dirigiu, em pessoa, a casa de D. José e de seu irmão D. António, prendendo-os e mandando-os, a seguir, exilados para o Buçaco. Os dois familiares do Santo Offício não conheceram melhor sorte: o primeiro foi desterrado para Bragança e o outro para Miranda do Douro. Ora,

foi no decurso do desenvolvimento deste processo que se soube que uma das testemunhas interrogadas, doméstica do conde de S. Lourenço, referiu ouvir o seu senhor dizer que o conde de Oeiras, secretário do Estado, o que pretendia era afastar do rei todas as pessoas de juízo, independentes e que pudessem fazer-se ouvir em assuntos do governo do Estado, como eram ele e o visconde de Cerveira, como tinham sido os padres das Necessidades, isto é, os congregados do Oratório e outros mais. O que ambicionava o secretário de Estado era substituir a antiga elite nobre, eclesiástica e culta do país, por uma outra, sintonizada consigo.¹³ Sobre este assunto, portanto, vingara a vontade do estadista, embora a sua ira se mantivesse, viva e actuante.

E os oratorianos iriam, a partir de então, experimentar a sua força e pagar a ousadia. Como iam longe os tempos em que o Padre Francisco Pedroso, confessor e conselheiro privado de D. João V a partir de 1712, garantia, como oratoriano prestigiado, as boas graças do rei e do seu círculo, de que a instituição muito lucrara.¹⁴ Com D. José e o seu ministro o panorama mudou radicalmente. A razão de fundo é que a Congregação recusava, como instituição, maioritariamente, obedecer ao regalismo pombalino. Nisso, como em outros aspectos da sua acção pública e privada, ela mantinha-se fiel às directrizes (estatutos) primitivas, e aos desígnios dos seus fundadores, reconhecendo a supremacia da autoridade papal.

O desafio dos oratorianos: Teodoro de Almeida

Alguns dos seus membros nunca vergaram a cerviz. E isso marcá-los-ia como inimigos a perseguir e a abater. Porém, na maioria dos casos, nem o onipotente ministro conseguiu fazer vingar os seus intentos. O tempo, não a força, vingá-los-ia. A razão das convicções de alguns dos seus opositores era inabalável. Em 1777, a

justeza do seu combate acabaria por prevalecer. Morto D. José, os oratorianos retomariam o seu prestígio e influência, alguns de forma surpreendente. É o caso de Teodoro de Almeida, talvez o mais conhecido dentre os perseguidos pelos esbirros de Pombal.¹⁵

O seu calvário começou quando ele se solidarizou com a recusa de autorizar a publicação da obra de Souto, juntamente com o seu antigo mestre, João Baptista e com os outros colegas de roupeta, Clemente Alexandrino e João Chevalier. O desterro de todos eles como fuga à prisão imediata foi a única saída. Teodoro veio para o Porto, onde chegou a 15 de Julho de 1760, e onde permanecerá resguardado pelos seus confrades durante oito anos, João Baptista rumou a Monção, ao hospício congregado aí existente, juntamente com Clemente Alexandrino, Chevalier exilou-se na Casa dos congregados de Freixo de Espada à Cinta. Todos incorriam, aos olhos do ministro, em crime gravíssimo, por haverem contrariado os princípios jurídico-filosóficos em que assentava o Estado, norteados pela Razão e zelo do Bem Comum. Chevalier partiu, pouco depois, para a Bélgica, de onde nunca mais regressou a Portugal. Este sobrinho de Luís António Verney era perito em astronomia, mesmo antes de partir para o Norte da Europa. Em Bruxelas, em 1772, foi nomeado bibliotecário da Real Biblioteca da cidade. Em 1796, à entrada das tropas napoleónicas, fugiu para Praga e Viena de Áustria, onde faleceria a 2 de Agosto de 1801, portanto aos 79 anos.¹⁶ Perdemos o rasto aos que se acolheram à Casa de Monção, mas não a Teodoro de Almeida.

Este viveu pacatamente na Cidade Invicta até 1768, entregue a todos os ministérios próprios dos oratorianos,¹⁷ reflectindo e escrevendo obras em que se encontrava já envolvido, designadamente à composição da sua *Recreação Filosófica*. Nunca, no Porto, se havia tornado suspeito. O governador da cidade ouvira até falar dele

muito elogiosamente e deu parte do apreço que a cidade lhe votava a Sebastião José, seu primo, em conversa ocasional. Mal imaginava João de Almeida e Melo a fúria que, de repente, se apossou do governante. Este deu ordem taxativa para a sua prisão e envio para a capital sob custódia. Mas, avisado o interessado, imediatamente se pôs em fuga. Rumou à Galiza, depois ao País Basco, onde a vingança pombalina continuava a pretender aniquilá-lo. Perseguido e aconselhado, alcançou a França, primeiramente Bayonne e, depois, Auch, entregando-se lá aos trabalhos da sua predilecção, como mestre e perito, de onde só regressou, após a queda de Pombal.

No país natal viria a conhecer novamente prestígio, honras, autoridade intelectual, inspirando e integrando a Academia das Ciências, onde foi escolhido para proferir a lição na Sessão de Abertura.¹⁸ Nessa cerimónia estabelecia uma espécie de programa para a Instituição: «Huns preparão as notícias, outras desenterrão monumentos, outros examinão os livros, confrontão edições, consultão os originais. Aqui huns descobrem manuscritos... ali outros os traduzem com gosto, outros os publicação com elegância. Lá estarão aqueles observando os mineraes, as aguas, as plantas, numa palavra, a Natureza. Quando da outra parte estão outros tentando experiências, fazendo observaçoens, imaginando projectos..., acolá se verão outros trabalhando em incansavel applicação nas Mathemáticas e no Calculo..., semeando na mocidade o gosto, a critica, o desejo de estudar e saber.»¹⁹ Carvalho e Melo fora-lhe seguindo os passos, enquanto pôde, mesmo fora da fronteira portuguesa. Pediu ao 1.º ministro de Espanha, marquês de Grimaldi, que o expulsasse dos «Estados de El-Rei Católico», o que sucedeu, havendo-o as autoridades bascas colocado, à força, na fronteira francesa. Acolhido em Bayonne, este antigo discípulo do padre filósofo e mestre do aristotelismo moderno João Baptista, continuou a ser importunado pela ira pombalina.



As ordens para o governador local o expulsar da cidade nunca encontravam, porém, o destinatário, ausente por conselho dos amigos. Em Bayonne, exerceu os seus ministérios de padre, mas foi como professor de filosofia (natural) que se notabilizou e ganhou fama, construindo um planetário e ensinando hidrografia, matemática e outras matérias, como consta na carta que enviou a Ribeiro Sanches, em 1774.²⁰

Este oratoriano, que se autodefinia como «tímido e irrezoluto no obrar, quando não à uma mão extrínseca que impele e decide», metódico e organizado,²¹ sensível e inteligente, confessava: «não tenho genio duro, nem o meu interior he de pão secco e duro(...)», nunca se deixou vergar pela adversidade. As suas convicções tornaram-no intransponível. Nem toda a prepotência e autoritarismo de Pombal o haveriam de torcer. O reconhecimento do seu valor, não apenas na área das ciências naturais, mas nas da filosofia, da teologia, da literatura, pode avaliar-se pela enorme divulgação da sua obra, dentro e fora das fronteiras pátrias.²²



Insignia da Congregação do Oratório.
Extraída de *Elementos de Invenção e Locução*,
Antônio Pereira. Lisboa, 1765

A Congregação do Oratório à beira do aniquilamento

Pombal não suportava uma instituição cujos membros se manifestavam, em larga maioria, contra a sua teoria política e a sua prática governativa. A expulsão dos jesuítas não calava os seus críticos e o medo das represálias nunca foi dissuasor suficiente para desarmar os que lutavam contra a maré.²³ Chegou a temer-se o encerramento puro e simples e a extinção da própria Congregação. São disso sinais alguns dados relevantes. Seja o primeiro a proibição de entrada de noviços. Entre 1762 e 1777, como acima se referiu, não entrou ninguém na Casa Portuense. E é presumível que outro tanto tenha sucedido com as demais, espalhadas pelo país, embora se desconheçam os outros livros de entradas, referentes a esse período. Ora, impedir as entradas era aniquilar a Instituição, a curto prazo. Outro elemento importante a considerar foi o extremo cuidado com que os oratorianos se referiam a Pombal, ao cartear-se entre si, após 1760. Em 11 de Novembro de 1762 o Padre Rodrigo José, Prepósito de Braga confessava ao seu confrade Bernardo Lopes, de Lisboa: «(...)Nunca esta Congregação repugnou às ordens de sua Majestade, que Deus guarde, nem agora o fas(...)» Uma década mais tarde, a 23 de Junho de 1772, o Prepósito da Casa do Freixo, João Baptista, em carta ao seu homólogo de Lisboa, José Clemente, confessava-se receoso de ter desobedecido à autoridade régia e, se tal sucedesse, queria agora reafirmar o seu total acatamento à vontade do governo.²⁴

Pereira de Figueiredo, por mais do que uma vez, foi avisando os congregados de que a postura da Instituição, recusando as teorias e os princípios que norteavam os agentes superiores do governo, poderiam vir a ser-lhes fatais, incluindo a extinção. Aliás, tentou até justificá-la previamente, se esta viesse a tornar-se inevitável, o que nunca ocorreu. E o próprio Padre

Pereira, como também era conhecido, pôde voltar mais tarde ao grémio dos seus confrades após a queda de Pombal, em 1777. Eles perdoaram-lhe a aliança, que julgaram espúria, e voltaram a abrir-lhe as portas da fraternidade oratoriana. Esta década de sessenta transformou-se num tempo terrível para os congregados, face ao governo. Na verdade, nesse ano de 1768 em que Almeida foge de Trás-os-Montes para a Galiza, tentando alcançar, a partir daí, a Holanda, o que não viria a concretizar-se por falta de barco directo, era preso, em Lisboa, com estrépito e escândalo, o Padre Valentim de Bulhões, também oratoriano, que entrou nos cárceres da Inquisição, a 9 de Agosto, aí se mantendo até à morte do rei D. José, em 1777. O pretexto para este acto extremo baseava-se num parecer escrito pelo franciscano Fr. Manuel do Cenáculo, enviado por este à Real Mesa Censória, em que eram apreciadas e julgadas umas *Conclusões* de *Lógica* do padre Bulhões, que se pretendia imprimir. Ora o autor da censura considerou-as eivadas de pirronismo e, portanto, portadoras das mais perniciosas consequências, no caso de virem a ser impressas e ficarem ao alcance da juventude estudantil. Outro alto funcionário do Santo Ofício, o carmelita Fr. Luís de Monte Carmelo corroborou esse parecer que a Real Mesa adoptou na íntegra. Na verdade, nada se demonstrava de filosoficamente errado, no que toca ao pensamento, da obra de Bulhões. Faziam-se-lhe insinuações múltiplas, isso sim, mas sem prova. O certo é que ele foi impiedosamente encarcerado. O pior ainda é que, a partir daqui, os oratorianos ficaram proibidos de ensinar, o que era um golpe rudíssimo no seu prestígio pedagógico, maculando a sua imagem pública e enfraquecendo o alcance do seu ministério pastoral. O autêntico motivo da prisão de Bulhões era o convite velado que ele fazia aos leitores para a importância de se considerar a dúvida como método para alcançar a certeza.



Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, da Congregação do Oratório, Presidente da Real Mesa Censória. Biblioteca Nacional de Lisboa



D. Mariana Vitória, gravura de J. B. Palomino.
Biblioteca Nacional de Lisboa

Optava por uma via cartesiana para procurar e alcançar a verdade, aspecto em que contrariava as orientações do governo que era dogmático, afirmativo, despótico, bem enquadradas em certas correntes do iluminismo autoritário e autocrático. Nesse sentido, o pensamento do padre Valentim era insuportável aos olhos do poder. Outra razão, esta mais importante ainda, decorria do facto de ele ser confrade, amigo e discípulo dos foragidos a que acima nos referimos. Também ele se demarcara de Pereira de Figueiredo e das teses galicanas, transformando-se, desse modo, num alvo a abater, num perigoso prevertor da juventude. O certo é que ele nunca foi processado, nem julgado e muito menos condenado. Em Abril de 1777 requereu, após a libertação, a respectiva reabilitação pública, o que lhe foi concedido imediatamente. Assim, saíam ilesos, o seu nome e o da Congregação de que fazia parte. Regressou ao magistério, onde deu provas do seu saber filosófico, teológico, escriturístico, sobretudo a partir de 1780, publicando várias obras. Faleceu em 29 de Abril de 1804, portanto em data próxima do seu amigo Teodoro de Almeida e, como ele, foi qualificado como «homem de grande talento, de muita capacidade, homem instruído em toda a ciência...».²⁵ Portanto, à lista de oratorianos perseguidos, desde 1760, juntava-se mais este, nesse tenebroso ano de 1768, em que o que sucedera antes aos jesuítas parecia também iminente em relação aos congregados. O que tornava estes menos «perigosos» é que eles não obedeciam a qualquer autoridade regular ultramontana e não dispunham de bens e influências internacionais, como sucedera com os inicianos. Provavelmente esses atenuantes os pouparam como Instituição, que, entretanto, se ia tolerando. Além disso, parece incontestável que a rainha D. Mariana Vitória intercedeu por eles pessoalmente e que o Prepósito da Congregação, Padre Bernardo Lopes geriu as dificuldades do tempo

com extrema prudência e mestria, apaziguando, de algum modo, a ira de Carvalho e Melo.²⁶

Foi, com efeito, nesse ano de 1768 que a espada do poder esteve prestes a desabar sobre os nérís portugueses, ferindo-os de morte, pois, logo em 3 de Janeiro de 1769, o governador do bispado do Porto, Nicolau Joaquim Torel da Cunha Manuel, recebia ordem para retirar aos congregados a autoridade para pregar e confessar, proibindo a abertura das portas das suas igrejas, capelas e ermidas, para os exercícios espirituais, após a uma hora da tarde. Conjugadas estas proibições com o bloqueio dos ingressos de noviços e o encerramento das suas aulas, provocava-se, deste modo, a morte lenta da Instituição. De que crime os acusava o governador eclesiástico? De espírito de soberba, pasme-se! Não se aduzia nenhum argumento como prova. Ou melhor, a motivação tornara-se clara: os congregados não se haviam demarcado da «indiscreta e arrogante Pastoral» do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, seu antigo discípulo na Casa do Espírito Santo, amigo de Teodoro de Almeida.²⁷ Além disso, dizia o governador eclesiástico, era urgente «cortar o abuso que a mesma Congregação tem feito do seu Ministério».

Mas as acusações infundadas vão até ao ridículo, em termos vagos e imprecisos: «Os congregados «contaminam» os fiéis com abusivas e perniciosas disciplinas, nunca se concretizando como, ou em quê.»²⁸ Portanto, o crime tornara-se claro aos olhos dos políticos: os congregados continuavam próximos dos sobreviventes da alta nobreza antipombalina, alinhavam com os ultramontanos e curialistas, detestando autores e teorias justificadoras do modelo político seguido pelo poderoso ministro, que era o despotismo iluminado, puro e duro. E o crime agora, como dizia o documento, atingia todo o «Corpo da Congregação de S. Filipe Neri». O ódio do conde de Oeiras encontrava-se, pois, justificado.²⁹

A ligação dos oratorianos à nobreza e ao ensino

Algo mais há a não desprezar nesta questão a vários títulos intrincada. Os congregados estavam, há muito, associados, sobretudo na capital, à nobreza, particularmente através das acções públicas oferecidas à comunidade culta de Lisboa pela Casa das Necessidades. A sua riquíssima biblioteca, para a qual D. João V contribuíra magnanimamente e que contava mais de 30 000 volumes, como já se referiu, incluía todas as áreas científicas, desde teologia, filosofia, jurisprudência às mais modernas correntes de ciência contemporânea, onde estavam representados Newton, Gassendi, Copérnico, Descartes, Gravezand, Muskembrock... Muitos eruditos e curiosos da corte frequentavam esses espaços de saber, como a biblioteca, as suas sessões públicas, as aulas, os gabinetes experimentais, as colecções didácticas. A mais alta nobreza por aí passava regularmente. O próprio rei D. José, apreciador da «ciência nova», manejava aí instrumentos científicos, perante as figuras mais gradas da corte. O Padre Teodoro privava nesta com homens como o duque de Lafões, a marquesa de Távora D. Leonor, os condes de S. Vicente e S. Lourenço, respectivamente D. Manuel Carlos da Cunha Silveira e Távora, e D. João José Ansberto de Noronha. O ministro sabia perfeitamente o que se passava. A entrada dos seus filhos do 2.º casamento para as aulas dos nérís já tinha sido polémica. O pai julgava que eles deveriam usufruir à vontade de todos os espaços do edifício, mas os estatutos proibiam-no. Havia lugares exclusivamente abertos aos irmãos congregados e, portanto, proibidos taxativamente a pessoas externas. Nestes, os filhos do 1.º ministro não entrariam. Em compensação, foram construídos e a eles destinados espaços nobres e adequados. Após alguma fricção, Carvalho e Melo acedeu. Não esqueceu, porém. Recordava-se ainda que para o seu acesso à Secretaria de Estado da Guerra e Assuntos Ultramarinos, os congregados não haviam colaborado em entusi-

asmo. Fora a rainha D. Mariana, de cujo círculo fazia parte Leonor Daun, mulher de Sebastião José, que o recomendou ao seu filho.

A facção cortesã que rodeara o defunto rei, liderada por Fr. Gaspar da Encarnação, não lhe era favorável. Ora desta faziam parte os mais destacados oratorianos. A raiva (e reserva) de Sebastião José em relação aos congregados era, pois, visceral. A ligação à alta nobreza anti-pombalina constituía mais um espinho encravado nesta teia de relações complicadas.

Teodoro de Almeida (sempre ele...) havia sido o educador do filho do marquês de Távora D. José Maria, aliás, ao que se dizia, com excelentes resultados, pois em menos de um mês e meio o preparou para defender, na Casa do Espírito Santo, *Conclusões de Lógica*, embora a filosofia natural fosse o seu campo preferido, pois «ninguém melhor que o Padre Theodoro então, examinou, pezou e contrastou os dois novos systemas tão famosos na Europa, o Cartesiano e Newtoniano...».³⁰ D. José Maria foi supliciado em 1759, com treze anos de idade, abatendo-se logo no ano seguinte a tormenta sobre o Padre Almeida. Esta ligação dos congregados à mais alta nobreza enfurecia o ministro, abrindo «feridas» que cerca de setenta anos mais tarde ainda vertiam sangue. Na verdade, segundo a mesma fonte, o fidalgal ódio de Sebastião José à Congregação só não se traduziu na sua extinção por o monarca o não ter permitido, pois «se achou no gabinete de D. José, quando da sua morte, rasgado pelo mesmo Senhor o Decreto da extinção da Congregação e outro igual prompto para a Real Asignatura em a pasta particular do Marquêz, talvez prompto para apresentar em occasiao mais opportuna».³¹ No caso concreto do Padre Almeida haveria outra questão pessoal grave. Ele teria cometido a infidélcia de revelar que D. Maria iria casar com seu tio D. Pedro, antes do anúncio oficial, ficando alguns fidalgos a par do segredo de Estado. Tendo Sebastião José sabido qual foi a fonte da notícia,

enfureceu-se de tal ordem que lhe terá chamado um Malagrida pequeno.

Confronto ideológico, confronto político

Por último, deixaremos ao leitor mais um dado importante a não desprezar para melhor se poderem compreender as linhas múltiplas deste novelo, nunca desfeito completamente. A nosso ver, o processo contra Valentim de Bulhões, as perseguições movidas a Teodoro de Almeida, João Baptista e seu irmão Clemente Alexandrino, João Chevalier, Manuel Macedo e outros, radicavam numa questão que não podia ser claramente invocada pelo círculo ilustrado que rodeava Pombal: a espiritualidade por eles seguida e transmitida aos fiéis na sua acção pastoral quotidiana, através da oração, da pregação, dos escritos, das missões pelo país rural.

Realmente estes homens, como tantos outros, incluindo o bispo de Coimbra D. Miguel, continuavam a praticar e incutir nos fiéis devoções que os iluministas consideravam menos esclarecidas e que, portanto, pretendiam desterrar da prática religiosa corrente. Iluminados no plano das ideias filosófico-científicas e pedagógicas eram-no, sem dúvida. Não porém, nas devoções, nas práticas religiosas, delas emergindo o apego às devoções marianas, ao culto do Sagrado Coração de Jesus. Ora, na óptica de muitos iluministas, eles configuravam aparentes virtudes, mas, na verdade, eram formas de alienar e corromper a juventude. A corrente oratoriana de «piedade tradicional», fugindo aos cânones do iluminismo teológico e regalismo eram fortíssimas.³² Assim se compreendia a «raiva» de muitos iluminados, conselheiros do poder constituído, os quais percebiam pertencer a uma corrente minoritária dentro do espírito do Oratório Português.

Pombal travou uma luta, no plano das ideias e das convicções, para impor os seus modelos de pensamento. Apoiaram-no homens da mais

alta craveira intelectual, como o oratoriano Pereira de Figueiredo. A *Demonstração Theológica, Canónica e Histórica do Direito dos Metropolitanos de Portugal para confirmar e mandar sagrar os Bispos suffragâneos nomeados por Sua Magestade*, juntamente com a famosíssima *Tentativa Theológica*(...), serviam de justificação e instrumento nas mãos do poder político. Mas resistiram outros, muitos outros, como os congregados acima referidos, que se bateram silenciosamente. Em alguns aspectos, Pombal venceu, a curto prazo, perdendo, contudo, na duração mais longa. O tempo escoava-se e virava-se contra os seus desígnios imediatos. Seria este o seu inimigo mais invisível e poderoso. É certo que Carvalho e Melo abriu múltiplos caminhos novos nos quais haveriam de formar-se as mentes das gerações futuras, designadamente aquelas que haveriam de comandar os destinos do primeiro liberalismo português. Porém, neste combate contra as correntes de pensamento e de sensibilidade dominantes no Oratório Português, as suas vitórias foram efémeras e sempre incompletas.

A Razão, que constantemente invocava, pendeu para o outro lado. Jamais o poder político, por mais eficaz e poderoso que seja, conseguiu vencer a força das ideias, das convicções, dos comportamentos arraigados nas vivências colectivas, através de legislação e de instrumentos repressivos.

Como se percebeu através dos diferendos aqui abordados, a Razão serena, esclarecida, firme, apoiada em vontades disciplinadas e solidárias acaba por triunfar. Nem um déspota consegue impor-se a tudo e a todos. Pombal necessitava de apoios firmes para a sua política, nomeadamente entre o clero mais prestigiado, mas não conseguiu sensibilizá-lo em maioria. Os seus desígnios eram, a seus olhos, nobres e fundamentais num Estado de Direito que, para se impor, precisava de vergar uma parte do clero. Os métodos seguidos não

parecem, contudo, ter sido os mais transparentes. Neste diferendo, a Ciência, nas suas mais variadas vertentes, acabou por triunfar, numa aliança imbatível com os meandros do Tempo.

- ¹ Maxwell, Kenneth, *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*, São Paulo, 1990, p. 1.
- ² Mendonça, Marcos Carneiro de, *Século XVIII. Século Pombalino do Brasil*, Xerox, Rio de Janeiro, 1989, p. 1 e também *Rios Guaporé e Paraguai. Primeiras Fronteiras Definitivas do Brasil*, Xerox, Rio de Janeiro, 1985.
- ³ Boris, Fausto, *História do Brasil*. São Paulo, 1996, p. 109.
- ⁴ Rubert, Arlindo, *A Igreja no Brasil. Expansão Territorial e Absolutismo Estatal (1700-1822)*, vol. III. Santa Maria (R.S.) 1988, p. 241
- ⁵ José Pedro Paiva, *Penélope*, n.º 25, 2001, pp. 41-42
- ⁶ *História de Portugal*, dir. de João Medina, vol. VII, Amadora, 1993, p. 334.
- ⁷ Remete-se ao leitor para o que já se escreveu em Eugénio dos Santos, *O Oratório no Norte de Portugal* (...) Porto, 1982, pp. 159 e ss.
- ⁸ Não terá sido por acaso que entre os seus discípulos se contam João Baptista de Castro, António Dinis da Cruz e Silva, os irmãos Diogo e Inácio Barbosa Machado, Luís António Vermei e seu irmão Diogo, D. Fr. Manuel do Cenáculo, Silvestre Pinheiro Ferreira, Francisco Trigo Aragão Morato, José Agostinho de Macedo, Alexandre Herculano, entre outros. Vide *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1969, «Processo Pombalino contra os Oratorianos», pp. 252-253.
- ⁹ Maxwell, Kenneth, ob. cit., p. 14.
- ¹⁰ Ms. n.º 1337, da B. P. M. P (Biblioteca Pública Municipal do Porto)
- ¹¹ Ms. n.º 953, B. P. M. P.
- ¹² O mesmo sucederia um pouco mais tarde, em 1767, a propósito da publicação da *Dedução Chronologica e Analytica*, atribuída ao desembargador e procurador da coroa José Seabra da Silva. Na verdade, porém, ela não só fora inspirada, mas até corrigida e acrescentada por Sebastião José. Libelo de inaudita violência contra os jesuítas assenta nas ideias mestras do despotismo esclarecido e da filosofia dos iluministas, denegrindo ao máximo tudo o que havia sido obra dos filhos de S. Inácio, mormente nos domínios do ensino, abrindo assim caminho às reformas nessa área, designadamente da Universidade de Coimbra. Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VI. Lisboa, 1982, p. 260.
- ¹³ Girodon, Jean, *Lettres du Père Bartolomeu do Quental à la Congrégation de L'Oratoire de Braga (29.IX.1685-22.XI.1698)* Paris, 1973, p. XV.
- ¹⁴ A abertura de um hospício, dependente do Oratório de Braga, em Monção, só teve lugar, porque o soberano o autorizou pessoalmente, mesmo contra as informações fornecidas pelo paço real. Cfr. do autor, *O Oratório no Norte de Portugal*, ob. cit., p. 159.
- ¹⁵ Sobre ele acaba de ser apresentada e discutida uma excelente (e enorme) tese de doutoramento, para a qual remetemos o leitor: Zulmira C. T. G. M. C. Santos, *Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*, I e II Tomos. Porto, Faculdade de Letras, 2002 (policopiada).

¹⁶ Girodon, Jean, ob. cit., nota 22, p. XVI.

¹⁷ Quando foi avisado de que tinha que fugir imediatamente aos esbirros do Conde de Oeiras encontrava-se a pregar uma missa em Trás-os-Montes e, nesse momento de aflição, foi auxiliado solidariamente pelo Padre Manuel Bettencourt, então prefeito da livraria da Casa Portuense, admirador de Teodoro de Almeida.

¹⁸ Do autor: *Arquipélago*, «Para a História da Cultura em Portugal no séc. XVIII. Oração de Abertura da Academia das Ciências de Lisboa do Padre Teodoro de Almeida», Ponta Delgada, 1980, pp. 53 e ss.

¹⁹ *Idem*, pp. 57-58.

²⁰ «O mestre que aqui avia para Mathematica foi-se embora porque dizia que eu lhe tirava os discípulos: não que eu jamais falasse a ninguém; porque sou mui alheio dessa infame vileza; isso porque tenho a minha fama estabelecida de modo que ele achou conveniente de se ir embora». Cfr. *Ibidem*, nota 24, e também Jean Girodon, ob. cit. pp. XVI-XVII.

²¹ *Arquipélago*, ob. cit., p. 57

²² Além da sua grande divulgação no Brasil, os seus escritos foram conhecidos e divulgados em Espanha e França.

²³ É bem sabido que entre os oratorianos que Carvalho e Melo havia atraído alguns elementos de craveira superior, como é o caso, aliás bem conhecido, de António Pereira de Figueiredo, estrênuo defensor das teorias do regalismo pombalino, assim como outros, destacando-se dentre estes Francisco José Freire, Manuel de Macedo, Pereira de Vasconcelos, António Soares e alguns mais.

²⁴ «...se desta nova nomeação se pode de algum modo inferir que isto foi obrar contra a vontade de sua majestade de que possa resultar algum damno à Comunidade em comum ou a algum em particular... da minha parte desejo obrar sempre de sorte que nem por sombras se possa dizer que contravimos à vontade real». Cfr. do autor, *O Oratório no Norte...*, ob. cit., pp. 160 e 161.

²⁵ A. A. Andrade, *Processo Pombalino...*, ob. cit., pp. 250 e ss.

²⁶ Girodon, Jean, ob. cit., p. XX.

²⁷ Em 8 de Novembro de 1768, D. Miguel fizera publicar uma pastoral proibindo a leitura de determinadas obras na sua diocese, como as de Pierre Bayle, Voltaire, Rousseau, Dupin, e Febronius. Incorrera num duplo crime: não reconhecera a função exclusiva da Real Mesa Censória em matéria de autorização de publicações e leituras e condenava as teorias regalias e galicanas dos dois últimos autores, seguidos e aconselhados por Pereira de Figueiredo conselheiro e teórico dos princípios de Carvalho e Melo. O bispo foi preso no Forte de Pedrouços, onde permaneceu até 1777. Foi acusado de jacobino, o que também era associado a crime e, ainda por cima, no seu sangue corria o dos Távoras, por parte de sua mãe, condessa Arcângela Maria de Távora.

²⁸ A. de Magalhães Basto, *O Primeiro de Janeiro*, 24.01.58, «Falam velhos manuscritos...», Porto, 1958.

²⁹ *Idem, ibidem*.

³⁰ Santos, Zulmira, ob. cit., pp 105-107.

³¹ *Idem*, ob. cit. p. 113

³² A este propósito é exemplar o trabalho da Professora Dra. Zulmira Santos, vindo preencher uma lacuna no panorama da cultura portuguesa e desfazer algumas teses menos fundamentadas. Recomendamo-lo vivamente ao leitor.

A música sacra no período pombalino

Cristina Fernandes

PARA A HISTORIOGRAFIA MUSICAL PORTUGUESA, o reinado de D. José I tem sido tradicionalmente sinónimo do florescimento da ópera em Portugal como instrumento de propaganda do poder régio, em correlação com o processo de secularização da vida política e cultural, por oposição ao reinado de D. João V, que centrou a sua política musical no cerimonial religioso.¹ No entanto, ainda que, porventura, ausente do mesmo valor simbólico que tinha tido nas décadas anteriores, a música sacra foi provavelmente a área musical mais determinante em Portugal na segunda metade do século XVIII, atingindo um alcance muito mais amplo do que a ópera junto dos diferentes estratos da sociedade. Vários factores têm contribuído para que a nossa percepção da realidade histórico-musical desta época tenha sido moldada na óptica do espectáculo de ópera quer na corte, quer nos teatros públicos: a dimensão de grande acontecimento associada ao enorme investimento de D. José I no sentido de criar um verdadeiro estabelecimento operático de corte (com a sua concretização material na magnífica Ópera do Tejo e na contratação dos melhores músicos, cenógrafos, arquitectos teatrais e bailarinos italianos da época); o peso das medidas da política pombalina que implicavam uma clara separação hierárquica e simbólica entre a Igreja e o Estado e pretendiam diminuir o poder do clero (expulsão dos jesuítas, corte de relações com a Santa Sé, secularização da censura através da criação da Real Mesa Censória, etc.); ou, ainda, o facto de dispormos de um importante estudo que nos traça o quadro de fundo da actividade operática em Portugal no século XVIII – a tese de doutoramento de Manuel Carlos de Brito, *Opera in Portugal in the Eighteenth Century*² – ao contrário do que acontece com a música sacra (de resto, um terreno bastante negligenciado pela musicologia quer portuguesa, quer internacional), até aqui objecto de estudos raros e parciais.



Retrato de D. José I,
atribuído a Miguel António do Amaral.
Palácio Nacional de Queluz

Na realidade, a primazia da ópera como instrumento de representação do poder régio, à semelhança do que sucedia noutras cortes absolutistas europeias, teve em Portugal uma vida curta, sendo interrompida prematuramente, de forma abrupta, pelo terramoto de 1755. Os espectáculos de ópera sofreram um interregno de oito anos e, depois disso, abandonou-se a ideia da criação de um teatro de Estado. A reconstrução da Ópera do Tejo não foi contemplada pelo Marquês de Pombal pelo que a ópera passou a ser sobretudo um entretenimento de natureza semiprivada nos teatros régios, relativamente pequenos, da Ajuda, de Salvaterra e, mais tarde, de Queluz. A cultura operática de corte é assim remetida para uma zona periférica relativamente aos centros de decisão política, passando a funcionar mais como diversão apazível do que como dispositivo de exibição de poder.

Pelo contrário, o cerimonial religioso e a sua respectiva componente musical eram indissociáveis do quotidiano. Logo a seguir ao terramoto

foram tomadas medidas imediatas no sentido de garantir os Offícios Divinos na Patriarcal ou nos templos que não tinham sido destruídos pelos abalos ou pelo incêndio que se seguiu. O próprio Sebastião José de Carvalho e Melo escreveu uma carta, datada de 17 de Novembro de 1755, ao Abade do Mosteiro de São Bento com a finalidade de transferir os serviços litúrgicos da Capela Real e Patriarcal para aquele local, ainda que esta acabasse por não ter efeito.³

O peso institucional da música sacra nas sociedades do Antigo Regime da Europa meridional, em particular em Portugal e Espanha, encontrava-se de tal modo enraizado, que praticamente se pode considerar autónomo face às tentativas de secularização do Estado empreendidas neste período. Deste modo, no plano musical, o lado mais visível da representação do poder régio junto das populações acabaria, paradoxalmente, por se continuar a centrar no cerimonial religioso (principalmente na Patriarcal) e a funcionar como uma das principais fontes de investimento da corte.

As instituições

Durante o século XVIII o principal suporte institucional do circuito da música sacra era a Capela Real e a Igreja Patriarcal. D. João V logrou obter uma série de privilégios junto da Cúria Romana que lhe permitiram colocar as instituições religiosas portuguesas sob a alçada do seu capelão pessoal, obtendo sucessivos decretos pontifícios que promoveram a Capela Real a Colegiada (1710) e depois a Igreja Patriarcal (1716). O terramoto veio, inevitavelmente, determinar uma nova organização da prática musical. Para além de não incluir a Ópera do Tejo, a reconstrução de Lisboa pelo Marquês de Pombal também não contemplou a Capela Real e Patriarcal, passando estas a funcionar em templos diferentes. Com a mudança de residência da família real para a Ajuda, a Capela Real foi para aí igualmente trans-



ladada ficando instalada provisoriamente na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda, defronte da Real Barraca. Segundo João Baptista de Castro⁴ «havia aqui Coro todos os dias ordinariamente rezado pelos Capellães, e cantado nos dias solemnes, Domingos e dias Santos, celebrando-se a liturgia pelos Ministros da Patriarcal; sendo que os que Sua Majestade nomeou para officiarem alli quotidianamente forão quatorze Capellães, nove Muzicos, hum Mestre de Cerimónias para assistir somente às Missas e Vésperas Solemnes; quatro Moços de Capella, e hum Tesoureiro, que também serve de Altaneiro».

Por sua vez, a Patriarcal teve a sua sede na Ermida de S. Joaquim e Santa Ana, situada na freguesia da Ajuda, sítio de Alcântara, (1755-1756); em templo próprio no Sítio da Cotovia,

(hoje Praça do Príncipe Real) que acabaria por ser destruído por um incêndio (1756-1769); na Igreja de S. Roque (1769); na Igreja do Convento de S. Bento (1769-1772) e na Igreja do Convento dos Cónegos Regrantes de São Vicente de Fora (1772-1792). Em 1792 foi transferida para a Capela Real da Ajuda onde permaneceu até 1833. Cada uma destas instituições passou a ter o seu próprio corpo de músicos⁵ assim como a Basílica de Santa Maria Maior (actual Sé), depois de reconstruída, e, a partir de 1759, a Capela Real da Bemposta, na sequência de um decreto do Infante D. Pedro (futuro marido de D. Maria I) que determinou que nela passassem a officiar cinco cantores e um organista.⁶

Os cantores

O facto de os cantores terem passado a ser contratados simultaneamente para a Capela Real e para os teatros régios depois do terramoto teve certamente que ver com razões de economia, mas reflecte também uma opção de fundo – a preocupação com um funcionamento regular e eficaz da componente musical associada ao cerimonial litúrgico. Na realidade, o mesmo acontecia já antes de 1755, como se pode depreender da correspondência trocada entre Sebastião de Carvalho e Melo e o embaixador em Roma, com vista à contratação do castrado Gizziello, um dos melhores cantores do seu tempo. As exigências do cantor eram múltiplas, tendo uma delas a ver com o facto de se recusar também a cantar na Capela Real.⁷ Nalguns casos, a participação dos cantores de ópera na interpretação de obras sacras restringia-se aos solos mais elaborados, conforme se pode constatar pela análise da correspondência relativa à contratação do tenor Tibaldi em 1764. À sua recusa de participar em todas as actividades musicais da corte (Capela Real, Patriarcal, Real Câmara e Teatros Reais), é-lhe comunicado que na música de igreja teria de cantar «apenas em

solos com orquestra» e não nos «cheios e ripie-
nos da mesma música».⁸

Nota-se também uma preocupação ao longo
do reinado de D. José em manter e renovar o corpo
de músicos ao serviço das várias instituições.
Assim, um ano antes do terramoto, a Patriarcal
tinha quatro organistas e setenta e quatro cantores
(de acordo com a lista publicada por João Baptista
de Castro).⁹ Para os anos que se seguem ao terra-
moto não temos indicações precisas, mas em 1763,
os Anuais da Irmandade de Santa Cecília,¹⁰ conta-
bilizavam setenta e dois músicos associados à Patri-
arcal, portanto um número semelhante.

Nos anos seguintes, a correspondência entre
o director dos teatros da corte e o cônsul Niccolò
Piaggio, em Génova, menciona a chegada de
quatro músicos em 1765 (Giuseppe Marochini,
os baixos Bernardo Cocuccioni e Taddeo Puzzi e
o contrabaixista Michele Giordani). Seguiram-se
os cantores Filippo Cappellani (1770), Cosimo
Banchi, Giuliano Giusti, Filippo Viotti, Ansano
Ferracuti (1772), Antonio Scheifler, António
Tommati, Luigi Bianchini (1774), Michele Mazzi-
otti e Luca Manna (1774).¹¹ Todos serviam na
Capela Real, mas só os melhores cantavam
também nos teatros. Alguns deles, assim como
os seus colegas ao serviço da Patriarcal, eram
também solicitados para cerimónias litúrgicas
em outros templos da cidade, conforme nos
conta William Beckford:¹² «I went to the new

church of St. Peter of Alcantara, and heard Lima's
mass. All my musical acquaintances were employ-
ed – Rumi, Palomino, Ferracuti, Totti, etc. Totti
sang delightfully, he happened to be in voice, a
blessing he seldom enjoys. I was placed to great
advantage in the music gallery.»

Os compositores italianos

A enorme quantidade de partituras de música
sacra, originárias da segunda metade do século
XVIII, depositadas no Arquivo da Fábrica da Sé
Patriarcal de Lisboa e na Biblioteca Nacional (espe-
cialmente no fundo do Seminário da Patriarcal),
para citar apenas as colecções mais importantes,
testemunham uma renovação constante de reper-
tório, efectuada quer a partir da produção nacio-
nal quer de música italiana (importada ou escrita
em Portugal por compositores ao serviço da corte).
Ao contrário de muitas partituras de ópera adqui-
ridas em Itália, estas apresentam muitas marcas de
uso, o que indicia uma utilização ampla.

Durante o século XVIII, tal como nas épocas
anteriores, a música sacra gozava de uma exis-
tência relativamente breve. Tratava-se de um
repertório de circunstância que fazia parte do
quotidiano das diversas instituições religiosas,
tendo como principal objectivo garantir a música
nas cerimónias de culto de acordo com as
convenções impostas pela liturgia. A produção e
a circulação de partituras eram ditadas por impe-

Frontispício do *Stabat Mater a Tres Voces*
de José Joaquim Santos, impresso em Lisboa,
na Real Fábrica da Empreção de Muzica, 1792.
Biblioteca Nacional de Lisboa



Mattutino d'è Morti, de David Perez, impresso em Londres por Robert Bremner, no ano de 1774. Biblioteca Nacional de Lisboa



rativos de consumo imediato que visavam situações concretas. A música que ia sendo concebida era difundida através de cópias manuscritas, mas raramente era editada – uma das poucas exceções, bastante tardia em relação à época de que nos ocupamos, é a do *Stabat Mater*, de José Joaquim dos Santos (1748?-1801), impressa em 1792 na Real Fábrica de Empreção de Música.

Com o terramoto vários músicos abandonaram Lisboa aterrorizados, incluindo Giovanni Giorgi, compositor régio contratado em 1725 por D. João V, mas é sintomático que este tenha mantido o seu vínculo à corte portuguesa e tenha continuado a enviar partituras de música sacra para Lisboa, via Génova, até à sua morte. Das inúmeras obras do compositor que se guardam no Arquivo da Sé de Lisboa, umas boas dezenas têm datas compreendidas entre 1755 e 1761 e indicações como «Ad uso della Basilica Patriarcale e Capella Reale di Lisbona» ou similares.

Por seu turno, a análise da produção de David Perez, contratado por D. José em 1752, é também bastante elucidativa. Das catorze óperas escritas para Lisboa, nove foram apresentadas entre 1752 e 1755 e as restantes cinco entre 1765 e 1768. Depois de 1755, Perez dedica-se sobretudo à música sacra, conforme se pode depreender da quantidade de partituras da sua autoria que se guardam nos nossos arquivos: 83 peças no Arquivo da Sé de Lisboa, 70 peças no Fundo do Seminário da Patriarcal na Biblioteca Nacional, 29 no Arquivo da Sé de Évora, 11 em Viseu – a lista está longe de ser exaustiva. A influência póstuma de Perez parece também ter perdurado sobretudo através da sua música sacra, já que obras como as famosas *Matutini dei Morti*, impressas em Londres, em 1774, ainda se interpretavam em Lisboa setenta anos depois da morte do compositor!

A mudança de gosto em relação à ópera que se começou a verificar no final da década de 1760 e se traduziu na preferência pela ópera *buffa* e

David Perez e a sua Época 1711-1778



Dia Mundial da Música
Exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa
de 1 a 21 de Outubro, das 10 às 19 h

Secretaria de Estado da Cultura
Direcção-Geral do Património Cultural

David Perez e a sua Época, 1711-1778. Cartaz, 1979.
Biblioteca Nacional de Lisboa

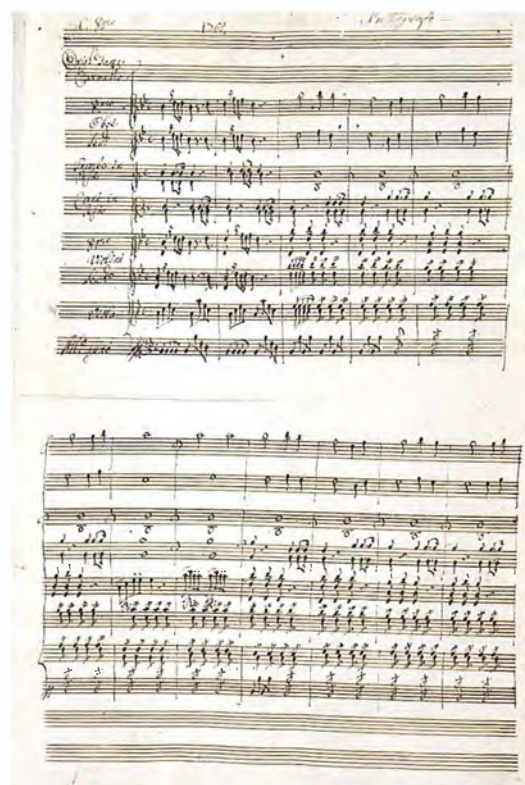
pelas obras de Niccolò Jommelli teria igualmente repercussões na música sacra. O entusiasmo pela música deste compositor (que D. José havia já tentado contratar em 1753) toma forma no contrato de 1769, no qual estava previsto que Jommelli enviasse todos os anos para a corte portuguesa uma ópera séria e uma ópera *buffa*, mas também um certo número de obras religiosas – «E solamente per quello che appartiene a la chiesa, vuole S. M. che Lei scriva tutto quello che gli sarà ordinato».

No que diz respeito à música sacra, a interpretação das suas obras parece ter sido igualmente muito apreciada, e prolongou-se ao longo do século, sendo frequentemente referida pelos viajantes estrangeiros e especialmente louvada por William Beckford, que anotou o seguinte comentário no seu diário no dia 27 de Maio de 1787: «The music of the mass indifferent, except two sublime motets of Jomelli, worth going two leagues in the sun to hear. I was exalted into heaven whilst they were executing, and will certainly return tomorrow.»¹³

A obra que parece ter alcançado maior apreço, foi a sua missa de *Requiem* que passou a ser tradicionalmente cantada, ao lado das já referidas *Matutini dei Morti* de David Perez, nas festividades da Irmandade de Santa Cecília em honra dos irmãos falecidos.¹⁴ Este facto é igualmente testemunhado por vários viajantes estrangeiros, surgindo nos relatos de Richard Twiss (1773), William Beckford (1787) e do marquês de Bombelles (1787).¹⁵

Os compositores portugueses

Os principais compositores activos em Portugal na segunda metade do século XVIII distinguiram-se tanto no domínio da música dramática, como da música sacra, utilizando para se expressarem em ambos os géneros uma linguagem esteticamente muito semelhante. É o que acontece com João de Sousa Carvalho (que



em 1778 sucedeu a David Perez como professor de música dos infantes e como compositor da Real Câmara); João Cordeiro da Silva (organista e compositor da Capela Real da Ajuda); Pedro António Avondano (violinista da Real Câmara); Jerónimo Francisco de Lima (mestre no Seminário da Patriarcal); Luciano Xavier dos Santos (organista da Real Capela da Bemposta) e António da Silva Gomes e Oliveira (organista da Capela Real da Ajuda).

Para além destes, a quem eram frequentemente solicitadas obras para solenidades especiais, as necessidades quotidianas em matéria de música litúrgica eram asseguradas por um conjunto muito mais extenso de compositores (citados em vários inventários da época), dos quais subsiste uma considerável música nos



Frontispício da partitura *Lamentações* de José Joaquim dos Santos. Biblioteca Nacional de Lisboa

nossos arquivos (missas, motetes, salmos, lamentações, hinos, antífonas, responsórios, *Te Deum*, etc.). Salvo raras exceções, a maior parte dessa música nunca foi editada modernamente, gravada ou estudada. A maior parte destes compositores parece ter-se dedicado exclusivamente ao repertório sacro e acumulava a criação musical com as funções de cantor, organista e/ou, por vezes, professor do Seminário da Patriarcal (é o que acontece com José Joaquim dos Santos, um dos mais talentosos autores de música sacra desta época).¹⁶

Um Inventário de 1779,¹⁷ que se guarda na Biblioteca Nacional, é bastante ilustrativo do número de compositores de música sacra activos na época de D. José I ou pouco antes: João Jorge (Giovanni Giorgi), Henrique da Silva Negrão, José Joaquim dos Santos, Manuel Francisco Velozo, Eusébio António da Silva, José Álvares

Mosca, José do Espírito Santo, João de Sousa, António Tedeschi, Francisco Grau, Thomas Cecoli, Jerónimo Francisco de Lima, João Pedro [da Matta?], Joaquim do Vale, José do Espírito Santo, José Gomes, David Perez, Luciano Xavier dos Santos, Jerónimo Béze, José Gomes, José Porcaris, António Leal Moreira, João de Sousa Vasconcelos, Joaquim Pereira Cardote, Eusébio Tavares le Roi. Além destes mencionam-se compositores do tempo de D. João V, como Francisco António de Almeida, João Rodrigues Esteves e Carlos Seixas e os italianos Bencini, Perti, Feo, Abos, Benevoli e Scarlatti. A maioria destas obras, em «stile concertato», destina-se a quatro ou oito vozes e órgão.

O ensino da música

No plano institucional a formação musical encontrava-se, também ela, voltada para a música sacra graças ao Seminário da Patriarcal, a principal escola de música em Portugal antes da fundação do Conservatório em 1835. Criado por D. João V em 1713 seria responsável pela formação de alguns dos compositores portugueses setecentistas mais importantes (António da Silva, José Joaquim dos Santos, António Leal Moreira, Marcos Portugal, João José Baldi, Fr. José Marques, António José Soares, Francisco Xavier Migone, entre outros), mas também por muitos músicos (sobretudo cantores e organistas) que ocuparam cargos na corte, na Patriarcal e noutras instituições religiosas do país. Os próprios seminaristas, pelo menos os que tinham mais capacidades musicais, tinham também a obrigação de cantar (e prestar pequenos serviços) nas cerimónias da Patriarcal.

Alguns dos discípulos mais dotados desta escola foram seleccionados para aperfeiçoar os seus estudos em Itália (na primeira metade do século em Roma e na segunda em Nápoles), vindo, alguns deles, a ingressar posteriormente no corpo docente. Na lista de passaportes que se

guarda na Torre do Tombo (Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros) pode confirmar-se a deslocação para Itália de vários seminaristas do tempo de D. José I: «Faço saber aos que este passaporte virem que desta Corte faz viagem para Itália Joaquim Tessitore, tocador de Bué, em serviço do mesmo Sr. que manda em companhia de cinco seminaristas da Basílica Patriarcal, a saber Jerónimo Francisco de Lima, João de Sousa [Carvalho], Joaquim de Santa Anna, Camilo Jorge Cabral e José de Almeida, os quais por ordem de Sua Majestade vão aperfeiçoar-se na Arte da Música (12 de Maio de 1760).» O passaporte seguinte, com a mesma data, menciona a viagem para Itália de Brás Francisco de Lima «português e vassalo deste reino, que vai por ordem do mesmo Senhor aprender a Arte da Musica».¹⁸

Noutras áreas da formação o terceiro quartel do século XVIII ficou marcado por uma série de reformas educativas empreendidas pelo Marquês de Pombal, que incluíam, por exemplo, a secularização e reforma da Universidade de Coimbra, subtraída à influência dos jesuítas, a criação de uma escola para a nobreza (Colégio dos Nobres) e de outra para a burguesia (Aula de Comércio). Em contrapartida, Pombal parece não se ter preocupado em intervir na área do ensino da música que continuou confinado à esfera religiosa. No entanto, operam-se na mesma época várias medidas de regulamentação, patentes nos Estatutos de 1764, assinados por D. José.

O Seminário da Patriarcal era uma escola de modelo eclesiástico não muito diferente das escolas de música associadas às catedrais, às capelas de corte ou aos conventos e mosteiros, tanto nos séculos anteriores como durante o século XVIII. Os alunos viviam em regime de internato bastante rigoroso e, para além das lições de música e gramática, tinham um intenso plano de actividades diárias (das 6h30 da manhã às 22h!), que incluía, por exemplo, a Missa e as principais Horas Canónicas do Ofício Divino.

Fornecer músicos, em especial cantores, para a Patriarcal era o principal objectivo, pelo que a formação incidia sobretudo no domínio da música sacra, do canto, do acompanhamento e dos instrumentos de tecla (órgão e cravo). Só em 1824 foram introduzidas as aulas de outros instrumentos e a instituição se começou a aproximar mais de um modelo laico.¹⁹

Esta foi uma porta de importânciacrucial no acesso aos modelos italianos quer por via dos mestres formados em Nápoles, quer pelos métodos utilizados que incluíam, por exemplo, os *Solfejos de Itália*, de Perez – uma obra com várias edições que circulou por toda a Europa – e peças similares de Durante, Leonardo Leo ou do padre Martini.

A música sacra fora dos circuitos da corte

Os serviços religiosos de carácter público não eram exclusivos da Patriarcal e das grandes igrejas seculares. Alguns conventos e mosteiros abriam também as suas portas ao exterior, por exemplo para a celebração das Vésperas ou por ocasião das festas de maior devoção tradicional da ordem, indo ao ponto de promover concertos com alguns dos seus membros musicalmente mais dotados.²⁰

Fora das instituições ligadas à corte (Capela Real, Patriarcal, Basílica de Santa Maria, Bemposta), que tinham um corpo próprio permanente de músicos assalariados, a actividade em torno da música religiosa tinha um ritmo surpreendente, a avaliar pelos Manifestos que se guardam na Irmandade de Santa Cecília. De acordo com as normas do Compromisso de 1765, qualquer «Director» era obrigado a pagar «hum tostão de cada huma das festas que dirigir». Um pouco mais à frente refere-se a obrigação de fornecer «Hum rol exacto e verdadeiro de todas as Festas que dirigio naquele anno, no qual declare o número de Cantores e Instrumentistas, que levou a cada

huma dellas, manifestando o preço, que recebo, e as cazas, ou Igrejas aonde se fizerão».

No arquivo da irmandade encontram-se uma série de maços com estes documentos com datas compreendidas entre 1771 e 1832. Conforme dá conta Joseph Scherpereel no artigo «Patrocínio e *Performance Practice*» em Lisboa e proximidades na segunda metade do século XVIII e começos do século XIX²¹ não só o número de actividades era muito extenso como podemos encontrar vários tipos de patrocínio musical, individual e colectivo.

Um dos aspectos mais curiosos prende-se com o facto de muito raramente serem contratados músicos para interpretar repertório profano. Nobres como os condes de Redondo, de Lumiares ou de Vila Nova, os marqueses de Belas, de Abrantes, de Castelo Melhor ou de Marialva ou a viscondessa de Ponte de Lima, entre muitos outros, contratavam músicos para tocar e cantar em «funções» que eram na sua maior parte religiosas (Vésperas, Missas, Ladainhas, Novenas, Ofícios da Semana Santa, etc.) nos seus palácios, quintas ou ermidas particulares. O mesmo sucedia com corpo diplomático, a magistratura, os altos dignitários eclesiásticos, alguns profissionais liberais e vários negociantes.²²

No plano colectivo encontramos instituições como as Alfândegas, o Concelho da Fazenda, o Senado da Câmara, a Casa dos Vinte e Quatro (assembleia dos deputados dos chamados ofícios mecânicos), o Arsenal da Ribeira das Naus, alguns hospitais, hospícios e vários colégios, confrarias e irmandades, a começar pela própria Irmandade de Santa Cecília. As comunidades conventuais – segundo Scherpereel, os Manifestos mencionam cerca de 130! – mandavam também chamar músicos para realçar os seus Ofícios e solenizar Profissões.²³

A música nas igrejas era extensiva aos arredores de Lisboa. Por exemplo, o manifesto de 1771-1772, de Ricardo Jozé Carrilho, menciona

quatro festas na Igreja de Cacilhas, uma na Ermida do Regimento de Alcântara, outra «na Outra Banda», na Igreja da Piedade no Caramujo, na Póvoa de Sacavém e outra no Pragal, nos Marianos. Em todas elas participaram quatro ou cinco cantores, com quatro ou cinco vozes, dois a quatro violinos, um ou dois violoncelos, duas ou três trompas e por vezes um oboé.

O cerimonial religioso como prática de sociabilidade

Complementado pelos inúmeros relatos de viajantes estrangeiros, este panorama indicia que em Portugal a música sacra acabaria, paradoxalmente, por ocupar um papel crucial nas novas práticas de sociabilidade setecentista.²⁴ Tanto a Capela Real e a Patriarcal, como as restantes igrejas de Lisboa ou mesmo locais de carácter laico eram palcos privilegiados para as múltiplas manifestações da «festa barroca» e da teatralização do ritual religioso. Os entraves colocados pelo poder à proliferação de novos espaços de sociabilidade (concertos públicos, cafés, academias...), conducentes às novas dinâmicas de prática e consumo da música que a burguesia urbana tinha já adoptado na maior parte dos países da Europa, teriam como consequência que essa função fosse, em Portugal, transferida para o âmbito religioso. Quer no quadro da liturgia formal, quer sob a forma de manifestações devotionais mais ou menos informais, a festa religiosa assumia frequentemente uma dimensão de exibição e interacção social semelhantes às que ocorriam na ópera ou noutras situações de carácter laico. Nelas se cruzavam vários estratos sociais, dando lugar ao encontro interpessoal e interclassista, à conversa, à comida e à bebida, à dança e até à sedução: «The ceremony was extremely pompous. A prelate of the first rank, with a considerable detachment of priests from the Royal Chapel, officiated to the sounds of lively jigs and ranting minuets, better calculated to set a



L'ippolito. Serenata a sei voci... (início da segunda parte), partitura autógrafa de Francisco António de Almeida, datada de 1752. Biblioteca Nacional de Lisboa

parcel of water-drinkers a dancing in a pump-room, than to direct movements of a pontiff and his assistants.»²⁵

Esta interpenetração entre o sagrado e o profano caracterizava-se, com frequência, por uma certa atmosfera teatral e que tomava forma por via do aparato cerimonial inerente ao ritual litúrgico, das características da música, da exibição virtuosística dos cantores da Capela Real (alguns deles considerados como verdadeiras «estrelas» no campo da ópera) e da dimensão cenográfica decorrente da decoração e da iluminação das próprias igrejas: «Malgré toute la dépense du Comte de Vila Nova, son église de Santos connoît une rivale: celle des Paulistes le jour du vendredi saint. Plus vaste, plus belle, plus régulière, cette dernière est comme toutes les autres dans une grande obscurité au commencement de l'office, mais dès que le Gloria in excelsis est entonné, d'épais rideaux se tirent, d'au-

tres voiles tombent, d'autres machines s'affaissent et tout ce temple devient resplendissant de lumières. (...) Cette expression, déplacée en parlant d'une église, se trouve juste et nécessaire pour rendre les effets d'un spectacle qui fait sur les Portugais le même effect que celui de l'opéra. On parle d'un carnaval de l'Ascension à Venise; l'on peut dire que le vrai carnaval de la cour et du peuple à Lisbonne est le temp de Carême et principalement celui de la semaine sainte.»²⁶

Estilo musical e práticas de execução

A maior parte do repertório religioso setecentista destinava-se a coro, solistas e órgão (baixo contínuo), sendo a orquestra ou os grupos instrumentais de dimensões reduzidas reservados aos grandes momentos do calendário litúrgico ou às festas mais solenes. No que diz respeito à Capela Real, e, por extensão, à Patriarcal, a correspondência trocada entre Jommelli e o director dos teatros reais, Pedro José da Silva Botelho, publicada por Marita McClymonds num apêndice ao seu livro *Niccolò Jommelli: The Last Years, 1769-1774*,²⁷ fornece várias indicações importantes. A primeira carta de Botelho, de 17 de Junho de 1768, elogia a Orquestra da Real Câmara²⁸ – «L'Orchestra di Sua Maestà Fedelissima é di tal maniera unita, e discreta nel chiaro e oscuro de' suoi andamenti, che tutti I Signori Forestiei che qui la sentono Le danno mille Lodi» – e encomenda-lhe uma missa onde possam participar todas as cordas e sopros da dita formação.

A encomenda é feita com um grande grau de detalhe na carta de 19 de Julho: «La messa raccomandata, si vuole che nell'istessa ci sia un terzetto ove c'entre La parte di Basso; perché abbiamo qui un basso eccellente per nome Tadeo Puzzi, che ultimamente venne di Napoli per il servizio di S.M.F, il quale ha una voce di qualità di vero basso, molto flessibile che si



Sei sonate per cembalo,
de Alberto José Gomes da Silva,
impressas em Lisboa, presumivelmente
na década de 1760: Sonata III
(início do 1.º andamento).
Biblioteca Nacional de Lisboa

apiana quanto vuol, e nei forte si sente molto senza strillare, con una stenzione di corde spaventosa. (...) Come si desidera ancora in questa messa un solo fatto apostata per il primo Soprano nuovo Carlo Reina, Li mando notatte Le corde del sudetto nella facciata prima del solo di basso, a ciò che Lei si possa regolare. Come questa messa ha da servire in una festa distinta, se chiede una sinfonia di due allegri e andantino in mezzo.»

A carta de 10 de Julho de 1769 fornece-nos uma outra perspectiva da prática musical da Capela Real: «In questo mentre vuol Sua Maestà Fedelissima che Vossa Signoria si meta a lavorare per la Cappella in musica senza strumenti, e che non sia obbligata di soli di gran fabrica, per causa de che quando mancano questi musici di forza per chi si fanno queste composizioni, restano senza servire.

In soma vuol il Sudetto Signore che questa musica sia concertata di qualche piccolo soletto, duetti, terzetti, eccetera perche per la Chiesa gusta più del concerto che de soli. E cosí ordina che Lei passe a meter in musica il Salmo dixit Dominus, una messa per La Sudetta Cappella I Kyrie, e La Gloria della quale possa durar mezh'ora e per questo può Lei regular La durazione del resto. E finalmente vuol di più la Sequenza della Pasqua, che comincia "Victimae paschali". (...) S'avverte che il coro della Sudetta Cappella hà più di sedici o 18 musici.»

O que se passava fora das instituições da corte era, em muitos aspectos, similar. Nas grandes ocasiões não tinham uma orquestra completa, mas conjuntos instrumentais de dimensões várias, (muitos deles formados por instrumentistas que pertenciam também à Real Câmara). Nem todos os Manifestos da Irmandade

de Santa Cecília discriminam os instrumentos, mas é possível detectar situações muito diversificadas, desde as vozes *a capella* – normalmente com um cantor por parte – ou com órgão (por vezes com um violoncelo ou um fagote) a conjuntos instrumentais de várias dimensões.²⁹ A título de exemplo menciona-se o Manifesto de 1772 de André de Santa Anna, cantor mor e Mestre de Capela do Convento de São Domingos de Lisboa, onde se regista sensivelmente uma actividade musical por mês. O efectivo maior, usado para a Festa de São Gonçalo, em Janeiro, tinha seis vozes, seis violinos, um oboé, dois *rabecões* (a designação *rabecão* era usada indistintamente para violoncelo ou contrabaixo) e duas trompas. Em contrapartida, na época da Quaresma registam-se apenas vozes e órgão, incluindo um *Miserere* a quatro coros (dois a quatro vozes e dois a três vozes; o órgão aparece associado ao primeiro coro, os violoncelos ao segundo e quarto e o fagote ao terceiro). As violetas raramente aparecem nestes conjuntos, mas surgem muitas vezes associadas à música da Semana Santa ou ao Ofício de Defuntos, prescindindo-se, por vezes nesses casos, dos violinos.

Estas passagens vêm fundamentar não só as opções em torno de diferentes efectivos, consoante a solenidade das ocasiões, quer a própria estrutura interna das obras ou mesmo traços estilísticos como a permeabilidade ao idioma operático. Os escassos estudos analíticos sobre a música sacra portuguesa da segunda metade do século XVIII assim como o reduzido número de obras gravadas não nos permitem caracterizar o seu desenvolvimento estilístico com segurança, identificar as particularidades específicas de cada compositor ou de cada género ou constatar de que modo os modelos italianos foram assimilados e reprocessados. No entanto, um exame superficial de algumas partituras e na análise de uma série de Salmos em *stile concertato*, da autoria de João de Sousa Vasconcelos (compositor e

organista da Capela Real da Ajuda) que desenvolvi na minha dissertação de mestrado,³⁰ permitem levantar um pouco a ponta do véu.

Num repertório dominado pelas convenções *stile concertato*, encontramos tanto obras de estrutura contínua (pouco numerosas), como divididas em andamentos contrastantes em termos de andamento, métrica, tonalidade, textura e carácter musical, que muitas vezes fragmentam o texto litúrgico, e que encontram um paralelo na chamada *missa-cantata* de origem napolitana. As soluções formais são muito diversificadas, tanto no que diz respeito à estrutura geral (que pode ser compartimentada num número maior ou menor de andamentos) como à estrutura particular de cada um deles.

Enquanto as secções corais não apresentam padrões formais fixos, as árias autónomas (algumas delas bastante virtuosísticas), tendem a identificar-se com um dos modelos mais característicos da primeira secção da *aria da capo*, a qual costuma ser subdividida em duas subsecções (AA'), correspondendo o A' à repetição do texto com modificações musicais. A própria organização do discurso melódico nessas passagens é muito similar à das árias de ópera italianas: um tema, subdivisível em três motivos (ABB), sendo os dois últimos idênticos, seguido por frases e/ou motivos melódicos novos ou derivados dos anteriores que conduzem a um vocalizo numa das últimas sílabas do texto.

Aparentemente, estas obras denotam um certo conservadorismo, mas na verdade trata-se de um repertório onde se cruzam várias coordenadas estilísticas e onde os desenvolvimentos estilísticos da época se vão infiltrando de forma quase sub-reptícia. Como é natural, a adopção pela música sacra de uma linguagem esteticamente semelhante à da ópera verifica-se, de forma mais imediata, nas secções solísticas. Assim, enquanto estas vão reflectindo, em maior ou menor grau, as principais inovações da época,

alguns dos andamentos corais permanecem fiéis ao «estilo estrito» por via de um tecido contrapontístico mais ou menos elaborado.

Entre as correntes musicais que deixaram a sua marca na música portuguesa de meados do século XVIII, o «estilo galante» (designação aqui utilizada na perspectiva abrangente dos teóricos setecentistas que utilizam o tema por oposição ao complexo estilístico que, hoje em dia, é correntemente designado por Barroco) transpõe na opção por texturas homofónicas, na simplicidade da harmonia, no uso frequente de cadências, em particularidades do material rítmico e melódico ou ainda na transformação da linha do baixo contínuo, onde surgem frequentemente figurações como o chamado *murky bass* (oitavas quebradas) ou variantes do baixo de Alberti. Por outro lado, encontramos simultaneamente reminiscências barrocas como a continuidade textural em algumas das secções corais, o uso de sequências harmónicas e melódicas e a dimensão teatral implícita no tratamento virtuoso dos *solis*.

¹ Uma panorâmica da vida musical em Portugal no século XVIII em correlação com uma pertinente contextualização no âmbito político-cultural foi traçada de forma particularmente estimulante, pela primeira vez, por Rui Vieira Nery em *História da Música (Sínteses da Cultura Portuguesa)*, Lisboa, Comissariado para a Europa 91-Portugal/Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991.

² Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

³ Anos mais tarde, entre 1769 e 1772, a Patriarcal viria efectivamente a funcionar no Mosteiro de São Bento, na sequência do incêndio que destruiu a igreja entretanto construída no Sítio da Cotovia, (actual Príncipe Real).

⁴ *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 209.

⁵ Ainda que a história e o funcionamento das duas instituições esteja longe de ficar esclarecida, praticamente todas as fontes da época dão conta de um *corpus* de músicos próprio de cada uma delas. Um dos documentos mais elucidativos a este respeito foi redigido por um cantor da Patriarcal em 1788 (*Osservazioni Correlative alla Reale e Patriarcal Cappella di Lisbona fatte da D. Gasparo Mariani...*) que se guarda na Biblioteca da Ajuda (P-La54-XI-37, n.º 192). Também a organização dos músicos no seio da Irmandade de Santa Cecília, com uma «Presidência» atribuída à Capela Real da Ajuda, outra à Patriarcal e outra à Basílica de Santa Maria reflecte esta estrutura.

⁶ Sobre a história da Capela Real da Bemposta ver o artigo de Joseph Scherpereel «Esquisse d'une Histoire Musicale de la Chapelle Royal de la Bemposta», *Revista Portuguesa de Musicologia*, vol. 3, 1993, pp.165-178. Nesta instituição trabalharam músicos tão importantes como Luciano Xavier dos Santos, João Domingos Bomtempo, João José Baldi, Frei José Marques ou Joaquim Casimiro.

⁷ Manuel Carlos de Brito, «A contratação do castrado Gizziello para a Real Câmara em 1751», *Estudos de História da Música em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1989, pp. 127-138.

⁸ Cf. Manuel Carlos de Brito, *op. cit.* na nota 2, p. 35.

⁹ *Op. cit.*, pp. 189-192.

¹⁰ Os Anuais da Irmandade de Santa Cecília, actualmente representada pelo Montepio Filarmónico, sediado na Basílica dos Mártires de Lisboa, eram os livros onde se registavam as taxas de pagamento efectuadas pelos músicos à Irmandade, na qual tinham obrigatoriamente de estar inscritos para poderem exercer a profissão. O musicólogo Joseph Scherpereel, a quem agradecemos a indicação de várias fontes importantes para o nosso estudo (bem como à direcção das referidas instituições, pela forma como tem facilitado a pesquisa nos seus arquivos), tem vindo a organizar e inventariar esta preciosa documentação histórica e a preparar uma futura publicação sobre essas instituições associativas e os seus membros.

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, cx. 260. Cf. Manuel Carlos de Brito, *op. cit.*, p. 36.

¹² *The Journal of William Beckford in Portugal and Spain, 1787-1788 (edited with an introduction and notes by Boyd Alexander)*, Londres, Rupert Hart-Davis, 1954, (5-8-1787), p. 150. Todos os músicos citados por Beckford pertenciam à Capela Real.

¹³ *Op. cit.*, p. 40.

¹⁴ Sobre a música fúnebre de Perez e Jommelli ver a tese de Maurizio Dottori, *The Church Music of David Perez and Niccolò Jommelli, with special emphasis on their funeral music* (texto polycopiado), dissertação apresentada à Universidade de Gales (Cardiff) em 1997.

¹⁵ «The 26th of November; being St. Cecilia's day, I went in the morning to the church of St. Rocco, to hear the musical function, which lasted three hours. The music performed was of Jannelli's composition, and the band was placed as follows. The organ over the church door; and in the organ-gallery were ten eunuchs from the king's chapel: on one side were sixteen violins, six basses, three double-basses, four tenors, two hautboys, a french horn, and a trumpet; and underneath them, about sixty voices from the choruses; and, on the other side, were the same number of vocal and instrumental performers. (...) The whole concert was under the direction of the celebrated Mr. David Perez; some of whose compositions have been lately published in London. The church was extremely crowded by persons of each sex. High mass was celebrated, during which the woman remained squatted on the ground, having all white muslin veils, and black silk cloaks» (Richard Twiss, *Travels in Portugal and Spain in 1772 and 1773*, London, Printed by the Author and sold by G. Robinson, T. Becket and Robson, 1775, p. 9). Anos mais tarde também o marquês de Bombelles nos oferece um relato da mesma cerimónia no seu diário (*Journal d'un ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, Paris, Publications du Centre Culturel Portugais/Pres-

ses Universitaires de France, 1979, p. 202) – «*Tous les ans les meilleurs musiciens de Lisbonne se rassemblent en grand nombre dans l'église des Martyrs pour célébrer par des matines de la composition de David Perez l'office des morts en l'honneur de ceux des musiciens décédés dans l'année; un autre jour on célèbre dans le même objet une grande messe, les petites heures qui la précèdent sont également un des chefs d'œuvre de Perez mais la messe est de Jommelli*» –, assim como William Beckford: «*I went to the church of the Martyrs to hear the matins of Perez and the dead mass of Jommelli performed by all the principal musicians of the royal chapel, for the repose of the souls of their deceased predecessors. Such august, such affecting music I never heard, and perhaps may never hear again; for the flame of devout enthusiasm burns dim in almost every part of Europe, and threatens total extinction in a very few years.*» (Op. cit., pp. 279-280).

¹⁶ Dois CDs existentes no mercado atestam a qualidade da sua música: José Joaquim dos Santos (1747-1801): *Stabat Mater, Miserere*, Segréis de Lisboa, Coro de Câmara da Universidade de Salamanca, Manuel Morais, Movieplay, 1997, CD 3-11051, e *Obras Sacras: João de Sousa Carvalho, Luciano Xavier dos Santos, José Joaquim dos Santos*, Segréis de Lisboa, Coro de Câmara da Universidade de Salamanca, Manuel Morais, Movieplay, 1996, CD 3-11044.

¹⁷ *Inventário de toda a prata, alfayas, solfas, livros de canto chão, sinos e tudo o mais que pertence à Fábrica da Basílica Patriarcal de Santa Maria*, P-Ln Cód. 11233.

¹⁸ ANTT-Ministério dos Negócios Estrangeiros, Passaportes (século XVIII), Lv. 362. Cf. Manuel Morais, *Domingos Caldas Barbosa, Música escolhida da viola de Lereno*, Lisboa, Estar, 2003, p. 77. Manuel Morais não menciona Brás Francisco de Lima (ao contrário de outras obras alusivas à história da música portuguesa) talvez pelo facto de a sua saída de Portugal estar documentada num texto à parte. O *Registo de Matrículas do Seminário Patriarcal* (P-Ln Cód. 1515) refere igualmente a lista de músicos que citamos, à excepção de Brás Francisco de Lima, que provavelmente não foi aluno desta instituição, já que a sua admissão não se encontra registada. O livro de matrículas indica também que Joaquim de Santa Anna, Camilo Cabral e José de Almeida eram castrados. Entre os nove castrados que ingressaram no Seminário, todos antes de 1760 (inclusive), existem três naturais de Lisboa, dois de Miranda (Serracinos), dois de Setúbal, um de Viseu e outro de Tavira.

¹⁹ A importância do Seminário da Patriarcal tem sido justamente enfatizada pela historiografia da música portuguesa, mas temos de ter em conta que esta escola apenas fornecia músicos para uma parcela específica da vida musical. Os cantores de ópera eram, na sua maioria, importados de Itália, e a maior parte dos instrumentistas da Orquestra da Real Câmara eram estrangeiros. A formação instrumental dos portugueses, no que diz respeito às cordas ou aos sopros, fazia-se no círculo familiar ou através de aulas particulares, portanto à margem de um enquadramento institucional. Por outro lado, o estilo operático não seria uma matéria alheia aos professores e alunos do Seminário, que se exercitavam também no canto de árias italianas. Alguns dos seus discípulos, se bem que uma minoria, seriam também prestigiados compositores de ópera, mas há que ter em conta que alguns deles foram bolseiros em Nápoles e que a aprendizagem se fazia também por contacto com o repertório.

²⁰ Viajantes estrangeiros como Beckford ou Ruders, visitavam assiduamente conventos e recebiam convites para manifestações litúrgicas e musicais de vária índole: «*We went by special invitation to the Royal Convent of the Necessidades, belonging to the Oratorians, to see the ceremony of consecrating a father of that order Bishop of Algarve (...). The music, which was extremely simple and pathetic, appeared to affect the grandees in my neighbourhood very profoundly, for they put on woeful contrite countenances, thumped their breasts, and seemed to think themselves, as most of them are, miserable sinners*» (William Beckford, *Italy, with Sketches of Spain and Portugal. By the Author of Vathek*, Londres, Richard Bentley, 1834, vol. II, 3-6-1787, pp. 34-35).

«*Ontem, 29, conforme o que estava combinado, fomos ao convento de freiras de S. João Baptista. Anunciámo-nos à porta da sala onde tínhamos sido recebidos no dia de S. João. As duas religiosas a que então nos referimos renovaram-nos a promessa de nos fazerem ouvir a nova freira tocar no órgão algumas peças profanas, depois do serviço religioso. Fomos logo para a igreja e lá ficámos até que a missa acabou. A freira executou, então, duas tão belas como difíceis sonatas*» (Carl Israel Ruders, *Viagem em Portugal 1798-1802*, trad. de António Feijó, ref. e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, p. 60).

²¹ *Revista de Musicologia* n.º 9, 1999, pp. 37-52.

²² Cf. Scherpereel, op. cit.

²³ Sobre a música na cerimónia da Profissão e nas comunidades monásticas conventuais, em geral, ver Cristina Fernandes, «A Música no contexto da cerimónia da Profissão nos mosteiros femininos portugueses (1768-1828)», *Revista Portuguesa de Musicologia*, n.º 7-8, 1997-1998, pp. 59-94, e Elisa Lessa A Música nos Mosteiros Beneditinos Portugueses: centros de ensino e prática musical (séculos XVII, XVIII e XIX), dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1998.

²⁴ Sobre os relatos dos viajantes estrangeiros relativos à época pombalina ver Rui Vieira Nery, «David Perez in Portugallo, testimonianze di viaggiatori stranieri», *Avidi Lumi, Quadrimistrale di Culture Musicali del Teatro Massimo di Palermo*, Ano V, n.º 14, Fevereiro 2002, pp. 87-99. Este artigo apresenta elementos de um trabalho exaustivo muito mais amplo, que Rui Vieira Nery tem vindo a preparar e que recolhe, organiza e contextualiza de forma problematizante os depoimentos relativos à música nos relatos dos viajantes estrangeiros que visitaram Portugal e o Brasil entre 1750 e 1834. A sua futura publicação virá clarificar muitos aspectos da vida musical desta época e das práticas de sociabilidade em torno da música.

²⁵ William Beckford, op. cit. in nota 20, (13-6-1787), pp. 60-61.

²⁶ Bombelles, op. cit., (22-3-1788), pp. 283 (22-3-1788).

²⁷ Michigan, Ann Arbor – UMI, 1980.

²⁸ No tempo de D. José a Orquestra da Real Câmara teve um efectivo que compreendia entre 32 e 51 instrumentistas, chegando a ser a maior orquestra de corte da Europa. Sobre esta formação ver o livro de Joseph Scherpereel, *A Orquestra e os Instrumentistas da Real Câmara de Lisboa de 1764 a 1834*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1985.

²⁹ Cf. Scherpereel, op. cit. in nota 21.

³⁰ Cristina Fernandes, *As Vésperas de João de Sousa: para o estudo do Salmo Concertato em Portugal em meados do século XVIII*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1999.

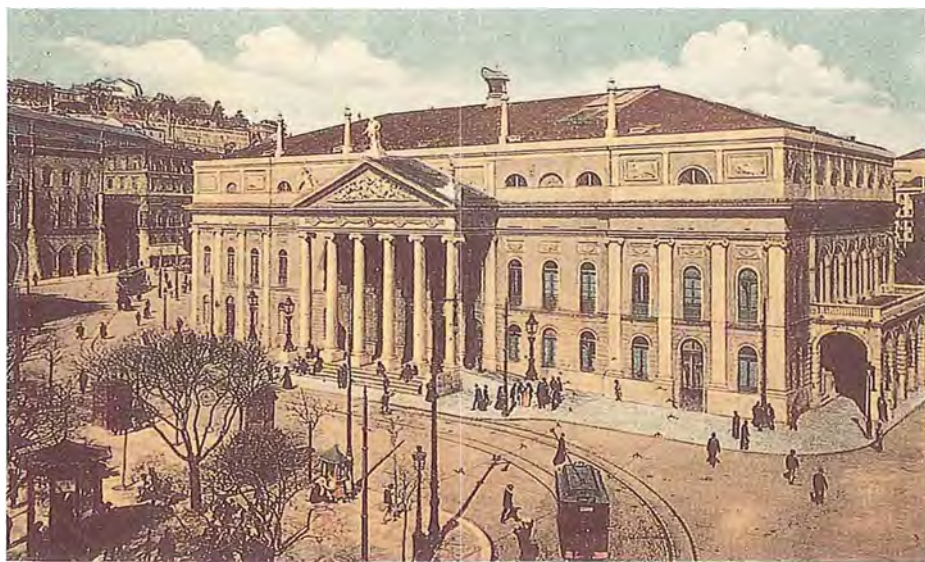
O Teatro no período de Pombal: doutrina, prática e ideologia

D u a r t e I v o C r u z

Uma interpretação garrettiana

Em 1848, Garrett fez representar *A Sobrinha do Marquês*, na prática a última das grandes peças da sua dramaturgia e, em parte também por isso, uma das mais claras posições ideológicas do teatro português: talvez por essas razões, valeu-lhe a única pateada da sua aliás desigual carreira de dramaturgo. Mas o que importa agora é constatar que, *A Sobrinha do Marquês* consubstanciou e actualizou numa forma romântica e politicamente liberal algo da ideologia e mesmo, de certo modo, alguns resquícios da doutrinação estética que o Marquês de Pombal, no seu tempo, impulsionou e controlou, através do instrumento de docilidade estrutural que foi a Arcádia Lusitana.

A peça de Garrett, como sabemos, situa-se na exacta noite da morte de D. José, 24 de Fevereiro de 1777, início da fulminante «viradeira» que em dois dias derrubou o Ministro. A estética, repita-se, é equilibradamente romântica: mas o conteúdo é eminentemente político, não só no plano do tratamento específico do Marquês como da justificação, própria e alheia, da sua acção pública. O formidável diálogo com o Padre Inácio, jesuíta clandestino; o equilíbrio entre a velha e a nova nobreza, a autocrítica e autojustificação do Marquês de Pombal entre a dureza do seu governo e a política da modernização; sobretudo o sentido igualitário da sociedade que valoriza a burguesia como classe e como mentalidade à custa da antiga aristocracia, mais respeitada por Garrett do que pelo Marquês – tudo isto está implícito ou está expresso na doutrinação académica da Arcádia Lusitana, na sua incipiente prática dramatúrgica. E até, de certo modo, no surto de teatro popular que, ao longo do século XVIII ocorre em Portugal através do chamado Teatro de Cordel. É caso para dizer que, uma vez mais, Garrett interpretou quase como ninguém, o sentido oculto das nossas raízes teatrais. Pô-las ao serviço da sua ideologia liberal, demonstrando



Lisboa, Teatro Garrett, in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos

que ela estava já implícita em certas condutas e certas doutrinas dos Árcades e de quem lhes deu alento. Com uma diferença enorme, porém: é que esse apoio do «vigilante Ministro», expressão insolitamente elogiosa de Correia Garção, que adiante encontraremos, assumia, num contexto vigorosamente reformador e modernizador, a dureza que se conhece e que o próprio Garção sentiu, e de que maneira!

As reformas: do Iluminismo ao Liberalismo

Repita-se: Garrett compreendeu, interpretou e modernizou no plano ideológico e no plano doutrinário as reformas estruturais de Pombal, revistas à luz do liberalismo, e as reformas estéticas e doutrinárias da Arcádia Lusitana vistas à luz do romantismo. A mudança global de Garrett não perdeu por isso nem valor, nem mérito, nem originalidade: é bem moderna para o seu tempo e, de certo modo, dura até hoje. Aliás, no prefácio a *Um Auto de Gil Vicente* o próprio Garrett evoca, entre outros, Garção, potencial autor de «comédias que haviam de ser portuguesas deveras porque o Garção era português às direitas».

Muito embora: se Garrett fica na história como autor da primeira reforma estrutural do teatro português, é certo também que o Marquês e os Árcades lhe forneceram os moldes. Aliás, seria no mínimo estranho que a prática do teatro-espectáculo e mesmo a estética da produção dramaturgica, expressão cultural de dimensão pública por excelência, ficassem à margem dos movimentos de renovação da vida portuguesa, nas suas dimensões e implicações estéticas, ideológicas, e político-administrativas e da atenção do Ministro... ainda por cima «vigilante»...

Desde já se diga que, nesse sentido, o Marquês de Pombal, talvez até para disciplinar a atrabiliária e pujantíssima movimentação do chamado Teatro de Cordel, de que adiante falaremos, envolveu-se em iniciativas, não muito felizes, note-se, ligadas à organização prática de espectáculo. Em 1776 apoia a criação de uma Sociedade privada, destinada a gerir os teatros do Salitre e da Rua dos Condes, centros por excelência do teatro popular – sendo a ópera sobretudo cantada nos teatros da Corte. Essa Sociedade foi efémera, mas ainda mereceu do sempre atento Garção uma ode entusiástica: «Tempo virá que as desprezadas/Musas do pátrio Tejo/por vossas mãos benignas levantadas/no porto vão surgir...» As «mãos benignas» são as dos «fidalgos que protegiam o teatro do bairro Alto», título da Ode I, mas também os da grande Luísa Todi, da sua irmã Cecília Rosa de Aguiar e de Isabel Efigénia, entre outros artistas.

Entretanto, por Decreto de 30 de Maio de 1771, é criada a Sociedade para a Subsistência dos teatros da Corte, com intervenção directa do próprio filho do Marquês, D. Henrique, presidente do Senado de Lisboa: uma espécie de Companhia Municipal. Pretende-se «formar uma sociedade entregue em sustentar os mesmos teatros com aquela pureza e decoro que os fazem permitidos», regulando ainda em termos dignos a profissão de actor. Mas também foi efémera.¹

Os dramaturgos Árcades fazem referências ambíguas aos teatros da época. Na *Assembleia ou Partida* de Garção o Artur Bigodes, «mineiro (isto é, chegado de Minas Gerais) e compadre de Aprígio» aprova «a ideia do teatro. É um bom projecto./ O ponto só consiste em desbancarmos/o da rua do Conde e Bairro Alto». Cruz e Silva em *O Falso Heroísmo* vai mais longe na crítica ao teatro do Bairro Alto ou, pelo menos, aos espectáculos lá produzidos: «Oh que Drama! oh que Drama! Oh que espanto! Que gosto ver a gente pelos ares/Voar uma cidade (...)/E ao mesmo tempo/ver o mar coalhado de baleias,/Ouvir uma medonha trovada...»

Mais complexa e mais profunda nas causas expressas e ocultas e mais duradoura foi a criação, em 5 de Abril de 1768, da Real Mesa Censória, destinada a exercer a censura a espectáculos e publicações. Não era propriamente tolerante:

as penas previstas para a «venda de livros ou papeis volantes, por mínimos que sejam, sem apreciação e licença da sobredita Mesa» iam de «seis meses de cadeia» a até «dez anos de degredo para o reino (sic) de Angola».²

Convenhamos que as penas impostas e as «apreciações» do Inspector Geral de Teatros e Espectáculos Teatrais Almeida Garrett, nos termos do artigo 1.º da Portaria de 15 de Novembro de 1836, eram bem mais moderados, mesmo quando proibia peças, alterava outras e qualificava textos que lhe eram presentes como «imoralíssimo drama» recheado de «indecências e escândalos daquela indecorosa sentina de vícios e imoralidades (...) labelo infame da moderna literatura dramática»!³

Em suma: o Marquês de Pombal estava atento ao teatro e tinha obviamente consciência da importância cultural e social do espectá-



Parte final do Regimento da Real Mesa Censória, 18 de Maio de 1768. Biblioteca Nacional de Lisboa



Personagens da comédia, pintados de roxo manganés, c. 1760, Quinta dos Azulejos, Lumiar

culo, numa época em que o chamado Teatro de Cordel produziu para cima de mil e quinhentos títulos representados. A política pombalina não só foi no sentido de enquadrar o movimento, como, nas alturas próprias, o aproveitar: o apoio à representação de *O Tartufo* de Molière no Teatro do Bairro Alto, em 1768, e a encomenda directa de três peças a Manuel de Figueiredo, como veremos, comprovam amplamente essa intervenção.

A Arcádia Lusitana, expressão das reformas pombalinas

Mas não está aí o maior traço da intervenção do Ministro na área teatral. É consensual a ligação doutrinária entre a Arcádia Lusitana e as reformas pombalinas: reformas político-administrativas, mas também reformas doutrinárias, a partir de valores que os árcades, na instituição e fora dela, nas obras mas sobretudo nos escritos teóricos, afincadamente defenderam. «Pela sua intenção restauradora, este grémio filia-se no movimento geral de esperanças e optimismos da administração pombalina, cuja maior energia se afirmava então na reconstrução da capital», escreveu Fidelino de Figueiredo.⁴ Estamos em 11 de Março de 1756, data da primeira reunião preparatória; a Arcádia duraria, com intermitências, períodos obscuros e acentuada decadência no final, até 20 de Janeiro de 1774. Mas no início, e ao menos no plano teórico, «animava-a o mesmo espírito que levou os arquitectos do Marquês de Pombal a traçarem, a régua e a compasso, numa construção rigidamente geométrica, as ruas de Lisboa para um dilatado futuro», diz António José Saraiva.⁵

Os Estatutos da Arcádia e a sua prática intermitente definem uma linha doutrinária e política de clara inspiração pombalina: cooperação entre os sócios, baseada na autocrítica; funcionalidade da criação estética – «*Inutilia Truncat* será a empresa da Arcádia» (Capítulo I); igual-

dade no seio da Academia, ou seja na sociedade, pelo que os nomes latinos dos Árcades são «adequados a esta ficção» (Capítulo I) – note-se a ambiguidade, no fundo realista, do termo ‘ficção’; «instrução e o verdadeiro gosto da Poesia (...) singeleza do trato de uma civil e científica Sociedade» (Capítulo VI) – note-se o uso do termo ‘científica’; recuperação da pureza do idioma e do património clássico nacional, dialéctica da análise crítica e da aceitação da decisão final imposta (Capítulo XIV), confronto entre a Nobreza de mérito e a Nobreza de sangue, com sistemática vantagem para aquela, realce dos valores burgueses de uma classe média emergente... Garrett percebeu bem tudo isto em *A Sobrinha do Marquês*...

Mas sobretudo, sujeição ao poder absoluto exercido, em nome do rei, pela «grande alma daquele vigilante ministro» e de «um governo mais benigno que se tem disputado no Reino de Portugal»... o que é no mínimo insólito e dolorosamente desmentido na própria vida do autor destas palavras! (Oração de Correia Garção dita na presença do rei D. José, Dezembro de 1759).

Para se perceber melhor o ambiente e a mentalidade árcade face ao poder constituído, a seguir se alinham algumas expressões utilizadas para referir o Marquês de Pombal:

Garção: (além das já referidas) «Ministro prudente e sábio (...) que não tira os olhos do adiantamento da Pátria, com públicas demonstrações nos honrou e nos animou» ao assistir a duas sessões da Arcádia (Oração Sexta); «Carvalho excelso (...) louvamos-te Senhor porque levantas/A destrocada Pátria das ruínas» (Epístola IV – seguem-se 213 versos do mesmo teor!)

Manuel Tibério Pedegache Brandão Ivo (dirigido à condessa de Oeiras): «Amparar o perseguido, beneficiar o benemérito, patrocinar o desvalido, é a origem mais pura da verdadeira glória, a única digna de V. Excelência» (no prefácio da *Mégara*).

António Dinis da Cruz e Silva: «O famoso Carvalho que de solto/Vulgo a fúria e licença refreando,/As desvairadas artes animando (...) Viva Sebastião, que a Pátria amando/De inocentes costumes faz eterna/A sua glória» (Ode IV).

Teotónio Gomes de Carvalho: «Aceita, oh bom Carvalho, voto puro./No cume das grandezas/Onde te elevam sólidas virtudes/Não foges, não desprezas,/Inda qu'humildes/Corações te amem.» (Ditirambo VIII).

Domingos dos Reis Quita: «Não creio que haja Homem cá no mundo/De tão alto saber, de tanto aviso» (Écloga VI).

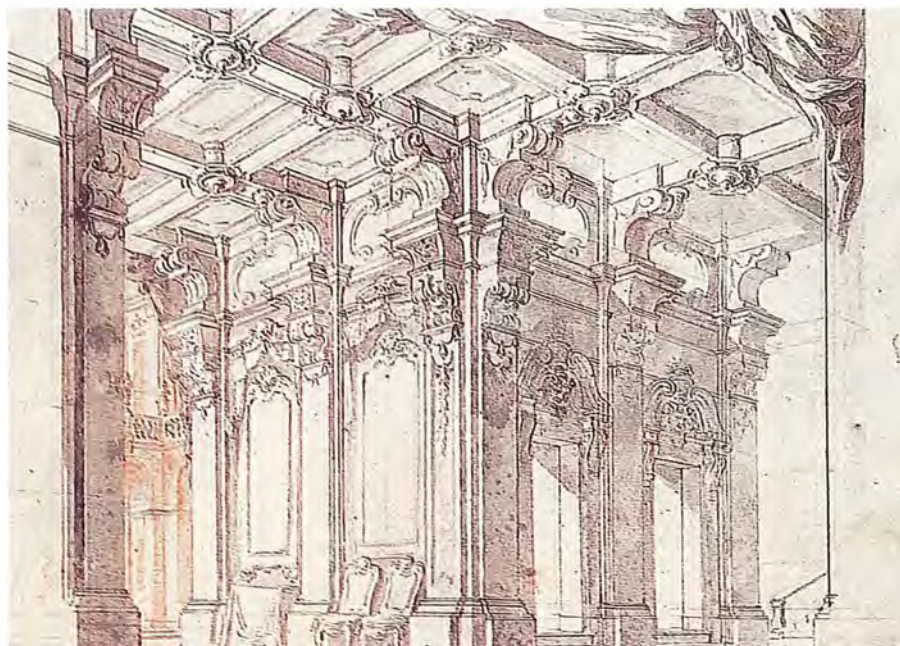
Alvarenga Peixoto: «Grande Marquês, os Sátiros soltando/Por entre as verdes parras/Defendidos por ti de estranhas garras.» (Odes).

Luís Correia do Amaral França: «O seu merecimento bem conhece/Não só a Arcádia mas os mais pastores./Ele os nossos países enobrece.»

Manuel de Figueiredo: «Por ti nos toma o ideal de Tibulos/Horácios e Luculos/Cíceros Terêncios e Calistos.»

E mesmo assim, nem a vida da Arcádia foi próspera, extinguindo-se como vimos em 1774, nem alguns dos seus membros, e especialmente Garção, ficaram a dever favores ao Marquês de Pombal. Pelo contrário: nunca se soube por que razão, o próprio Marquês mandou prender Correia Garção em 9 de Abril de 1771, para assinar ordem de soltura apenas em 24 de Março de 1773, horas depois da morte do poeta na enfermaria do Limoeiro: os sinais dolorosos de penúria e decadência vinham, aliás, detrás. O cabeleireiro Quita morre em 1770, sustentado por amigos, o Padre José Francisco José Freire morre em 1773 na miséria... e não são excepções absolutas na sorte ingrata dos árcades, para não falar nos que se iam envolver, em 1789 na Inconfidência Mineira.

Talvez por isso, Teófilo Braga levante o problema da «protecção» régia: «Como podia o rei D. José ser protector da Arcádia se o omni-



potente Ministro nunca chegou a tornar efectivas as esperanças que deixou entrever?»⁶ Lembremos que o rei assistiu a trabalhos da Arcádia. Mas, com protecção ou sem ela, a Arcádia não prosperou e muitos dos seus membros ainda menos.

Estudo cenográfico para a ópera *Arcadia in Breto* de João Cordeiro da Silva. Atribuído a Inácio de Oliveira Bernardes, 1764. Biblioteca Nacional de Lisboa

Doutrina e prática da dramaturgia árcade

Noutro local ensaiamos uma matriz da «teoria geral árcade» sobre a expressão dramática, definida sobretudo, mas não só, a partir dos textos de Correia Garção (1724-1773): as *Dissertações I e II* sobre a origem da tragédia (26 de Agosto e 30 de Setembro de 1757), a *Dissertação III* sobre «a imitação dos Antigos» (7 de Novembro de 1757), a *Sátira* ao «Amável Conde» de S. Lourenço onde se refere o modelo dos «Antigos» – «O bom Sá, bom Ferreira, bom Bernardes», apesar de esclarecer que «mudam-se os tempos mudam-se os costumes; Camões dizia imigo, eu digo inimigo»...

Vejamos um pouco o que nos «ensinam» as dissertações de Garção sobre a tragédia e o teatro em geral: «Estabeleceu Horácio a regra de que na tragédia não se devia ensanguentar o teatro, isto é, que as feridas, os tormentos e as mortes (...) não se deviam expor à vista dos espectadores, mas sim fiá-los de uma fecunda narração» (*Dissertação I*). «Alguns espíritos fracos procuram mover o terror ou a compaixão por meio das tramóias e decorações, ou de incidentes monstruosos» (*Dissertação II*). «Os gregos e os latinos (...) são a única fonte de que manam boas odes, boas tragédias e excelentes epopeias.» (*Dissertação III*).

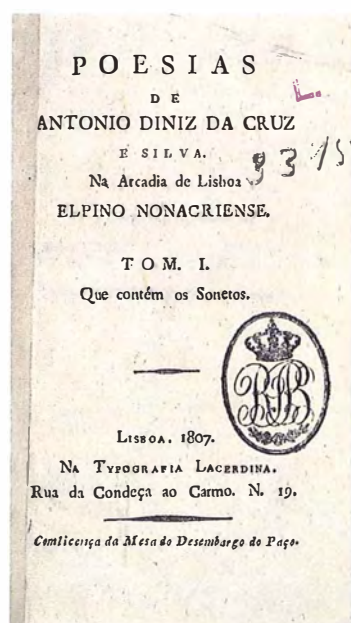
Francisco José Freire (1719 -1773) «Cândido Lusitano» na Arcádia, autor de uma tragédia, *Ulisses em Lisboa* (1761) a que denominou «ópera portuguesa» traduziu a *Athalie* de Racine mas, sobretudo, teorizou a distinção entre tragédia e comédia no Livro Segundo da sua *Arte Poética* (1748). Mas está de certo modo fora desta linha a hoje quase ilegível *Dissertação sobre a tragédia* de Miguel Tibério Piedegache Ivo (1730-1791), publicada em 1767 na edição das obras de Domingos dos Reis Quita (1728-1770) com quem escreveu a tragédia *Mégara*. A *Dissertação...* tem a particularidade de menosprezar *A Castro* de Ferreira, em contraposição à muito interessante obra homóloga e homónima de Quita, considerando a peça de António Ferreira no mínimo desinteressante «por não haver neste drama interesses, caracteres, costumes nem dicção; e porque uma narração lânguida (...) nem interessa nem excita a paixão e afecto dos leitores!» E não fica por aqui: contesta de certo modo a teoria clássica dos cânones da tragédia, que Garção e como vimos, em geral, os verdadeiros Árcades, esforçadamente prosseguem e defendem e que, como se referiu noutro local sintetizamos na seguinte matriz:

«-- Não ensanguentar o teatro, isto é, não representar cenas violentas, antes narrá-las;

- Provocar a compaixão e o terror, de acordo com a lição de Aristóteles;
- Encadear a acção, de forma a conduzir progressivamente o espectador ao desfecho;
- Despojar a cena, que deverá ser simples e austera;
- *Homogeneizar o perfil psicológico das personagens*;
- Educar através do teatro;
- Imitar os antigos, os clássicos: Ferreira, Sá de Miranda, Gil Vicente, Camões, Horácio, Aristóteles, Sófocles, Eurípedes, Cícero, Quintiliano, Marco Aurélio, Demétrio, Falreu, Neoptolomeu de Paros, Aristófanes, Terêncio, Virgílio, Homero, Teócrito, Safo.»⁷

É então oportuno verificar que os árcades consideram a tragédia mas ou menos «ensanguentada» como o grande modelo de recuperação do teatro. Mas, para um leitor-espectador de hoje, bem ao contrário, as comédias que chegaram até nós assumem indiscutivelmente muito mais interesse e modernidade: das tragédias, ao menos no ponto de vista dramático e de concepção ideológica e estética, se aproximam as Élogas, Ditirambos, Dramas, Pastorais e até os tardios Elogios Dramáticos que passam para a Nova Arcádia e sobrevivem a Garrett. As comédias seriam em menor número com a excepção notável de Manuel de Figueiredo (1775-1801).

A integração destas dois géneros na época, na mentalidade e mesmo no teor político da reforma pombalina, define quadros próprios, para um e para outro plano, coerentes e evidentes a tragédia será o modelo criacional adequado ao espírito e à letra da Arcádia e, como tal, mergulha no espírito autoritário e geométrico do «vigilante Ministro», com os seus valores de autoridade hierarquizada e intransigente. Isto, não obstante as referências à liberdade... Mas na comédia encontraremos a valorização de uma classe média burguesa, mercantil, que mesmo quando assume foros de nobreza recente – pela



Frontispício da obra de António Diniz da Cruz e Silva, *Poesias de António Diniz da Cruz e Silva*, na Arcadia de Lisboa, 1807-1817. Biblioteca Nacional de Lisboa

graça de El-Rei... – se contrapõe à velha aristocracia de sangue, referencia aos sinais do passado que urge reformar ou mesmo destruir. Classe média burguesa com valores próprios muito claros, moderna no plano económico mesmo quando desconfiada de «estrangeirismos», aberta à nova realidade empresarial, à expansão para o Brasil mas ao mesmo tempo nacionalista nos seus valores culturais/teatrais...

Veremos agora o que nos deixaram os dramaturgos da Arcádia Lusitana.

Pedro António Correia Garção: o funcionário superior caído em desgraça

O «Corydon Erimantheo» da Arcádia escreveu como vimos duas tragédias perdidas, *Régulo* e *Sofo-nista* e as duas comédias, uma, mal recebida, *Teatro Novo* (1776 – não chegou ao fim a única representação no Teatro do Bairro Alto, 22 de Janeiro) e *Assembleia ou Partida* (1770, Teatro da Rua dos Condes). Delas nos fica uma visão simpática e teatralmente escoreita de ideais burgueses, alicerçados também num conceito de expressão teatral que contrapõe texto e espectáculo: «O teatro/Depende mais do que tudo do poeta/ (...) Errado vai quem julga que o teatro/Só para divertir o povo rude/Dos antigos poetas foi achado.» Isto, apesar de que «As mudanças/de vistas sobre vistas, as tramóias/Mares incêndios e batalhas/São coisas de que o povo se enamora» (*Teatro Novo*).

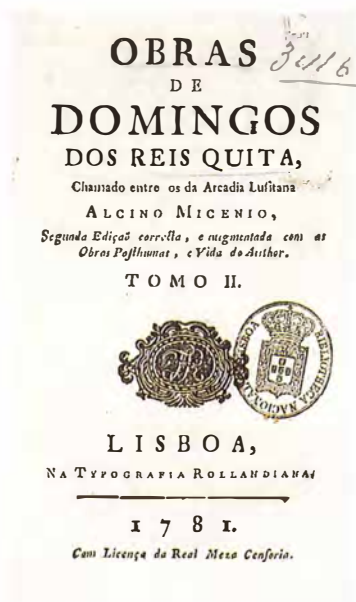
Mesmo com maior repercussão estética do que em Manuel de Figueiredo, as comédias de Garção situam-nos na problemática de uma classe média talvez ainda pouco segura de si mesma, mas firme na certeza de um futuro sociologicamente próximo. «Aqui manda o senhor Gaspar Picote/Açucareiro, bule e cafeteira/Com três dúzias de xícaras e pires», é o mote da *Assembleia ou Partida*: o «Brilhante açúcar em torrões cortado (...) o leite na caneca branquejando (...) pão tostado (...) manteiga» do soneto XVI ou «o

chá (...) depois de cochichar» do soneto LI, pairam nos ambientes familiares do Aprígio Fafes e das filhas Aldonsa e Branca, ou do Brás Carril, D. Urraca Azevia e os filhos Jofre, D. Dulce e D. Branca, personagens de cada uma das comédias.

Mas há, subjacente, um sentido de frustração económica, sobretudo no *Teatro Novo*: o Aprígio Fafes está falido e organiza a função para casar uma das filhas – e será Aldonsa com o compadre «pé de boi» Artur Bigodes vindo do Brasil onde fez fortuna «Passando tantos dias/Por duros morros, por incultas fragas/Talvez comendo carne de macacos». Também o Garção, mesmo antes de encarcerado, passou dificuldades «Desastres e misérias/Filhos rotos» (Epístola II).

Mas muito embora, repita-se: os valores da classe média ascendente, tão do agrado do Marquês de Pombal e o nacionalismo estético da Arcádia, surgem com evidência nestas duas boas comédias de Garção, hoje mais respeitadas do que seu tempo.

É muito nítida essa opção no contraponto entre os núcleos familiares das duas peças e o conjunto de «artistas» ou «intelectuais» que as povoam e que, de uma forma ou de outra são ridicularizados, pelas suas pretensões, pela conduta, pela linguagem, ou até pelo puro «estrangeirismo»: o Jofre Gravino músico, o Inigo actor, o Brás licenciado, o Monsieur Arnaldo arquitecto, o Doutor Gil Leinel poeta, surgem no *Teatro Novo* a par das referências às «Portuguesas óperas impressas (...) em outras nunca achei galanteria» de António José da Silva e ainda aos «Manes de Ferreira e de Miranda/E tu, ó Gil Vicente a quem as Graças/Embalaram o berço». Na mesma forma, o Jofre «estrangeirado» cujo o cabelo é confundido com «endémica, epidémica, pestífera, letal enfermidade» ou ainda o Gaspar Picote que se congratula porque, na casa de Braz Carril, onde ocorre a *Assembleia ou Partida* «vão amanhecendo (...) os polidos costumes estran-



Frontispício de Obra de Domingos Reis Quita
Castro 3.ª ed., Lisboa.
Biblioteca Nacional de Lisboa

geiros» – tudo isto, repita-se, define, pela crítica e pela ironia, uma matriz doutrinária de raiz nacionalista no quadro das luzes e da modernização da sociedade portuguesa.

E quanto ao teatro, para além das referências já feitas surgem alguns traços significativos da mesma mentalidade. Assim no *Teatro Novo*, referências aos cenógrafos Pozzi, Paradossi e Bibiena; o elogio do texto dramático («Que fazem bastidores e instrumentos/Sem dramas regulares?»), a necessidade de restaurar «o teatro português/Desagravando a nossa língua» contra o hábito das comédias francesas, italianas e espanholas, reflexo do Teatro de Cordel... e a troça do poeta Jofre e dos outros comparsas.

Da mesma forma, na *Assembleia ou Partida*, onde aos notáveis diálogos do Jacob Bilhostre e do Braz Carril, da Dulce e da Branca, (cenar X e XI) se segue uma estapafúrdia declaração sentimental do Jacob, que redundará na condenação a contrário do estrangeirismo entendido à luz da época e do preciosismo, bem simbolizado no penteado do Jofre que, como já vimos, é tomado por grave doença.

É notável, como bem sabemos, a «Cantata de Dido» introduzida algo artificialmente na cena XVI: deixa-nos imaginar o que seriam as duas tragédias de Garção, que infelizmente se perderam.

Domingos dos Reis Quita: o cabeleireiro

O «Alcino Micénio» da Arcádia, espécie de álbi interclassista, a certa altura bibliotecário do «amável» conde de São Lourenço, acaba praticamente sustentado por amigos, no caso concreto o Dr. Baltazar Tora e sua mulher D. Teresa Teodora de Alaim, em casa dos quais viria a morrer. O companheiro árcade Manuel de Figueiredo, na peça *Os Censores do Teatro* atribui-lhe a autoria de «tragédia e meia». Escreveu muito mais do que isso: um drama pastoril, *Licore*, três tragédias, *Hermione* – representada no Teatro do Bairro Alto

em 1769 – *Astarto*, *Castro*, publicada com a anterior em 1776 e *Mégara* (1761) de que já falámos, escrita com Manuel Tibério Piedegache Brandão Ivo. De todas elas, só apresenta hoje interesse a *Castro*. Na *Licore* há referências a um «Ministro adorável (...) libertador feliz dos pátrios campos» que não é, pelo menos directamente, o Marquês de Pombal, pois a cena passa-se numa qualquer mitologiacampestre bem da sua época. É de realçar o lirismo bucólico «dos verdes prados, umbrosos solos» em que sofrem e amam Amin-tas e a pastora Licore. O dote de casamento é composto por «dois capros, seis cabras todas prenhes, outras tantas ovelhas já paridas e três malhadas vacas com os bezerros»...

Hermione é muito confusa. Recupera a tradição do escravo filho de reis. Neste caso Criceia é princesa mas escrava da protagonista por sua vez rainha do Egipto. Idamonte é o 'suposto' filho de Criceia e verdadeiro filho da rainha, Polimene está na situação rigorosamente recíproca e acaba por saber a verdade: «O cruel, o bárbaro Idamonte é o terrível filho de Hermione.» Nesta confusão, o diálogo entre Hermione e o general Licas é bem adequado ao despotismo iluminado politicamente correcto da época: «Aos desígnios dos reis, como aos dos deuses/os olhos devem fechar vassalos,/E submetendo-se ao poder da Ceptro/devem, sem impugná-lo, obedientes/respeitar seus decretos absolutos.» Porém «de um vassalo a indispensável/Obrigaçãõ é, sem o véu impuro/Da infame adulação, aos Soberanos/A verdade mostra-lhes.»

De *Astarto*, questão dinástica entre «Auraste, usurpador do trono de Tiro e amante de Cassiopeia» e «Astarto, legítimo herdeiro do cetro», retiramos duas passagens características e de certo modo contrastantes, ou talvez subliminares de outros ideais dos árcades: uma espécie de hino à liberdade já algo pré-romântico («enfim, Tiro, respira em liberdade/Abraçado o povo, *Astarto* aclama») e uma descrição da opressão que nos

faz lembrar a execução dos Távoras ocorrida dezassete anos antes: «Cada dia se vê o sangue illustre/Correr sobre os patíbulos horríveis...»

Mégara, dedicada pelo co-autor Brandão Ivo à condessa de Oeiras com frases de louvaminha, é bem dialogada e pródiga em indicações de cena: o Acto III «se passa no fim do dia, de sorte que quando acaba já é totalmente noite»; e o Acto IV, «que se passa de noite se deve representar aos olhos do espectador uma tempestade horrível com relâmpagos trovões e c^a» (sic). Não são habituais na época estas indicações. Mas é interessante verificar que a *Dissertação sobre a Tragédia II* de Brandão Ivo contém uma curiosa orientação aos actores. «Não só devem os representantes cuidar em que o tom da voz e o ar do semblante expressem com energia o afecto de que se supõe possuídos, mas ainda que o gesto lhes seja de tal sorte correspondente, que se leia em cada um respectivamente o efeito que naturalmente lhe deve causar o estado actual da cena, e as circunstâncias do lance em que se acham, observando porém o conservar sem discrepâncias o carácter que se lhe atribui...» e seguem-se páginas e páginas de conselhos aos actores, não muito cumpridos a julgar pelos testemunhos da época...

Ana Cristina Fontes, na edição das «Obras Completas» de Quita, refere que não é possível identificar, na *Mégara* a participação de cada um dos autores. Em qualquer caso, a tragédia retoma o tema de um conflito sucessório do trono de Tebas, usurpado por Lice, «tirano odioso, monstro informe (...) fera usurpadora». O final entretanto traz um apelo à justiça, num quadro político bem definido: «Povos que me escutais, com este exemplo/Aprendeis como os deuses sobre os ímpios/O golpe da justiça descarregam/Como os crimes castigam justizosos;/pois quando mais audaz triunfa o crime,/Mais sobre ele se acende o fatal raio.»

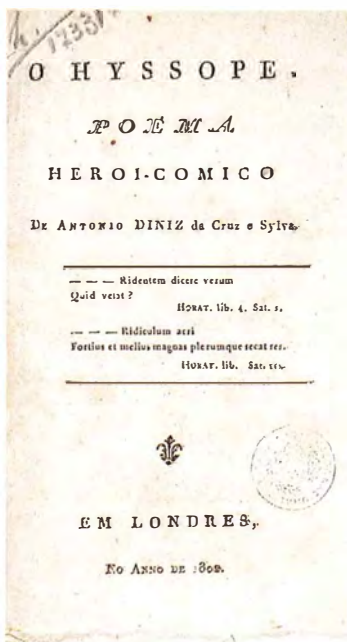
A mesma autora assinala ainda a «renovação temática» da *Castro*.⁸ Trata-se da melhor peça de Domingos dos Reis Quita e, cremos, a melhor

tragédia do ciclo árcade. A sua repercussão, não obstante traduções em inglês e alemão, fez-se, entre nós, impropriamente, através da *Nova Castro* (1778) de João Baptista Gomes (?-1803), texto muito próximo da tragédia de Quita.

A concepção ideológica da *Castro* de Quita é coerente com os quadros mentais da época e não terá motivado apreensões ao Marquês de Pombal, não obstante a delicadeza política do tema – a aplicação da justiça por um rei humanista, hesitante por amor ao filho, à amada do filho e aos netos, mas consciente da prioridade do bem comum: «Príncipe, como rei atento devo /regular meus estados, a justiça/Equilibrando com balança recta,/desde o dia fatal que o Céu benigno/depositou em minhas mão o Ceptro/ Ainda não propôs a meus cuidados/Mais altos, importantes interesses/À felicidade pública (...) /Não é porque de indigno terror cheio / Da belicosa Espanha as iras tema;/Mas (...) não demos á sua inimizade/Um vão pretexto. Dos cansados povos/Devemos ter piedade (...) /Tu, que me deves suceder no Trono, E mover do Governo as longas rédeas,/Como serás, os povos regulando,/Se não pisas c' os pés os vãos prazeres?.»

A pressão dos conselheiros – «um rei prudente/deve à conservação do Estado tudo/Sacrificar» – vem de António Ferreira. É, aliás, interessante constatar o desfasamento entre o tratamento dramaturgico humanista/renascentista de Ferreira e o facto histórico em si: D. Afonso IV o Bravo não perderia tempo a deixar-se convencer. A decisão seria sua sem cedências à argumentação política, se bem que possivelmente seria a mesma. No tempo de Pombal, mais ainda do que no tempo de Ferreira, a situação inverte-se: o que pesa é (são) o(s) Conselheiro(s).⁹

Mas não fica por aí a originalidade de Quita relativamente ao modelo do século anterior. Em primeiro lugar, os dois amantes encontram-se em cena e dialogam em falas de bela expressão lírica e dimensão dramaturgica: «Reprime bela



Frontispício de *O Hyssope: poema Heroi-comico*, de António Dinis da Cruz e Silva, ed. 1802. Biblioteca Nacional de Lisboa

Castro o terno pranto,/Que suportar não posso a dura mágoa/de ver teu rosto em lágrimas banhado/(...) Senhor ,quisera o céu que não tivesse/Tronos o teu amor para oferecer-me,/E que tua alma só o prémio fosse/De meus desvelos e de meus suspiros.»

Curiosamente, o embaixador de Espanha assume um inesperado papel central do envolvimento político-diplomático, ao pedir clemência em nome do amor do Príncipe... Mas é tarde: Inês é morta sem «ensanguentar» o teatro, profere um pranto de notável qualidade.

Merecia melhor sorte a vida e a obra de Domingos dos Reis Quita. No século seguinte, Rebelo da Silva prestar-lhe-ia justiça, intuindo os sinais pré-românticos: terá sido, talvez, a primeira manifestação do apreço que em vida lhe faltou.¹⁰

António Dinis da Cruz e Silva (1731-1799): o Magistrado da Inconfidência

Este «Elpino Nonacrinense» da Arcádia será talvez o dramaturgo mais conforme aos ditames expressos ou implícitos pelo Marquês de Pombal, não obstante as encomendas directas do Marquês a Manuel de Figueiredo, como veremos adiante. Ambos estudaram na Congregação do Oratório e não foram os únicos: o padre Francisco José Freire – Cândido Lusitano, pertencia à Ordem. Mas Cruz e Silva, além da circunstância profissional de enfrentar, como Magistrado, a conspiração de companheiros da Arcádia Lusitana deixou «quase» apenas uma peça de teatro, *O Falso Heroísmo* (1775) onde se consagra, de forma teatralmente consistente, a luta do Marquês contra a velha aristocracia e o reconhecimento de uma nova nobreza.

E a ressalva ao exclusivo da comédia de Cruz e Silva surge devido ao circunstancialismo de certas obras dramáticas menores. Uma delas é o *Ditirambo* escrito com Teotónio Gomes de Carvalho («Tirso Minto», 1728-1800) e «Cantado a três vozes na Sessão Académica que se cele-

brou em aplauso de Ilustríssimo e Excelentíssimo Marquês de Pombal em casa do Morgado de Oliveira», genro do Marquês, em 1774, e que já citámos. Importa então lembrar que Cruz e Silva, Teotónio Gomes de Carvalho e Manuel Nicolau Esteves Negrão, «Almeno Sincero», são os fundadores da Arcádia. Do último, nada ficou para o teatro e quase nada para a poesia; de Teotónio, além do *Ditirambo*, ficou uma tragédia, *César*, e uma obra dedicada ao «Monumento Imortal» isto é, a estátua de D. José, inaugurada em 1771. De Cruz e Silva, além do *Ditirambo* e da comédia que detalhadamente analisaremos, ficou uma tradução e a memória de mais uma composição dramática.

A tradução, aliás de duvidosa feitura, é da *Ifigénia em Tauride* de La Touche. Saliente-se apenas a capacidade de dialogação, numa obra em que abundam expressões como «ternos olhos (...) cabelo sem ordem eriçado horrendamente (...) cegueira de um furioso transporte»... Por seu lado, Teófilo Braga dá notícia de uma «composição dramática da Degolação do Baptista encomendada a Cruz e Silva por sua irmã D. Ana do Paraíso para se representar.»¹¹

Porseulado, Maria Luisa Malaquias Urbano refere que José Pereira Tavares, na edição de *O Hyssope* de Cruz e Silva, identifica uma variante de *O Falso Heroísmo* com o nome de *O Falso Fundador ou D. Crisfal de Montalto*.¹² Sem embargo: a obra dramática de Cruz e Silva é, de facto e tão-só, *O Falso Heroísmo* e não com pouco mérito pois ainda hoje se lê e se veria com agrado.

A modernidade está na escrita dramática e até na troça que faz dos espectáculos do Teatro do Bairro Alto, prova do bem consagrado sentido crítico e mordaz: «Que drama! Oh que espavento! Que gosto ver a gente pelos areas/Voar uma cidade com seus muros,/sem que lhe valha chaminé que caia! (...) Ver o mar coalhado de baleias/ouvir uma medonha trovoad...»

Do ponto de vista dramaturgico, a obra é efectivamente bem dialogada e, não obstante certo arrastamento da acção, representa um progresso relativamente ao teor geral do Teatro da Arcádia. A galeria das personagens, desde o protagonista D. Tadeu de Montalto «homem presumido de fidalgo e pouco instruído» até ao Rodrigo Papa-Ferro «valentão», passando pelo Lisuarte Malafaia, sua filha Petronilha, o namorado Lúcio e o Lopes criado, na linha da tradição clássica. Certas situações são muito engraçadas, repassadas de uma ironia coerente com o *Hissope*. É uma comédia de enganos: inclusive o Rodrigo, contratado por D. Tadeu para sovar o Lúcio e evitar o casamento com a Petronilha acaba por dar uma tarefa no próprio D. Tadeu pois «de noite todos os gatos dizem que são pardos». No final D. Tadeu é perdoado e reconhece os seus erros, numa linha de condenação da velha nobreza de sangue. «Fui, com minha soberba, com meus vícios,/Desde aqui detestando a vã ideia/De um Heroísmo que seguia,/Dar-lhe em minhas acções justas, honradas,/Altos exemplos de imortal virtude.»

Está aqui toda a mentalidade que o Marquês de Pombal impõe, num programa de renovação social adequado à restante política de profunda mudança. D. Tadeu «Homem, qual eu sou, que o melhor sangue/Nas veias tem de toda a Beira e Minho» não admite ser «preferido (...) por um mecânico». O Lisuarte condena «a falsa ideia/Da nobreza bebida desde o berço/A má educação e de alguns livros/As máximas erradas pervertido». Há referências burguesas ao «primoroso chá/O cheiro o gosto». Mas há temas mais sérios: a liberdade de escolha de marido – «a vossa escolha aproverei gostoso (...) uma união violenta (...) não é suave laço, é cativoiro». E sempre e sobretudo a troça do fidalgo, numa linha que faz lembrar *O Fidalgo Aprendiz*: «Este meu arno/É bazófia de todos os costados; arrota de Fidalgo, e a toda a hora/na boca lhe acharam seus avoengos.»

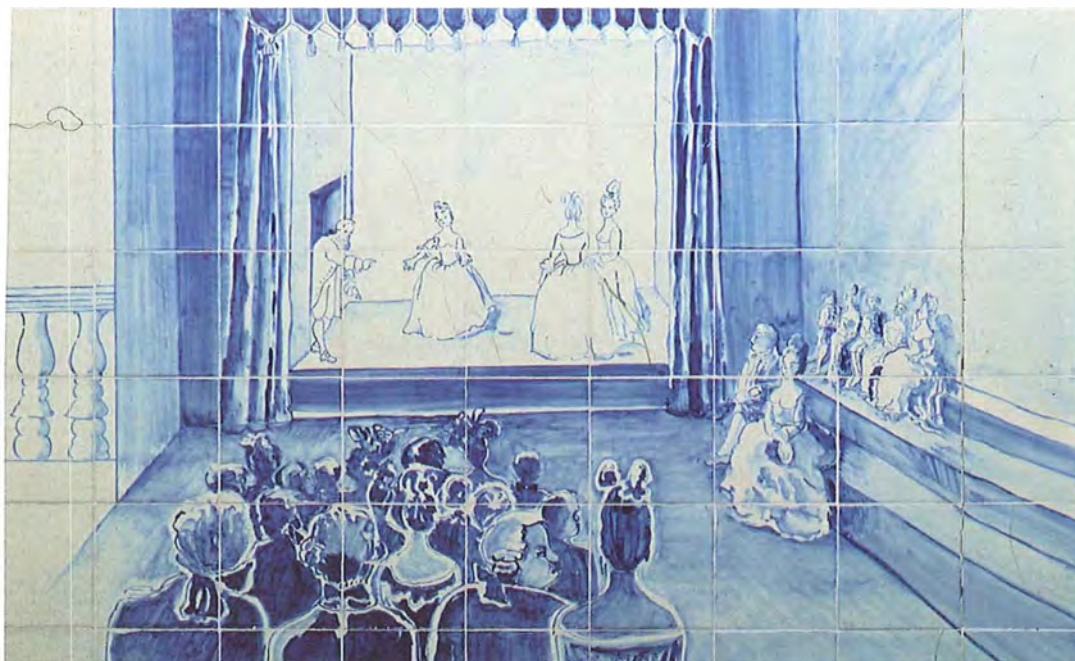
Mas o verdadeiro drama, no sentido abrangente, de Cruz e Silva, será a sua intervenção, como Juiz Desembargador, no julgamento da Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, já fora do âmbito temporal deste estudo. Nessa ocasião, Cruz e Silva decidiria aliás, com muito rigor, o destino de companheiros árcades ou poetas afins, como Alvarenga Peixoto («Eureste Fenício», 1744-1793), Cláudio Manuel da Costa («Glauceste Saturnio», 1729-1789) e também Tomás António Gonzaga (1744-1810). Assinale-se entretanto que Cláudio escreveu um drama alegórico, *O Parnaso Obsequioso* (1778), onde dialogam Apolo, Calíope, Tália e Melpómenes: refere-se aí «A fereza do Brasil». Alvarenga Peixoto terá, por seu lado escrito um drama de inspiração virgiliana *Enéias no Lácio*.¹³ Garrett elogia-os como poetas, mas lamenta que «a educação europeia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos».¹⁴

Manuel de Figueiredo: o funcionário diplomático

«Licidas Cíntio», constitui o único árcade que sistemática e afincadamente se dedicou ao teatro. Na verdade, com o que acima ficou e se acrescentarmos duas peças isoladas de dois poetas afins – *Osmia* (1788) de Teresa de Mello Breyner e *Viriácia* de Xavier de Matos – estaria completa a tábua dramaturgica da Arcádia Lusitana, não fossem as cerca de trinta peças originais, as cercas de onze traduções e adaptações e ainda alguns textos inéditos de Manuel de Figueiredo. São tragédias, farsas e comédias, compostas à luz de Prefácios, Discursos e outros escritos teóricos.

Claudio Camlong numa interessante «Poética» da comédia de Figueiredo cita o autor no seu intento firme de «fazer rir os espectadores. Eu não admitirei na comédia uma cena triste porque perverte a satisfação dos espectadores».¹⁵ Igual escrúpulo na adequação ao género, mas de sinal contrário, poria nas tragédias.

Pormenor de azulejo com cena de teatro. Menez.
Estação do Metro – Marquês de Pombal.
Imagem cedida pelo Metropolitano de Lisboa



Garrett no capítulo IX das *Viagens na Minha Terra* reconhece-lhe o grande mérito da escolha dos temas, mas desmerece a qualidade dramática. Efectivamente o teatro de Figueiredo justifica, apesar de tudo, maior sucesso do que aquele que obteve no seu tempo. Completamente alinhado com a ideologia dominante, o próprio Marquês de Pombal lhe encomendou três peças politicamente alinhadas: *O Avaro Dissipador*, *O Indolente Miserável* ou *Castelo de Roldão* e *O Fidalgo da sua Própria Casa*.

Das tragédias, a que mais nos interessa referir é *Inês* (1774) pelo tema e pelas particularidades da ponderação crítica dos limites do poder real e dos riscos políticos justificativos da execução. É que este factor surge reforçado e explicitamente assumido pelos irmãos de Inês e pela conjura para entregar o trono de Portugal a um dos seus sobrinhos. Escreveu Maria Leonor Machado de Sousa: «O rei, que, tal como na Castro, lamenta o peso do ceptro é marcada e declaradamente republicano,

preocupado acima de tudo com o bem do povo. Todavia, deixa-se compadecer... a morte de Inês é uma ultrapassagem da sua vontade que ele não tem tempo de transmitir.»¹⁶

A inocência de Inês é reforçada também no plano político: «Eu nunca me ensaiei para Rainha:/Política não sei.» Mas os irmãos temem que a ambição de D. Pedro prevaleça sobre o amor por Inês: «O nó sagrado/se quereis que vos diga, contraído/Foi com tais preocupações que sem *escândalo*/ pode infringi-lo o Príncipe, negá-lo.» Maria Luísa Malato da Rosa Borralho, que transcreve esta cena no seu estudo sobre Manuel de Figueiredo refere também o *Édipo* do autor (1755) como «parábola do despotismo esclarecido» através da analogia do terramoto com a peste sofocleana. «É neste contexto que o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo nos surge, polémico e contraditório, como o protagonista do drama de Manuel de Figueiredo», escreve.¹⁷

A tragédia é precedida de uma advertência ao leitor, onde Figueiredo não se arroga a primazia na recuperação do género trágico. Em qualquer caso, a dimensão política é reforçada: «Contra Édipo, enfim, conspira Tebas.» Mas o coro final justifica o sacrifício e a própria legitimidade do Rei: «Édipo augusto/outros crimes não tem que os do seu fado./Fiéis vassalos, vamos, vinde filhos,/que na vossa inocência só descubro/Eficazes motivos à piedade...»

António José Saraiva e Óscar Lopes procedem a uma aproximação do teatro de Figueiredo ao drama burguês e à comédia *larmoyante*, que o próprio autor aliás assume no «discurso» que antecede *A Mulher que não Parece* (publicada em 1804): «Este drama, ainda que por modo bem diverso, foi escrito com o mesmo fim do *Fatui-nho*. Os inteligentes, ou os que quiserem, dirão se é comédia *larmoyante*; se tragédia *bourgeoise*; se talvez natural representação da vida humana.»

Os mesmos autores recordam que «a ligação entre a comediografia de Figueiredo e a reforma pombalina do conceito de nobreza é evidente» no plano das virtudes de classe média, e citam *João Fernandes feito homem*, *O Farsola*, *O Pássaro Bisnau* e o ataque à velha nobreza nas peças encomendadas pelo Marquês acima citadas.¹⁸

Tem razão, obviamente, Fidelino de Figueiredo quando afirma que «o historiador folheará o teatro cómico de Figueiredo com proveito, porque o autor é bom observador do seu tempo e arquivou algumas situações morais nunca encaradas pela arte dramática portuguesa».¹⁹ Acresce um sentido apurado do diálogo exuberante por exemplo na *Farsola* (publicada em 1757) ou em *O Homem que o não quer ser* (publicado em 1776), entre tantas outras mais.

Importa ainda referir um conjunto destas peças cujo tema se concentra no próprio fenómeno teatral, na linha de renovação que o autor defende: «Varrer dos palcos portuguesas usados pelo teatro declamado todos os vestígios de gros-

seria e de frivolidades.» como escreveu José da Costa Miranda.²⁰ Essas peças são *Os Censores do Teatro*, *O Fatui-nho* e *O Ensaio Cómico* (publicada em 1774). E Maria Luísa Malato da Rosa Borralho publica uma cena de *O Poeta* (1756) «curiosíssima no tema e nas reflexões que proporciona sobre o ambiente em que surgiu a Arcádia Lusitana.»²¹

Resta-nos dizer que em 1779 é publicada em Lisboa uma *Historia Critica do Theatro na qual se tratão as causas da decadencia do seu verdadeiro gosto traduzida em portuguez para servir de continuação ao theatro de Manoel de Figueiredo e offerecida a Elrei nosso Senhor D. Pedro III por Luiz Antonio de Araujo!*

Outra vez Garrett

Vimos que a Arcádia Lusitana, para todos os efeitos, tem a sua última reunião, aliás informal, sintomaticamente em casa do morgado de Oliveira, genro do Marquês de Pombal. Mas o espírito árcade prolongou-se até meados do século XIX. Encarnou na Nova Arcádia, sobreviveu à Guerra Civil e, no plano do teatro, caiu em acentuada decadência.

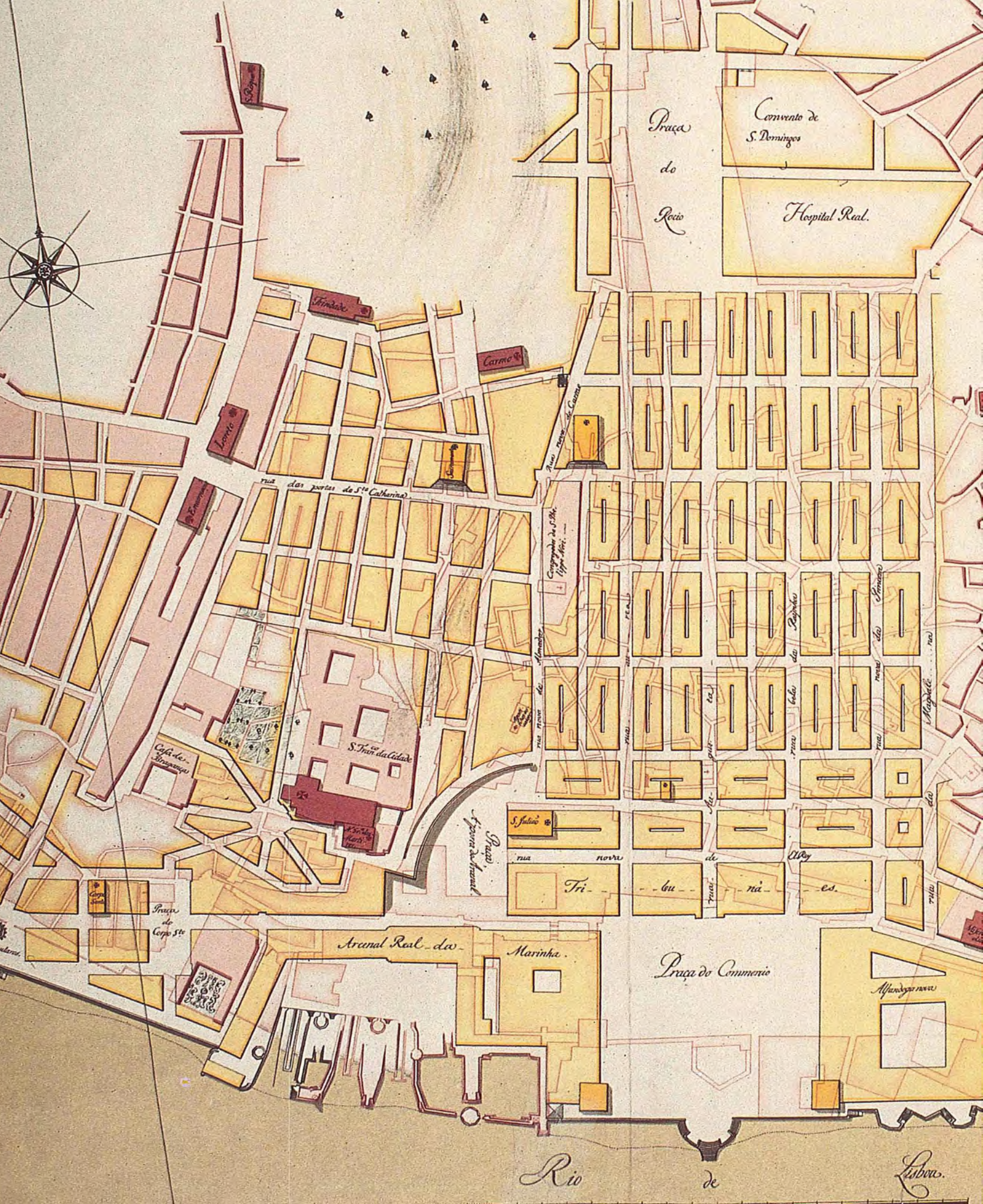
Garrett trouxe, mesmo antes da refundação do teatro português no quadro do Romantismo – *Um Auto de Gil Vicente* (1838) – um sopro renovador que recupera o melhor da disciplina árcade, conferindo-lhe a modernidade ideológica do Liberalismo. É na *Méropé* (1819), mas sobretudo no *Catão* (1821), onde o verso clássico, digno da mais exigente crítica da Arcádia Lusitana, dá-nos o conceito, o apelo e o sentimento da liberdade cívica: «Catão não vejo aqui, vejo o Senado./Eu César não conheço.»

¹ Maria Alexandra T. Gago da Câmara, *Lisboa: Espaços Teatrais Setecentistas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1966, pag. 78; Luís Francisco Rebello; «O Marquês de Pombal e o Teatro» in *Pombal Revisitado*, Lisboa, Imprensa Universitária – Editorial Estampa, Vol. I, 1984, p. 105; Gustavo de Matos Sequeira *Teatro de Outros Tempos*, Lisboa, 1933, p. 367

² Laureano Correia, *O Teatro e a Censura em Portugal na Segunda Metade do Século XVIII*, Lisboa, Ed. INCM, p. 53.



Frontispício da obra de Almeida Garrett *Catão*, ed. de 1833, Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional de Lisboa



Praça
do
Rio

Convento de
S. Domingos

Hospital Real.

Trindade

Carmo

João

S. Brás

rua das portas de S. Catharina

Rua de S. Carlos

Congregação de S. Brás

Rua de S. Antonio

Rua de S. Paulo

Rua de S. Pedro

Rua de S. Sebastião

Rua de S. Francisco

S. João da Cidade

Café de S. Brás

Praça de S. Brás

Areal Real da

Marinha

Praça do Comercio

Alfândega Nova

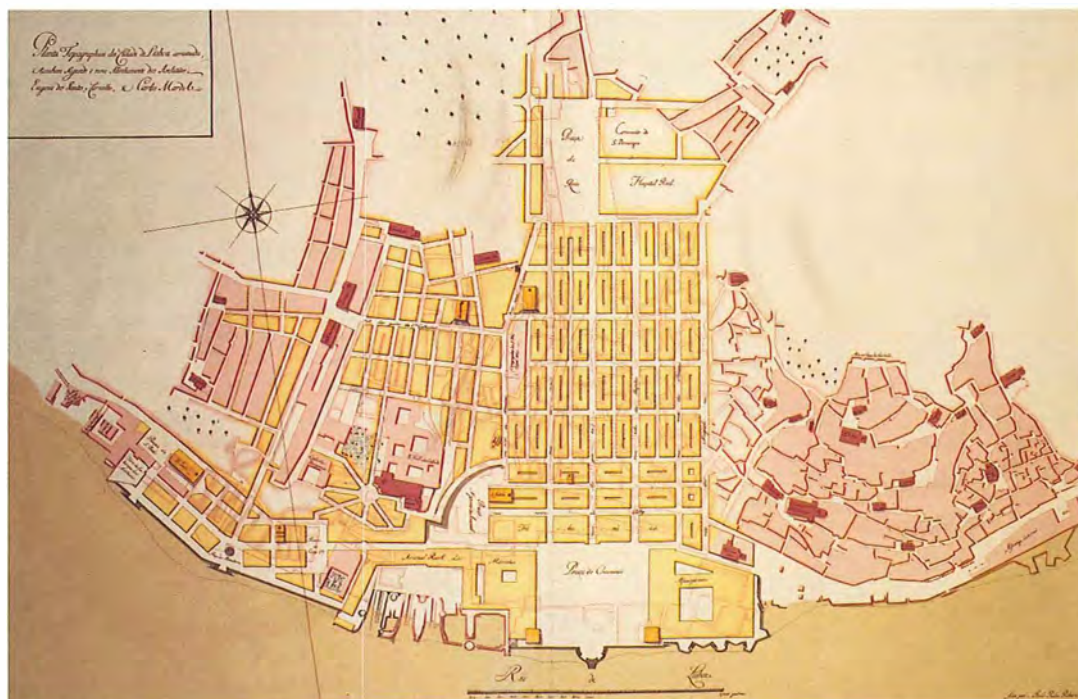
Rio de Janeiro

Reflexão sobre a Lisboa de Pombal

José - Augusto França

A RECONSTRUÇÃO DA BAIXA POMBALINA ESTÁ profusamente estudada em trabalhos universitários feitos em Paris, em Inglaterra, em Lovaina¹ e em comunicações apresentadas em congressos e colóquios internacionais desde os anos setenta, e em cursos e conferências realizadas em universidades e outras escolas, em Portugal e no estrangeiro, conforme programas curriculares ou convites endereçados a professores nacionais e recebidos também em Academias europeias. Das teses universitárias, duas estão publicadas em França, em Itália e em Portugal e outra aguarda edição em Lisboa. Além disso, numerosos artigos de responsabilidade científica, em revistas apropriadas ou de divulgação, em imprensa generalista, têm sido dados à estampa – tudo esse movimento de interesse manifestado nos últimos trinta anos e mais insistentemente, em anos recentes. Nestes casos tem havido intenções de informação mas também de polémica referida às condições actuais do bairro em questão, sua conservação e restauro, suas possibilidades de reutilização e necessidade de obter para ele a protecção de Património Universal da Unesco, por classificação que tem sido sugerida e cuja diligência foi prometida pela edilidade lisbonense precedente, em Janeiro de 2002. Classificação nacional tem-na ele adquirida depois dos primeiros trabalhos de definição e delimitação levados a efeito em 1967, com resultados sempre incertos, relativos às capacidades políticas das instituições responsáveis, senão ao seu entendimento dos problemas postos.

Quer isto dizer que a problemática histórico-urbanística e sociológica, nas suas vertentes culturais e económicas, da Baixa Pombalina é (ou devia ser) amplamente conhecida. Não é, porém, negligenciável a contribuição que, através da sua revista, o Instituto Camões possa (e deva) trazer, senão num suplemento de informação (que só em pormenorização técnica de várias zonas culturais, vale sempre a pena fornecer), numa



Planta da Baixa Pombalina com a malha de reconstrução (plano de Eugénio dos Santos de 1758) sobreposta à malha anterior ao Terramoto de 1755. João Pedro Ribeiro. Planta n.º 2 do *Album de Vieira da Silva*. Fotografia de Paulo Andrade

perspetivação internacional que permita situar (a também isso mais uma vez) o fenómeno caracterizadamente português, no espaço histórico euro-americano entre a cidade de S. Petersburgo inventada pelo czar Pedro o Grande no princípio de setecentos² e a cidade de Washington inventada por Jefferson na nova república americana, nos finais do mesmo século, nos dois extremos do mundo «ocidental» ou ocidentalizável, através da política ideológica do Iluminismo.

Lisboa, Washington e S. Petersburgo

Situa-se Portugal entre um e outro ponto do globo, extremo da Europa ante o mar Atlântico do outro lado do qual se realizou a sua capital moderna, e em equilíbrio geográfico com a capital da Rússia que moderna pretendia ser, em relação à Europa germano-francesa de então. A sua história nada tem que ver com qualquer desses

pontos, vinda do Barroco de D. João V, num discurso pré-histórico, para os Estados Unidos acabados de fazer, e alheio à mentalidade ainda oriental do império russo. Um cataclismo, porém, equiparou as situações, arrasando o que havia de medieval prolongado no tecido da capital entretanto de D. José I, em alguma graça dita manuelina e em afirmações de um maneirismo ítalo-espanhol de seiscentos. A margem norte do estuário do Tejo ficou em ruínas, como os dois sítios desertos do Neva ou do Potomac, esperando mão e espírito do homem.

E uma coisa e outra vieram aos três sítios num quadro cronológico que importa relativizar historicamente. Por importação na Rússia e na América, por vontade nacional em Portugal.

Essa vontade chamou-se Pombal mas não só, que tanta mão-de-obra empenhada na reconstrução era com certeza interessada, e em situação de força incomparavelmente inferior àquela



Ruínas de Lisboa: gravura de J. Ph. Le Bas.
Biblioteca Nacional de Lisboa

que, na geração anterior, Mafra impusera. Porque agora o interesse ou a vantagem era colectivo, mesmo que desigualdades de bens ou de investimento se verificassem no quadro de uma economia por isso mesmo redefinida em novo processo de rentabilidade. Um observador estrangeiro não deixou de estranhar ouvir dizer

aqui, que Lisboa ia ser mais bonita do que cessara de ser, num optimismo que as ruínas não pareciam proporcionar. Era isso que se desejava, para além das naturais reacções dos habitantes mortificados por suas perdas e penas, na lembrança do que tinham havido no seu quotidiano de gerações. Outra Lisboa ia ser, traçada sobre as mesas da Casa do Risco a partir de um plano que antes nunca pudera haver. E tal e qual Pedro o Grande quisera e Jefferson ia querer.

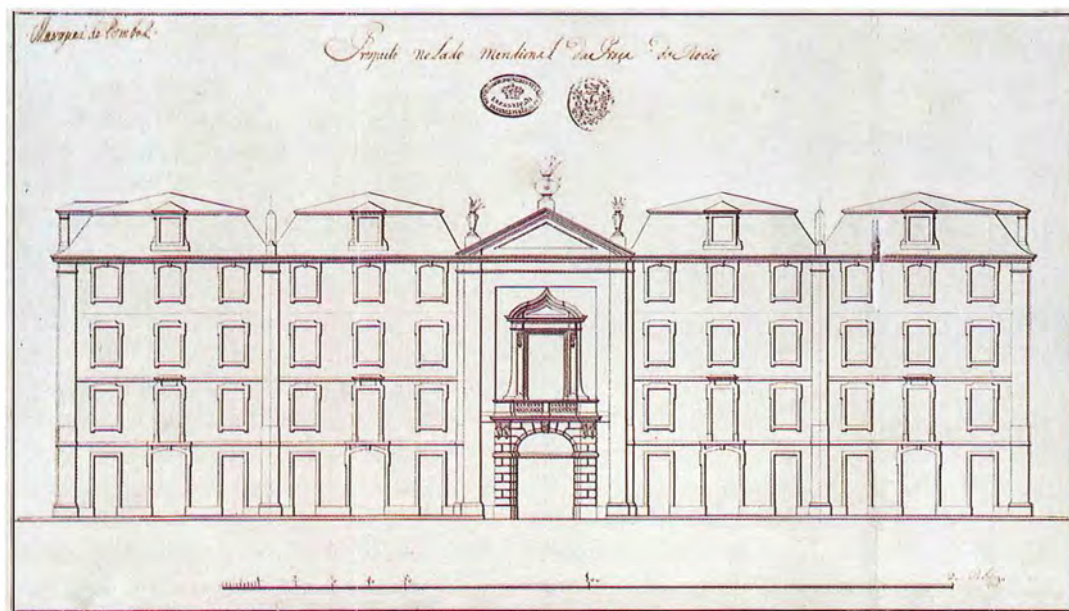
Pensar nestes dois condutores dos países respectivos não deixará de levar a situar o condutor português entre eles, e numa relação que tem também que ver com a geografia, tendo tudo a ver com a história que aos três diversamente cabe. O desejo de Pombal fazer a sua capital é sem dúvida semelhante aos desejados dos dois outros responsáveis, mas, sem dúvida também, acrescidamente. O pensamento do Russo e do Americano é claro: um novo sítio para um novo país que pretendia definir-se no mundo, ou um novo sítio para um país que só podia assumir posição no mesmo mundo para além ou para fora dos seus costumes. Era, num caso como no outro, questão de passado por demais existente ou que, simplesmente, ainda não havia. Também aqui poderá ser entendida a postura de Pombal, em função do seu nacional passado barroco, e ainda medieval, numa sociedade que de uma situação para outra situação passara, mal passando em termos de economia e mal esboçando evolução dos termos de uma cultura necessária aos novos desafios intelectuais (e industriais) da história.

Sentia Pombal esse abalo do mundo, pelas qualidades que D. Luís da Cunha nele tinha estimado, recomendando-o por cima das cabeças de uma corte que ele conhecia da melhor maneira possível, que era à distância de «estrangeirado». E não que o fosse o seu recomendado, qualidade que logo (bem o percebia D. Luís) viraria defeito, *in loco*.

Pedro o Grande viajara pela Europa (e Luís XIV não quisera recebê-lo), vendo coisas que lhe importavam, Jefferson foi embaixador em Paris, até à Revolução, quase cem anos depois das viagens desse czar Gulliver, Pombal fora embaixador em Londres e em Viena donde trouxera esposa e, os três, pode dizer-se que entenderam do que os respectivos países precisavam, ante o que tinham visto, em tempos diferentes mas sucessivos da Europa política que se ia gerando em *Lumières* que à morte de Pedro, em 1725, já tinham adquirido definição dinâmica.

Os paralelos, na história, são necessariamente discutíveis, mas as simetrias que acarretam ganham nisso validade para a compreensão das grandes linhas com que ela, a história, necessariamente também se cose, em períodos longos, médios e curtos, de massa e de indivíduos que, em curtas distâncias, assumem poder e responsabilidade de representação. Vejamos, pois, Pombal entre Pedro o Grande e Jefferson, em sua cronologia e em sua acção possível senão

obrigatória. E algo, também, em termos de uma psicologia de comando que à brutalidade do autocrata russo e à finura do democrata americano entrepunha um estado de força tenaz e de «génio paciente e especulativo» que, no dizer de D. Luís da Cunha, «se acordava com o da Nação». Queria isso dizer que Pombal sabia esperar e encontrar o momento certo de acção ponderada mesmo que, por «difuso», se perdesse às vezes nas suas estratégias. Toda a análise da política pombalina verifica estes dizeres, para o bem e para o mal que, em prepotências, crueldades e concussões, caracteriza o (ou todo o) comportamento ditatorial. Para o bem, porém, e sem que contas correntes sejam moralmente possíveis, as qualidades de Pombal deram resultados notáveis. Reformas de estudos (mesmo que o Colégio dos Nobres falhasse os seus propósitos porque nem os rebentos das velhas famílias nem os das novas queriam, na realidade estudar), estruturas económicas (com o prejuízo fisiocrático que não soube compensar, mas com um



Prospecto no lado meridional da Praça do Rossio. Assinado Marquês de Pombal, in Cartulário Pombalino, Arquivo Municipal de Lisboa

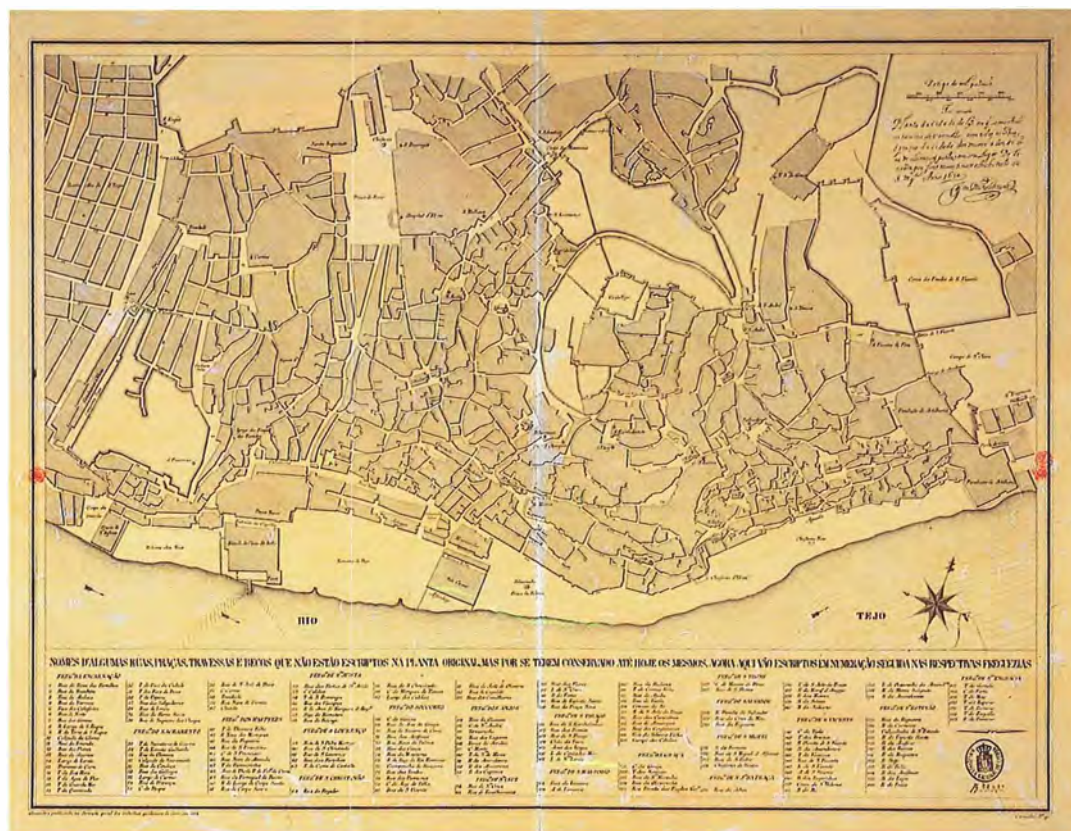
Retrato do 1.º Marquês de Pombal, de Louis Michel Van Loo, 1766. Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Oeiras



fomento industrial novo e patente), legislações diversas que aqui não cabe analisar, ensinos de artes (com deficiências da música que fora joanina), organização militar (com indispensável mão-de-obra estrangeira), progressão social por reinvenção de uma burguesia que daria sentido ao futuro capitalismo de oitocentos (mesmo com decadência da nobreza, e não só por perseguição de uma dúzia de maiores casas), diminuição do poder da Igreja com especial (e internacional) rotura da linha jesuíta foram outros tantos sectores da propulsão pombalina que os historiadores respectivos continuam a discutir. Acima deles todos, está, porém, a reconstrução da capital. E mais uma vez (ou sobretudo para o que pode interessar-nos aqui) a comparação com o czar Pedro e o presidente Jefferson é justificável.

A construção da Lisboa das Luzes

E mais ainda se compararmos agora o discurso estético das três cidades criadas na Rússia e na América e recriada em Portugal, classificada como levando ou tendendo a levar à formulação de um urbanismo *des lumières* nos três casos expressos. A partida de zero nas margens do Neva ou do Potomac era naturalmente contrariada por uma situação diferente, de pré-existência urbana, e o zero necessário foi imposto ou produzido pelo arrasamento do que ficara à vista, memória de uma cidade que atravessara os séculos, fora moura e cristã, tivera a sua evolução mais detectável a partir dos finais do século XIV, com as novas muralhas fernandinas, e do início do século XVI com a passagem da corte da alcáçova medieval para a beira do Tejo de todos os comércios, com o natural progresso habitacional para a



Reprodução fac-similada da planta da cidade de Lisboa, delineada por João Nunes Tinoco, 1650. Biblioteca Nacional de Lisboa

foz do rio e a invenção de um bairro novo, no extremo limite das alturas da muralha havia muito extravasada, o Bairro Alto de São Roque. Foi a parte central dessa cidade que o terramoto de 1755 destruiu, deixando de pé muito da outra parte, por razões sísmicas e por haver menor propagação do incêndio que devastou a Baixa superpovoada. O que ficou, ficou, com remendos necessários, na Alfama e no Bairro Alto, ou para Belém, o resto refez-se conforme uma decisão que a política houve de ser, sobre ideias apresentadas pelos técnicos da engenharia e da arquitectura que se empenhavam numa tarefa inteiramente nova, em termos materiais e morais.

A engenharia envolvida era, como na altura não podia deixar de ser, militar, e a arquitectura

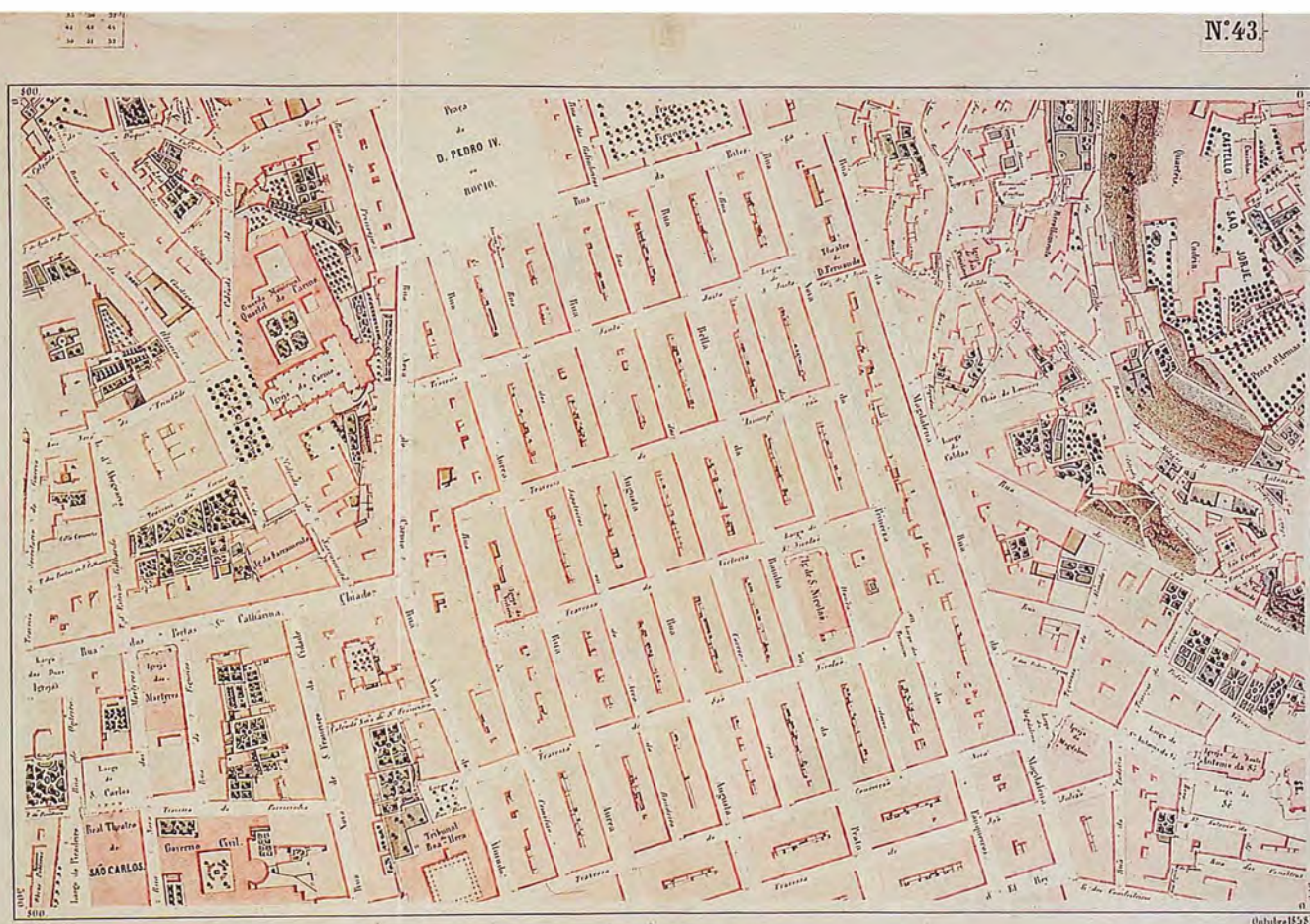
era uma «prática» acrescentada aos oficiais da especialidade, desde o engenheiro-mor do reino com patente de mestre de campo-general, Manuel da Maia, ao capitão Eugénio dos Santos e ao tenente-coronel Carlos Mardel, com intervenção logo seguinte, além das três equipas inicialmente constituídas que deviam apresentar primeiros projectos de reconstrução, seis ao todo, depois de ter sido decidido, por Pombal, reconstruir a cidade no seu sítio histórico, inteiramente redefinido, e não a refazendo, igual ou melhorada, ou a refundando para ocidente, no caminho de Belém, em zona mais resistente a terramotos, hipóteses consideradas por Manuel da Maia em suas propostas entregues logo desde o dia 3 de Dezembro, a um mês da catástrofe. A decisão de

Pombal, atribuída por princípio ao rei D. José, através da cadeia hierárquica estabelecida, para a reconstrução da cidade, consoante um novo plano, foi tomada após 16 de Fevereiro, e, dois meses depois, os seis planos estavam prontos – e em 12 de Junho um deles escolhido, assinado por Eugénio dos Santos que, falecido, em Agosto de 1760, deixou a direcção dos trabalhos a Carlos Mardel, que trabalharia ainda três anos enquanto o velho Manuel de Maia viveria mais cinco, até falecer, nonagenário, em 1768. A coerência da

equipa manteve-se assim, no quadro da Casa do Risco inicialmente criada, e foi isso que permitiu levar avante o programa estabelecido.

Este dizia respeito fundamentalmente à planta da cidade que ia ser erigida e à tipologia dos edifícios que lhe dariam a imagem pretendida, de rua para rua, conforme a importância delas, e esta segundo a respectiva largura na malha definida entre as duas praças que, do Tejo para o interior, assumiam o papel tradicionalmente desempenhado pelo Terreiro do Paço Real desde o início

Baixa de Lisboa. *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*, dir. por Filipe Folque, 1858.
Câmara Municipal de Lisboa







Medalhão com efígie do Marquês de Pombal, da autoria de Machado de Castro, para a estátua de D. José, 1775. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

do século XVI e pelo Rossio medieval, produto de meados de quatrocentos, com os Estaus a fechar um espaço de utilização popular e comercial, defronte também do convento dominicano de meados de duzentos e do vizinho Hospital de Todos-os-Santos, de duzentos e cinquenta anos depois. Mantiveram-se necessariamente as duas praças, com as funções respectivas que convinhavam à vida social da urbe e só entre elas, na Baixa que, desde o século XIII vinha sendo arruada e recebera a protecção da muralha fernandina ao fim do terceiro quartel de trezentos, se processou a radical transformação. Consistiu, esta, nas seis plantas postas à apreciação de Pombal, numa malha racionalizada de ruas, corrigindo a malha preexistente em três projectos ou anulando-a nos outros dois traçados a favor de um jogo quadrangular que fazia cortar as ruas verticais, desde o rio, e horizontais, em ângulos rectos. Este o princípio desejado nos trabalhos da Casa do Risco, e entre as três plantas numeradas de quatro a seis, elegeu-se finalmente aquela que demonstrava maior imaginação – gráfica decerto – mas plástica também, na medida em que anunciava, mais do que uma relação de superfícies imediatamente visível, uma relação de volumes que importava imaginar. Não se enganou Eugénio dos Santos, autor do referido plano, número cinco da série (o que denota um progresso na resolução dos problemas que o princípio assumido levantava), como não se enganou Manuel da Maia ao recolher os seis desenhos, entendendo qual era o melhor e porquê. E certamente foi ele quem defen-

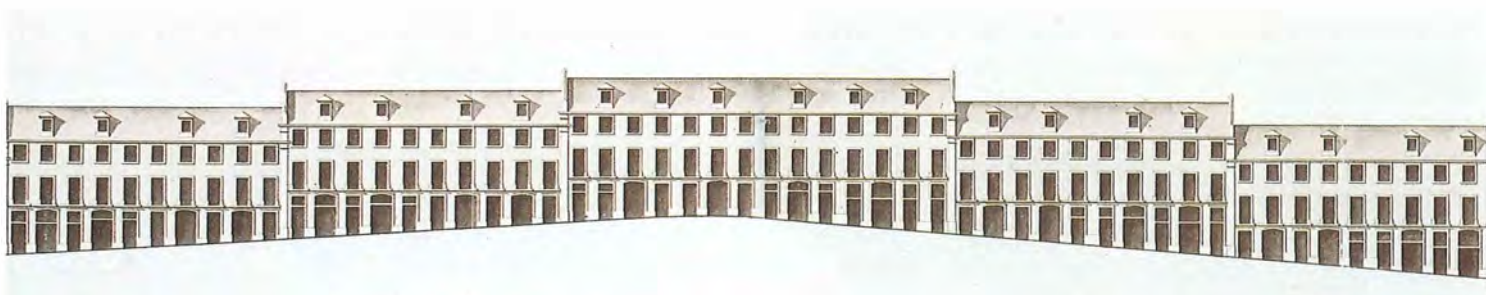
deu a classificação junto de Pombal, com a opinião necessariamente concordante do duque de Lafões, intermediário jurídico, e do marquês de Alegrete, idoso presidente do Senado Municipal. Não transparece isso na sua «dissertação», como opinião patente, mas, se bem a lermos, podemos entender-lhe a opinião crítica, no aditamento que lhe faz para apresentar os projectos números cinco e seis, certamente chegados mais tarde (porque o «aditamento» ao documento em questão tem data de dezanove dias depois) e como se deles tivesse estado à espera. E é um destes projectos, o numerado de cinco, que foi escolhido – ou que Manuel da Maia recomendou. E em função dele, Lisboa se reconstruiu.

As fachadas: uma tipologia hierarquizada

Outros projectos o engenheiro-mor do reino ainda apresentou a Pombal, relativos, não à planta do sítio com seus arruamentos novos, mas aos edifícios a elevar; e são fachadas hierarquizadas conforme a importância das ruas, como vimos. Fachadas monótonas, muitas vezes se disse, mesmo que variadas em elementos de cantarias e vãos, dentro de limites tipológicos já classificados e que se reconhecem à vista, de rua em rua. A dignidade modesta desses desenhos, devidos a Eugénio dos Santos, é, sem dúvida, um elemento de valorização, contando com o seu necessário condicionamento económico e técnico, pois, importava construir barato e depressa, até uma standartização que já foi também minuciosamente analisada,

< Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Manuel da Maia. Biblioteca Nacional de Lisboa

Modelo de fachada pombalina. In *Cartulário Pombalino*, Arquivo Municipal de Lisboa



entre as cantarias, o esqueleto do madeirame (e a inovação da chamada «gaiola» que havia de provar-se útil em abalos sísmicos, pela sua flexibilidade, numa receita original que as circunstâncias facilitaram ao engenho dos construtores), o trabalho de forja e de azulejo de revestimento interior, a mão-de-obra e o próprio carregamento dos elementos de construção fabricados em pontos fixos para servirem onde fossem, em devida altura, necessários.

Mas essa monotonia tipificada é compensada com a volumetria dos quarteirões que, esses, monótonos não são, antes pelo contrário: a planta da nova Lisboa é astuciosamente dinâmica, na proporção dos blocos que a compõem, uns maiores outros menores, uns verticais outros horizontais em relação ao terreno considerado, e gerando entre eles um desenho que tem referências de secção de ouro, conforme as boas regras da composição clássica, de modo a criar a harmonia dinâmica do conjunto. Sem dúvida Eugénio dos Santos o soube no seu desenhar e certamente Manuel da Maia o compreendeu na sua (provável) recomendação – que por ele esperara. E que Pombal entendeu, ou intuiu, ou foi capaz de sentir, como se sentem as obras de qualidade... Repare-se ainda que, se Manuel da Maia esperou também pelo projecto número seis (do capitão E.S. Poppe), que certamente pedira, confiando, ao fim, no talento dos dois oficiais mais graduados na sua equipa da Casa do Risco, não foi esse que seleccionou ou fez ou procurou fazer seleccionar; na verdade, ele teria que o considerar monótono, como é, na quadrangulação repetida dos quarteirões, sem que o tratamento mediano de uma pequena praça para a Igreja de S. Nicolau (tradicionalmente destacada no tecido antigo da cidade) tivesse razão suficiente de dinamização do conjunto proposto.

Resta considerar as duas praças desta cidade, seu princípio e seu fim, nobre e simbólico o primeiro, local do poder instituído em reformas de modernidade «iluminada», e não já do poder

real anterior e barroco, relegando para um paço que não chegou a ter sítio nem definição arquitectónica; utilitário o segundo, em casas também de habitação, como todas as ruas, já sem convento, e com um tribunal de Inquisição laicizada que completava a tomada global do poder que Pombal modelava e impunha na sua política – até por pôr à sua frente um dos seus irmãos, colocando o filho herdeiro à cabeça da própria Câmara da cidade. Pudessem eles também tomar conta de um jovem rei, por cima da geração materna da Princesa real em que não tinha confiança!... Não foi assim, e pode pensar-se que nesse revês se determinou a queda futura do «terrível marquês». Durou, porém, o seu consulado até vinte e dois anos depois do terramoto – que ele próprio fora na vida do país. E durante eles, se não pode reconstruir esse país, ao menos reconstruir a sua capital. Ao menos, ou ao mais?

A permanência da cidade pombalina

Lisboa, palco de uma peça representada em cenas de variado sucesso e aplauso, para os historiadores futuros da sociedade que assim se modelou, até (dir-se-ia) a pateada final e trágica velhice do ditador ficou, porém, para além das sucessivas conjunturas políticas como uma estrutura simbólica de longa duração cuja problemática chegou até hoje – para a vivência possível dos nossos contemporâneos na utilização que pudermos dar-lhe.

Bem entendeu Manuel da Maia que «fazer» esta cidade não era o mesmo que acrescentar um novo bairro a Turim (de que na altura se falava) e a referência frustrante que fez à Londres incendiada em 1666, no plano seguinte de Wren, não podia servir-lhe, diferente que foi, e abandonado. De São Petersburgo não podia ele saber, nem ter notícias de cidades do Norte, como Copenhague, Oslo, que vieram a influenciar Amsterdão, como exemplo mais considerável mas em proporções de muito menor significado, como aconteceu em Viena de



Eugénio dos Santos, fotografia da pintura a óleo sobre tela (Exposição Reconstrução de Lisboa, no Palácio das Galveias, 1955).
Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

Mapa Topográfico da zona entre a Pampulha e a Calçada da Estrela, incluindo a localização do Palácio do Marquês de Pombal.
Francisco António Ferreira Cangalhas.
Segunda metade do século XVIII.
Biblioteca Nacional de Lisboa



Áustria, com renovação de alguns bairros, ou em Catânia, destruída também por um terramoto e reconstruída sessenta anos antes de Lisboa. Urbanizações em Berlim, Bordéus ou Nancy, com o valor simbólico que tiveram, não têm obviamente o significado da reconstrução pombalina, como o não tem o Paris sintetizado em 1769 pelos planos de P. Patte. E coincidência foi, que Luís XV tivesse aprovado o plano definitivo da sua praça (que seria da Concórdia) a dias de distância da aprovação dos planos da reconstrução de Lisboa – ao processo de luxo simbólico da capital de França correspondendo, em outro sistema cultural e simbólico, os trabalhos fundamentais da capital de Portugal, em novo ciclo de existência urbana para a história sociopolítica do país.

Sebastião José de Carvalho foi, no momento próprio, a pessoa própria, com capacidade para assumir uma tarefa ingente, única de tal amplitude, na história e na vida nacionais. E foi a única pessoa para o fazer, na sua ambição de poder e

gula de bens, sem dúvida – mas outros as tinham à volta dele sem que lhe tivessem as qualidades.

As que um homem como D. Luís da Cunha nele entendeu, provaram-se na sua criação das condições para a formação de um Portugal moderno à escala nacional e, antes de mais e melhor que mais, na criação da primeira cidade moderna do Ocidente.

¹ José-Augusto França, *Une Ville des Lumières: la Lisbonne de Pombal*, Paris, Bibliothèque Générale de l'École Pratique des Hautes Études, SEVPEN, 1965, 2^{ème} édition revue et augmentée, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales – Fondation Calouste Gulbenkian, 1988; idem, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978; Jorge Mascarenhas, *A Study of the Design and Construction of the Buildings in the Pombaline Quarter of Lisbon*, University of Glamorgan, 1995; Maria Helena Ribeiro dos Santos, *A Baixa Pombalina, Passado e Futuro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

² A Rússia comemorou em 16 de Maio de 2003 o 3.º centenário da fundação de S. Petersburgo (e já em 1953 a colónia russa emigrada de Paris comemorara os 250 anos dessa data histórica). Portugal deverá comemorar, em 12 de Junho de 2008, os 250 anos do diploma fundador da Lisboa do Marquês de Pombal.

Plano [de Lisboa] que sua majestade mandou...

Manuel Filipe Canaveira

EXAMINEMOS A FAMOSA PLANTA DE JOÃO NUNES Tinoco (1650) e logo nos damos conta como seria fácil perdermo-nos no emaranhado de vielas e becos que tornavam o vale da Baixa num autêntico dédalo urbano. Observe-se a vista de Lisboa no conhecido quadro da Igreja de S. Luís dos Franceses e decerto chegaremos à conclusão que nas traseiras dos edifícios localizados no topo norte do Terreiro do Paço, existia um imenso casario, sem dúvida sobrepovoado e, na sua maior parte, decrépito e insalubre.

Evito, porém, como o fez Fernando Castello-Branco no seu já clássico livro denominado *Lisboa Seiscentista*, qualificar de *teia medonha*¹ esse labirinto de ruelas sinuosas, pois sempre me pareceu, um pouco intuitivamente, admito, que essa urbe quinhentista a que o grumete de um conto de Cervantes chamava «céu» e não «terra»,² deveria ter um encanto especial que hoje talvez só seja possível experimentar quando deambulamos pelos cascos venezianos do Dorsoduro ou do Castello.

Ir do Rossio à beira-rio, na Lisboa anteterramoto, era passar, algo inesperadamente, da exiguidade das ruas da *Betesgas* e dos *Vinagres*, para a comedia largueza da elegante *Rua Nova* e, daí, transpor duas ou três travessas, para aceder ao buliçoso terreiro junto ao Tejo onde residia o *Rei da Pimenta*, como o designara, em tempos mais prósperos, Erasmo de Roterdão. Aventura idêntica, em nossa opinião, é a que ainda hoje nos oferece um passeio pela *Sereníssima*, mormente entre o Zanipolo e a Riva degli Schiavoni, se tivermos o cuidado não reparar nas sumptuosas fachadas barrocas e apenas olharmos as velhas Cás renascentistas. Com efeito, Lisboa ainda hoje possui algo de veneziano se a olharmos da Outra Banda com os olhos fixos na cúpula de Santa Engrácia, e essa impressão seria certamente bem maior em 31 de Outubro de 1755, quando a paisagem ribeirinha, «enfeitada» com as velas das inúmeras embarcações fundea-



Reconstrução de Lisboa: gravura de Maurício José do Carmo Sendim.
Biblioteca Nacional de Lisboa

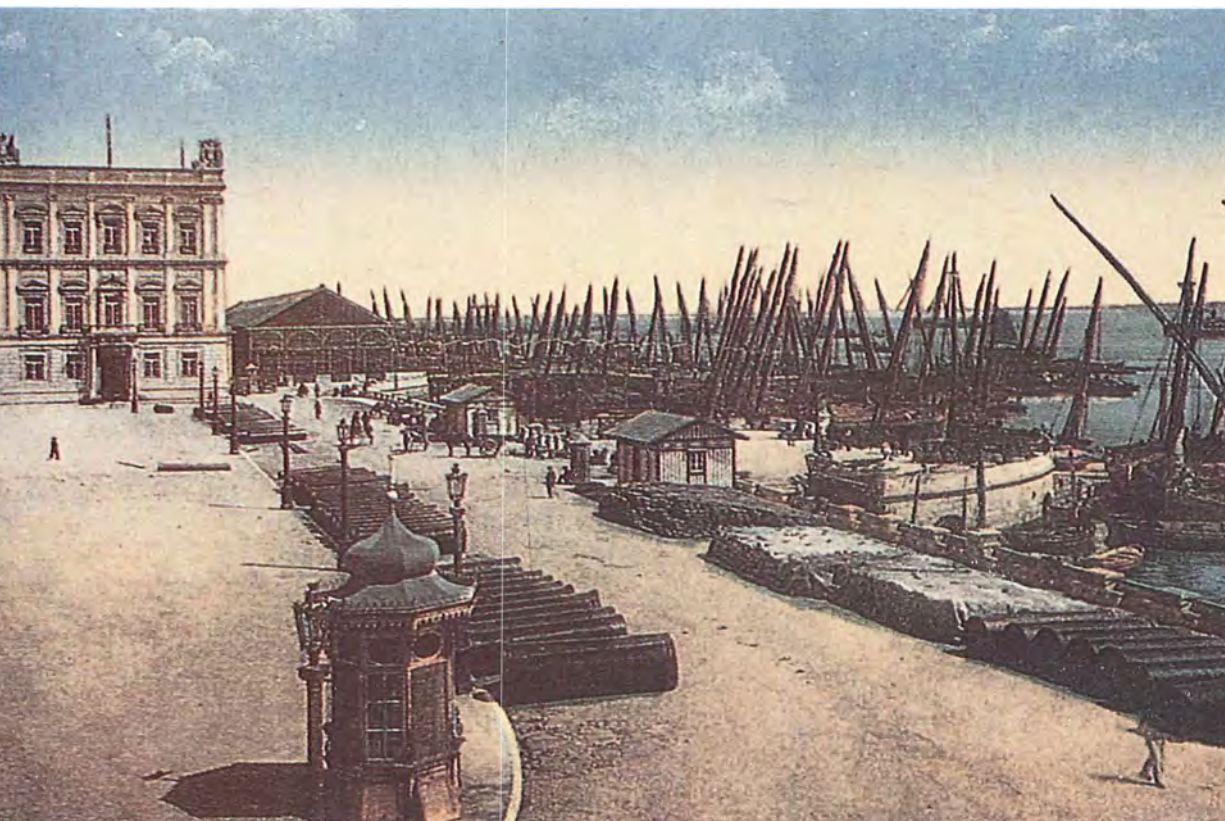
das no meio do rio, deveria ter um aspecto semelhante ao Canale di San Marco que vemos numa *veduta* executada em 1500 por Jacopo de Barbari.³

O planeamento iluminista

Essa Lisboa ruiu com o terramoto, e dela quase apenas restou entulho misturado com cadáveres e artefactos de toda a espécie, que hoje jazem sob os nossos pés. Foram esses monturos gigantescos que, desde logo, se transformaram na «causa material» da reedificação da capital, como no-lo diz expressamente o

plano promulgado em 12 de Junho de 1758 com vista a «regular o alinhamento das ruas». O referido diploma legal constitui, em nosso entender, uma verdadeira obra-prima do planeamento urbanístico iluminista, contendo uma larga profusão de palavras e expressões que resumem o pendor racionalista da época das Luzes; a saber: «rectificar, alinhar, regularizar, proporção, simetria, nivelar declives, comunicações amplas e decorosas», etc.⁴

As plantas desenhadas na Sala do Risco representavam, por conseguinte, o triunfo da geometria e da aritmética sobre a *torpeza* dos

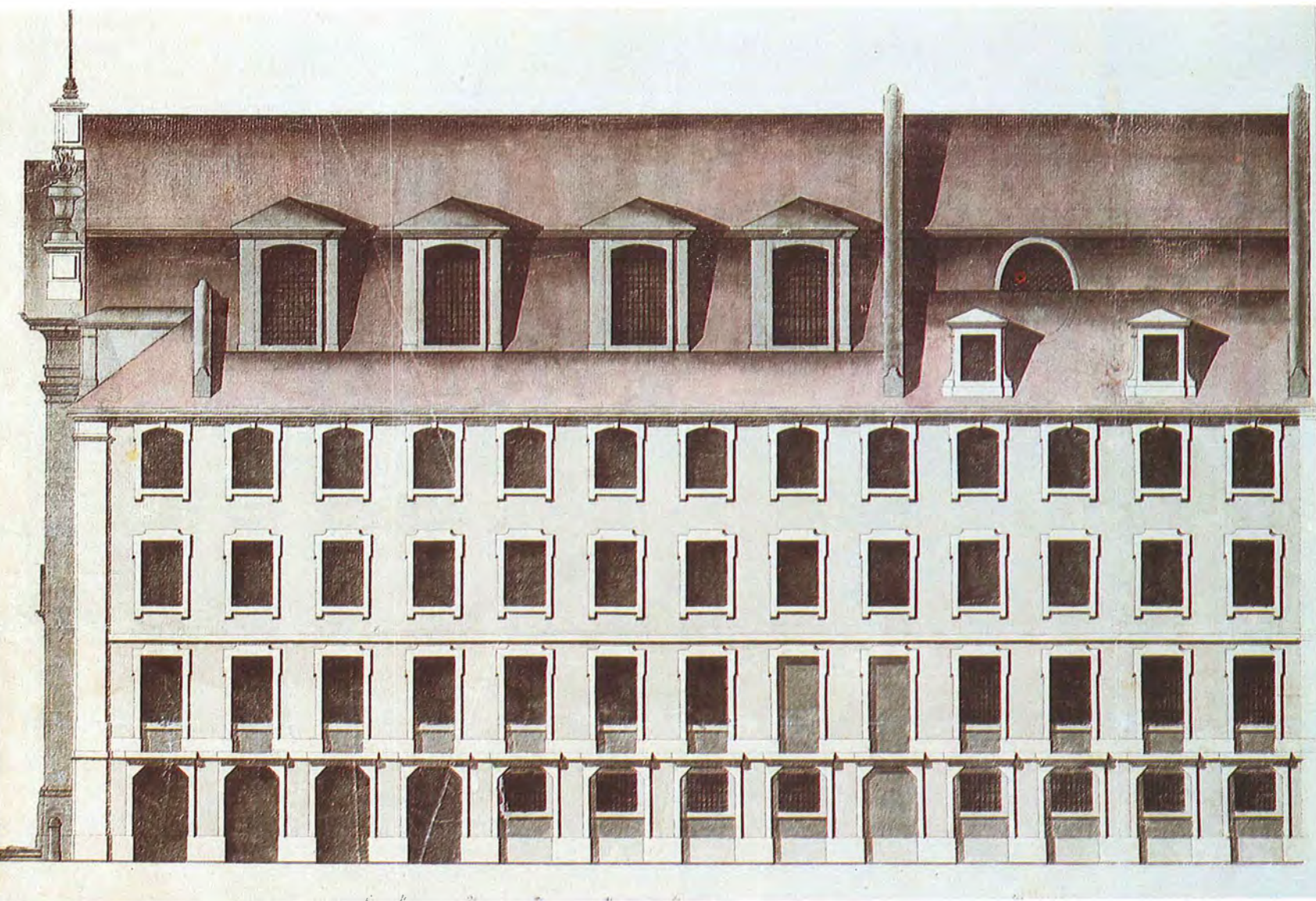


Lisboa, Caes das Colunas,
in *O Bilhete Postal Ilustrado*
e a *História Urbana de Lisboa*,
de José Manuel da Silva Passos

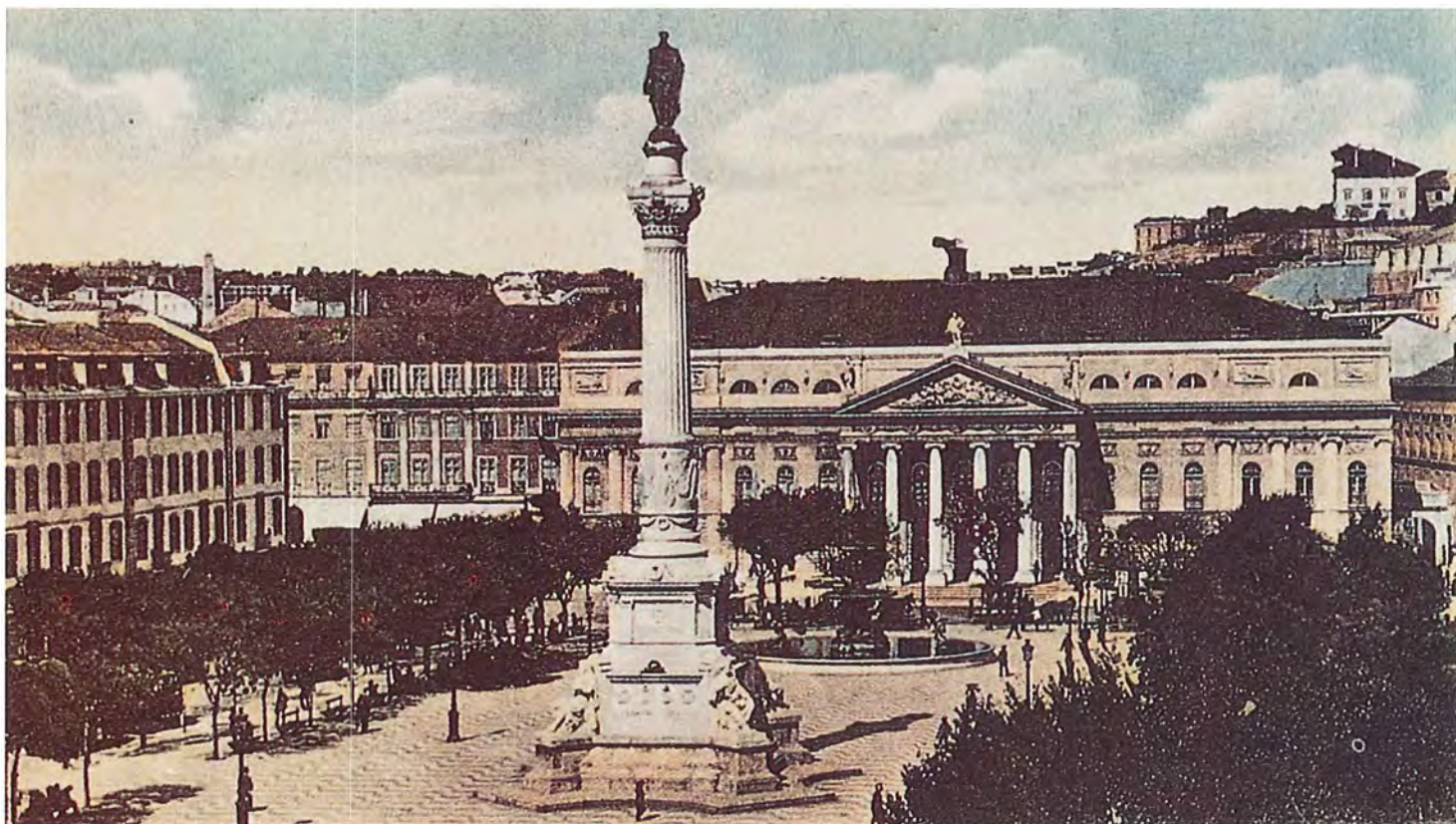
tempos idos, bem atestada na irregularidade das ruelas *oblíquas* e *estreitas* da cidade sacrificada pela fúria dos elementos. Para as concepções mecanizantes dos engenheiros e arquitectos pombalinos, tais *disformidades* tornavam quase todas essas antigas quelhas «indignas de serem ruas da corte», como se escreve no já citado plano de 1758. Os cómodos da civilização exigiam, doravante, cocheiras e estrebarias voltadas para as travessas, de forma a desimpedir as ruas, as quais deveriam possuir largura suficiente para nelas poderem circular à vontade peões e carruagens, além do espaço necessário à construção das cloacas destinadas ao escoamento das águas e «imundícies das casas dos habitantes». Em suma, o fito da Lisboa que renascia das cinzas era

ombrear com as demais capitais europeias, chegando-se a invocar o exemplo de Londres no respeitante à ordenação do trânsito de carruagens.

A área delimitada a ocidente pela Rua Nova do Almada (freguesia de S. Julião) e a oriente pela Rua da Padaria (freguesia de Santa Madalena), situada entre o Rossio e o Terreiro do Paço, foi transformada em terreno aberto destinado à construção *ex-nihilo* de uma nova cidade, oportunidade única que só Lisboa teve entre as velhas cidades do século XVIII, pois tanto São Petersburgo como Washington, edificadas em lugares desertos de civilização, não colocaram grandes entraves à consumação dos planos urbanísticos idealizados pelos seus arquitectos.⁵



*Prospecto da Igreja de S. Julião
na Frente da Rua Nova d'El-Rey.
Assinado pelo conde de Oeiras.
in Cartulário Pombalino,
Arquivo Municipal de Lisboa*



Uma nova toponímia para uma «cidade nova»

Nestas novas urbes amplas e arejadas não cabem topónimos «mesquinhos» oriundos dessas eras obscuras, dominadas por senhores feudais, czares tirânicos ou autoridades coloniais. No caso da Baixa lisboeta, seria de todo inapropriado que as novas vias niveladas, rectilíneas e largas projectadas pelo poder real, viessem a receber os nomes de marialvas, taberneiros, prostitutas, fadistas e tantos outros figurões e alguns quasí-modos que, pela sua marginalidade, impressionavam as mentes supersticiosas das gentes de antanho. Também não têm lugar os topónimos de ressonância camponesa, porque o espírito cosmopolita da cidade setecentista rejeita os

valores tradicionais da ruralidade, assim como os que derivam das actividades do quotidiano; ou seja, o forno onde se faz o tijolo, a azenha ou moinho onde se produzem as farinhas, lagares e muitos outros serviços que não têm a dignidade dos ofícios.

Nas novas freguesias de S. Julião, da Conceição e de S. Nicolau, já não existem *becos*, *azinhagas*, *calçadas*, *esteiras*, *fangas das farinhas*, *fornos*, *manilhas*, *selvagens*, *chamcudos*, *moças desnarrigadas*, e tantos outros vocábulos do mesmo jaez, como existiam nas suas antecessoras seiscentistas. Para as principais ruas da corte do Rei Fidelíssimo exigem-se maior dignidade social e, num regime absolutista, quem a possui é, em primeiro lugar, a família real e, depois, todos os que contribuem para o bom

Praça do Rossio,
in *O Bilhete Postal Ilustrado*
e *a História Urbana de Lisboa*,
de José Manuel da Silva Passos

Oreyte. O Arcebispo Regedor da Casa da Supplicação o tenha assim entendido, e faça executar, não obstante qualquer illegimento, Dispolição, ou ordens em contrario, que todos, e todos hcy por delegados para elles effectos, fôr moute. E mandado o yffice aos respectivos Intendentes as ordens necessarias, faga assinar por Editores o prezente Decreto, para que chegue á noticia de todos, o que por elle tenha vtilidade. Palacio de Nôssa Senhora da Ajuda a cinco de Novembro de mil setecentos e setenta.

COM A RUBRICA DE SUA ALAGESTADE.

P L A N O ,
E DISTRIBUIÇÃO DAS RUAS,
que estão abertas no Terreno, que jaz entre as Praças do Commercio, e do Rocio mandado estabelecer pelo Decreto de Sua Magestade, expedido a 5 do corrente mez de Novembro de 1760.

RUA NOVA DELREY.

Nella se devem situar as Mercaderias da India, e da China, e applicada ás lojas, que della dependem para as vendas das mercaderias de India, e de China, e durante o tempo de sua venda.

RUA AUGUSTA.

Nella se devem situar as Mercaderias de Lã, e de Seda, applicadas ás lojas, que della dependem para as vendas das mercaderias de Lã, e de Seda, e durante o tempo de sua venda.

RUA AUREA.

Nella se recomendarão os Outeiros do ouro, e do ferro, e Volantines.

RUA

Plano e Distribuição das Ruas, de Lisboa, 1760.
Biblioteca Nacional de Lisboa

Lisboa, Rua do Ouro,
O Bilhete Postal Ilustrado
e a História Urbana de Lisboa,
de José Manuel da Silva Passos

Lisboa, Rua dos Capelistas,
O Bilhete Postal Ilustrado
e a História Urbana de Lisboa,
de José Manuel da Silva Passos

governo da monarquia, nomeadamente para a sua pujança económica (comerciantes e artesãos).

Não admira, pois, que o comércio designasse a entrada da corte de Lisboa, dado ser ele o sustentáculo económico do império português. O ouro era, por excelência, o valor de refúgio no sistema crisoedonista propugnado pelo pombalismo, e do seu entesouramento dependia a saúde económica do Estado. O rei, a rainha e a princesa, enquanto títulos de majestade, são um reconhecimento da família real como o fulcro da corte. O nome de Augusta evoca uma autoridade cesárea que, no contexto do pombalismo político, significava a superação dos poderes nobiliárquicos e o reconhecimento da preeminência institucional da coroa. Permanecem alguns hagiopónimos, mas veneram mártires do cristianismo que não foram príncipes, mas sim artífices, como a oleira Santa Justa.

Ofícios reais e ideologia pombalina

Esta familiaridade da realeza com as corporações dos ofícios nada tem de estranho e constitui, de facto, uma estratégia concertada do pombalismo político. A subalternização da nobreza hereditária é manifesta e destina-se a removê-la como instância de intermediação entre o trono e o povo. É certo que durante o reinado de D. José, como bem observaram Camilo Castelo Branco e Luz Soriano,⁶ verificou-se um certo afastamento do trono em relação aos súbditos (tendência que D. Luís da Cunha, no seu *Testamento Político*, já verberava no final do reinado do Magnânimo),⁷ o que servia, aliás, o propósito do Marquês de restringir ao máximo as relações do soberano com pessoas revéis ao seu poder autocrático, atitude que segue de perto os «conselhos» dados pelo cardeal Richelieu no seu *Testament Politique*.⁸



A realza josefina, porém, não deixou de manter algum contacto com os súbditos, como nos revela Frei Pedro José Esteves num manuscrito existente na Biblioteca Pública de Évora,⁹ embora essa relação de proximidade tivesse sido maior no reinado de D. João V e viesse de novo a sê-lo no de D. Maria I.¹⁰ Sublinhe-se, porém, que na época iluminista, ao contrário do que se verifica na sociedade liberal, da qual somos herdeiros directos, os títulos académicos não eram a única forma de promoção social, reconhecendo-se o valor aos artesãos cujas profissões exigissem a aprendizagem de técnicas específicas. Por esse motivo, vários reis setecentistas dedicaram os seus tempos de lazer aos ofícios mecânicos, sabendo nós que os trabalhos manuais faziam parte do programa de estudos de muitos príncipes europeus da segunda metade do século XVIII

(D. José I gostava dos trabalhos de torneiro, enquanto Luís XV e Jorge III de Inglaterra costumavam dedicar-se à jardinagem).¹¹

A «robustez» clássica da Lisboa pombalina contrasta com «delicadeza» *rocaille* do Palácio de Queluz, que lhe é contemporânea. Esta oposição, referida por muitos historiadores da arte portuguesa,¹² carece, em nosso entender, de uma reflexão que vá além da simples constatação da existência de uma burguesia nascente, protegida pelo Estado, cujos valores sociais, políticos e económicos são de todo inconciliáveis com os da etiqueta cortesã. Os Ratton, os Daupias, os Cruz e os Quintela, cujas actividades no âmbito da magistratura e dos negócios atraem a atenção dos estudiosos por assinalarem a emergência da nossa modernidade (por mais incipiente que ela sempre tenha sido em termos europeus), deixam



Pormenor de painel de azulejos.
Jardim do Palácio Fronteira, c. 1670



na sombra os cortesãos setecentistas que clamavam contra o «despotismo» de Pombal, acusação excessiva se tivermos apenas em vista os fundamentos teóricos do absolutismo josefino, mas não destituída de sentido no respeitante à caracterização do pombalismo político. Na verdade, foi a tradição absolutista da coroa, representada na majestade da pessoa do rei, que conteve, no limite, a tentação despótica latente na acção política de Sebastião José de Carvalho e Melo, político experiente que sabia bem como o poder efectivo dos validos dependia, em última instância, do beneplácito do monarca, garante de toda a legitimidade política e representante exclusivo da soberania do Estado nas sociedades do Antigo Regime.

Sociabilidade cortesã e poder político

Esses cortesãos, dizíamos, têm sido um pouco esquecidos pela historiografia recente, circunstância que contribui para a existência de alguns equívocos responsáveis pelo modo algo complacente como os tratamos. É bem provável que eles não sejam os cordeiros vítimas da tirania de Pombal e seus sequazes, mas sim os lobos sedentos de privilégios, acossados pelos mastins defensores da autoridade pública. A burguesia pombalina, antecessora do baronato liberal – cuja memória não prezamos (influenciados por Garrett, Herculano, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida...) – está na origem do país socialmente injusto que sempre fomos nos últimos dois séculos, ao passo que os cortesãos de Queluz tendem a confundir-se, no imaginário histórico português, com os «barões assinalados» de quinhentos (representantes máximos das «virtudes dos nossos maiores»), seus avoengos, é certo, mas já muito distantes, não só no tempo mas também nas qualidades humanas.

Se encararmos a questão deste modo, então a austeridade clássica da Lisboa pombalina passa a ser um testemunho pétreo do triunfo da competência científica e técnica, valor que se transformou, desde meados do século XVII, num imperativo da modernidade, enquanto a leveza de Queluz somente espelha um mundo artificial e decrépito que se reclamava de um passado longínquo, quando os títulos de nobreza, mais do que herdados, eram merecidos à custa do ânimo e sacrifício individual a que alude Francisco Rodrigues Lobo ao tratar da «criação da milícia» em *a Corte na Aldeia*.¹³ Em resumo, trazendo à colação o pensamento de Montesino, a severidade do estilo pombalino indicia as virtudes cívicas que são a «natureza» do governo republicano clássico, enquanto a frivolidade *rocaille* de Queluz faz jus ao «luxo» que caracteriza o decadentismo monárquico.¹⁴

A futilidade cortesã, ao invés das aparências, nada tinha de inócuo em termos políticos, como as descrições nostálgicas do marquês de Resende podem deixar transparecer.¹⁵ Não nos devemos iludir com as amenas descrições dos serenins ou piqueniques da corte de Queluz, diversões que, em si mesmas, parecem inocentes e insusceptíveis de ameaçarem o *status quo* político. A realidade era bem diversa, pois esse convívio palaciano estava dominado por uma «cultura» baseada na arrogância, hipocrisia e traição, que eram o timbre da cortesania versalhesca reinante nos meios selectos da Europa do século XVIII. É de todo improvável que os fidalgos de Queluz lessem as obras de Boulainvilliers, que em 1722, na sua célebre *Histoire de l'ancien gouvernement de la France*, justificara a tão reclamada preeminência social da «nobreza de espada» pelo facto de esta ser descendente dos francos, os quais, por direito de conquista, haviam obtido o privilégio de exercerem o seu domínio social sobre o Terceiro-Estado (onde se incluíam os *robins*, evidentemente, dada a sua origem burguesa), pois estes procediam dos antigos galo-romanos, vencidos e reduzidos à servidão pelos valorosos guerreiros germânicos. É provável, no entanto, que idênticos preconceitos de superioridade racial pairassem, mais ou menos difusos, nas mentes dos nossos Grandes que, decerto, se orgulhariam do sangue derramado pelos seus antepassados na fundação do reino, Reconquista cristã e edificação de um imenso império na Ásia e América.¹⁶

As invectivas dirigidas ao despotismo pombalino por estes gentis-homens nada tinham que ver com a recusa da arbitrariedade («o estar acima da lei») que assoma de uma forma tão convincente no discurso democrático hodierno. Seria um manifesto equívoco considerar a atitude rebelde da velha nobreza portuguesa face ao pombalismo como um indício de aceitação, ainda que tácita, de um *ethos*



cívico de cariz «republicano»;¹⁷ isso seria colocá-la na linha ideológica de Cícero, Salústio, Tito Lívio, Maquiavel, Harrington ou Rousseau, quando, na realidade, ela apenas se obstinava

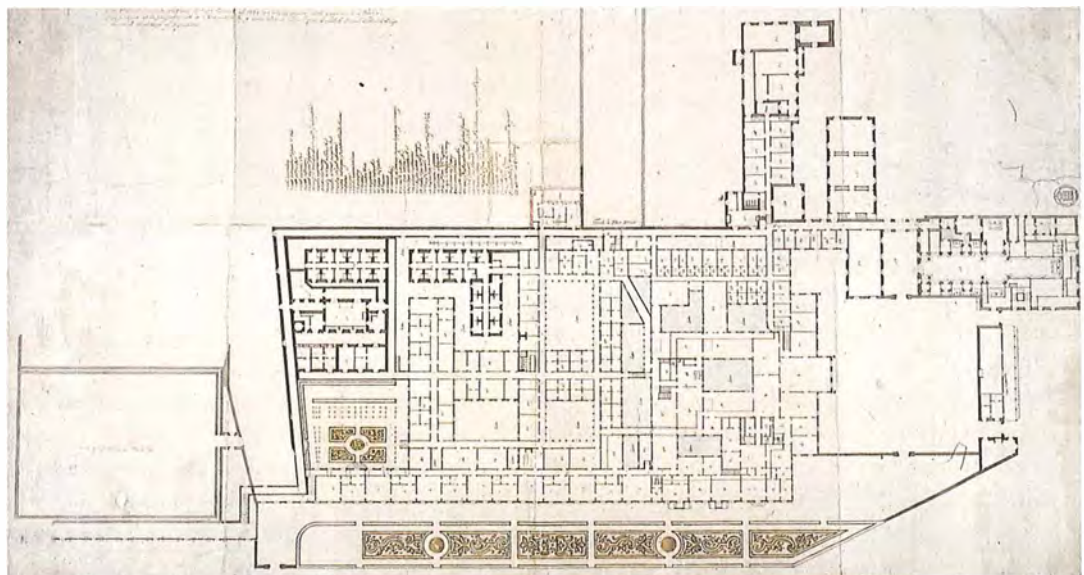
Baile de Corte, 1785. Biblioteca Nacional de Lisboa

na defesa de uma espécie de «ordem cósmica» estruturada em função da condição social do nascimento, «ordem» essa ameaçada pela subversão das hierarquias que a política de nobilitação dos juristas e financeiros – incentivada pelo absolutismo monárquico (primeira forma de estado moderno)¹⁸ – necessariamente implicava. Em suma, as respostas aos temores que atormentavam a nossa nobreza tradicional durante o pombalismo, encontramos-as nas propostas políticas arcaizantes explanadas nos escritos do duque de Saint-Simon, defensor intransigente de uma sociedade palaciana obcecada pela «pureza do sangue» e símbolos exteriores do poder (precedências, privilégios, etiqueta...).¹⁹

A rejeição do despotismo que procede da doutrina do ideal de governo republicano, cujas raízes na história do pensamento político europeu remontam à Antiguidade e Idade Média (recordemos, a título de mero exemplo, os belíssimos frescos pintados em 1340 por Lorenzetti na Sala dei Nove do Palácio Público de Siena),²⁰ nada tem que ver com os «motivos» que levaram o

governo de Pombal a justificar os Aveiro e os Távoras (a questão da veracidade ou falsidade das acusações, neste contexto, pouco importa), embora a cruel pena que lhes foi infligida fosse, em todo o caso, idêntica à sofrida anos mais tarde pelo Tiradentes, neste caso em nome dos tais valores cívicos já mencionados, sem dúvida presentes no ideário político das revoluções norte-americana e francesa que inspiraram a Inconfidência Mineira. A ilação que podemos tirar deste facto é, a nosso ver, a seguinte: na segunda metade do século XVIII o absolutismo português, em larga medida devido às tensões despóticas que a sua política reformista suscitava (como aliás sucedeu na maioria dos Estados da Europa das Luzes), viu-se confrontado com crimes de lesa-majestade inspirados por ideais reaccionários e revolucionários, reagindo em ambos os casos com a mesma implacabilidade na defesa do primado da majestade do trono; ou seja, na sustentação do prestígio da realeza, que se fundava no princípio da veneração devida a um monarca mediador do sagrado – *rei pela graça de Deus*.

Planta da Real Barraca, anónimo século XVIII.
Biblioteca Nacional de Lisboa



Cortesãos ociosos e nobilitados industriais

A corte de Queluz não teve, como a de Versalhes, o «seu» duque de Saint-Simon. Contudo, podemos constatar nalguns excertos de escritos da época, mormente nos relatos dos viajantes estrangeiros, que imperava a frivolidade: muitas «condessas de Fiesque», dispostas a vender uma propriedade rica em trigo para comprar um belo espelho;²¹ vários «duques de Lauzan», capazes de induzir em erro um *parvenu* para o ridicularizar perante toda a corte;²² numerosos ignorantes como o marquês de Gesvres, que julgava ter sido um tal INRI o autor de todos os quadros e objectos representando Cristo crucificado;²³ «perdulários» como o duque de Richelieu, sempre dispostos a repreender os filhos por pouparem dinheiro,²⁴ e tantos outros «caracteres» que Hippolyte Taine soube descrever com mestria num longo trecho da sua obra intitulada *Les Origines de la France Contemporaine*.²⁵ Na segunda metade do século XVIII, tanto em Versalhes como em Aranjuez ou Queluz, é notória a falência de um ideal cortesão que deixara há muito de ser um modelo de «civilidade» – o *Cortegiano* de Baldassar Castiglione – ou de «regulação política» – *Oráculo Manual y Arte de Prudencia* de Baltasar Gracián – para se metamorfosear numa simples «educação das aparências»,²⁶ conforme perceberam os próceres do Vintismo: «Chega o Príncipe ao trono: é logo torneado por 3 círculos concêntricos de inimiga força. O 1.º é de criados estúpidos; o 2.º de validos astutos; e o 3.º, que em diâmetro maior abrange, e com suas tangentes e secantes corta e domina os outros, é o dos Conselheiros pérfidos. Estes são os que invejam a glória do Rei, ambicionam régias prerrogativas, e a liberdade de as acomodar à própria utilidade: não podem usurpá-las; mas servem-se da traição, e da impostura para consegui-las. Eles querem, que o Rei seja grande, rico, poderoso, absoluto e



temido, para que da superabundância destas qualidades transborde sobre eles desordenada, e copiosa porção: querem que o Rei sobrecarregado de ilimitada, onerosa autoridade os convide para ajudá-lo, e para aliviar-se, distribua por eles o peso dela.»²⁷

É claro que para os publicistas liberais, por razões ideológicas evidentes, cortesãos ociosos e nobilitados industriais confundem-se, porque todos integram esse universo tendencialmente polissinódico que o Absolutismo, na realidade, criou (como é sabido, a crítica ao monarca absoluto «cativo» dos validos é recorrente no pensamento político do Antigo Regime, porque bastante

Baixa de Posto, de 1952.
Caricatura de Francisco Valença.
Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

plausível). Esse corpo político, porém, nunca foi coeso; nele sempre existiram tensões entre a nobreza dos títulos e a do mérito, por muito que o marquês de Penalva, em a *Dissertação a favor da monarquia* (1799), procurasse defender um ideal de nobreza onde a *honra* estivesse aliada à *educação*. Isso, de facto, só sucedeu em casos excepcionais (confirmadores da regra), razão por que a Corte de Queluz acabou por fenecer sem glória com a crescente afirmação do liberalismo. «Abandonado» pelos monarcas constitucionais, mais sensíveis à ambiência romântica do Palácio da Pena (tão distante da artificialidade dos *parterres* rococó, conquanto também ela fosse outra forma de construção da ideia de natureza), o Palácio de Queluz transformou-se numa mansão real semi-abandonada que quase chegou à ruína. Quando recuperou parte do brilho de outrora, após sucessivas obras de restauro realizadas ao longo do século XX (as quais ainda decorrem), era já um monumento nacional, como o Castelo de São Jorge ou o Mosteiro dos Jerónimos; ou seja, mero testemunho de um passado distante.

A permanência da Baixa pombalina como centro

A Baixa pombalina, pelo contrário, teve um futuro promissor. A regularidade do urbanismo iluminista e a sobriedade clássica, por corresponderem às necessidades práticas e espirituais da nova sociedade liberal, acabaram por se harmonizar com as «Lisboas» oitocentista e novecentista, tornando-se, pelo menos até finais da década de setenta do século passado, no fulcro da vida política, económica e cultural lisboeta. Seria ocioso enumerar todos os grandes acontecimentos da história de Portugal que ali tiveram lugar desde a aclamação do regime vintista (1820) até ao «Verão Quente» (1975), quando no Rossio os manifestantes cantarolavam «força, força, camarada Vasco; nós seremos a muralha de aço» e nas varandas do Terreiro do Paço o almi-

rante Pinheiro de Azevedo procurava acalmar a turba com um nada tranquilizador «o povo é sereno; é só fumaça, é só fumaça.»

Foi nessa Praça do Rossio, sob a copa das árvores (junto ao Nicola), que eu próprio, adolescente de catorze anos, ouvi, no dia da morte de Salazar (27 de Julho de 1970), um amigo do meu pai, nostálgico das velhas glórias republicanas, recitar com ar de gozo os seguintes versos:

*Alma ruim e cruel, que enfim partiste
Tão tarde desta vida descontente
Repousa lá no céu eternamente
E vivamos nós cá na terra sempre tristes.
Se lá no assento etéreo onde subiste,
Memória desta vida se consente,
Não esqueças nunca a lusa gente
A quem maus tratos infligistes.
E se vires que podes compensar
A dor que nos ficou,
Reza a Deus em quem sempre acreditaste,
Que bem cedo te mande acompanhar;
Pela corja de bandidos que criaste.*

Hoje, recordando esse momento, vejo que os poetastros autores das folhas volantes, contendo versos satíricos que circulavam em Lisboa à data da morte de D. José I, ainda sobreviviam e resistiam nos finais dos anos sessenta.

O abandono da Baixapombalina começou no início da década de oitenta, quando as Torres das Amoreiras passaram a dominar a paisagem de Lisboa. Depois, muitos centros comerciais e hipermercados surgiram, recheados de colunas e capitéis que não sustentam nada, adornados com pseudo-esculturas/lagos/repuxos e luxuriantes jardins de plástico. Tudo isso tem algo de rococó, numa sociedade que criou novas formas de cortesia, como se constata nos vários escândalos que abalam Portugal neste ano da graça de 2003.

De súbito, a artificialidade do «mundanismo» de Queluz parece ter voltado a estar na moda.

¹ Vide Fernando Castelo-Branco, *Lisboa seiscentista*, Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 3ª ed., Lisboa 1969, p. 39.

- ² Vide Miguel Cervantes, *Los trabajos de Persiles y Sigismunda* (1616), citado por Fernando Castelo-Branco, *Lisboa seiscentista*, p. 31.
- ³ Vide Richard Goy, *Venice. The city and its architecture*, Ed. Phaidon, Londres 1997, p. 62.
- ⁴ Vide *Plano que Sua Majestade mandou remeter ao Duque Regedor...*
- ⁵ Em 16 de Maio de 1703, Pedro o Grande enterrou uma baioneta no chão e declarou solenemente: «*Aquí nascerá uma cidade.*» Assim surgiu, na inóspita ilha de Hares, uma capital que o seu fundador desejava transformar numa «janela virada à Europa», símbolo da nova Rússia que perdera o tradicional carácter moscovita. Algo parecido aconteceu com George Washington num lugar despovoado situado nas imediações da sua propriedade de Mount Vernon, onde o major francês Pierre Charles L'Enfant pôde construir uma «*cidade de magníficas distâncias.*» As cidades do Neva e do Potomac possuem planos urbanísticos iluministas que se definem pelo seu rigoroso geometrismo, à semelhança do que sucede com a Baixa pombalina.
- ⁶ Vide Camilo Castelo Branco, *Perfil do marquês de Pombal*, Ed. Porto Editora, 7 ed., Porto 1981, pp. 230-233; Vide Simão José da Luz Soriano, *História do reinado de el-rei D. José e da administração do marquês de Pombal*, Ed. Tipografia Universal, 2 vols., Lisboa 1867, vol. I, p. 451.
- ⁷ Vide D. Luís da Cunha, *Testamento Político*, Ed. Seara Nova, col. Cadernos da Seara Nova – Biblioteca do século XVIII, Lisboa 1943, p. 33.
- ⁸ Vide Cardeal Richelieu, *Testament politique*, Ed. Centre de Philosophie politique et juridique de l'Université de Caen, col. Bibliothèque de philosophie politique et juridique – textes et documents, Caen s.d., pp. 199-200.
- ⁹ Mandou [D. José I] juntamente aos secretários de estado, que estivessem prontos nas secretarias em horas determinadas, para ouvir as partes, e lhes atender aos seus requerimentos. [...] E para que nisto não houvesse falta, nem detrimento nos pretendentes, partia todos os dias de Lisboa em um grande barco (franco para os passageiros) destinado para o pretendentes que lhe quisessem falar, a ele ou aos seus ministros, quando se estava divertindo na caça em Salvaterra, e com o mesmo destino partia outro barco de Salvaterra para Lisboa enquanto lá se demorava a corte.» In Frei Pedro José Esteves, *Princípios e progressos do recto, justo, benévolo e magnífico governo do Senhor D. José rei de Portugal*, manuscrito da Biblioteca Pública de Évora, Cod. CVII/1-17, n.º 2
- ¹⁰ Caracteriza o reinado de D. Maria I a suavidade com que esta soberana governou, provendo, acima de tudo ao bem-estar dos seus vassallos, e dos seus vassallos mais protegidos da fortuna. [...] Enfim, o governo transacto tornara D. José tão impopular que, em 1770, o Marquês de Pombal, no receio de algum desacato, determinara que as audiências reais passassem a realizar-se com todas as cautelas: o Rei estava separado do público por uma grade e as prescrições relativas às pessoas que poderiam entrar na sala de audiências eram tantas que se pode dizer que estas haviam acabado. A Rainha D. Maria I restaurou a antiga usança das audiências gerais do Povo: efectuaram-se, primeiro, às terças de manhã, e, depois, às terças e quintas-feiras. Toda a gente era admitida a elas, estabelecendo-se assim um grande contacto entre o monarca e a classe popular; e conta José Bonifácio – «quanto mais humildes e desvalidos eram os que pediam audiência, com tanto maior gosto a Rainha ouvia as suas petições e respondia aos seus queixumes.» in Caetano Beirão, *D. Maria I (1777-1792). Subsídios para a revisão da história do seu reinado*, Ed. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa 1944, pp. 139-140.
- ¹¹ Vide Hélène Himelfarb, «Versailles fonctions et légendes», in *Les lieux de mémoire de La Nation*, Ed. Éditions Gallimard, direcção de Pierre Nora, Paris 1986, vol. II, pp. 240-241.
- ¹² Vide José-Augusto França, *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, ed. Bertrand Editora, 3ª ed., Venda Nova 1987, p. 279.
- ¹³ Vide Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, Ed. Círculo de Leitores, col. Clássicos da Língua Portuguesa, Lisboa 1981, pp. 223-235.
- ¹⁴ Vide Montesquieu, *De l'Esprit des Lois*, caps. II, III e VII.
- ¹⁵ António Teles da Silva Caminha e Meneses (1.º marquês de Resende), «Descrição e recordações históricas do paço e quinta de Queluz», in *Panorama*, vols. XI, XII e XIV, Lisboa 1854-1857.
- ¹⁶ No caso da nobreza portuguesa do século XVIII, a antiguidade dos títulos era em muitos casos um mito. Com efeito, as grandes casas nobiliárquicas quinhentistas, rivais da Casa de Bragança, desapareceram após a Restauração, «por permanecerem fiéis aos Áustrias ou de tal serem vindo a ser acusadas». In Nuno Gonçalo Monteiro, «Monarquia, poderes locais e corpos intermédios no Portugal moderno (séculos XVII e XVIII)», in *Centralização e descentralização na Península Ibérica*, Ed. Câmara Municipal de Cascais, Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Cascais 1998, vol. 2.º, p. 120.
- ¹⁷ Vide Norberto Bobbio; Maurizio Viroli, *Diálogo en torno a la república*, Ed. Tusquets Editores, col. Kriterion, n.º 8, Barcelona 2002, pp. 30-31.
- ¹⁸ Vide Max Weber, «Le métier et la vocation d'homme politique», in *Le savant et la politique*, Ed. Plon, col. Bibliothèques 10/18, n.º 134, Paris 1997, p. 132.
- ¹⁹ Vide Philippe Nemo, *Histoire des idées politiques aux Temps modernes et contemporains*, Ed. Presses Universitaires de France, col. Quadrige, n.º 383, Paris 2002, pp. 1013-1016.
- ²⁰ Vide Quentin Skinner, *L'artiste en philosophe politique. Ambrogio Lorenzetti et le Bon Gouvernement*, Raisons d'Agir Éditions, col. Cours et Travaux, Paris 2003, pp. 13-52.
- ²¹ Vide *Mémoires complets et authentiques du duc de Saint-Simon*, Ed. Librairie de L. Hachette et Cie, coligadas por Chérueil, revistas por Saint-Beuve, Paris 1856, tomo II, p. 321.
- ²² Vide *Mémoires complets et authentiques du duc de Saint-Simon*, Ed. Librairie de L. Hachette et Cie, coligadas por Chérueil, revistas por Saint-Beuve, Paris 1856, tomo II, pp. 188-189.
- ²³ Vide *Mémoires complets et authentiques du duc de Saint-Simon*, Ed. Librairie de L. Hachette et Cie, coligadas por Chérueil, revistas por Saint-Beuve, Paris 1856, tomo II, p. 224.
- ²⁴ Vide Norbert Elias, *A sociedade de corte*, Ed. Editorial Estampa, col. Nova História, n.º 19, 2.ª ed., Lisboa 1995, p. 42.
- ²⁵ Leia-se o Livro III, intitulado *Les Moeurs et les Caractères*.
- ²⁶ Vide Bernard Hours, *Louis XV et sa Cour: Le roi, l'étiquette et le courtisan*, Ed. Presses Universitaires de France, col. Le noeuud gordien, Paris 2002, pp. 15-76.
- ²⁷ In M. – J. M. P. F. R., *Pernicioso poder dos perversos validos e conselheiros dos reis destruído pela Constituição*, Ed. Imprensa da Universidade, Coimbra 1821, p. 4.

O Palácio dos Carvalhos da Rua Formosa

*António Miranda
Helena Pinto Janeiro*

PRETENDE A PRESENTE NOTÍCIA BREVE DAR CONHECIMENTO das recentes descobertas efectuadas no palácio dos Carvalhos da Rua Formosa, ou Pombal como é mais conhecido, que era cabeça de um vínculo denominado Morgado da Rua Formosa.

A recuperação em curso, uma intervenção de consolidação com carácter de urgência, iniciada em Dezembro de 2002, numa primeira fase teve como objectivo principal travar o risco de derrocada do edifício, já que a fachada tardoz ameaçava desmoronar-se. Paralelamente, procedeu-se à reconstrução da cobertura e realizou-se uma série de sondagens pontuais em todo o edifício. Trabalhos estes que fizeram aparecer elementos até agora desconhecidos.

O edifício que actualmente identificamos como Palácio Pombal, propriedade municipal, objecto da presente notícia, é apenas parte de um extenso conjunto palaciano hoje amputado e na posse de diversas entidades.

O palácio primevo, de fundação seiscentista, terá sido levantado em estilo chão por Sebastião de Carvalho e Melo, avô do futuro Marquês de Pombal. No seu apogeu, na segunda metade do século XVIII, apresentava uma extensa implantação em L, constituindo-se em quatro núcleos edificadas que se articulavam com um cenográfico jardim em patamares.

Na parte edificada a norte, junto à Rua da Academia das Ciências, e cavaleriças anexas instalaram-se, no século XX, os escritórios de uma unidade fabril, a Cometna, cuja fábrica cresceu no patamar inferior do jardim. Apesar de muito transformado, este núcleo mantém algumas salas abobadadas e parte significativa da monumental cozinha do palácio. Integra actualmente a Escola Superior de Dança. A partir deste corpo estabelecia-se a ligação às hortas, no lado oposto da rua. Um pequeno aqueduto e uma casa de fresco-passadiço galgam a Rua da Academia das Ciências. Esta última assegurava a ligação aos terraços sobre edifícios de apoio de onde se contemplavam as



Palácio dos Carvalhos. Fachada Principal vista de frente. Fotografia da Unidade de Projecto do Bairro Alto e da Bica



hortas, terrenos em que se ergueu um condomínio privado.

Dobrando a esquina para a Rua do Século, um segundo núcleo, o edifício de menores dimensões, hoje propriedade particular e atelier de arquitectura. Dele parte a extensa fachada principal que, acompanhando a ligeira inflexão da Rua do Século, abrangia dois outros núcleos, até ao Palácio Lançada, mais a sul. O corpo extremo foi sacrificado nos inícios de noventa para dar lugar ao edifício do jornal *O Século*. O que subsiste corresponde à parte central e principal do palácio, na posse do município desde 1968. Apresenta três pisos, sendo um em cave, que devido ao desnível topográfico, corresponde ao andar térreo para tardo, por onde se acede ao primeiro patamar do jardim. Neste núcleo se pode ainda observar, entre outros elementos decorativos, magníficos estuques relevados rococó e um notável conjunto de silhares de azulejos dos séculos XVII e XVIII, alguns de proveniência desconhecida.

Um pátio interior de razoáveis dimensões, escondido por detrás da fachada-cenário onde

Palácio dos Carvalhos. Fachada Principal vista do ângulo da Rua do Século. Fotografia da Unidade de Projecto do Bairro Alto e da Bica

Palácio dos Carvalhos.
Lambril de azulejo com panóplia
de armas da Sala Azul.
Fotografia da Unidade de Projecto
do Bairro Alto e da Bica



se rasgam os portões monumentais de acesso ao palácio, une os três núcleos que chegaram até nós.

Os jardins em degraus, a tardo, estabeleciam ligação visual com as cercas dos conventos de Jesus e dos Paulistas e os jardins do Palácio Lançada, possibilitando uma magnífica vista sobre os campos e o Tejo.

Uma lápide na fachada principal indica ter sido no palácio que nasceu o futuro marquês, em 13 de Maio de 1699. Contudo, Francisco Santana (Revista Municipal, 1985) aventa a hipótese deste nascimento se ter registado em Alcântara, numa casa ao fundo da Travessa da Fiúza. O baptismo é que está documentado como tendo sido realizado, em 6 de Junho de 1699, na antiga Igreja da Mercês da Rua Formosa, cujo padroado pertencia à família. No palácio o marquês terá passado grande parte da sua infância e juventude.

Por razões de família ou profissionais, as estadas de Carvalho e Melo no palácio foram muito

alternadas. Também o terramoto de 1755 o terá levado a abandonar o palácio e durante os anos seguintes assistiu-se às campanhas de obras para a recuperação e engrandecimento do imóvel. Até à morte, em 1859, do 5.º marquês, Manuel José de Carvalho Melo Daun Albuquerque Sousa e Lorena, o edifício será a residência preferida, em Lisboa, dos Pombal. Depois, assistimos às primeiras partilhas do palácio. Contudo, é a partir de 1906 que se desmembra efectivamente o conjunto edificado. José Rodrigues Sanches, carvoeiro, adquire o corpo de esquina (actual atelier de arquitectura e restaurante); Alfredo Alves & Filhos adquire o núcleo junto à Academia das Ciências, o pátio, parte dos jardins e hortas, onde mais tarde se irá instalar a Cometna e, por último, em 1921, José da Silva Graça, proprietário e director do jornal *O Século*, instalado no contíguo Palácio dos Viscondes de Lançada, compra o corpo sul do palácio que será demolido para ampliação das instalações do jornal. A posse



Escadaria Nobre. Fotografia de José Barbosa



Palácio dos Carvalhos. Sala azul.
Fotografia de José Barbosa

do núcleo principal do palácio mantinha-se, no entanto, num descendente da família, a quem a Câmara Municipal adquiriu o edifício em 1968.

Independentemente dos estragos que o terramoto de 1755 possa ter provocado no palácio, é a ascensão na hierarquia do Estado que vai levar Sebastião José a fazer obras de engrandecimento na casa de família.

O reconhecimento régio pelo estadista elevá-lo-á a conde, em 1759, o que se terá reflectido

no início da campanha de obras, como parece indiciar a pedra de armas aposta na fachada que abre para a Rua da Academia das Ciências, e a elevação a marquês em 1769. É depois desta data que parecem datar as obras mais significativas de engrandecimento do palácio, com as sumptuosas decorações de estuque, ao gosto rococó, do artista milanês João Grossi, de temática mitológica (Salão de Baile, Sala Verde e Escadaria), ou vegetalistas e estilizadas (Salas Rosa e Azul) que desmaterializam a espacialidade.

Uma pequena capela-oratório, ricamente decorada com moldurações rococó que envolvem medalhões relevados de temática religiosa atribuídos ao mesmo estucador, é então construída truncando o espaço outrora pertencente a um amplo salão seiscentista de tecto em caixotão de madeira pintada. Há notícia da existência de um oratório em 1754, mas não nos parece tratar-se do mesmo, dado existir um vão de janela de peito na cobertura que abria para o exterior e que está entaipado desde a segunda metade de setecentos, tendo recebido um medalhão de estuque. Uma intervenção de oitocentos subdividiu ainda mais esta área pelo que se perdeu a leitura precisa da sua fisionomia ao tempo do marquês. Graças à intervenção de reorganização da cobertura foi posta a descoberto parte significativa da decoração pictórica do tecto pré-terramoto. Trata-se de um conjunto de tábuas pintadas, datadas de finais do século XVII, que se pretende venha a ser restaurado e recolocado *in situ*. Apesar de incompleto apresenta uma interessante composição pictórica. No painel principal, reduzido a pouco menos de metade da primitiva composição, dois *putti* vestidos de índios com saiote e cocar de penas enquadram uma cartela onde sobressai uma cabeça de oriental (?) com turbante vermelho e longos bigodes loiros.

No jardim as obras de embelezamento criaram jogos de circulações muito particulares, já que o acesso ao patamar inferior se fazia, em parte, através de túneis sob as duas casas de

Palácio dos Carvalhos. Pormenor da pintura em tábuas de madeira de um tecto do século XVII, descoberto durante os trabalhos. Fotografia da Unidade de Projecto do Bairro Alto e da Bica



fresco criadas à semelhança de pagodes chineses que enquadravam lateralmente o patamar superior. Fontes e mirantes contribuíam para animar o espaço. Na plataforma superior destaca-se o lago central, em forma de caderna de crescentes, cujo repuxo simbolizava uma estrela de oito pontas, o que remetia para o escudo da família dos Carvalhos. A norte, uma fonte com nereide cavalcando um golfinho é enquadrada por uma construção em forma de arco, onde se inscrevia um medalhão representando a face de Neptuno, corado por dois bustos de terracota, adossado a uma parede. Idêntica construção repete-se no lado oposto, em arco-mirante. Os alegretes foram revestidos por painéis de azulejos figurativos a azul envolvidos por sóbrios concheados, atribuídos à Fábrica do Rato e datáveis entre 1771 e 1774.

No patamar inferior, sob a plataforma, numa casa de fresco um golfinho jorra água.

A fachada-cenário, entrada nobre por excelência, talvez segundo risco de Carlos Mardel, ostenta pedra de armas de marquês sobre o vão de janela de sacada de cantaria mais elaborada, rasgado a eixo entre os dois grandes portais de espessas molduras arredondadas. Pelo lado sul acedia-se à entrada principal do palácio que conduzia, lateralmente, à escadaria de aparato que levava ao andar nobre, e, em frente, ao pátio, no fundo do qual existiam as cavalariças, saindo-se pelo portão a norte.

Em paralelo, Carlos Mardel desenvolveu uma cenográfica operação urbanística fronteira ao palácio, com o fim de engrandecer a envolvente. Um jogo barroco de linhas curvas e rectas permitiu o alargamento de parte da estreita Rua Formosa com a criação de duas meias-laranjas, tendencialmente simétricas. Numa, frente à entrada nobre do palácio, foi erguido o delicado chafariz, enquanto na outra se rasgavam elabo-



Pormenor do tecto da escadaria nobre. Fotografia da Unidade de Projecto do Bairro Alto e da Bica

rados portais de acesso a cavaliças (?). Entre ambas e vencendo a rampa dos Caetanos, eram levantados alguns edifícios de rendimento.

O edifício camarário que chegou aos nossos dias é, pois, o resultado de um acumular de transformações várias ao longo dos tempos. Por um lado somos confrontados com mudanças de atitude face ao estar e ao gosto, que se reflectem no viver o espaço. Uma catástrofe, o terramoto de 1755, leva igualmente a obras de remodelação. Por outro lado, a venda e o aluguer da propriedade em fracções vai criar uma nova espacialidade, dando origem a subdivisões e tornando estanques espaços outrora ligados.

No primeiro caso, estão as intervenções conhecidas realizadas por Sebastião José Carvalho e Melo que mantém a lógica do aparato barroco.

Depois, os amplos espaços vão ser alterados por um novo sentido de intimidade burguesa. Subdividem-se salões, criam-se corredores. O novo espírito terá dado origem a uma campanha de

obras, provavelmente do fim do primeiro quartel do século XIX, como parecem indiciar as pinturas neoclassicistas de algumas das salas do rés-do-chão.

Alterado o seu uso original de residência palaciana unifamiliar, a adaptação a novas funções, com a manutenção de habitação no piso térreo e na cave, e a instalação de serviços no andar nobre e sótão, teve os seus custos que se reflectiram numa nova compartimentação, introduzindo cortes nas circulações e espaços.

O levantamento e remodelação da cobertura tornaram legíveis algumas das principais transformações introduzidas no andar nobre que nos finais de seiscentos apresentava uma sucessão de três grandes salões abertos à Rua Formosa, cujos tectos de caixotão deveriam ser todos de madeira pintada, e, muito provavelmente, se abria em U para o jardim a poente, para onde abria o grande salão que corresponde ao actual salão nobre, a sul, e a entrada principal, sobre a cozinha, a norte.

Ao nível do rés-do-chão, uma sondagem junto à escada de cantaria que leva deste piso à cave, permitiu reconhecer uma escada, de configuração helicoidal, que identificamos como sendo de meados do século XIX. A presença desta escada obrigou a repensar todo o sistema de circulações que partindo da cozinha, na cave (piso térreo do nível do jardim), levava ao piso térreo, ao andar nobre e ao sótão onde, também em oitocentos, haviam sido construídas instalações para a criadagem. Esta circulação permitia percorrer todo o edifício na vertical, estabelecendo ligação a corredores entretanto criados, sem passar pelas áreas nobres.

Quando se dá a separação física entre os diferentes pisos, nos inícios do século XX, no rés-do-chão e na cave mantinha-se a função habitacional, (estava alugado ao maestro Luís de Freitas Branco, e só a partir de 1986, será cedida, a título precário, à Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas que aí permaneceu até 2002), enquanto no piso nobre se instalavam sucessivas instituições (a Confederação Geral do Trabalho, em 1913, a que se seguiu a Legação Alemã, e depois a Casa da Madeira, que aí se permaneceu de 1927 a 2002), foi cortada a ligação da referida escada que foi emparedada.

A portaprincipal de acesso ao palácio, emparedada pelo interior desde de inícios de novecentos, voltou agora a estar à vista, revelando um sistema de ferragens inalterado e em bom estado de conservação.

No corpo sul que ligava ao corpo demolido, o último vão de janela de peito deu origem a uma porta, o que obrigou a uma série de transformações interiores que descaracterizaram toda a área. Foi rasgada uma escada, de fraca qualidade arquitectónica, de modo a permitir um acesso directo ao piso nobre. Esta solução criou uma ruptura em duas pequenas salas sete-oitocentistas que ficaram unidas e parcialmente esventradas. No piso térreo fazia desaparecer parte de

um sistema de circulação secundária, feita por escadas de cantaria, que ligavam a cave ao piso térreo e daqui seguiriam para o andar nobre por uma outra escada de madeira, que foram emparedadas e entulhadas. Foi possível, agora, pôr a descoberto a quase totalidade destas escadas (apenas desapareceu parte de um patamar de cantaria) e, talvez, num futuro próximo se reponha a circulação primitiva.

Com a recuperação do corpo do palácio de propriedade camarária, estão a ser restabelecidos ligações e elos escondidos. Pretende agora criar-se uma lógica que permita conciliar as diversas intervenções cronológicas, que com critério e algum bom senso possam contribuir como uma mais-valia futura neste património que é de todos.

EMPREITADA DE CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL

DONO DA OBRA

Câmara Municipal de Lisboa – Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana – Departamento de Reabilitação e Gestão das Unidades de Projecto – Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica.

DESIGNAÇÃO DA OBRA

Empreitada n.º 5/2002/GLBA – Reabilitação Estrutural do Palácio Pombal.

VALOR DA OBRA

726.999,21€ + 75.998,20 (1.º adicional).

INÍCIO DOS TRABALHOS

12 de Dezembro de 2002.

CONCLUSÃO PREVISTA

4 de Dezembro 2003.

FISCALIZAÇÃO

Unidade de Projecto Bairro Alto e Bica.

PROJECTISTA

A2P – Eng.º João Appleton.

EMPREITEIRO

ENGIL, Sociedade de Construção Civil, S. A.

Colaboração de

Mural da História – Restauro de Pintura Mural, Lda. (intervenção de consolidação e escoramento de estuques e pinturas parietais).

K4 – Conservação e restauro, Lda. (acondicionamento de fragmentos de tecto policromo sobre madeira).

OUTRAS COLABORAÇÕES

Museu da Cidade – Divisão de Museus e Palácios da CML:

equipa de Arqueologia; equipa de Azulejaria; equipa de Museografia; equipa de Conservação e Restauro.

CONSERVAÇÃO E RESTAURO

A. Ludgero Castro, Lda – sondagens de policromia, consolidação, conservação e restauro dos estuques decorativos da capela e tecto da escadaria principal. Conceição de Almada Gil Borja e Menezes – consolidação, conservação e restauro dos estuques de paredes e tectos da entrada principal.

A Razão na Selva: Pombal e a reforma urbana da Amazónia

R e n a t a A r a ú j o

DESDE A GRÉCIA, PELO MENOS, QUE A IDEIA FÍSICA da cidade comporta dois aspectos de que até hoje somos herdeiros. Por um lado, a cidade é o lugar da ordem social e política, é o espaço da convivência social por excelência e é o lugar da representação e do exercício do poder. Por outro lado, a cidade é também o pólo hierárquico de organização do território, é o centro a partir de onde se estabelece o controlo das áreas circundantes. Mais que isso, é o centro a partir de onde se identificam as relações com estas mesmas áreas.

A cidade, demarcada, ou não, pelas suas muralhas, é, desde os seus primórdios, o espaço que se distingue do outro espaço, não urbanizado, da natureza. Esta, por sua vez, define-se pela sua relação com a cidade. Contígua ao núcleo, ou em relação directa com este, está o campo, a natureza domesticada, tratada, a natureza cultivada, no duplo sentido da palavra. O campo partilha com a cidade a condição de espaço de cultura. O campo é, neste sentido, parte da cidade, a parte que a alimenta e a sustenta, mas também a parte que está submetida ao seu poder. Fora deste binómio fica a natureza literalmente «inculta» da selva.

Nos dois extremos opostos, a cidade e a selva representam a antítese radical uma da outra. Filha dos homens e da sociedade, a cidade é o lugar da racionalidade e da ordem, enquanto a selva, espaço das feras, é o lugar da animalidade e da desordem dos elementos. Essa imagem, que é ao mesmo tempo contraditória e identitária, acompanhou desde sempre a própria ideia da cidade, que em boa parte se definiu a si mesma por esta oposição essencial. A cidade é o símbolo máximo do triunfo do homem sobre a natureza. O espaço urbano e periurbano da cidade e do campo cultivado e habitado representam o domínio do homem. A selva é o domínio da besta. Ao longo da história, um e outro mundos se interpenetraram e os homens, progressivamente, procuraram domesticar a selva, que permaneceu,

no entanto, no seu imaginário, como o terrífico lugar da negação da razão.

Quando as suas florestas já se tinham convertido em bosques e continuavam assustadoras apenas nos contos que se contavam de pais para filhos, a Europa reencontrou a(s) selva(s) no «Novo Mundo» e, naturalmente, projectou para ali os seus mitos e medos.

Cremos não estar a exagerar ao dizer que no imaginário de praticamente todo o mundo a Amazónia é a selva das selvas, é «a selva» por antonomásia. Se esta imagem perdura ainda hoje, quando podemos cruzar a floresta por avião ou vislumbrá-la a partir de satélites, mal podemos intuir a força que terá tido para os «descobridores» do século XVI, que se deparavam ali com a reencarnação da selva mítica.

Para aquele denso emaranhado de árvores que parecia não ter fim, pois por mais que se adentrasse nele não terminava nunca, os europeus transferiram os mais variados tipos de projecções imaginárias. Umaseeram francamente positivas, na medida em que, em parte, viam-no como o lugar das suas realizações mais gloriosas, onde sonhavam encontrar a fama da conquista e a fortuna dos muitos Eldorados que para ali se projectaram.

Mas havia também o outro lado, profundamente negativo e terrífico que a selva representava, com as suas perigosas feras, que eram ainda mais assustadoras porque desconhecidas. Os próprios habitantes, os índios, não se sabia em que categoria os incluir, se entre os homens ou entre as bestas. E é interessante que o nome da Amazônia tenha tido origem na mais dúbia das projecções imaginárias dos descobridores que pensaram ver nos guerreiros índios a reencarnação das míticas mulheres descritas por Homero. O que nos deixa sem saber se para os homens do século XVI isto era um dado de identificação cultural positivo ou, ao contrário, a projecção do pior dos terrores, o de um mundo dominado por mulheres...



Na verdade, e para além dos mitos, a penetração na região Amazónica implicava efectivamente uma série de dificuldades que as características da paisagem e do clima de facto agravavam. No entanto, a par da densa vegetação da floresta, a grande marca da região é o rio. Um rio que se vislumbrou desde sempre como mais do que um rio, não só pela imediata consciência da sua dimensão superlativa, em que se deve juntar à grandeza do próprio rio Amazonas as dos seus afluentes, como porque este(s) rio(s) representava(m) o(s) caminho(s) de entrada na região.

Com efeito, o(s) rio(s) e a selva desdobram-se numa relação de correspondência e contraste no imaginário da Amazônia. Enquanto a selva é, por sua própria natureza, o espaço de sustentação do mistério da região, o rio é, ao mesmo tempo, parte e fronteira deste mistério, é o espelho onde se reflectem os segredos da floresta mas é também a principal via de acesso aos seus tesouros. Especialmente para o mais brilhante deles, o ouro. E aqui cabe notar que a par com o sonho de encontrar a mítica cidade dourada

Mapa do Rio das Amazonas c. 1758.
Inventário Cartográfico da Casa da Insua

perdida algures no meio da mata, a conquista do rio Amazonas significava também, e para além disso, a hipótese de um acesso possível ao ouro e a prata bem menos fantasiosos das regiões andinas. A entidade geográfica do rio Amazonas e o peso imediato que este teve na cartografia do século XVI é indissociável desta sua visão como uma espécie de eixo de penetração no interior do continente sul-americano e, consequentemente, como via de ligação possível com o Peru. Neste sentido, o rio é desde logo visto como uma estrada virtual, que daria o domínio da região a quem dele se apossasse. O que não se revelou fácil, pelo menos ao longo do século XVI, quando todas as tentativas de penetração na região, realizadas quer por portugueses quer por espanhóis, redundaram em fracassos, convertendo-se na sua maioria em relatos trágicos que uma vez mais reforçavam a imagem mítica da selva e dos seus perigos.

Belém, base para a expansão colonial no Amazonas

É só com a fundação de Belém, em 1616, que se dá início ao processo efectivo de ocupação colonial da Amazônia. Implantada na foz do grande rio, a vila marcava, literalmente, a base da expansão, que tinha no rio o seu eixo natural. Não é pois, por acaso, que o relato da expedição de fundação da cidade intitulava-se «Relação do que há no grande rio das Amazonas, novamente descoberto», assumindo assim que o controlo da foz visava implicitamente o controlo do rio e da região. Em 1639, um segundo passo significativo é dado com a famosa expedição realizada pelo capitão Pedro Teixeira que, em viagem pelo rio Amazonas, tinha conseguido alcançar Quito. Na volta da expedição o capitão fundou, em nome de Portugal, uma nova vila num dos afluentes mais ocidentais do Amazonas, significativamente identificado por ele como o Rio do Ouro. A vila

Igreja e Praça das Mercês em Belém do Pará, c. 1783, desenho de Joaquim José Codina





não se iria desenvolver, mas o gesto do explorador deixava estabelecido, no interior profundo da Amazônia, o outro marco que se contrapunha à fundação de Belém, concretizando a ideia do domínio virtual da estrada do rio Amazonas. Domínio este que se impunha, sobretudo, em relação aos espanhóis.

No entanto, este espaço de domínio, pré-marcado pelos colonizadores, estava ocupado. E os seus ocupantes e reais possuidores, os índios, resistiram naturalmente aos invasores. Nos conflitos que se seguem entre os nativos e os colonos, o poder especificamente sobre o índio assumiu-se, na mentalidade do colonizador, como a única possibilidade de domínio real sobre o território. Mais do que isto, o índio é convertido no motor da economia regional, que se fundamenta na escravização do gentio. E é no contexto desta disputa de poder, deslocada já do domínio das terras para o domínio das gentes, que se situam as grandes tensões entre os colonos e os missionários, que vão marcar todo o primeiro século da colonização e que são especialmente significativas na definição do quadro regional.

Como se sabe, a continuidade da ocupação do interior da Amazônia foi feita, inicialmente, através da acção dos missionários a quem cabia, em tese, a árdua e nobre tarefa da cristianização dos nativos. Jesuítas, franciscanos, carmelitas e mercedários foram distribuídos ao longo do rio

e dos seus afluentes, em áreas separadas e predefinidas de actuação, funcionando como uma espécie de frente avançada da colonização. Mas a par da conversão dos índios à fé cristã, o que se lhes pedia, em última análise, era que domassem os «selvagens» habitantes da terra, que eram ansiosamente esperados pelos colonos para os escravizar.

O papel da missionação

Pode dizer-se que as missões não descuraram de modo algum a tarefa colonizadora que lhes foi imposta. Fundaram vários aldeamentos e realizaram a conversão desejada de boa parte da população nativa. Negavam-se entretanto a cumprir a tarefa de fornecedores de escravos, com o que passaram a ter de suportar as alegações dos colonos que os indigitavam como sonegadores da mão-de-obra por eles esperada, em função de a quererem utilizar apenas em proveito particular das missões.

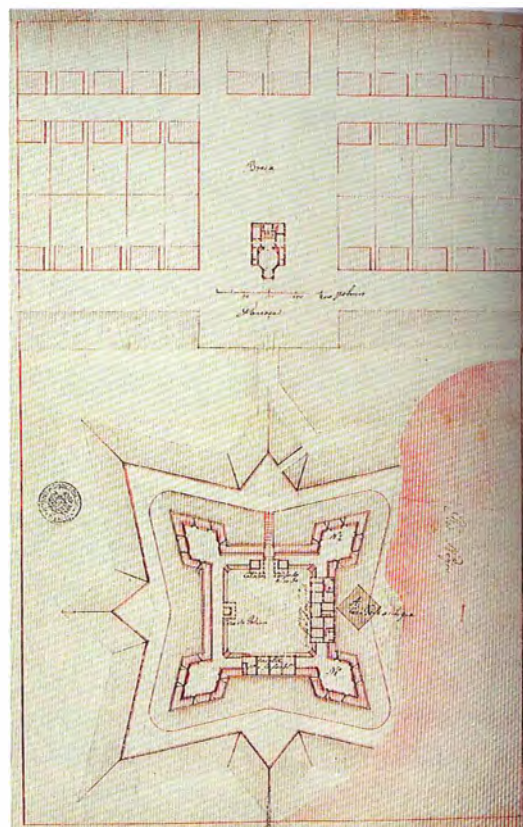
Este conflito latente entre todos os grupos sociais, colonos, missionários e índios (incluindo entre estes os «mansos» e os «bravos»), perpassa todo o primeiro século da ocupação e define um quadro regional que se mantém profundamente marcado pela insegurança e pela violência. Quadro este que é agravado ainda não só pela fragilidade da economia, que se baseava quase que unicamente na extracção das ditas «drogas do sertão», como também pelas dificuldades em

Prospeto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará 1784. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

lidar com algumas das características regionais, sobretudo os factores de ordem climática e a sua relação com os problemas de saúde. A pobreza era generalizada e as epidemias constantes, dizimando sazonalmente a população. Neste sentido, mantinha-se de certo modo o estigma das dificuldades impostas pela «selva», que permanecia, mesmo no imaginário do colonizador, como uma espécie de fronteira interna à sua própria presença.

Até a primeira metade do século XVIII a ocupação da Amazónia portuguesa sintetizava-se nos seguintes números: uma cidade, Belém (1616); quatro vilas, Vila Souza do Caeté (1634), Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá (1637), Gurupá (1637) e Nossa Senhora de Nazaré da Vigia (1693); oito fortificações, três em Belém, Forte do Presépio (1616), Fortim de São Pedro Nolasco (1665), Fortaleza da Barra (1685) e cinco fora da cidade, o Forte de Gurupá (1623), o Forte do Desterro (1638), o Forte de Araguari (1660), a Fortaleza de São José do Rio Negro (1669) e o Forte dos Pauxis (1698); mais cerca de setenta estabelecimentos missionários entre aldeamentos de índios convertidos e fazendas das missões. Praticamente todos estes núcleos estabeleceram-se nas margens dos rios, usando-os como meio de comunicação privilegiada. As vilas concentravam-se na região da foz do Amazonas e as fortalezas e aldeamentos missionários marcavam a ocupação do interior.

Este quadro geográfico e estatístico tem para nós um significado especial, na medida em que define um contraste significativo entre as vilas onde viviam os colonos e os aldeamentos fundados pelos missionários no interior. Na base deste contraste estava o estatuto de certo modo dúbio que os aldeamentos missionários tinham, pois a sua identificação não correspondia à mesma imagem para cada um dos grupos envolvidos. Aos olhos dos colonos, as aldeias não passavam de redutos de amansamento dos «selvagens»,



quando não eram simplesmente vistas como uma espécie de reserva de escravos, enquanto quer para os missionários, quer para os índios, não eram seguramente isto, mas também não eram vilas, uma vez que pretendiam, de facto, ser diferentes delas.

As reformas pombalinas na Amazónia

É sobre este quadro regional, assim genericamente descrito, que vai incidir a acção pombalina na Amazónia. Em Setembro de 1751 chegava a Belém o irmão do marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vinha como governador da Capitania do Grão-Pará e como plenipotenciário das Demarcações. Vinha

também imbuído de um projecto «reformador» da região.

Os antecedentes próximos da sua nomeação remetem, naturalmente, para conjuntura dos tratados de limites assinados com a coroa espanhola. Não cabe aqui retomar o contexto específico das negociações do Tratado de Madrid, que foram conduzidas por Alexandre de Gusmão ainda durante o reinado de D. João V, mas cabe referir que, em última instância, foram elas que garantiram a efectiva posse da Amazónia, ultrapassando em muito a linha virtual de Tordesilhas.

Pode dizer-se que a principal lição das disputas territoriais com os espanhóis foi o surgimento de um novo conceito do território. Conceito este em que se confirmava a posse da terra que não mais se baseasse numa suposição de domínio político mas que se concretizasse de facto pelo poder de intervenção. E era evidente que tal poder precisava estar fundamentado em duas vertentes que se mostravam incontornáveis: o conhecimento concreto da região e a aliança com os seus habitantes naturais. Neste sentido, estes deixariam de ser implicitamente considerados como posse do colonizador, para se tornarem objectos

Imagem de Lisboa. Mapa in *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*



privilegiados de uma renovada noção de conversão, desta vez fundada menos nos critérios religiosos e mais nas virtudes da civilização para a qual se pretendia conquistá-los pela persuasão e aliciamento e não pela força. E é dentro destas duas linhas de acção, conhecimento e persuasão ideológica, que se fundamentou a reforma pombalina da Amazónia, começada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

A coerência do projecto iluminista pombalino de «restaurar» a Amazónia sustentava-se na convicção de que a região, portadora de tantos antecedentes míticos, desde o deslumbre quinhentista do ouro ao ideal do paraíso natural, tivesse entrado em decadência física e moral, que era denunciada pela falta evidente de progresso económico e pelo clima latente de conflitos entre os habitantes naturais e os do reino. Dado que a realidade correspondia a este quadro desolador, o projecto assumia a dimensão não de uma impossível utopia, mas de uma atitude quase revolucionária. Mais ainda porque o que se supunha estar em jogo no quadro político da Amazónia não era simplesmente a sua decadência mas o risco da eventual perda de poder na região. Poder este que era supostamente usurpado pelos missionários.

A reforma era pois, assumidamente, uma situação de disputa de poder, o que a define em termos de uma estratégia política precisa. Esta por sua vez insere-se num contexto ideológico maior, da grande «Reforma do Mundo», pregada pelos ideais iluministas, que advogavam o sair da humanidade da fase das trevas e desconhecimento para a luz do saber. E insere-se também na conjuntura específica do iluminismo português, capitaneado por Pombal, que veicula o discurso da dita reforma fazendo uso de uma linguagem que é em parte de cunho bélico-político, pois dá ao termo «restaurar» o sentido de recuperar para a coroa o seu verdadeiro poder entretanto usurpado, mas que incorpora

também ao termo uma vertente meio messiânica, aproximando o significado da palavra restaurar ao de «ressuscitar», fazendo assim convergir no papel do reformador, o político, o conquistador e o salvador.

No campo da actuação política a reforma fundamentava-se em duas peças-chaves: A Lei da Liberdade dos Índios e a instituição da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A lei que abolia todas as formas de cativeiro dos naturais até então em vigor, foi promulgada em 6 de Junho de 1755, e vinha associada a outro alvará, assinado no dia seguinte, retirando o domínio temporal dos missionários sobre os índios. No mesmo dia 7 de Junho foi também publicado o Alvará régio de confirmação da instituição da Companhia, que tinha sido levado à aprovação no dia anterior. Indissociáveis e definidas num mesmo bloco, estas medidas serão as bases em que se vai sustentar a administração da Amazónia de Pombal.

A liberdade dos índios fazia parte das medidas prioritárias do programa de governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e vinha já determinada nas orientações que trouxera do Reino. Era uma medida realmente importante, tanto no sentido de resolver a disputa de poder com os missionários, como no interesse da preservação das fronteiras definidas nos acordos, que exigiam uma situação pacífica e aliada aos naturais da terra. Embora estivesse determinado a implementar a liberdade, o governador, ciente da grave situação que a medida geraria na colónia, teve de esperar para pô-la em prática. Fê-lo dentro do contexto da criação da Companhia, usando a introdução da escravatura africana como argumento para amainar os ânimos dos colonos.

A Companhia, protegida pelos privilégios do monopólio, obrigar-se-ia ao transporte dos africanos e à sua venda aos lavradores paraenses. A acção concomitante da proibição do cativeiro dos indígenas impunha a interrupção da sua utilização como mão-de-obra. Ao mesmo tempo que

obrigava o investimento nos escravos africanos propostos desferia um rude golpe no poder detido pelos missionários que deixavam de poder manipular a distribuição dos trabalhadores, como até então faziam. Do mesmo modo, a determinação do cessar de todo o seu poder temporal sobre os naturais impedia-os também de manter qualquer tentativa de influência nos próprios índios.

Tal política foi posta em prática, apesar dos protestos que se seguiram à instalação de ambas as medidas. Tanto da parte dos missionários, que se sentiam claramente lesados, como da parte dos colonos, que temiam a novidade pelas dificuldades financeiras que logo de início se lhes apresentavam. Os escravos africanos eram demasiado caros, especialmente para quem até então tinha os índios, enfrentando disputas com os missionários, é certo, mas de graça.

Ainda no campo da actuação política do projecto pombalino inseriam-se as demarcações, para as quais Francisco Xavier de Mendonça Furtado fora designado como plenipotenciário. Assumindo a tarefa de decidir a conformação do território, o reformador encarnava o conquistador. A tarefa que Mendonça Furtado pretendia ver feita pelos técnicos da demarcação no espaço da Amazônia era a conquista do seu conhecimento e não apenas dos seus limites. A terra medida e descrita pelos cartógrafos e engenheiros transformar-se-ia em outra terra que era a apreendida pela reforma. Do conhecimento do território, descodificado em mapas, cartas e plantas, adviria a real possibilidade de domínio e intervenção sobre este. E é a partir desta noção que trabalha a ideia transformadora de Pombal na Amazônia, tanto nas circunstâncias das primeiras demarcações no âmbito do Tratado de Madrid, como no segundo momento, depois da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso.

Assim, embora em qualquer dos casos o encontro entre as equipas demarcadoras jamais se tenha concretizado, os homens das expedições

portuguesas não pararam de trabalhar. Em primeira instância executaram a parte principal da sua tarefa que consistia na construção das fortalezas de defesa externa da região. Montou-se uma linha de defesa ímpar que fiscalizava todos os extremos da expansão amazónica definida pelos fortes de São José de Macapá, no rio Amazonas; São Joaquim, no Rio Branco; São José das Marabitenas e São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro; Tabatinga no Javari e a Fortaleza de Bragança e o Príncipe da Beira já no Guaporé. A cobertura que estas fortificações proporcionavam era por sua vez coadjuvada por outras fortificações no interior como os fortes do Tapajós e de Pauxis, além das outras oriundas já do século anterior.

Mais do que isto, estes mesmos homens foram exaustivamente encarregados de fazer levantamentos cartográficos, de desenhar mapas de rios e de fazer roteiros de navegação e relatos descritivos de trajectos terrestres. A terra foi exaustivamente observada e traduzida em memórias e desenhos. A própria natureza submeteu-se ao exame e à observação minuciosa, tendo sido encomendados álbuns de desenhos com as espécies da fauna e da flora nativas. Começava-se, finalmente, a assumir a selva, a entrar dentro da selva e, de uma vez por todas, a conquistá-la pela razão. Desenhava-se, literalmente, uma nova Amazônia.

O desenho de uma nova Amazônia

Com efeito, na base de toda a acção pombalina da Amazônia está a ideia de um novo «desenho». Desenho este que pode ser lido nos vários sentidos da palavra, uma vez que implicava não só a fixação de fronteiras concretamente demarcadas no espaço, como também visava um outro desígnio, o da transformação do quadro socioeconómico da região, que assim seria «redesenhada» em moldes iluministas. A metáfora do desenho é aliás francamente utilizada nos discursos feitos por vários dos intervenientes no



Imagem de Lisboa. Mapa in *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*

processo. E neste novo desenho da região tem especial relevância o investimento feito na criação urbana, que é aqui entendida tanto no sentido ideológico quanto formal.

Ainda que se tomasse apenas Lisboa como exemplo, seria legítimo dizer que a cidade alcançou com Pombal a escala de veículo de máxima difusão da ideologia de poder. Um poder que se via a si próprio como bem intencionado promotor do «Bem Público» e da «Felicidade dos Povos», e que para tal, numa atitude duplamente didática, concretizara a cidade que se impunha que se fizesse enquanto expunha na própria cidade os

seus méritos. A Lisboa racional e geométrica era a cidade que precisava ser feita sobre os escombros da cidade soterrada. E na cidade que precisava ser feita exaltou-se o fazer da cidade, exaltou-se mais do que isto, o domar do espaço pela razão. O poder ordenador e regulador – e por extensão reformador – e as suas qualidades intrínsecas deviam ficar bem demonstrados na dupla lição da cidade: a prova da capacidade de realização do ministro e a coerência dos seus propósitos.

A cidade pombalina assume assim o discurso político iluminista do Marquês, e a ele empresta, inclusive, os seus símbolos mais duradouros.

A cidade pombalina como um todo recupera a essência da cidade renascentista, no sentido em que novamente se aproxima da idealização da «civitas», da cidade-documento e espelho de cultura. Não diferirá por isso de um movimento mais amplo, inserido no contexto do iluminismo europeu que faz esta aproximação ideológica um pouco por toda a Europa, renovando a conceptualização do espaço urbano enquanto espaço de representação cultural, e fazendo ressurgir, no mesmo contexto, a utopia da cidade como meio de transformação da sociedade.

A cidade pombalina é pois, conceptualmente, um projecto urbano do iluminismo e portanto um discurso do espaço submetido à lógica racional e a conceptualização da cidade enquanto espaço de cultura. No seu vocabulário formal, esta cidade, que já em si «herdara» as formas que da Renascença lhe tinham sido legadas por séculos de uso experimental na urbanização das colónias, vai, uma vez mais, renovar os símbolos e os métodos de tal vocabulário. Estes, valorizados, servirão de veículo ao discurso ideológico. O traçado das ruas é destacado nas suas virtudes racionais e geométricas e a arquitectura de programa e o ideal de padronização das fachadas são valorizados. Enquanto veículo de discurso, a linguagem urbana é objectivada, permitindo ver na clareza geométrica do desenho urbano a ordem social que se pretendia tão racional quanto aquela. Também a toponímia será aproveitada na oralidade da cidade, que se utilizará da sua linguagem objectiva para veicular o discurso ideológico e simbólico. A cidade pombalina é a cidade eloquente, a forma que se pretende falante e persuasiva, e que, pelo seu próprio exemplo, se advoga demiúrgica e capaz de transformar os povos que nela vivem.

Se tal é evidente no contexto da capital do Reino (e depois na extensão do território metropolitano, em especial no caso exemplar de Vila Real de Santo António), não o é menos no ambi-

ente da selva amazónica onde actuava, concomitantemente, o irmão de Pombal. Na verdade, é exactamente no contraste com a selva que a ideia da cidade-civilização é ainda mais significativa. E é naturalmente neste sentido que ela será potencialmente utilizada por Mendonça Furtado, no que designamos por «reforma urbana» da Amazónia.

Como vimos, o quadro da ocupação da região até a primeira metade do século XVIII comportava em si uma espécie de contradição intrínseca. A maioria das povoações era as que tinham sido instituídas pelos missionários. Mas sobre elas pesava, agora duplamente, o estigma da dubiedade do seu estatuto, na medida em que não eram, de certo modo, reconhecidas pelos próprios colonos. O método do «reformador» foi o de, também ali, fazer uma «restauração-ressurreição» das próprias aldeias indígenas, transformando-as em «povoações civis e civilizadas», ou seja, convertendo-as nas «vilas» que ainda não eram, mas que deveriam ser. Note-se que a expressão refere a povoações «civis e civilizadas» ressaltando no radical comum das duas palavras os seus sentidos mais prementes, pois elas seriam «civis» não só na medida em que deixavam de ser «religiosas» como porque representavam os núcleos de vida «civilizada».

O processo seguido implicou efectivamente num «renascimento», que não foi apenas simbólico, de praticamente todas as povoações da região. E este renascimento não faria sentido sem um novo baptismo. A escolha de Mendonça Furtado para os nomes das novas vilas seguiu critérios de homenagem precisos. Em ordem hierárquica de tamanho ou de importância geográfica, as novas vilas na selva foram recebendo os mesmos nomes das vilas da Casa de Bragança, da Coroa, do Infantado e da Ordem de Cristo no Reino. O governador fazia um ostensivo elogio ao poder régio e, com a alusão a Ordem de Cristo e a inclusão de alguns nomes

de vilas da sua casa familiar, fazia uma também intencional mitificação da sua própria atitude de «reconquistador e salvador» da Amazônia selvagem. Mais do que isto, todo o procedimento da conversão das aldeias em vilas foi feito segundo rituais precisos nos quais o governador fez questão de estar pessoalmente presente na maioria dos casos. Realizou para tal uma longa viagem, em que foi sucessivamente elevando as novas vilas, que pode ser lida, em termos metafóricos, como o périplo de conquistador imperial.

O «Directório dos Índios»

Mas a simples mudança formal do estatuto das vilas não seria suficiente para efectivar a reforma pretendida. Em 3 de Maio de 1757 Francisco Xavier de Mendonça Furtado torna público o instrumento legal que lhe permitiria mudar completamente o quadro urbano e social da Amazônia. A nova peça, que viria a ser confirmada pelo rei em 17 Agosto de 1758, era o «Directório do Índios». Em síntese, o que ali se propunha era, na sequência da legislação já aprovada da liberdade dos índios, a cessação total e completa do poder temporal dos missionários sobre os nativos e a consequente instituição de um administrador em cada vila, o director. E era sobre a actualização deste director que se legislava e que se instituíam os meios com os quais se deveria obter a «civildade» pretendida para os índios.

Os meios eram, prioritariamente, o ensino da língua portuguesa e a separação das casas, dado que se considerava um hábito «indecente» a coabitação de várias famílias. Além disso, citava-se ainda, no capítulo da civildade, uma necessária mudança de costumes dos índios e controlo dos vícios, especialmente a bebida. Determinava-se também a gestão económica das vilas, obrigando à criação de uma área de cultivo (roça) para utilização comum da população. Aliciava-se os índios para um investimento maior na agricultura, sugerindo a introdução do arroz, do algodão e do

tabaco. Concluindo o processo de incentivo à agricultura fazia-se a exortação ao comércio.

Mas o cerne da mudança social deveria vir pela imprescindível convivência e respeito entre brancos e índios. E aqui a legislação alcança o ápice do discurso iluminista, reafirmando o novo estatuto adquirido pelo indígena a partir da lei que decretara a sua condição de homem livre. Eram eles, tal como os brancos, vassalos de Sua Majestade, e nestas condições deveriam tratar-se «mutuamente uns a outros com todas aquelas honras que cada um merece pela qualidade das suas pessoas». No fundo, era aos brancos que aquele discurso se dirigia. Eram eles que precisavam ser convencidos da igualdade, eram eles que deveriam mudar de hábitos. Para tal instaurou-se uma política de incentivo aos casamentos mistos, insistindo na eliminação dos preconceitos e discriminações sofridos pelos indígenas. A intenção, expressa na lei, era que «por meio deste sagrado vínculo se acabe de extinguir totalmente aquela odiosíssima distinção, que as nações mais polidas do mundo abominarão sempre». No mesmo sentido foi também estimulada a introdução de população branca nas novas vilas obrigando-a à convivência pacífica e equitativa com os índios.

A este ideal urbano de convivência civilizada correspondia, naturalmente, uma ideia de cidade também ela coerente e bem desenhada. No próprio Directório fazem-se algumas recomendações para o ordenamento urbano afirmando ser «evidentemente certo que para o aumento das povoações concorre muito a nobreza dos edifícios». Note-se que o que norteia a acção é um sentido discursivo do urbano que é valorizado quer enquanto linguagem estética – através da mensagem de beleza e nobreza da arquitectura e do desenho urbano; quer enquanto linguagem ética – através do mecanismo de «suave persuasão» que se pretende obter pela coerência entre a clareza das formas e a nobreza das intenções.

Para a execução deste «discurso da forma» foram uma vez mais convocados os homens que já há muito faziam a «escola portuguesa de arquitectura e urbanismo» e de que Pombal sabiamente fez uso, quer no Reino, quer na colónia. Enquanto em Lisboa actuava a elite da Casa do Risco, na Amazónia trabalhava, na «reforma urbana» o corpo não menos qualificado dos técnicos da expedição demarcadora. E aqui cabe referir novamente ao trabalho dos engenheiros militares na definição da urbanização da Amazónia, entendida como um todo que engloba cidades e território, uma vez que estes marcaram a sua actuação nos dois campos concomitantemente. Com as medições e demarcações do território deram-no a conhecer e a explorar. Com a construção das fortalezas estabeleceram a sua linha de defesa e soberania. Com o desenho e a reforma das cidades reproduziram no espaço o discurso da reforma ideológica.

A «cidade iluminista» na Amazónia pombalina

Entre 1751, o ano da chegada do irmão de Pombal, e 1782, o ano da morte do Marquês, foram criadas na Amazónia cerca de quarenta e cinco vilas e outras tantas freguesias e lugares. Os tipos de intervenção variaram desde a criação *ex-novo* de determinados núcleos até à reconversão dos antigos aldeamentos. Para as novas fundações fizeram-se, via de regra, planos prévios que foram normalmente seguidos por engenheiros ou outros técnicos. Para a reconversão das aldeias, em muitos casos também se fizeram novos planos, mas noutros as intervenções formais terão sido paulatinas, insistindo-se sempre, no entanto, na mudança radical do que parecia ser os principais paradigmas da aldeia de índios: as habitações colectivas e as coberturas de palha.

Em todos os projectos pregava-se e exigia-se a clareza da forma, e embora esta se tenha expressado de variadas maneiras há uma série

de elos condutores. Há a praça, invariavelmente de forma regular e onde se juntam os edifícios representativos do poder, a câmara, a cadeia e a igreja. As ruas, rectas, com as casas alinhadas e, se possível, com fachadas iguais, para manter em todo o tempo «a formosura da terra», tal como rezava o texto de algumas das cartas de fundação das novas vilas.

Entre os vários exemplos que se poderiam citar, podemos referir, sinteticamente, alguns. Bragança (1753) é um caso interessante, uma vez que a reconversão e o novo baptismo é feito sobre uma povoação que, ao contrário da maioria, já era vila. Tratava-se da vila Souza do Caeté, fundada ainda no século XVII, por Álvaro de Souza, donatário da capitania do Caeté. Por determinação régia, a capitania fora passada novamente para a Coroa. As opiniões sobre Vila Sousa atestavam a sua decadência e o investimento do governador na sua reconstrução e refundação imprimem à atitude um carácter especial. Por um lado, insere-se na preocupação inicial de Mendonça Furtado em instalar convenientemente os casais açorianos enviados como povoadores após a sua chegada. Por outro, o caminho para o Maranhão fazia-se com paragem nesta vila e a sua manutenção, enquanto ponto de contacto entre as duas capitanias, era muito importante.

Um dos aspectos mais significativos da reconversão de Bragança é exactamente este, pois o plano da nova vila faz-se a par do plano da nova estrada. Note-se que não se trata de uma estrada como a pensaríamos hoje. A «estrada» era na verdade um percurso que envolvia trechos feitos por rio e outros feitos por terra, com paragens predeterminadas. Esta intervenção, que é territorial e urbana, foi naturalmente realizada por integrantes da comissão demarcadora, o engenheiro italiano Henrique Antonio Galluzzi, o astrónomo João Angelo Brunelli e, o então seu ajudante, Domingos Sambucetti. O projecto apresentado foi o novo levantamento do percurso, e nele se incluíam as plantas das novas

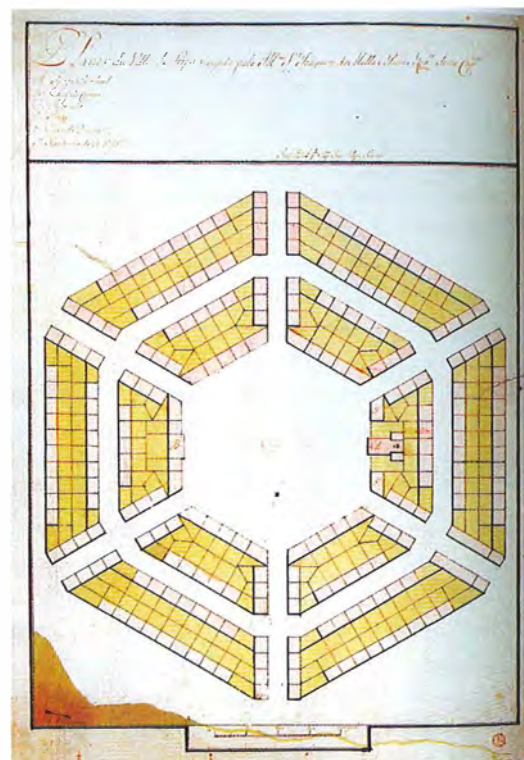
vilas de Bragança e de Ourém. O desenho é de uma simplicidade e eficiência a toda prova. Uma praça regular foi projectada por detrás da única rua anteriormente existente, que foi rectificadada. Determinaram-se os lotes para os novos moradores prevendo o crescimento do núcleo de forma regular. A nova vila de Ourém foi feita noutra dos pontos de paragem do caminho, no rio Guamá, onde antes existia uma pequena casa forte e uma povoação de índios. O desenho proposto pelos engenheiros também é simples e eficiente, e dada a fraca dimensão do núcleo, resume-se à praça rectangular, que tem significativamente metade da dimensão da de Bragança.

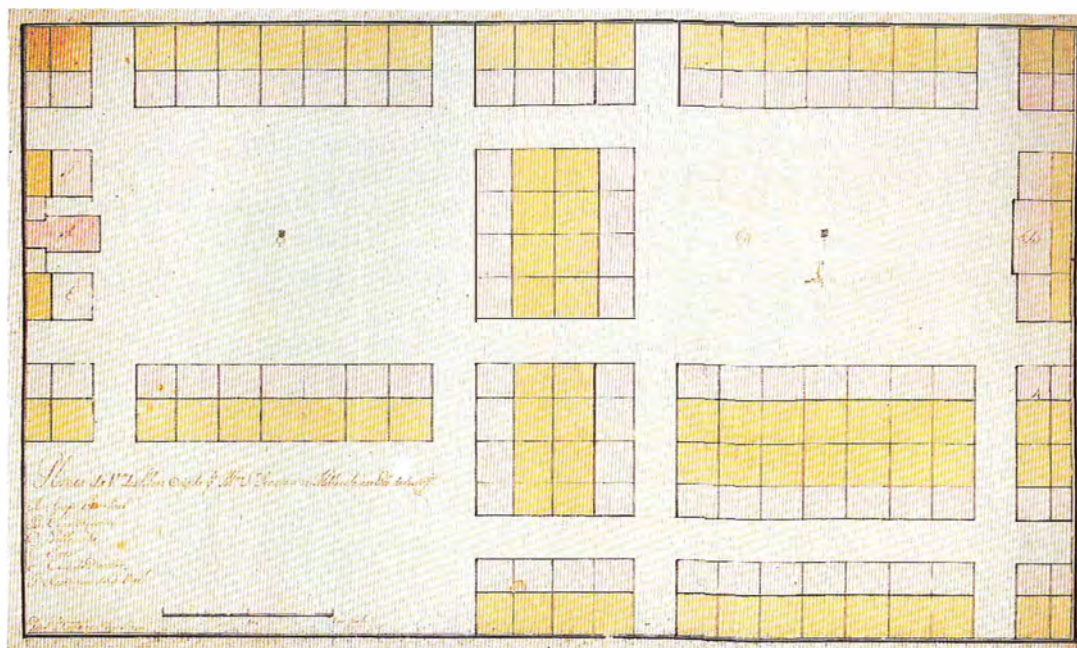
Borba-a-Nova (1756) foi a primeira das aldeias missionárias a ser elevada a vila. Detinha um papel estratégico importante, não só porque era também ponto de paragem no caminho para as minas do Mato Grosso, como porque se tratava de um aldeamento jesuítico. Um aldeamento especialmente problemático, uma vez que estava próximo de outros estabelecimentos que os jesuítas espanhóis tinham feito em território que Portugal reivindicava para si no tratado de limites. A opção da intervenção é portanto claramente política e a aldeia do Troceno foi precisamente a escolhida para «dar o exemplo». Na instalação da nova vila trabalhou o arquitecto José António Landi que foi encarregado dos projectos dos seus principais edificios, a igreja e a câmara.

Barcelos, o nome de uma das mais importantes cidades da Casa de Bragança no Reino, foi reservado na Amazónia para a vila que seria a capital da nova capitania do Rio Negro, também instituída no período pombalino. A vila foi criada a partir da reconversão da antiga aldeia de Mariuá dos missionários carmelitas, no rio Negro. Barcelos (1758) foi também o local escolhido para a realização das conferências entre as duas comissões demarcadoras, e neste sentido foi palco de diversas intervenções urbanísticas feitas pelo engenheiro militar Filipe Sturm.

O encontro previsto entre as comissões portuguesa e espanhola jamais ocorreu, mas o engenheiro projectou especialmente para a ocasião um pavilhão octogonal que na clareza das suas formas deveria espelhar a racionalidade daquele empreendimento.

Filipe Sturm é também o autor de três outros projectos muito significativos. Em São José das Marabitenas (1760), o engenheiro delineou a fortaleza e a pequena vila adjacente, num projecto que tem uma coerência proporcional ímpar. Nos desenhos que realizou para as vilas de Serpa e Silves, é visível a base de planeamento militar. Para Serpa (1759) o engenheiro propôs um hexágono regular, fazendo a vila literalmente na forma de uma fortaleza. Para Silves (1759) o plano apresentado prevê uma vila com duas grandes praças rectangulares que têm uma relação





Filipe Sturm, *Planta da Vila de e Silves*.
Biblioteca Nacional, Iconografia

inequívoca com o grande projecto então em execução em Macapá.

São José de Macapá (1758) foi sem dúvida o grande empreendimento urbano de Mendonça Furtado. Instalada na foz do Amazonas, em plena linha do Equador, e completada por uma grande e nova fortaleza, a vila era a experiência-modelo que deveria espelhar todo o projecto administrativo e político. Para ali foram levados colonos açorianos que se deveriam associar aos nativos já instalados no local. O projecto da vila fez-se acompanhar de um projecto económico que se fundamentava no incentivo à agricultura e à pecuária (feito inclusive com doação de gados bovinos e equinos para os colonos), assim como no fomento à indústria, em especial a fabricação de algodão e uma tentativa de criação de bichos-da-seda. E o projecto interno da vila também ele foi pensado ao pormenor pelo engenheiro Thomas Rodrigues da Costa que desenhou a igreja, a câmara e o modelo das casas dos mora-

dores, que deveriam ser todas iguais. Um código de posturas municipais viria reforçar este sentido de beleza da regularidade das fachadas, que deveriam ser mantidas pelos moradores. O discurso da civilidade pretendida era dado pela forma regular e bela da vila. O discurso da legitimação e do poder que a instituíra era feito no nome da vila de S. José, em clara alusão ao rei, assim como no nome das duas grandes praças, de S. João e de S. Sebastião, que homenageavam o rei anterior e o famoso ministro de D. José.

Enquanto Macapá representa a experiência-modelo, a Vila Nova de Mazagão (1770) representa o dado utópico de todo o projecto pombalino para a Amazónia. A fundação da nova vila foi o último dos empreendimentos de Mendonça Furtado, que acabou por se concretizar já depois da sua morte. O irmão do marquês era secretário de Estado da Marinha e Ultramar, em 1769, quando se decidiu o abandono da praça marroquina de Mazagão e a transferência da sua popu-

Os quotidianos da vida na Lisboa dos séculos da modernidade

Teresa Veiga

UM CAMPO IMENSO E FLUÍDO, MAS RICO EM POTENCIALIDADES, envolve as questões ligadas ao quotidiano, não apenas no que respeita aos comportamentos perante a vida e a morte, mas no modo como estes aspectos influenciaram cada ser, enquanto indivíduo, membro de uma família, vizinho e cidadão. Estes papéis foram desempenhados em simultâneo, num pano de fundo que coincidia com o local de residência.

Lisboa foi a grande cidade, o grande porto, a capital político-administrativa. Homens de letras, pintores e retratistas testemunharam ao longo dos séculos as características da urbe. Nesses testemunhos transparecem os pormenores de quotidiano, as formas de ocupação e utilização do espaço, as gentes. Ficamos a saber como a circulação era difícil a certas horas nas ruas de maior movimento, vemos na Ribeira e no Terreiro as vendedeiras, vislumbramos indivíduos de raças e dialectos múltiplos, ouvimos os cantares nas tabernas e os jogos de rua. Mas também olhamos os mendigos e os vagabundos, os becos estreitos e tortuosos e as casas pobres, onde a vida era precária e onde se nascia e morria muito depressa e sobretudo muito cedo.

As características do espaço urbano

As características diferenciadas da urbe, a nível físico e humano, são os aspectos mais evidenciados. Construída em várias colinas, a cidade cresceu ao ritmo do aumento dos tratos ultramarinos e das vicissitudes políticas. O porto internacional e o volume crescente dos réditos alfandegários determinaram a emergência dos centros funcionais do Terreiro e da Ribeira, unidos pelo eixo aberto com a Rua Nova. Aí se situavam os organismos ligados ao Império e residiam os mais abastados. O Rossio era o segundo pólo dinâmico, através do qual se fazia a ligação ao termo, na confluência das vias de acesso e abastecimento da capital de produtos básicos alimentares. Criados no reinado de D. Manuel, a

Torre e Mosteiro dos Jerónimos, e o Convento da Madre de Deus simbolizaram durante séculos o limite da capital. Mas o coração urbano batia na Ribeira, onde se fixara parte significativa dos mercados, tabernas, casas de comida e hospedarias, embora se fossem estreitando os laços com as freguesias do termo, à medida que aumentava o número de residentes. O visitante espantava-se com os bandos de lavadeiras, que tinham o hábito de parar debaixo do Aqueduto, as vendedeiras que exibiam nos locais de maior afluxo as mesas de doces e fruta da estação, as idosas que nos meses frios assavam castanhas junto aos passeios. Em pequenas lojas de tenda aberta fritavam-se sardinhas e bacalhau, vendia-se vinho e água.

Às características fixadas pelo tipo de utilização do espaço correspondia uma vivência específica, que pressupunha distintas actividades económicas e profissionais, bem como formas particulares de associação e quotidiano e que se manterá até ao século XX. Os detentores das profissões mais dignas e rendosas procuravam residir junto à Ribeira, e dentro dela nas artérias amplas e elegantes. Também próximas da margem do rio, embora em ruas mais estreitas e escuras, ficavam as famílias de oficiais régios e de pequenos e médios mercadores e artesãos. À medida que aumentava a distância do centro ribeirinho piorava a qualidade das ruas, e os que habitavam as freguesias periféricas possuíam habitações muito modestas.¹

Lisboa impressionava os visitantes pela grande concentração do casario e a imponentia de algumas construções, designadamente os edifícios da administração ultramarina, certos mosteiros e conventos, alguns palácios. Existiam ruas nas quais os residentes não se conheciam.² Entre o início do século XVI e 1755, a população urbana mais que triplicou, embora esse processo fosse diverso nas várias zonas da cidade.³ O aumento populacional levou ao preenchi-

mento dos espaços ainda vazios, alargando-se a área de elevadas densidades de povoamento.⁴

No *Ritrato et Rivero del Regno di Portogallo*, datado do último quartel de quinhentos, pode ler-se que Lisboa, «tirando Paris, é aquela que, na Cristandade, tem maior população, [e um] clima muito doce e temperado [...], o sítio é belo e irregular, nem todo plano, nem todo acidentado, ornado de muitos templôs devotos e ricos, alguns deles de razoável beleza, onde se efectuam serviços divinos com grande solenidade. Há muitas residências de particulares belas e cómodas. As saídas da cidade são agradáveis, por que algumas gozam a vista do rio e da terra juntamente e outras da terra somente. [Mas] a cidade não é muito agradável, antes tristonha, porque as ruas não são largas nem direitas, nem limpas, e as casas geralmente de pouca aparência de arquitectura.»⁵ Estas afirmações serão válidas durante séculos, uma vez que a urbe irá crescer sem plano urbanístico e na exacta medida das necessidades imediatas. Mesmo quando se demoliram casas para permitir o alargamento das vias e facilitar o trânsito de gentes e bens, elas continuaram irregulares. As autoridades camarárias também não conseguiam impedir a queda das muitas habitações degradadas que pontilhavam o centro funcional da urbe, ou manter limpas as vias de circulação interna.⁶

Lisboa distinguia-se por uma luminosidade única, devida ao sol resplandecente que dourava as suas colinas. Porém, à medida que o viajante se aproximava da capital e nela entrava, desfazia-se a visão resplandecente que emanava da margem esquerda do Tejo, substituída pelo cheiro das valetas, a poeira levantada nas ruas de terra batida, os encontros das gentes apressadas e os engarrafamentos a certas horas, nas vias demasiado tortuosas e estreitas.⁷ Só em finais de setecentos, já adiantadas as obras de reconstrução na parte central destruída pelo terramoto, a cidade mostrou sinais inequívocos de opulência

e desenvolvimento. Quando as gentes de maiores posses retornaram aos seus antigos locais de residência, os arruamentos salpicados de espaços vazios e destroços foram sendo ocupados por algumas casas grandes e luxuosas. A situação parecia melhorar, embora alguns problemas continuassem sem solução. Lisboa já não desgostava os visitantes pela sua sujidade, mas continuavam a faltar infra-estruturas básicas, que reduziam a qualidade de vida dos habitantes.⁸

Os testemunhos coevos permitem-nos acompanhar a vitalidade citadina, descendo aos pormenores do seu quotidiano. Lisboa vivia na rua. Quem a ela chegava ficava aturdido pelo barulho e o caos aparente. O ranger das rodas, o barulho dos cascos de animais, o confuso cruzar de gentes de múltiplas cores, raças e dialectos,

os cheiros a pão cozido, a sardinhas assadas e a castanhas. Tal como o barulho dos pregões, saídos da boca dos vendedores ambulantes, o bater dos martelos nas bigornas, nas quilhas dos barcos ou nos eixos dos carros, o ranger dos escopros dos pedreiros, o bulício constante no cais e nas embarcações que a ele aportavam, vindas dos quatro cantos do Mundo.⁹

Quem nela pernoitava surpreendia-se com os soluços das guitarras, os cantares nas tabernas, os jogos de rua, os uivos das matilhas de cães e os gritos humanos que varriam a escuridão. Esse era o reverso do quotidiano vivido na grande cidade. Durante séculos as autoridades tentaram sem sucesso resolver alguns graves problemas sociais, como o do crescente número de mendigos e vagabundos que nela deambulavam. Foram



Compra papel? Gravura atribuída a Manuel da Silva Godinho, 1826. Biblioteca Nacional de Lisboa

Lisboa - Costumes Portugueses. Amolador in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos

igualmente infrutíferas as tentativas ensaiadas para combater a sujidade das ruas, bem como o cheiro decorrente dos despejos efectuados ao ar livre, aspectos que agravavam a precariedade das condições sanitárias em que vivia o grosso da população, acantonada nos pisos superiores dos edifícios e nos bairros de feição popular, principais vítimas na luta travada e sistematicamente perdida do homem com o meio.

Este aspecto ganha acuidade em espaços abertos e vulneráveis como as cidades, também porque, numa época em que a informação era escassa e feita sobretudo por via oral, a percepção trágica dos acontecimentos era acentuada pela proximidade em que viviam os indivíduos, e geradora de notícias ou boatos invulgares. Nesse sentido, as crises de mortalidade ocorridas em Lisboa¹⁰ e outros acidentes naturais, como os terremotos de 1531 e 1755, constituíam exemplos ideais, ao alterarem a ordem e fomentarem comportamentos colectivos extremados.

As dificuldades da vida quotidiana

Existe assim, no que respeita às dificuldades de viver na capital, um quadro geral sempre presente e nunca resolvido, embora desde cedo diagnosticado. Dele cumpre destacar alguns aspectos, nomeadamente as questões da insegurança, as dificuldades de circulação, a falta de rede de esgotos e de abastecimento de água ou uma política de urbanização, que obviasse as condições em que tentavam sobreviver os mais humildes.

Lisboa era uma cidade violenta, como testemunha já no século XVI Duarte Nunes de Leão, a propósito «dos moços perdidos e patifes que a Lisboa, como a mata grande, vêm parar de todo o Reino».¹¹ Não se trata, porém, de uma especificidade urbana nem mesmo nacional. Ninguém saía de casa sem arma, mas andar pelas ruas à noite era perigoso, como se infere do facto de todas as manhãs se recolherem das ruas indivi-

duos assassinados com facas, espadas ou à pedrada.¹² Os séculos passaram, mas pouco se alterou. Giuseppe Baretti, de visita à nossa capital pouco depois do terramoto de 1755, dá-nos conta do sentimento de impotência que a este propósito experimentara. «Desde que escurece torna-se extremamente perigoso sair de casa só e desarmado, porque é quase certo ser-se assaltado e roubado. As rondas evitam os malfeitores em vez de os perseguirem, e não há ninguém que se prontifique a ajudar o desgraçado que é atacado... A polícia não faz nada. A única solução é o processo. Porém, depois de anos de despesas e de papelada sem nenhum resultado, vem a desistência.»¹³

À medida que a cidade aumenta em termos populacionais e de superfície, ela torna-se mais perigosa. Cientes da situação, as autoridades criaram uma força militar destinada a manter a ordem, a qual, ao que tudo indica, não teve resultados palpáveis.¹⁴ Efectuavam-se rondas nocturnas, mas os agentes policiais estavam proibidos de usar armas, o que restringia, se não mesmo anulava, qualquer efeito decorrente da sua existência. No início de oitocentos, o corpo de segurança era composto por mais de seiscentos homens de infantaria e duzentos de cavalaria, que patrulhavam todos os bairros. Existiam também guardas-nocturnos, mas a regularidade do seu percurso permitia aos larápios coordenarem as acções.¹⁵ Por este facto, o movimento nas ruas, intenso ao longo do dia, tornava-se quase nulo ao entardecer. Todos regressavam a casa e os jardins públicos eram encerrados.¹⁶

A inoperância do policiamento e a falta de iluminação pública eram também tidos como factores de instabilidade. Ao contrário de muitas outras cidades europeias, no final do século XVIII Lisboa não dispunha de qualquer sistema que garantisse a iluminação das ruas. Só a luz de dentro das casas e as lâmpadas que ardiam diante das imagens dos santos davam alguma claridade.

Pina Manique lançou um imposto para financiar esse projecto e em 1791 foram compradas e colocadas lanternas por toda a capital. Lisboa ficou iluminada durante os dois invernos seguintes, mas em 1793 as lanternas que ainda não haviam sido partidas foram retiradas e nunca mais funcionaram, embora o imposto continuasse a ser pago. Até ao início de oitocentos, quem saía à noite levava consigo lanternas ou archotes e só Rodrigo de Sousa Coutinho irá tentar solucionar o problema.¹⁷

O mau estado das ruas, agravado pelo facto de muitas delas serem extremamente inclinadas, tortuosas e estreitas, constituía outra questão urbana. Desde muito cedo, as vias demonstraram ser inadequadas à intensidade da circulação de pessoas e animais. A irregularidade do solo e a morosidade no processo de calcetamento tornavam penosa qualquer deslocação, fosse a pé, a cavalo ou por qualquer meio de transporte, excepto nas zonas mais nobres, como a Baixa Pombalina, ou nas mais afastadas do centro funcional. Talvez para se adaptar às condições físicas, o lisboeta considerava de mau tom andar apeado, o que justifica o ditado de que só se encontravam nas ruas, a pé, ingleses, cães e gente de baixa condição.¹⁸ «As senhoras de elevada condição não passeiam a pé nas ruas e os fidalgos, se alguns se mostram uma vez por outra caminhando na cidade, trazem sempre a carruagem a acompanhá-los, o mais rente possível às casas, para evitar enterrar os cavalos no lamaçal.»¹⁹ O meio de transporte humano mais utilizado era a cadeira de dois lugares, embora fosse estreita e desconfortável, quente no Verão, fria e húmida no Inverno.²⁰ O abastecimento de mercadorias era feito em carros de bois, podendo os produtos mais leves serem trazidos no dorso de mulas. Utilizavam-se também barças, que subiam e desciam o Tejo e faziam a ligação entre as duas margens, trazendo também pessoas. Aliás, juntamente com as diligências, o trans-



porte fluvial era um dos meios mais usuais de viajar, contornando os incómodos causados pelo genérico mau estado das estradas nacionais.²¹

Outro aspecto diferencial de quotidiano decorria da inexistência de uma rede capaz de garantir o regular abastecimento de água e o escoamento dos lixos da cidade, situação agravada pela crónica falta de hábitos de higiene. A água era um bem caro e escasso, sobretudo nos meses estivais. Raras eram as casas que possuíam fontanários particulares, pelo que esse bem precioso era distribuído e vendido ao domicílio, a preços elevados. Aos galegos cabia por tradição esse transporte.²²

Nas ruas, que nunca ou raramente eram varridas, despejava-se todo o tipo de imundícies, embora os proprietários urbanos pagassem uma contribuição para a limpeza das mesmas. O lixo era junto em montinhos por empregados camarários, mas ficava sem ser recolhido, pelo que se voltava a espalhar. Quando chovia, a inclinação da maior parte das ruas provocava autênticos dilúvios, e só então o lixo era arrastado para o rio e os pavimentos ficavam limpos. Verdadeiras torren-

Lisboa – Costumes Portuguezes. Carro de Limpeza in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos

Tipologias de construção e densidade habitacional

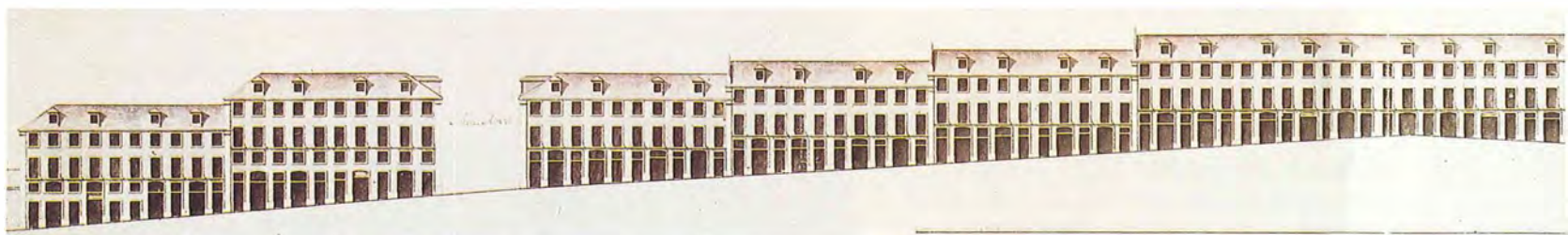
tes inundavam a parte baixa da cidade e as vias transformavam-se em lamaçais. As carruagens atolavam-se e dificilmente era possível circular.²³

As casas eram tão altas «que tapavam o céu» e nelas nunca entrava o sol, o que as tornava extremamente doentias e contribuía para a precariedade da vida. Comentava-se, no entanto, o carácter relativamente benigno dos surtos epidémicos que, embora constantes, raramente provocavam muitas vítimas. Na capital do Reino e do Império abundavam os agentes e focos de doença, com destaque para o mercado público e o matadouro. Igualmente insalubres acabavam por ser todas as ruas próximas do rio, para onde se atirava parte dos dejectos urbanos. Na segunda metade de setecentos ainda só a Baixa possuía rede de esgotos, pelo que o lixo nas restantes zonas era transportado por mulheres negras, em grandes e longos vasos de barro, sendo o despejo feito na zona ribeirinha ou na Boavista, onde existia um local destinado para o efeito.²⁴ A prestação deste serviço não evitava os despejos na rua, para onde eram também lançados cães, gatos, burros e mesmo cavalos doentes e mortos. No início do século XVIII, as queixas contra o costume do *água-vai* eram ainda frequentes, e o poder local continuava a ser incapaz de erradicar esse hábito, apesar das multas aplicáveis. Durante a noite, e até de dia, toda a espécie de imundícies era atirada para as ruas, «que seriam ainda mais sujas do que são, se tudo quanto se pode comer não fosse devorado prontamente por milhares de cães vadios».²⁵

Na urbe, a qualidade da construção era globalmente má, embora variasse de acordo com o local. As suas características modificavam-se também à medida que deixávamos o Centro. Os edifícios urbanos comuns possuíam fachadas simples e pouco decoradas e só algumas paredes exteriores eram enfeitadas com azulejos. As janelas, rentes ao solo, estavam protegidas com grades, mas nem todas tinham vidraças, sendo mais comum o uso de gelosias e ripinhas.²⁶ A reconstrução de Lisboa, na sequência dos estragos feitos pelo terramoto, aumentou a diversidade interna, reflectida no contraste entre os bairros novos e os poupados pela catástrofe. As casas novas e altas dispunham-se em quarteirões separados por ruas largas e direitas e cada edifício era provido de andares cómodos, com vidros nas janelas e, em certos casos, varandas. Nas ruas secundárias era notório o mau aspecto dos edifícios, bem como a qualidade de construção e dos acabamentos. No entanto, a vida nessas zonas era, apesar de tudo, melhor que nos bairros antigos. Aí o sol dificilmente entrava, grades exteriores de madeira faziam as vezes de vidraças, e a má qualidade dos materiais utilizados para construir tectos e paredes não protegia os ocupantes das variações atmosféricas.

Mesmo nas principais casas e palácios predominavam os interiores sombrios e os cómodos eram mal distribuídos, não acompanhando os avanços europeus em termos de arquitectura e

Fachada Pombalina, in *Cartulário Pombalino*.
Arquivo Municipal de Lisboa



decoração de interiores.²⁷ A simplicidade das habitações aumentava à medida que descia o nível económico dos ocupantes, apesar dos avanços efectuados na segunda metade do século XVIII. A especialização das várias divisões foi conseguida nos grupos sociais médios e superiores, embora o desmembramento de quartos para outros fins, que não o de dormir e o de estar, continuasse a ser raro na maioria das habitações, onde cada divisão continuou a desempenhar vários papéis, quando não acontecia que toda a casa fosse apenas um espaço amplo.²⁸

A cidade modificou-se. À medida que passavam os séculos crescia o casario, diminuía os espaços verdes, aumentavam até valores impen-sáveis as densidades de povoamento nos bairros populares de Alfama, Mouraria e Bairro Alto. Na realidade, outra especificidade urbana prendia-se com construção em altura. No século XVII já quase todos os edifícios do centro da cidade possuíam três ou mais andares. À medida que o número de residentes subia, aumentava o número médio de pisos, embora não ao mesmo ritmo. O acréscimo especulativo das rendas levou à publicação de diversos alvarás, que estipulavam os limites máximos dos arrendamentos.²⁹ Nos séculos XVIII e sobretudo XIX, o aumento da intensidade dos fluxos migratórios com destino a Lisboa piorou o desequilíbrio entre oferta e procura. Nas zonas pobres, um maior número de pessoas foi obrigada a partilhar o mesmo espaço. O aluguer de quartos irá resolver parte dessa escassez de alojamento, mas também indicia a precariedade das condições de vida de certos grupos.

O quotidiano de Lisboa permaneceu junto ao rio, onde se encontravam as casas de comércio, as hospedarias e albergues, as casas de comida, os hospitais e as instituições do poder local e régio e onde se albergava uma população flutuante imensa. Este aspecto lembra outra especificidade da capital, ligada à forte mobilidade das gentes que nela viveram ou a ela foram

atraídas. A intensidade do fenómeno migratório sofreu flutuações regulares e envolveu grupos etários e socioprofissionais diversos, viajantes, homens de negócios, religiosos, militares, sem esquecer os escravos.

Fluxos migratórios e grupos sociais

Os estrangeiros radicados em Portugal elegeram Lisboa como destino preferencial, alargando-se com o passar dos anos o quadro social das comunidades estrangeiras aí estantes. Na capital residiam os diplomatas, os representantes comerciais, os mercadores de grosso trato, gente ligada à banca e ao ensino. A implantação de certas artes mais especializadas, como a tipografia, ourivesaria e relojoaria, exigiu numa



Costumes de Portugal. Aguadeiro, in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos

Lisboa – Costumes Portugueses. Vendedor de Hortalça in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos



Lisboa – Costumes Portugueses. Vendedor de Azeite in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos



primeira fase a vinda dessa mão-de-obra, a maioria da qual se fixou em Lisboa. Italianos, alemães, flamengos e cada vez mais ingleses.³⁰ Haverá que aguardar por séculos mais próximos para se assistir à vinda de imigrantes estrangeiros de fracos recursos, de que o exemplo mais evidente foi o grupo galego. No século XIX, estes últimos representavam cerca de dois terços da comunidade estrangeira em Lisboa, seguidos de longe por brasileiros, franceses e ingleses. Estes indivíduos robustos, sóbrios e poupados, executavam todo o tipo de tarefas. Eram mais conhecidos como vendedores de água, que transportavam em barris de madeira pintada, às costas ou pendurados de um pau de dois ganchos, mas também se empregavam como moços de fretes, auxiliares em lojas e armazéns, criados em casas

particulares, hospedarias, casas de pasto e tabernas.³¹ Alguns eram cocheiros, outros varredores de ruas. A sua presença tornou-se indispensável ao dia-a-dia da grande cidade e davam um exemplo de sucesso, por muito depressa juntarem o pecúlio necessário para se estabelecerem por conta própria.³²

Não obstante, nenhum destes últimos teve expressão comparável à daqueles que formaram a corrente migratória nacional, que desde sempre alimentou o crescimento urbano. Lisboa atraiu indivíduos de todo o Reino, do Norte, sobretudo do Minho, da Beira Interior, mas também alentejanos e algarvios. Uma imensa massa anónima, que desempenhava funções diversas, pouco ou nada qualificadas. O número de não naturais era muito elevado nos bairros populares. Em Alfama



e na Mouraria correspondiam a cerca de dois terços do total, e o mesmo acontecia em zonas mais afastadas do Centro, em Alcântara, Santa Isabel, Beato e Olivais. Nessas zonas era inferior o aluguer das habitações, mais conforme com os fracos recursos da maioria.

Os que continuamente chegavam à grande cidade não esqueciam a sua origem, embora acabassem por adoptar novas formas de estar e de parecer. A velocidade dessa assimilação dependia da intensidade de contactos que cada migrante conseguia estabelecer com outros conterrâneos. Aos desenraizados era facilitada a tarefa. Lisboa aparecia pontilhada de grupos que tinham em comum a pertença a certa aldeia ou região. *Gente da terra*, com a qual o laço de vizi-

nhança e um parentesco, pouco importa se longínquo, justificavam maior apetência para fazer favores, auxiliar em momentos difíceis, comparecer a enterros e sobretudo a casamentos, muitos dos quais ligavam dois desses indivíduos, para alegria de todos.

Além dos estrangeiros e inúmeros transeuntes que visitaram Lisboa, a cidade possuía figuras características, embora raramente a ela pertencente de direito, ou seja, por nascimento. Tratava-se de gente humilde, uma vez que as normas de educação e de estar, importadas ou adaptadas à realidade portuguesa, uniformizavam os padrões de comportamento e aspecto dos membros da aristocracia, alto clero e alguma grande burguesia.³³ Referimo-nos, a título de exemplo, aos serviçais e aos escravos, tal como ao sector marginal dos mendigos, vadios e presos. São eles que caracterizam a especificidade do viver na Lisboa de ontem. Pelo seu número, pelo trajar, pelas formas específicas de sobrevivência a que lançavam mão, pelos modos de comportamento diário.

Veja-se o caso dos criados, grupo imenso, com escassas qualificações e mal remunerado, que alguns empregadores definiam como uma «multidão de piolhentos».³⁴ A acreditar nos testemunhos, tinham mau aspecto e apresentavam-se mal penteados e vestidos.³⁵ Todas as famílias com algumas posses tinham vários empregados, já que esse facto era um sinal distintivo em termos sociais, embora minorado pela facilidade com que se tornou possível contratá-los.³⁶ Nas casas os criados eram sujeitos a uma hierarquia de tarefas rígida, cuja importância determinava o seu poder relativo. Do secretário ao mordomo, passando pelo guarda-roupa, o cozinheiro, os moços de cozinha, o confessor, o cocheiro, o pajem e o palafrenero, os moços de mesa e os lacaios, os escudeiros, as criadas moças e graves. O grau de exigência dos senhores para com esses indivíduos, a quem mal pagavam, era reduzido.

Lisboa – Costumes Portugueses. Peixeira
in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos

Lisboa Velha – Passeio Público, Arquivo Fotográfico, colecção Eduardo Portugal, in Do Passeio à Avenida. Arquivo Municipal de Lisboa, CML



Preta que vende pelos lugares de Lisboa mexilhão c. 1850 Biblioteca Nacional de Lisboa

Na prática trabalhavam pouco e contavam com uma série de assalariados para os serviços mais duros.³⁷ As serviçais tinham uma liberdade limitada, tal como acontecia com as suas senhoras. Até aos trinta e cinco anos não deveriam circular na rua nem ter contactos com os homens da casa onde se encontravam, depois passavam a aias e mais tarde a donas.³⁸ Os senhores eram de uma grande familiaridade com os criados e criadas de quarto, sendo comum ver-se à mesma janela patroa e criada em troca de confidências.³⁹ Por ocasião de visita formal era de boa educação inquirir os senhores da casa sobre a saúde dos domésticos de maior confiança, bem como dar e receber lembranças dos parentes a eles destinadas.⁴⁰ Os trabalhadores retribuía-m estas atenções com grande cumplicidade, compartilhando com os senhores alegrias e tristezas e testemunhando falso, se necessário, a seu favor. Não raro, diferentes gerações de serviçais trabalhavam

para uma mesma família, prática que reflectia e fomentava uma certa familiaridade.

Os escravos constituíram outro grupo com forte expressão numérica, apesar da extinção da escravatura. O total de indivíduos de origem africana terá sido empolado nas estimativas oficiais, mas importa sobretudo reter o carácter original que emprestavam às ruas de Lisboa. Nos anos sessenta de setecentos, Baretta fala-nos da grande quantidade de negros de um e outro sexo, que iam enchendo este canto da Europa com uma espécie de amostras humanas chamadas «mulatos».⁴¹ Em termos gerais, eles realizavam os trabalhos mais sujos e eram marginalizados pelo povo, que à laia de insulto fingia espirrar quando por eles passavam. No entanto, em casa eram tratados de modo idêntico aos demais criados. Por vezes era-lhes concedida a liberdade, embora quase sempre em velhos, razão pela qual eram numerosos os mendigos de cor, já que só alguns

continuavam depois de libertos a servir em casa do antigo patrão. Igualmente elevado era o número de ladrões negros.⁴²

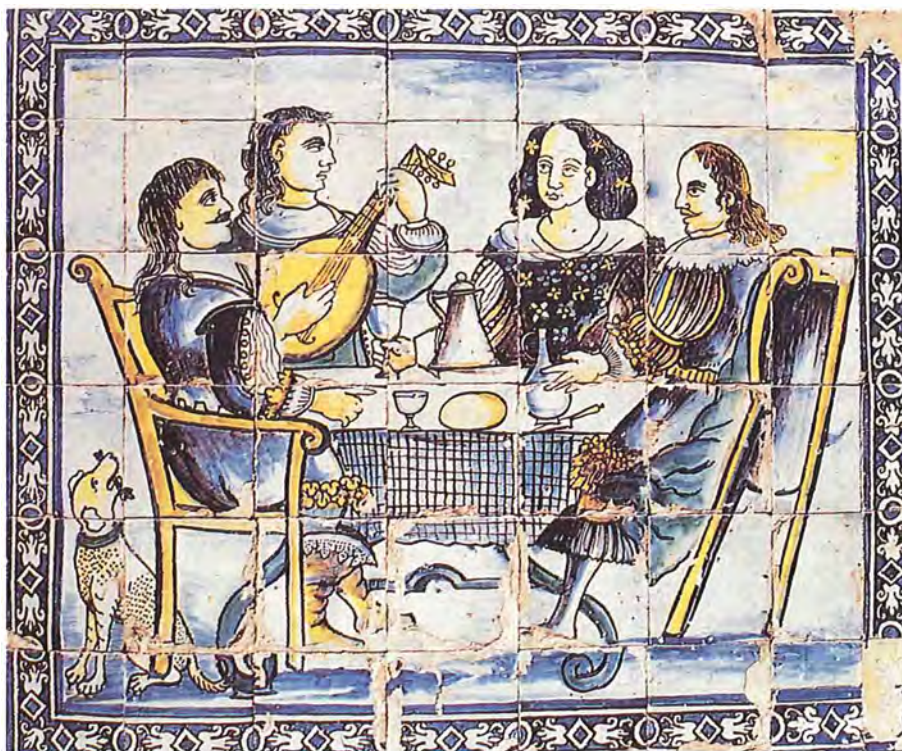
As ruas eram um verdadeiro formigueiro de pedintes. A maioria escolhia lugares fixos para se instalar, solicitando aos transeuntes moedas e uma oração por suas almas, outros entravam nas estalagens e casas de pasto. «Duma forma geral, o seu aspecto sujo e nojento contribui mais para afastar a esmola, que para a conseguir. Um médico teria ocasião de ver diversas doenças, raras e singulares, casos clínicos únicos. Muitos são estropiados e arrastam-se sem pernas, outros exibem corcundas disformes, quase todos têm feridas, um grande número é cego, ou quer-se passar por tal.»⁴³ Na sua maioria homens, viviam na rua e dormiam em buracos e nas ruínas das casas. Ninguém parecia ter escrúpulos em recorrer à prática da mendicidade, forma expedita de suprir a falta de emprego. Muitos recém-chegados contraíam o hábito de pedir esmola. Alguns tinham profissões, mas quase nenhum parecia humilhado com o tipo de vida que levava. Mas também existiam mendigos detentores de um certificado de moralidade atribuído pelas autoridades, que aceitavam todo o tipo de esmolas, trazendo mesmo um cesto para recolher dádivas em géneros.

Lisboa não dava assistência aos pobres, pelo que eles dependiam da caridade privada. A acção eclesiástica resumia-se ao fornecimento de uma sopa diária, servida à porta de alguns conventos, onde se chegavam a concentrar mais de duzentas pessoas. Os irmãos distribuíam caldeiros de sopa e pão em quantidade avultada, mas que não chegavam para suprir a falta de alimento dos homens, mulheres e crianças com fome. Alguns mosteiros e conventos prestavam também assistência médica, recebendo e tratando velhos e doentes, embora em número reduzido, pelo que a maioria dos mendigos tentava recolher-se aos hospitais públicos.⁴⁴ Os registos de entrada no

Hospital Real de Todos-os-Santos demonstram que nele se chegaram a acolher e tratar mais de doze mil indigentes.⁴⁵ Mas na Lisboa do passado, o cuidar dos indigentes acabará por ser assumido por determinados grupos sociais. As casas ricas davam esmola e sopa aos pedintes a dias certos da semana. Das janelas das casas humildes atiravam-lhes pão ou moedas.

Nada conseguia travar o aumento do número de mendigos e vagabundos, apesar das medidas tomadas contra a vagabundagem. No final de setecentos, famílias inteiras viviam em casebres miseráveis ou nas ruínas dos palácios e casas destruídas pelo terramoto, por onde vagueavam crianças esfarrapadas. Esses locais eram perigosos, porque também aí se acoitavam os malfeitores. Na realidade, os atropelos à segurança pública marcavam o dia-a-dia de certos

Painel com cena da vida quotidiana, c. 1665.
Palácio Fronteira





bairros, embora as prisões estivessem cheias. Só a Prisão do Limoeiro alojava em média quatro a cinco mil indivíduos, acusados dos mais diversos crimes. O facto do poder central não assegurar a alimentação dos presos explicava, segundo alguns, o carácter quase indiscriminado com que se processavam as detenções. As condições de existência nas cadeias eram péssimas. A palha só era renovada uma vez por ano, os dejectos humanos nunca ou raramente eram retirados das celas. Não nos surpreende, pois, que os níveis de morbilidade e mortalidade da população detida fossem elevados. As confrarias de beneficência costumaram realizar peditórios dominicais em seu favor, mas quando alguém passava junto à cadeia, os presos estendiam pequenas bolsas suspensas por um barbante através das grades ou um chapéu pendurado num pau. Ao tempo de Pina Manique, os criminosos eram justicados nos sítios onde haviam cometido as suas faltas. A força funcionava com rapidez e os cadáveres eram cortados em público, para servirem de exemplo, constituindo um momento alto na vida urbana. As cabeças eram espetadas em postes erguidos no local do crime e o espectáculo era acrescido quando se puniam quadrilhas inteiras,

como testemunhou Carrère, no final do século XVIII.⁴⁶

Grande parte da vida urbana decorria em círculos fechados, definidos por práticas, códigos e comportamentos específicos. Na realidade foram mantidas até muito tarde as distinções entre os grupos sociais que constituíam a população de Lisboa. A cada correspondia um quotidiano diverso, actividades e recursos económicos variados, locais próprios de residência, vestuário, cultura e instrução distintos, práticas religiosas, política matrimonial, familiar e formas de convívio e afectividade.

No alvorecer da modernidade é possível distinguir no espaço urbano esses grupos, residentes em bairros específicos. À medida que a cidade moderna cresceu algumas alterações vão sendo introduzidas, mas a maior parte delas será quase imperceptível. Haverá que aguardar pelo arranque económico proporcionado pela industrialização nas freguesias mais afastadas do centro da cidade, sustentado pelo contínuo afluxo de gente de todo o país, para que seja alterada a vivência quotidiana. O abandono das terras de origem e a vinda para a grande cidade anónima, a par do desenraizamento e das características

de uma nova vida, alteraram alguns comportamentos individuais básicos. Na cidade, os indivíduos de origem popular encontravam-se mais libertos dos fortes e inevitáveis constrangimentos morais do pequeno universo rural, mas sem que esse facto fosse sinónimo de devassidão, como muita literatura coeva fez crer.

É certo, porém, que as mudanças foram profundas e claramente estabeleceram diferenças entre os comportamentos sociais e afectivos das elites culturais e económicas e o resto da população. Fosso tanto maior quanto maiores as distâncias que separavam os indivíduos no interior da hierarquia social.

- ¹ Irisalva Moita, «A imagem e a vida da cidade», in *Lisboa Quinhentista. A imagem e a vida da cidade*, Lisboa, CTT, 1992, p.11. Sobre as questões relativas ao crescimento urbano ver também Iria Vicente Gonçalves, «Aspectos Económico-sociais da Lisboa do Século XV estudados a partir da propriedade régia» (in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 1, Lisboa, 1980, pp.153-204) e Raquel Soeiro de Brito, *Lisboa – Esboço Geográfico*, Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, n.º 82, Lisboa, 1969. Refira-se a obra sempre actual de Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, Lisboa, 1879, 9 vols.
- ² Padre Sande, cit. por Irisalva Moita, *op. cit.*, p.19.
- ³ Carnide, Lumiar, Ameixoeira, Charneca, parte de Benfca e do Campo Grande. Qualquer delas registou aumentos muito inferiores à média geral, o que demonstra que não participavam ainda do pulsar urbano.
- ⁴ Freguesias da Pena, Anjos, São José e Santo André.
- ⁵ A. H. de Oliveira Marques, «Uma descrição de Portugal em 1578-1580», in *Nova História. Século XVI*, Lisboa, Ed. Estampa, 1984, pp. 87-88.
- ⁶ José-Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 2ªed., Lisboa, Bertrand, 1977, pp. 20, 47 e 48.
- ⁷ Teresa Rodrigues et alii, *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, 2ªed, Lisboa, Livros Horizonte, 1996, p.16.
- ⁸ Teresa Rodrigues et alii, *op. cit.*, pp. 19-20.
- ⁹ Suzanne Chantal, *A Vida Quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d. e Fernando Castelo Branco, *Lisboa Seiscentista*, 4ªed., Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- ¹⁰ Sobretudo por peste no século XVI, a que sucedem outras doenças igualmente contagiosas e mortíferas, como o tifo, a varíola e febres tifóides.
- ¹¹ Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal...*, 2.ª ed., Lisboa, 1610.
- ¹² Teresa Rodrigues, *As Crises de mortalidade em Lisboa nos séculos XVI e XVII*, dissertação de Mestrado em Demografia Histórica e Social, FCSH-UNL, Lisboa, 1987, pp.44-51.
- ¹³ G. Baretti, *Viaggi Esposti in Lettere Familiari a suoi fratelli Filippo, Giovanie Amadeo*, Monza, 1850, p. 222; M. Link, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, Paris, 1803, p. 262.

- ¹⁴ Em 1605, 1608, 1611, 1617, 1644, 1653 e tantos outros.
- ¹⁵ Carl Ruders, *Viagem em Portugal. 1798-1802*, Lisboa, BNL, 1981, pp. 40, 83, 227, 252.
- ¹⁶ *Idem*, p. 30.
- ¹⁷ Teresa Rodrigues et alii, *op. cit.*, p. 25.
- ¹⁸ Marquis de Bombelles, *Journal d'un Ambassadeur de France en Portugal. 1786-1788*, Paris, PUF, 1979, p. 49 e A. William Costigan, *Cartas de Portugal, 1778-1779*, Lisboa, Ática, S.d., vol. II, p. 23.
- ¹⁹ Carl Ruders, *op. cit.*, p. 122.
- ²⁰ J.B.F. Carrère, *Voyage en Portugal et Particulièrement à Lisbonne ou tableau moral, civil, politique, physique et religieux de cette capital, etc., etc.*, Paris, Deterville, 1798, p. 67.
- ²¹ Teresa Rodrigues et alii, *op. cit.*, pp.28-29.
- ²² Suzanne Chantal, *op. cit.*, pp. 250-251.
- ²³ Suzanne Chantal, *op. cit.*, p. 243.
- ²⁴ William Beckford, *Diário de William Beckford*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1957, p. 65.
- ²⁵ *Idem*, p. 308.
- ²⁶ Suzanne Chantal, *op. cit.*, pp. 47-48.
- ²⁷ *Op. cit.*
- ²⁸ Nuno Luís Madureira, *Cidade: Espaço e Quotidiano, Lisboa 1740-1830*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, pp. 127 a 141.
- ²⁹ Fernando Castello-Branco, *op. cit.*, p. 47.
- ³⁰ Para os séculos XVI e XVII veja-se Teresa Rodrigues, «As estruturas populacionais», in *História de Portugal*, dirig. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. III; para o século XIX Teresa Rodrigues, *Viver e Morrer na Lisboa Oitocentista (Migrações, mortalidade e desenvolvimento)*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1995.
- ³¹ Suzanne Chantal, *op. cit.*, p. 251.
- ³² Quando, durante a Guerra das Laranjas, em 1801, se pretendeu expulsá-los, o Intendente Geral da Polícia objectou, defendendo que deixaria de haver quem servisse as cidades de Lisboa e Porto, tendo sido abandonada a ideia inicial. (G. Baretti, *op.cit.*, II, p.61)
- ³³ Opinião nem sempre reiterada através das descrições feitas sobre os principais extractos da sociedade lisboeta.
- ³⁴ J.B.F. Carrère, *op. cit.*, pp. 49 e 264.
- ³⁵ William Beckford, *op. cit.*, pp. 34, 49 e 64.
- ³⁶ João Correia de Sá e Benevides possuía para o servir, a si e a sua mulher, onze criados. O mesmo acontecia com João Alvares Soares e esposa, com vinte criados, ao Duque de Cadaval, que vivia com quarenta e cinco pessoas, e ao Bispo de Viseu que, com mais quatro parentes e dois amigos tinha a servi-lo um total de vinte e seis criados.
- ³⁷ Lavadeiras, engomadeiras, aguadeiros, entre outros.
- ³⁸ Suzanne Chantal, *op. cit.*, p. 111.
- ³⁹ Marquis de Bombelles, *op. cit.*, p. 90.
- ⁴⁰ Carl Ruders, *op. cit.*, p.123.
- ⁴¹ G. Baretti, *op. cit.*, II, p.61.
- ⁴² Carl Ruders, *op. cit.*, p.139.
- ⁴³ M. Link, *op.cit.*, I, pp. 264-265.
- ⁴⁴ Suzanne Chantal, *op. cit.*, p.159.
- ⁴⁵ Suzanne Chantal, *op. cit.*, p. 247.
- ⁴⁶ Este último assistiu ao julgamento de uma quadrilha de vários elementos, acusados de furto, violências e roubos à mão armada (J.B.F. Carrère, *op. cit.*, pp. 252-254).

Do Passeio Público ao Parque da Liberdade

Françoise Le Cunff

FALTA AO CONJUNTO ARQUITECTÓNICO DA BAIXA Pombalina uma peça importante, sacrificada no final do século XIX aquando da construção da Avenida da Liberdade, que devia permitir o desenvolvimento da cidade para Norte. Trata-se do Passeio Público do Rossio, construção de «um género novo»¹ na altura, que completou o programa urbanístico escolhido para a nova cidade.

A projecção desse espaço, entre 1764 e 1771, por altura do plano de reedificação da Baixa, constitui a primeira expressão, no país, do desejo de um parque público numa altura em que, justamente, começava a ser um equipamento frequentemente integrado na reconstrução das cidades europeias influenciadas pelas Luzes. No mesmo período desenha-se, por exemplo, o «Paseo del Prado» em Madrid (1760-1770) apreciado como sendo «l'un des plus grandioses de l'Europe des Lumières».²

No século XVIII, enquanto alguns filósofos em ruptura com o estilo de vida urbana procuram refúgio no contacto com a natureza, os planificadores tentam encontrar soluções para a insalubridade da cidade. Como uma das medidas mais pertinentes, a plantação de árvores desempenha um papel importante, tendo como objectivos complementares o saneamento e o embelezamento da cidade. As estradas de entrada e saída de numerosas cidades passam a ser arborizadas, assim como os cais dos rios dos centros urbanos e as zonas de fortificações antigas. A cidade abre-se pouco a pouco à paisagem que a circunda. A natureza penetra na cidade pela mão dos passeios públicos. Estes são, ao lado de outros equipamentos colectivos, conscientemente projectados e integrados nos planos de reconstrução das cidades porque iam, efectivamente, ao encontro de ideias filosóficas e estéticas preconizadas pelo movimento das Luzes. Aqueles passeios públicos contribuíam para o ordenamento do espaço público, para a formosura da cidade e para o saneamento da mesma, constituindo reservas imprescindíveis de «ar e luz».

O projecto do Passeio Público

O primeiro desenho do Passeio Público obedece a um esquema bastante simples traçado pelo engenheiro-militar e arquitecto Reinaldo Manuel dos Santos: é uma alameda de 300x90m constituída por uma rua central; em ambas as faixas laterais desta artéria foram plantadas cinco filas de árvores dispostas regular e simetricamente de modo a formarem ruas secundárias. Este Passeio era cercado por muros e a entrada fazia-se, inicialmente, por uma porta de madeira. O ordenamento do seu perímetro, tal como o das ruas laterais e do largo fronteiro, facilitava as acessibilidades e disciplinava uma área importante da cidade.

Concebido como um «anexo» de uma via de circulação alargada e arborizada, o Passeio, além de assumir as funções acima referidas, permitiria também o encontro das classes sociais e a sua mútua e progressiva aceitação. No Portugal de setecentos, os jardins são privados e reservados para a fruição da aristocracia. Consta que esta situação evoluiu com a aproximação da Revolução Francesa, período após o qual «foi, de facto, frequente alguns dos proprietários de grandes jardins no interior das cidades abrirem-no ao público em certos dias do ano, promovendo assim uma certa democratização do uso do jardim», observou Ilídio Araújo.

O geometrismo e o rigor do desenho do Passeio do Rossio poderia induzir que fora concebido «ao velho gosto francês». ³ Todavia, os jardins «à francesa» desenvolviam todo um programa iconográfico e filosófico que estava ausente da concepção do Passeio Público de Lisboa. Influenciada por outras tradições, de raiz árabe e medieval – o horto – a arte dos jardins portugueses resistira, na verdade, ao modelo francês consagrado por André Le Nôtre, salvo raras excepções como os jardins de Queluz e os da Quinta Real de Caxias. ⁴ O traçado do Passeio

Público, embora não coincida com o «modelo Le Nôtre» aproxima-se, no entanto, de outras tipologias de jardins em grande desenvolvimento em toda a França durante o século XVII: os *mails* e os *cours*.

Marcel Poete explica que o *mail* era «un jeu d'exercice où on pousse avec une grande violence et adresse une boule de buis qu'on doit faire passer par un archet de fer qu'on nomme la passe». Aquele termo indicava igualmente o pau com o qual se empurrava a bola e, por extensão, o local onde se praticava o jogo, geralmente disposto do seguinte modo: «Une allée d'aulnes battue et fermée de planches.» ⁵ Pouco a pouco, estes espaços, inicialmente concebidos como áreas de jogo, tornaram-se «des lieux de rencontre, des promenades publiques», ⁶ constata outro historiador dos jardins públicos, Louis-Michel Nourry. Quanto aos *cours*, eram de dois tipos: uns, concebidos para passeios a pé e, outros, para passeios de coche. O «Cours de la Reine Margot» (1606) pertence ao primeiro grupo. Fora criado para Marguerite de Valois, primeira esposa do rei Henrique IV. Era uma extensa alameda constituída pela plantação de dois renques de árvores onde se penetrava por uma porta aberta na rua «des Saints-Pères». Construído em terraço, paralelamente ao Sena, proporcionava uma admirável vista sobre o rio e sobre a galeria do Louvre. No segundo grupo, encontra-se outro de designação parecida, o *Cours-la-Reine* (1622). Era composto por quatro filas de ulmeiros plantados numa extensão de 1500 metros de comprimento. O *cours* era interrompido a meio por uma rotunda de uma centena de metros, também arborizada, e permitia a um número apreciável de carros girarem à sua volta ao mesmo tempo. Tanto os *mails* como os *cours* eram autênticos salões ao ar livre nos quais as classes «mundanas» se dedicavam à arte da conversação, ao exibicionismo das suas posses e à valorização da ociosidade.

No último quartel de setecentos e durante os três primeiros decénios do século XIX, o Passeio Público do Rossio não conseguiu impor-se como o centro de sociabilidade dos lisboetas, a julgar por descrições várias colhidas na literatura de viagens e na imprensa. Parte deste insucesso parece proceder da sua fraca qualidade estética e da sua desadequada integração paisagista. O viajante e médico J.B.F. Carrère, por exemplo, lamenta que tenha sido construído «em sítio afastado e de mau acesso, enterrado no sopé de um monte elevado, que o priva da livre circulação do ar». Foram formuladas igualmente críticas ao horário do seu funcionamento. Muitos dos seus frequentadores achavam que devia estar aberto até mais tarde na época do Verão. Por outro lado, a lenta progressão das obras de reconstrução da cidade, após o terramoto de 1755, tornava difícil o acesso àquele espaço. A fraca adesão a esta iniciativa residia também no facto de que, na sociedade portuguesa, não existia o hábito e o gosto de passear num espaço previsto para o efeito. Prevalecendo ainda no meio aristocrático as tradições de festas e encontros em palácios privados, a sociedade no seu todo não estava, por isso, habituada a uma mistura informal e sem etiqueta em espaços de recreio público. A mentalidade das elites constituía um freio à mistura das classes e à emulação que o reencontro destas no Passeio devia favorecer. De facto, a burguesia tal como se apresenta na segunda metade do século XIX e que vai acabar por aderir com entusiasmo aos divertimentos proporcionados pelo Passeio Público, era ainda nesta época de reduzida expressão social. Finalmente, não sendo a industrialização muito desenvolvida no país, a criação de um espaço verde para usufruto público não era sentida como um empreendimento de grande utilidade ou como uma sensível encenação estética da natureza.

O Passeio Público e a sociabilidade oitocentista

O Passeio Público tornou-se o local de encontro da sociedade portuguesa só a partir da segunda metade do século XIX, depois de beneficiar de melhoramentos introduzidos pelas sucessivas vereações liberais.

A oferta variada de divertimentos, em particular durante as noites de Verão, mas não só, contribuiu decisivamente para a afluência do público ao Passeio. Além das iluminações, organizavam-se igualmente fogos-de-artifício, concertos aos domingos e dias santificados, festas temáticas (festa chinesa e festa do Tirol), espectáculos acrobáticos, bailes infantis e, sobretudo, festas de beneficência. Os entretenimentos e os fins caritativos a que se destinavam estas festas justificavam a massiva presença do público nestas noites especiais.⁷ Pouco a pouco, o Passeio Público do Rossio foi-se impondo como o local de encontro de todas as classes sociais que ali se juntavam, embora sem necessariamente se misturarem. Por detrás do seu ar convívio e interclassista, aquele jardim era objecto de alguma segregação social. A frequência do Passeio Público pelos diferentes grupos sociais era distinta segundo os dias da semana. As quintas-feiras eram consideradas de «bom tom» ao contrário de os domingos, desprezados pelos mais «chiques» porque o acesso gratuito favorecia a amálgama social. Além desta hierarquização que se estendia, inclusive, às próprias horas do dia, verificava-se uma outra relativa à própria utilização física do espaço: havia os que frequentavam a rua central, e os que se mantinham nas ruas secundárias. A presença de membros da família real e do *high life* em alguns acontecimentos que decorreram ali, nomeadamente nas festas caritativas, fazia com que a burguesia também fosse atraída pelo desejo de comparecer num jogo complexo de emulação, identificação e exibição.

Uma nova concepção de urbanismo: a avenida-parque

No final do século XIX, o velho jardim já não satisfazia os lisboetas, saturados que estavam da rotina do mesmo tipo de divertimentos. Impedido do desenvolvimento urbanístico da cidade em expansão para norte, o Passeio Público foi sacrificado para se construir no seu lugar a Avenida da Liberdade. Esta, conforme o projecto do então engenheiro-chefe da CML, Frederico Ressano Garcia, devia ser completada por um parque a construir nos terrenos livres a norte da Rotunda do Marquês de Pombal. O declive destes terrenos dificultava efectivamente o prolongamento natural da avenida naquele sentido. O parque, com uma superfície de aproximadamente 38 hectares, devia compensar os lisboetas pela perda do Passeio Público e teria um desenho mais adequado aos novos tempos. Com efeito, a arte dos jardins públicos evoluirá consideravelmente. Obedecendo inicialmente a concepções bastante rudimentares, baseadas no modelo de alameda, a arte paisagista desenvolvera plantas cada vez mais complexas capazes de conferir maior autonomia funcional e formal aos parques e jardins. Neste campo, as grandes obras realizadas em Paris entre 1853 e 1870 por Napoleão III e G. Haussmann tiveram um carácter exemplar.⁸ As diferentes formas como a natureza fora encenada em Paris (parques periféricos suburbanos, parques intramuros, praças e avenidas ajardinadas e arborizadas), a sua distribuição por toda a área urbana e a sua livre acessibilidade são as características mais originais salientadas pelos estudiosos do urbanismo haussmanniano.⁹ O sistema dos jardins parisienses, concebido ao mesmo tempo que o plano do conjunto edificado, devia assumir com maior relevância funções enunciadas quase um século mais cedo mas que continuavam a permanecer de grande actualidade devido à grave degradação da vida social urbana provocada pela Revolução Industrial. Os reformadores parisienses não inventam apenas um



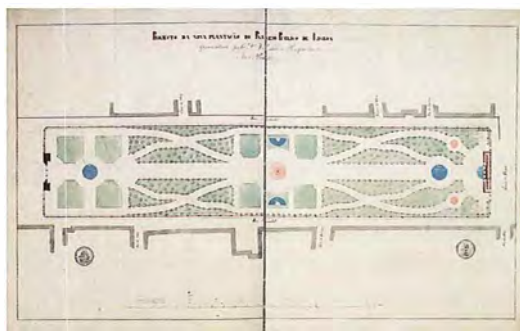
A China no Passeio Público, texto satírico publicado no jornal António Maria, 1870. Fotografia da CML

modelo de gestão do espaço urbano, impõem também um novo estilo de parque: o do jardim irregular ou paisagista. Inspirados pelos arquitectos-paisagistas ingleses, os técnicos parisienses, dirigidos por A. Alphand, criaram um modelo *sui generis* em substituição do estilo clássico. A linha curva triunfa no delineamento das ruas, em particular no traçado da rua de cintura que chega a tomar a forma de uma elipse em muitos projectos de jardins da época. As formas sinuosas permitiam alongar os percursos da caminhada dos transeuntes, encorajar a sua deambulação e proteger a sua intimidade. Os progressos alcançados pela Topografia e os meios técnicos permitem (re)criar relevos e ondulações de terreno com procura de vistas panorâmicas dentro e para fora do parque. Pequenas arquitecturas povoam este simulacro da natureza que se quer reconfortante. Os relvados são sabiamente dispostos em alternância às plantações; nos espaços ajardinados desenvolve-se a



Lisboa, um trecho da Avenida da Liberdade, in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos

Projecto da nova plantação do Passeio Público de Lisboa, apresentado pelo senhor vereador Raymundo José Pinto, c. 1852 in *Do Passeio à Avenida*. Arquivo Municipal de Lisboa, CML



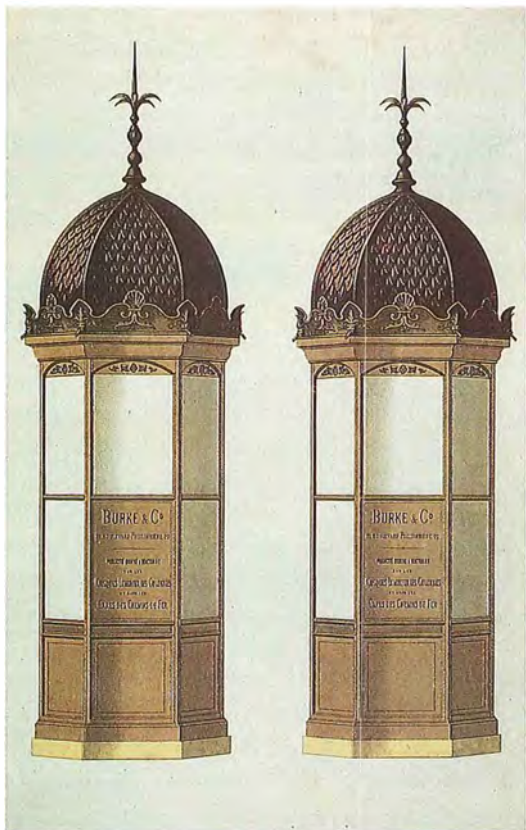
horticultura. Esta nova concepção de parque marginaliza o passeio «mundano» cultivado no século XVIII e privilegia o passeio higienista e reparador que permite ao Homem reencontrar-se com a Natureza. Ali, pode respirar e aliviar as tensões da vida urbana.

A abertura de uma avenida ajardinada e arborizada em Lisboa, combinada com a construção de um parque, remete para Paris que lhe servira, muito possivelmente, de modelo. Com efeito, na capital francesa, os parques e jardins eram sistematicamente servidos e prolongados por avenidas arborizadas. A concepção avenida-

-parque mais espectacular é, sem dúvida, a Avenida Foch – na altura «Avenue de l'Impératrice» – a qual «éblouit le visiteur aussi bien que les spécialistes par sa situation entre l'Arc de Triomphe et le bois de Boulogne, ses dimensions gigantesques et le traitement déterminant des lieux de verdure latéraux.»¹⁰ É lícito pensar que Ressano Garcia, regressado de Paris onde se formara e onde presenciara as transformações urbanas desta capital, se tenha deixado influenciar por aquelas quando começou a elaborar os projectos urbanísticos para Lisboa. Já na capital portuguesa, Ressano Garcia pôde reexaminar os modelos parisienses a par da consulta de algumas obras de arte paisagística, bem como de plantas de jardins entretanto adquiridas pela edilidade lisboeta. Estas publicações formavam uma «biblioteca especial de jardinagem», da qual consta a obra de A. Alphand, *Les promenades de Paris*.¹¹ Este título, que recensava as criações paisagísticas da capital francesa, fora concebido pelo seu autor como um verdadeiro tratado, e fora distribuído pelo próprio município parisiense a numerosas personalidades e cidades do mundo inteiro.¹² Como pude averiguar, foi endereçado ao rei de Portugal bem como às câmaras de Lisboa e do Porto um exemplar daquela obra.

O Parque da Liberdade

Ao tentar implementar o novo projecto de parque e ao verificar a ausência de técnicos suficientemente habilitados na área da arquitectura-paisagística, a CML resolveu, em 1887, abrir um concurso internacional destinado a seleccionar um projecto paisagístico digno da Avenida da Liberdade. O programa do concurso, elaborado pela Repartição Técnica da CML fundamentava-se nos princípios da composição do jardim irregular. Aos concorrentes eram fornecidas indicações que se prendiam com a configuração do sítio de maneira a criar uma paisagem que resultasse da combinação dos diferentes planos do terreno



com a exploração de panorâmicas. Os concorrentes deviam considerar também o diferencial da cota – cerca de 50 metros, entre a parte sul e a parte norte dos terrenos. O local do Monte Almeida, escolhido para a construção do novo parque de Lisboa, tinha potencialidades paisagísticas destacadas por pintores, tais como, L.B.Parkins.

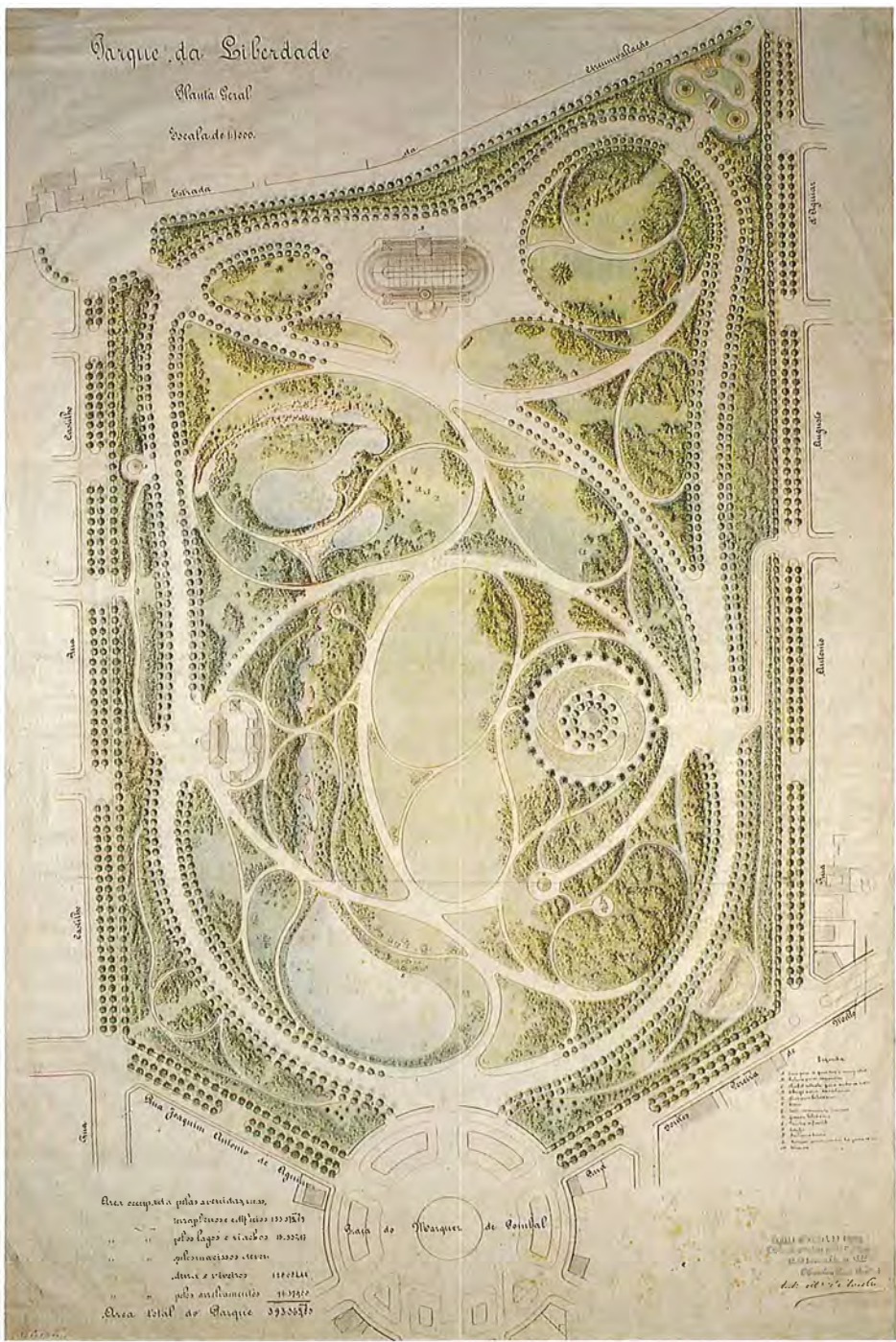
O estilo irregular ou paisagista, modelo das realizações parisienses, era considerado, então, como o paradigma da modernidade na arte dos jardins urbanos. A escolha do programa do concurso para o Parque da Liberdade corresponde a um desejo de progresso e de cosmopolitismo. Mas, enquanto aquele estilo ainda era preferido em Lisboa, o mesmo começava a ser alvo de críticas noutras latitudes onde se consi-

derava que não respeitava os particularismos da flora endémica. Acrescente-se que o programa do concurso do Parque da Liberdade impunha aos concorrentes uma «variante» destinada a abrigar um jardim zoológico numa área do parque com cerca de 8 a 10 hectares. A ideia de integrar um jardim zoológico num parque paisagista, combinando desta forma o parque de recreio com o interesse científico e a vocação educativa, já era bastante comum na altura. O Bosque de Boulogne fora rematado entre 1858 e 1861 por um jardim zoológico. O mesmo aconteceu no Parque Leopoldo de Bruxelas, inaugurado em 1851.

O concurso do Parque da Liberdade foi um sucesso quer pelo número de participantes quer pela experiência profissional de alguns deles. Contactaram a CML profissionais de vários países, da Alemanha, da Bélgica, França, Holanda, Itália, Inglaterra, Mónaco, Suíça, e até da Rússia,¹³ o que permite concluir que a arte de delinear parques e jardins tornara-se, em finais do século XIX, uma actividade em expansão um pouco por toda a Europa. A construção de muitos jardins e parques em cidades francesas, ansiosas por imitar a capital, permitiu que um significativo número de profissionais acabasse por exportar facilmente a sua experiência e *savoir faire*. Neste contexto, não é de admirar a forte participação dos arquitectos-paisagistas franceses no concurso do Parque da Liberdade – trinta pediram informação à CML – e a sua boa classificação no mesmo: Henri Lusseau, Henri Duchêne e Eugène Deny alcançaram o primeiro, segundo e terceiro prémios, respectivamente, e os senhores Morel e Durand duas menções honrosas.¹⁴ É de assinalar a participação de Eugène Deny e Henry Duchêne assim como a de Jules Vacherot, mesmo se o projecto deste último não fez parte dos vinte seleccionados para participarem no concurso final. Com efeito, todos eles eram arquitectos-paisagistas de renome e com experiência adquirida no Pelouro dos Passeios e

Projecto de um quiosque para venda de jornais, 1881 in *Do Passeio à Avenida*. Arquivo Municipal de Lisboa, CML

> *Planta Geral do Parque da Liberdade*, Dezembro de 1899. Câmara Municipal de Lisboa. Fotografia de Paulo Andrade.



Arvoredos de Paris.¹⁵ Henri Lusseau, o vencedor do primeiro prémio, mesmo se menos conhecido, não era um principiante. Proprietário de uma agência de *création et restauration de parcs et jardins* perto de Paris, fora recompensado com várias distinções por projectos de jardins apresentados em exposições de horticultura de vários países.

Apesar da falta de técnicos especializados nacionais na área, Portugal fez-se representar no mesmo concurso por engenheiros civis: Jacinto Inácio Cabral, o Barão Kessler, por *conductores*: Francisco Liberato Telles Castro Silva, por um engenheiro agrónomo: Luís de Andrade Corvo, e por dois horticultores portuenses: José Marques Loureiro Jerónimo Monteiro da Costa.¹⁶ Este facto não constitui uma grande surpresa: os engenheiros civis já eram, na segunda metade do século XIX, uma importante e activa classe social a quem se confiava, preferencialmente, tanto as obras de urbanismo como as de arquitectura da capital.¹⁷ Refira-se que a cidade do Porto mostrou, mais cedo que Lisboa, maior apetência pela jardinagem e pela horticultura.¹⁸

Por várias razões (entre elas, inexequibilidade financeira, crise política de 1890), o projecto de Henri Lusseau nunca chegou a ser executado. Recuperado em 1903 o projecto de um Parque da Liberdade, agora com o nome de Parque Eduardo VII, não passou do papel uma vez que não só os terrenos continuaram abandonados até 1938 como nunca se chegou a um «consenso paisagístico» para aquele espaço até à data em que se adoptou o projecto do arquitecto Francisco Keil do Amaral.

A projecção do Passeio Público por iniciativa do Marquês de Pombal aparece, desde logo, como um esforço meritório para dotar Lisboa de um jardim público. É o primeiro a institucionalizar esta noção em Portugal e a lançar a prática do passeio num espaço arborizado especialmente concebido para o efeito. Apesar das críti-



cas formuladas ao projecto inicial, o Passeio Público manteve-se como principal jardim da capital durante mais de um século.

Nota: Parque da Liberdade era o nome primitivo do Parque Eduardo VII. O presente artigo foi redigido a partir de uma investigação mais abrangente que constituiu a minha dissertação de Mestrado, apresentada sob orientação da Professora Doutora Margarida Acciaiuoli de Brito, e apoiada por uma bolsa do Instituto Camões. Ver Françoise Le Cunff, *Parques e Jardins de Lisboa, 1764-1932: do Passeio Público ao Parque Eduardo VII*, Lisboa, Faculdade das Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.

- ¹ Como já tinha observado o Historiador de Arte José-Augusto França em *Lisboa pombalina e o iluminismo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1987, p.137. Sobre a problemática das Luzes e a reconstrução pombalina, o mesmo autor publicou o seguinte artigo: «Espaces et commodités dans la Lisbonne Pombaline» in *Di-Huitième Siècle*, Paris, 9, 1977, pp.162-169.
- ² Carlos Sambricio, «L'Espagne des embellissements» in André Lortie (sob a dir. de), *Paris s'exporte. Architecture modèle ou modèles d'architectures*, Paris, Ed. du Pavillon de l'Arsenal, Picard, 1995, p.61.
- ³ Ver Carl Israel Ruders, *Viagem em Portugal (1798-1802)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, p. 36.
- ⁴ Ver o artigo de Ana Cristina S. T. Leite sobre os «jardins» em José Fernandes Pereira (sob a dir. de), *Dicionário da arte barroca*

em Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 236. A. C. Leite defendeu uma dissertação de Mestrado em História da Arte sobre *O Jardim em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Arquitecturas. Programas iconográficos*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

- ⁵ Marcel Poete, *La promenade à Paris au XVIème siècle*, Paris, Ed. Colin, 1913, p. 136.
- ⁶ Louis-Michel Nourry, *Les jardins publics en province: un élément de la politique de l'espace du Second Empire*, Paris, Dissertação de Doutoramento da Université de Paris I, 1995, vol.1, p.18.
- ⁷ A leitura das actas das reuniões da Câmara Municipal de Lisboa conjuntamente com o depoimento de documentos de arquivo (AML – AC/Urbanismo: S.G.O.) e a consulta da imprensa da época (*Revista Universal Lisbonense, Ilustração luso-brasileira, Jornal de Lisboa*) permitiram-nos recensear todas as festas caritativas organizadas no Passeio Público e estudar o programa cultural das mesmas, o número de bilhetes vendidos, as receitas realizadas e, às vezes, a sua aplicação.
- ⁸ Sobre as particularidades do *haussmannismo* e as virtudes desse modelo, ver André Lortie, *op. cit.*
- ⁹ Ver, por exemplo, Françoise Choay, «Haussmann et le système des espaces verts parisiens» em *Revue de l'Art*, Paris, 29, 1975.
- ¹⁰ Philippe Gresset, «L'urbanisme de Georges Haussmann vu d'ailleurs. À propos des opinions des spécialistes à Londres et à Berlin» in *Paris d'Haussmann, le pari d'Haussmann*, Paris, Picard, 1991 p. 327.
- ¹¹ AML – AC/ Urbanismo: S.G.O. cx.49 Mç.C4 (1879). Doc.13: «Livros e plantas que estão na Repartição Technica do Pelouro dos Passeios.»
- ¹² Sobre a difusão desta obra, ver Antoine Grumbach, «Les promenades de Paris», *L'Architecture d'Aujourd'hui*, Paris, 185, 1976, p.98.
- ¹³ AML – AC/ Urbanismo: S.G.O. cx.8 Mç.C47 (1887). Doc. 25: «Nomes e referências das pessoas que pediram indicações com respeito ao concurso para a acolha e projecto para o parque da cidade.»
- ¹⁴ AML – AC/ Urbanismo: S.G.O. cx.9 Mç.C4 (1888). Doc.45.
- ¹⁵ Desses três arquitectos-paisagistas, apenas H. Duchêne foi objecto de investigação por parte da Associação Henri e Achille Duchêne, herdeira de boa parte do espólio documental de um atelier familiar de paisagistas (pai e filho) com carreira internacional. Ver *Henri et Achille Duchêne, architectes-paysagistes (1841-1947). Le style Duchêne*, Paris, Ed. du Labyrinthe, 1998.
- ¹⁶ AML – AC / Urbanismo: S.G.O. Cx.8Mç.C47 (1887) : «Notas das pessoas a quem foram distribuídos os elementos para facilitar a elaboração dos projectos de um grande parque em conformidade com o annuncio de 30 de Maio de 1887 abrindo concurso para a apreentação dos projectos.»
- ¹⁷ Ver Maria Helena Castel-Branco Lisboa Barata Moura, *Os engenheiros em Lisboa. Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*, Dissertação de Mestrado em História de Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1997.
- ¹⁸ Ver Manuela Martins Soares Antunes, *Jardins do Porto de Oitocentos. Percursos, tipologias e persirências*, Dissertação de Mestrado em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.

Caricatura Rosa Araújo, a propósito das obras da Avenida da Liberdade.
Caricatura de Bordalo Pinheiro.
Arquivo Fotográfico da CML,
Colecção Eduardo Portugal

Marquês de Pombal – uma rotunda, uma praça, um lugar de memória(s)

G a b r i e l a C a r v a l h o

A cidade

A cidade deve ser entendida como uma estrutura permanente e significativa, muito embora evolutiva. A arte e o património cultural que a constituem, construído ou não, fazem parte da vivência quotidiana e da memória como referenciais da identidade colectiva. Por isso, existem locais na cidade onde o passado e o presente confluem, construindo alguns sinais do tempo tão integrantes do nosso dia a dia que, sem dar por eles, são porém significativos na sua existência, constituem-se como marcos nos percursos dos dias, envolventes de objectos patrimoniais que já não são vistos mas sentidos como presenças constantes, âncoras de deambulações fortuitas na cidade.

As abordagens a este património permanente e marcante podem ser múltiplas; novas leituras, à luz de novos saberes ou de novas perspectivas de um futuro urbanístico que se quer cada vez melhor e mais prático, têm sido feitas com temáticas e enfoques variados, que permitem discussões e previsões da cidade como local feliz de vivência. As cidades alicerçam, no entanto, essa felicidade em eventos importantes, efemérides, curiosidades, construções desaparecidas, momentos históricos ou apenas quotidianos e ocasionais.

A fruição dos espaços urbanos deve funcionar como um exercício natural e fascinante de entender a cidade. O nível de profundidade deste exercício assenta na qualidade da imagem urbana e na forma como a experiência é vivida.

O projecto

A Praça Marquês de Pombal confina-se, muitas das vezes, no nosso inconsciente de urbe, ao nome e à ideia de rotunda, centro/entrada/saída da cidade, sem verdadeira consciência de um passado ou de um património único, pela beleza e pelo significado do objecto patrimonial que se ergue no seu centro. Entender a ideia da constru-



ção da Rotunda é afinal, percorrer um tempo mais ou menos longo da evolução da cidade e dos desígnios urbanísticos da sua expansão para norte.

A Regeneração, como movimento oitocentista de reformulação política e cultural, conduziu, naturalmente, a uma nova vontade de programar a capital como uma Lisboa contemporânea, resultado de uma planificação urbanística global, uma vez definidas as suas zonas de expansão e, sobretudo, a liberdade de se desenvolver para norte. O passeio público pombalino setecentista chocava, seguramente, com as ideias do segundo quartel do século XIX.

A 3 de Junho de 1859, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, o então Presidente do Município, lançou, em sessão de Câmara, a ideia de construir uma alameda que, do fundo do Passeio Público, se abrisse para norte até S. Sebastião da Pedreira e ao Campo Pequeno.

Aprovada a proposta, esta é enviada à Comissão Técnica. Quatro anos mais tarde procedia-se a uma vistoria do local, com a presença do presidente e de alguns vereadores e engenheiros. Entre estes encontrava-se Pedro José Pezarat a quem se deve a primeira ideia de *boulevard*, influenciada pelo modelo de Paris reestruturado.

Contudo, apesar do reconhecimento da necessidade desta cidade moderna e pensada e da vontade política de a concretizar, somente vinte anos mais tarde se iniciariam as demolições para a construção da Avenida. Um processo longo, recheado de projectos, expropriações, demolições, transformações e criações.

Ressano Garcia, um jovem engenheiro de vinte e sete anos, de formação parisiense, sucederia a Pézarat à frente do projecto, em 1870. Apesar dos vários esboços elaborados por outras equipas, será o seu projecto a merecer a aprovação.

A discussão entre o jovem engenheiro e Miguel Pais continuaria, defendendo o primeiro a abertura de uma avenida terminando numa rotunda, com vários acessos, e o segundo, o prolongamento da avenida até à Penitenciária e à estrada da circunvalação – a actual Marquês da Fronteira. Era neste local que Miguel Pais defendia a proposta de construção de um monumento ao Marquês de Pombal.

Assim, apesar dos protestos e dos abaixo-assinados, prevaleceu a ideia da construção consensual quanto à construção de uma cidade moderna, capaz de satisfazer o aumento demográfico dos últimos anos, deixando para trás o romantismo e o Passeio Público, e virando as costas ao rio, para qual vivera toda a vida. A avenida torna-se a primeira concretização do plano geral pensado, um dia, por Ressano Garcia.

O seu início pontua-se por um monumento-obelisco em homenagem à Restauração de 1640, numa praça rectangular. Para o seu término é, desde logo, imaginada uma sumptuosa e enorme rotunda (já incluída no plano de 1877), donde

Retrato do Marquês de Pombal, brinde da Companhia Fabril Singer. Biblioteca Nacional de Lisboa

irradiariam as futuras artérias em direcção às portas de Lisboa.

Este espaço, de dimensões únicas e excessivas para a época, encontra-se esboçado nos primeiros desenhos. Em 1879 o projecto, então apresentado em sessão de Câmara, explicitava que a avenida, prolongando o antigo Passeio Público em toda a sua largura, deveria terminar numa praça circular de 200 metros de largura, donde irradiam quatro ruas de 30 metros de largura.¹

Ficou desde logo definida a enorme importância desta via como eixo de penetração e de distribuição na própria Rotunda. Para além disso – dada a expansão demográfica significativa a partir da segunda metade do século – constituía-se, ainda, como um incentivo ao aparecimento de novos bairros.

Três anos mais tarde, aberta a avenida, enquadram-se, em projecto, a rotunda, as avenidas a ocidente e a oriente, o parque a norte e até a

proposta de construção de um palácio de Justiça que se levantaria no local onde o lago do parque foi construído. Ter-se-ia que esperar até 1899 para que o arranjo urbanístico e a edificação formal da praça estivessem concluídos.

A estátua do Marquês

A ideia de se erguer um monumento a Sebastião José de Carvalho e Melo surgiu no início do terceiro quartel de oitocentos; porém, apenas em 1882 ela tomou forma pública e concreta, quando o Parlamento autorizou o Estado a fornecer o bronze necessário para a sua realização. Rodrigues Sampaio presidiria à comissão, então constituída, para angariação de fundos através de subscrição nacional. Sem êxito, esta comissão daria lugar a outra que, em 1905, presidida pelo conselheiro Veiga Beirão iniciaria, na realidade, a subscrição pública. A partir de 1906 a agitação política, o fim anunciado da monarquia e a emergência de novos interesses e preocupações, levariam também esta comissão ao fracasso.

Uma vez proclamada e instalada a República, a vontade de dar prossecução a um projecto, quase meio século adiado, começou novamente a ganhar forma e, em 1913, é finalmente lançado o concurso público para a idealização do monumento de homenagem ao Marquês, apesar de algumas vozes o quererem substituir por um monumento à República, que consideravam mais consentâneo com os tempos que então se viviam.

Dos catorze projectos apresentados em 1914, só quatro foram aprovados e apenas um deles teve a preferência do júri, presidido pelo professor e director da Escola de Belas Artes, o arquitecto Luís Monteiro: o escultor Francisco Santos fizera equipa com Adães Bermudes e António Couto para a concepção de um monumento único e grandioso ao insigne estadista.

A primeira pedra, colocada em 1917, contou com a presença do Presidente da República, Bernardino Machado e outras identidades ofici-

Início dos trabalhos de construção do Monumento ao Marquês de Pombal, 12 de Agosto de 1917, de Joshua Benoliel. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa



ais. Mas as faltas de verbas iam condicionando o andamento das obras. Em 1926, aquando da nova visita ao local, o mesmo Bernardino Machado, entretanto reeleito, acompanhado por D. Tomaz de Vilhena, descendente do Marquês, discursou no sentido de relançar os trabalhos e inaugurar uma obra que estava ainda longe de ser terminada. Os trabalhos tinham recomeçado, impulsionados pela grande ajuda financeira proporcionada pelo rendimento dos selos emitidos em Dezembro do ano anterior. Em 1930 a praça tomara já a sua feição estrelada e a 13 de Maio, data do aniversário do Marquês o então Presidente da República, general Óscar Carmona, visitou oficialmente as obras, já em fase importante de acabamento.

A estátua foi definitivamente assente no seu pedestal em 1933 e no ano seguinte, em Maio, seria oficialmente inaugurada pelo Ministro das Obras Públicas, engenheiro Duarte Pacheco, acompanhado pelo Presidente da Câmara e outras entidades oficiais. Estava assim concluída, uma ideia com quase oitenta anos e um projecto com quarenta.

Este monumento – homenagem da cidade a uma personagem de importância histórica indiscutível – é constituído por uma série de grupos escultóricos que ilustram momentos decisivos no percurso da política, da economia, da cultura e da indústria do país.



Virado a sul, numa quase intenção de vigia da obra feita, o monumento tem trinta e seis metros de altura e a figura de bronze do Marquês quase dez metros. A sua figura de corpo inteiro apoia o braço no dorso de um leão, símbolo ancestral da serenidade e da força. Obedecendo ao projecto inicial, a estátua foi concluída por Simões de Almeida. Francisco Santos não chegou a viver o suficiente para poder contemplar a sua obra. A cabeça da estátua, ainda em molde de barro, com um metro e oitenta de altura, ruína no atelier do artista no próprio dia da sua morte.

O fuste do monumento é de grande superfície. Quadrado, exhibe nas suas quatro faces a descrição das reformas e da actividade do primeiro-ministro de D. José I. Mas na face sul, é a cidade e a pátria agradecidas que homenageiam este grande estadista. O capitel ostenta, nesta face, o medalhão de Machado de Castro, e, nas outras três faces, medalhões dos seus grandes colaboradores: a oeste D. Luís da Cunha, Eugénio dos Santos e Manuel da Maia; a este Luís

Fotografia aérea da Praça do Marquês de Pombal com o pedestal a ser construído, ca. de 1934. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

Visita às obras do Monumento ao Marquês de Pombal, 12 de Agosto de 1917, de Joshua Benoliel. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

Estátua Marquês de Pombal.
Fotografia de Gabriela Carvalho

Pormenores da base da estátua.
Fotografia de Gabriela Carvalho



Verney, Serra da Silva e conde de Lippe e a norte, Ribeiro Sanches.

Envolvendo este fuste, conjuntos escultóricos de representação alegórica, de Simões de Almeida e Leopoldo de Almeida, enriquecem o entendimento das reformas e do progresso do país realizado por Pombal. Discípulos de Francisco Santos souberam dar continuidade e concretizar a obra do Mestre.

Na base do monumento, do lado da cidade antiga, recebendo a nova avenida, encontra-se a proa de uma nau que simboliza a libertação da marinha mercante. O corpo de mulher, nua e com um lenço esvoaçando na brisa, é Lisboa reconstruída. É das mais belas estátuas de mulher que a cidade exhibe. E contrasta com as duas esculturas que lhe estão por baixo, de Plutão e

Poseidon, símbolos do cataclismo que assolou a cidade em 1755.

Os dois grupos que ladeiam o pedestal são conjuntos interessantes que representam, do lado poente, a indústria e as pescas – um cavalo arrasta as redes, um operário assopra o vidro. Do lado nascente, a agricultura é representada pelo trabalho da lavoura e uma junta de bois. Uma bela mulher transportando uma cesta de uvas merece o destaque pela beleza e elegância da forma. Virada a norte, Minerva, sentada diante do pórtico da Universidade de Coimbra é uma alegoria concreta da reforma dos Estudos Universitários.

Repartido entre a pedra e o bronze, a obra é conjunto escultórico de rara beleza que relata, de uma maneira directa, a importância do papel do

Marquês na História e na vida quotidiana da gente lusa. Colunas de pedra com candeeiros de braço e um empedrado de calçada portuguesa com a heráldica da cidade completam o conjunto monumental e central da praça.

A praça, um local de memória(s)

Os tempos modernos vieram trazer à praça a correria do quotidiano, o trânsito excessivo e um olhar breve e desatento que deixa nas gavetas da memória o que foi, o que houve e mesmo o que é hoje. O esforço para recordar como era, fracassa perante o hábito do olhar de hoje. E, contudo, houve um tempo em que o local, limite da cidade, foi palco de eventos e efemérides que o animaram durante um momento, para depois voltar a ser objecto de projectos e mudanças na cidade.

A construção da Avenida da Liberdade deslocou o centro de festas da Baixa e do Chiado de oitocentos para norte, e passou a ser o ponto obrigatório de todas as festas nacionais ou camarárias. Se estes acontecimentos se localizaram, num primeiro momento, nos Restauradores, foram a pouco e pouco subindo a nova avenida e instalaram-se, nos últimos anos do século, na praça que tardava em ser arranjada.

Em 1898 festejava-se o 4.º centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia e para isso organizou-se um parque de atracções e uma Feira Franca. Ocupava-se todo o último quarteirão à entrada do Parque da Liberdade e, claro, a Rotunda também.

Parece, a fazer fé nas descrições da época, que terá sido uma feira de grande esplendor não só pelo conjunto de construções como também pela vista estupenda que se obtinha do alto da Avenida.

As feiras francas tinham certos privilégios, nomeadamente o de não pagarem o aluguer do terreno – o terrado – ocupado por barracas e tendas. Mas, nesse ano, mais importante ainda

que essa isenção, era a festa e as suas grandes atracções um elefante feito de pasta de papel e de madeira, descomunal, com sete metros de altura, financiado por Mimon Anahory e onde, no interior, foi levantado um palco para espectáculos; um coreto em forma de esfera armilar, armado no meio da praça, no preciso local onde hoje se ergue o Marquês, atraía, também, as atenções pela sua forma artística e tão nacionalmente histórica; seis séries de pavilhões com teatros, restaurantes e algumas lojas de turistas completavam o conjunto.

A policromia decorativa dos pavilhões, cada um pintado de cor diferente, os pendões esvoaçando ao vento, vinham animar um espaço que, já desenhado em forma de praça, se apresentava despidido de edifícios, com as avenidas rasgadas a fazer prever o prolongamento da cidade para norte, na década seguinte.

Na verdade, apenas dois edifícios, ambos palacetes, pontuavam a praça: um na esquina da futura Rua Braamcamp e outro, o Palacete dos condes de Sabrosa, na esquina da Fontes Pereira de Melo, com uma fachada de jardins. Foi ocupado, em 1919, pelo primeiro Hospital das Forças Republicanas. Comprado pela Companhia de Gás e Electricidade, em 1938, foi demolido juntamente com os barracões que tornejavam para Rua Duque de Loulé, dando lugar a um novo edifício.

O norte da praça era ocupado pelo então Parque da Liberdade, «(...) terreno de mau cultivo, ou nenhum (...) Estes tratos de terreno há muito que se haviam desmembrado dos seus possuidores setecentistas».² Mesmo assim, a municipalização destes terrenos, por forma a desenhar e fazer aparecer um parque, levou a Câmara a manter negociações com alguns proprietários até aos anos trinta. Datam, porém, de 1888 os primeiros esforços para o ajardinar do parque com o lançamento de um concurso público.

As primeiras duas décadas do século XX fruem desta praça e da sua envolvente, de uma forma popular e política activa.

Ciganos na Rotunda, Março de 1910 (?), de Joshua Benoliel. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa.



Assim, talvez porque a Rotunda permitia a confluência de chegada dos vários pontos da cidade e porque constituía, também, uma das suas portas, a vida política e revolucionária desta época tem aí um lugar privilegiado.

As barricadas do 5 de Outubro de 1910 e as comemorações do primeiro ano da República, no ano seguinte, com a Grande Parada Militar têm lugar nesta rotunda: um espaço livre à espera que se concretize um projecto sempre adiado é, afinal, um bom cenário, primeiro para uma batalha em campo aberto e, depois, para palanques e quiosques improvisados que oferecem um lugar confortável a quem assiste. Ou muito simplesmente para um povo apinhado na mira de uma última homenagem a Miguel Bombarda e Cândido dos Reis aquando da chegada dos seus funerais à cidade.

Em contraste, do lado a norte, tinha lugar a Feira de Agosto. Dois teatros – o Maria Vitória e o Júlia Mendes – faziam aqui acorrer os alfacinhas que, durante os seus passeios, se empanturravam de farturas na barraca da Maria Botas, mantendo a tradição das feiras de Belém e de Alcântara.

O espaço do actual Parque Eduardo VII era, assim, uma terra de ninguém pontuada, até 1916, por um único edifício ao longe, no meio do arvoredo, a Torrinha que viria a dar o nome à Estrada da Torrinha. Datava esta quinta, com uma vivenda octogonal, de 1764. O terramoto expulsara muita gente do centro e estes terrenos do Vale do Pereiro apesar de inóspitos e de mau cultivo foram divididos por vários proprietários rurais depois da extinção das ordens religiosas em 1834. O projecto de Ressano Garcia levou, porém, a que a Câmara começasse a adquirir

aqui lotes desde o último quartel do século XIX, para a instalação do Parque da Liberdade. Em 1903, a visita do rei Eduardo VII de Inglaterra mudar-lhe-ia o nome definitivamente.

No entanto, só na década de trinta o esforço do Arquitecto Quirino da Fonseca daria ao local uma feição de parque com alamedas e uma tentativa de jardinagem. Cinquenta anos depois de ter sido concebido, o parque continuava com cerca de dois terços da sua área (quarenta hectares) ainda por ajardinar. Será o arquitecto Keil do Amaral que, numa intervenção dos anos quarenta, desenhará os contornos que hoje apresenta.

A pouco e pouco as construções, as estufas e os pequenos lagos enchem o parque e as feiras francas ou a Feira de Agosto cedem lugar a um parque quase aristocrático com os seus cisnes brancos e elegantes (oferecidos pela Vintners Company à Câmara de Lisboa), deslizando nos lagos exteriores.³

A Estufa Fria torna-se um jardim exótico e o Pavilhão de Festas e de Exposições, concebido para Exposição do Rio de Janeiro em 1921, volta a Portugal e vem morar numa das alamedas do Parque. As Festas, as Paradas e as Exposições continuam a subir a Avenida. Já não param na Rotunda, atravessam-na e vão estacionar no interior do parque e neste belo espécime da arquitectura revivalista portuguesa. Inaugurado em 1932 coincidiu com a abertura da Grande Exposição Industrial Portuguesa.

Saindo da Praça do Marquês, as avenidas rasgam-se pontuadas de edifícios altos que substituem calmamente os outros, oitocentistas, que apesar de teimarem, irão desaparecer ao longo do século XX. E se algumas das fotografias da época nos mostram famílias de ciganos aqui acampados, ou lavradores de enxada tentando que este terreno desse alguma coisa de cultivo, os anos cinquenta marcam uma evolução natural, deixando a praça afirmar-se como uma rotunda de engrandecimento e de entrada na

cidade. É esta ideia que se vai insinuando no inconsciente colectivo da população.

Quase como que numa inversão do processo, a Rotunda, concebida de modo a permitir o desenvolvimento da cidade para norte, torna-se agora na Praça de entrada. Nas avenidas novas os bairros residenciais crescem em altura, impelindo os cidadãos a entrarem na cidade antiga através da Rotunda. Esta função enraíza-se de tal forma que, em 2000, se prepara um túnel por debaixo do Marquês aliviando-lhe a circulação e permitindo uma maior fluidez no acesso ao centro da cidade. Tudo isto apesar das campanhas de sensibilização para a utilização dos transportes públicos e das restrições do acesso automóvel ao centro.

Por outro lado o turismo reafirmou-lhe a centralidade. Daqui começaram a partir e a chegar os autocarros cheios de turistas, mostrando a cidade e os arredores. Os ciganos permanecem, procurando agora, numa pausa forçada na correria dos dias, oferecer um destino de surpresas boas em troca de uma moeda. Postais, leques e artesanato vendem-se na rua, nas costas do Marquês.

É por esta Praça que, numa madrugada de Abril, chegam a Lisboa e passam os blindados saídos de Santarém com rumo ao centro e à restituição da Liberdade.

A confusão e a transformação das ideias políticas e sociais, a liberdade conquistada fazem, nos primeiros anos da revolução, um uso diferente da praça. Já não são as comemorações históricas, os convidados, ou os coretos, mas as concentrações, as manifestações reunidas junto à Praça de Pombal prontas, debaixo do olhar atento do Marquês, a rumar ao Centro da cidade, num protesto ou numa exigência. Perdidos no tempo ficam os corsos do Carnaval, ou as bata-lhas de flores, debaixo do olhar da rainha Maria Pia ou da rainha D. Amélia.

Na parte norte da Praça, no antigo local da Feira de Agosto e das feiras francas, há agora um

Mural de João Cutileiro.
Estação do Metro – Marquês de Pombal
Imagem cedida pelo Metropolitano de Lisboa.



mercado de rua, onde se vende roupa e calçado. O crescimento demográfico, a evolução da cidade e dos arredores, o tráfego intenso provoca, porém, de uma forma quase natural, a mudança dos vendedores ambulantes para outros locais na cidade.

Em 1957 começaram as obras do metro. Uma estação importante visto que, constituindo um entroncamento de dois ramos do Y permite o acesso a dois grandes bairros: Sete Rios e Entre Campos. Trata-se, à época, da única estação de

correspondência da rede, o que reafirma, mais uma vez, a centralidade deste espaço urbano. É a cidade moderna, cosmopolita e europeia que se impõe. Perdida no tempo ficou a imagem das juntas de bois aplanando o terreno para as primeiras obras da praça.

O desenvolvimento urbanístico de Lisboa levaria a uma alteração estrutural desta estação e, implicitamente, a toda uma decoração interior que cada vez mais se aproxima do Marquês de Pombal. A primeira decoração, da responsabili-

dade de Maria Keil, consistia em azulejos de padrão geométrico, em dois tons de verde e azul, simbolizando uma espécie de esfera armilar.

Maria Menez e João Cutileiro querem, em 1998, que a antiga Estação da Rotunda seja verdadeiramente a estação do Marquês. A pintora ilustra de forma cronológica o seu longo consulado. Simbolicamente, passa para a arte do azulejo a iconografia pensada por Francisco Santos no monumento do início do século. João Cutileiro, por sua vez, elege a exuberante cabeleira do Marquês como um símbolo facilmente reconhecível por todos. Nas suas esculturas o grande estadista, sempre de costas, tem na mão um rolo dos novos planos de Lisboa na mão.

Tempos diferentes e formas diferentes animam a praça, com o mesmo tema, com a mesma personagem. O início do século XX chamava as gentes à Rotunda atraídas pelo um monumento estupendo, deslumbrante na sua dimensão e nas suas alegorias. O século XXI, num suporte artístico diferente, descodifica nas paredes dos túneis do metro a história, a vida e a sempre enigmática e controversa figura do estadista.

No gaveto da Avenida e da Rua Braamcamp, uma pequena e elegante vivenda oitocentista albergou o Clube Militar Naval desde 1935. Fechou as suas portas em 1989, por imposição do proprietário e deu lugar a um edifício de escritórios. A Rua Braamcamp conserva ainda alguns dos edifícios do início do século XX que se tornaram ex-líbris da arquitectura moderna lisiponense, constituindo frentes de rua que, apesar da heterogeneidade, fazem parte de um conjunto urbano específico na cidade. Serviços e comércio concorrem na animação desta rua.

O Hotel Fénix e o Hotel Flórida, construídos na segunda metade do século XX impõem-se, ainda, como a nova arquitectura moderna da Praça. Dos edifícios iniciais e dos pequenos jardins já quase nada resta. A Praça moderniza-se, despreza a habitação e acolhe os serviços.

Pequenos parques de estacionamento ocupam o local das árvores de outrora.

Das barricadas republicanas, das manifestações e das comemorações históricas, dos coretos e dos palanques, pouca memória ficou.

A Feira do Livro mudou-se da Avenida para o Parque Eduardo VII. Nas costas do Marquês, é um acontecimento que durante Maio e Junho permite um movimento desusado de gentes a horas tardias. Os acontecimentos culturais duram todo o mês: escritores e poetas acompanham as suas obras e desvendam os mistérios da escrita aos seus muitos leitores que acorrem à feira na intenção da compra mais em conta.

Depois da Feira do Livro, é a vez da noite das marchas na véspera de Santo António. Descem a Avenida, em festa, em dança e música, mas é da Praça que partem. O Marquês foi o primeiro a vê-las nos seus fatos de festa, elaborados em segredo durante o ano.⁴ E esta figura seria, apesar da folia e da festa, cada vez mais desenvolve o carácter enigmático de guardião de uma cidade, de um povo e das suas tradições.

As filas das paragens de autocarro, distribuídas pelas diversas avenidas da Praça, desfazem-se com o cair da noite. O bulício e o barulho vão, a pouco e pouco, acalmando: as longas filas de automóveis para a auto-estrada dissolveram-se nas horas do jantar. Há, em Junho, tapetes de flores roxas na praça: foram caindo dos jacarandás que enfeitam as orlas do parque e o centro da avenida. No tempo do Marquês não havia nem láudanos nem jacarandás a animar de cor a correria dos dias.

Nem a luz que se acende ao lusco-fusco permitindo que o mistério se adense na neblina do tempo.

¹ Inês Viegas e Miguel Gomes, (dir.) *Do Passeio à Avenida, os Originais do Arquivo Municipal de Lisboa*, CML, Departamento de Património Cultural, Divisão de Arquivos, Lisboa, s/d, p. 71.

² Norberto Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, Parc. A.M.P, s/d, Livro 14, p. 47.

³ *Idem, ib.*, p. 49.

⁴ Francisco Santana e Eduardo Sucena, (dir.) *Dicionário de História de Lisboa*, Mem Martins, Carlos Quintas Assoc., 1994, p. 284.

Rotunda do Marquês: «a cidade em si não cabia já» ou a monumentalidade (im)possível

José de Monterroso Teixeira

CINQUENTA ANOS DEPOIS DA INAUGURAÇÃO DOS trabalhos da abertura da Avenida da Liberdade (1879) a questão (nunca extinta) do pombalino volta ao debate público com os projectos de remodelação do Rossio.

O mito exorciza-se ciclicamente através da leitura ideológica a que a história recorre e atravessa a argumentação e a defesa das posições.

Alógica desenvolvimentista latente em todos os projectos de expansão da cidade e das infra-estruturas viárias sobrepunha-se ao mapa territorial e aos referentes simbólicos da cidade romântica embutida numa prática social que se coloca ainda na matriz da reconstrução setecentista.

No bucolismo *pompier* de Luciano Freire (1864-1935), num quadro recentemente valorizado (2000), uma ninfa esvoaça sobre os fumos poluentes de uma Alcântara fabril. Ameaça velada ao espírito citadino ou metropolitano, incompatível com os traços burgueses que identificava a sua concepção.

Sem o saber, Ramalho Ortigão (1874) contestava o princípio boulevardismo e a abertura da grande avenida a implantar entre os Restauradores e o Campo Grande e a dinâmica urbana que ela impunha, advogando a que «a cidade se recolhesse a casa, vivesse em família,...no presente funesto...». O desafogo da cidade, que era um imperativo, sofria ainda nesta altura admoestações desta ordem. Se recuássemos a 1853, conferiríamos que na cerimónia de abertura do Caminho-de-Ferro de Leste (registado numa gravura da época), muito concorrida, foi levantado estrategicamente um pavilhão nos Olivais. Demarcava-se claramente uma mensagem política que queria dar indicadores ao país de uma nova política de transportes, uma nova capacidade tecnológica, sob uma nova consciência política de civilização de inspiração europeia. O crescimento e os eixos de expansão da cidade começaram a ser estabilizados.

Três anos depois D. Fernando II deambula mundanamente no Passeio Público (*vide* o quadro de Leonel Pereira, colecção do Palácio da Pena, Sintra) e a multidão que o acompanha sinaliza a evidência de que a cidade estava espartilhada, «em si não cabia já».

A ideia da grande avenida e abertura de um eixo de penetração norte germinava há décadas. O protagonismo robusto de Rosa Araújo que a própria envergadura física denotava, adoçado no anexam vulgar com que os alfacinhas o mimavam, *o Cocó*, alusiva aos pastéis que a sua famosa confeitaria fabricava diariamente para satisfação dos palatos locais, abalou todos os adiantamentos. Rosa Araújo foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa em 1878 e 1885 e logo no segundo ano do primeiro mandato arrancou com o projecto da Avenida.

A planta de Lisboa de 1898 acusa já as novas situações urbanas, ao mesmo tempo manteve ainda marcas de arruamentos e de toponímia, herdadas da sua organização espacial ancestral. É o caso da antiga Azinhaga do Valle Pereiro e do Quartel do Valle Pereiro na área onde se desenvolve a Rua S. Francisco Nery que continuava depois na Estrada de Entre Muros a Campolide (hoje Rua Artilharia Um) e a Rua do Abarracamento do Valle Pereiro que depois deu a Rua Rodrigo Fonseca; a nascente abre-se a Rua da Penitenciária que mais tarde se vem a designar de Rua Castilho. Testemunho do passado, no ainda designado terrenos da Valle Pereiro, vemos ainda assinalado o Castelo da Torrinha construção hexagonal que embelezava a bacia paisagística que a prosa abrasiva de Eça continuava a desmerecer de simples «colina verde, salpicada de árvores nos terrenos do Valle Pereiro». No final do século XIX ainda o troço de arranque da que viria a ser a Fontes Pereira de Mello se designava de Rua do Valle Pereiro.

Plan of Lisbon: and its harbour. 1898/des.
Escala 1:85000. Caldeira Pires, Museu da Cidade



Marquês de Pombal O que era a Avenida, o que deveria ser a Rotunda?

Quando em 1882 ocorre o segundo centenário da morte do Marquês de Pombal, surge a ideia de construir um grande monumento à grande figura da reconstrução da cidade *post-terramoto*. Lança-se simbolicamente a primeira pedra e o terreno do final da Avenida que estava a ser rasgado passa da designação genérica de rotunda para Praça do Marquês de Pombal.

Em aberto, por arrastamento, estava a questão da configuração do agora designado Parque da Liberdade, que se estendia da Rotunda até à Estrada da Circunvalação, enriquecido com a construção (1874-1885) dos edifícios da Penitenciária.

Urgia a estabilização do seu desenho, tanto mais que a inauguração solene da Avenida da Liberdade, em 1886, em consonância com as

cerimónias do levantamento da estátua aos Restauradores e ao desfile triunfal do casamento do príncipe D. Carlos, depois D. Carlos I, com a princesa D. Amélia de Orleães.

Neste mesmo ano um projecto utópico de Miguel Pais procurava maximizar a grandiosidade urbanística para potenciar monumentalmente à Avenida da Liberdade, que se estenderia e atravessaria o Parque da Liberdade, e em cujo coroamento se deveria colocar afinal a estátua do marquês. Visionamento faraónico, tirando partido e espectacularidade de uma diferença de cotas que daria o máximo impacto à estátua que viesse a ser erguida naquele topo.

Um ano depois (1887), um concurso internacional lançado por Ressano Garcia, colocava a questão do Parque noutros pressupostos e a Praça retomava o seu lugar de articulação entre a Avenida da Liberdade e a Avenida do Campo Grande. Nasceriam as avenidas com a quadrícula viária que hoje conhecemos (Silva, R.H., *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*, Lisboa, FCG, 1989 e *cat. do Passeio à Avenida. Os originais do Arquivo Municipal de Lisboa*, CML, 1998). Numa matriz romântica, Ressano Garcia reafirmava a opção morfológica do jardim fechado. Henri Lusseau ganhou com à-vontade o concurso com um *lay-out* que explorava naturalisticamente a orografia do terreno e mantinha a espontaneidade dos trajectos numa tradição de paisagismo à inglesa.

Em 1898, a rotunda, na sequência do acolhimento de eventos de diversa natureza que se estendiam da avenida até este local, é escolhida para a instalação de um projecto efémero mas de enorme relevância histórica nacional: A Feira Franca, pensada como um grande parque de diversões, por ocasião do quinto centenário do descobrimento da Índia, virá a determinar fisicamente o *plateau* que a Rotunda vem a adotar. Foi projectada pelo arquitecto da Câmara Municipal de Lisboa José Luís Monteiro (1849-1942), em forma de hexágono ameado, que

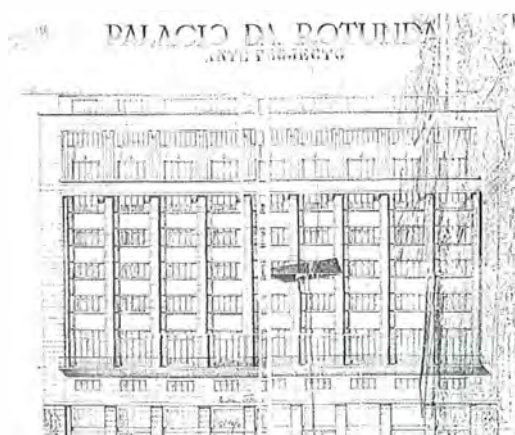
envolvia uma série de construções falantes no contexto dos festejos, onde se destacava o grande coreto em esfera armilar, e o espaço teatral em forma de elefante concitava a admiração e o gáudio de todos os visitantes (Braga, P.B., *in cat. Arte Efémera em Portugal*, Lisboa, FCG, 2000).

Rotunda (Palácio Sabrosa)

O palacete Sabrosa impressionava pela área da sua implantação distribuída por um quarteirão inteiro: Rotunda do Marquês, Avenida Fontes Pereira de Mello, Rua Camilo Castelo Branco e avenida Duque de Loulé.

Perfilava-se a residência no gaveto do Marquês com a Fontes Pereira de Mello com duas fachadas extensas, mas a principal projectava-se nesta avenida ou, como se dizia na altura, gozava de vista para o Parque. Na esquina com a Duque de Loulé via-se uma grande construção de apoio à habitação e que serviu durante a revolta republicana do 5 de Outubro de 1910, como hospital de sangue. Escala que denota a grande dimensão da residência, onde o arvoredo dos seus jardins se destacava dos restantes parques dos palacetes da cidade de Lisboa, que veio a ser semeado de pequenas construções.

Confirma-se que no final do século XX a residência principal estava construída e isso poderá



Projecto do alçado principal na Praça Marquês de Pombal, n.º 1 (Palácio da Rotunda), 1952. Arq. Pardal Monteiro (Processo de Obra n.º 3.144, CML, A.O.)

Obras do metropolitano na Praça Marquês de Pombal. À esquerda, vêem-se os andaimes da construção do Hotel Ritz, 1955/1959. Fotografia de Judah Benoliel. Arquivo Fotográfico Municipal



explicar a opção por colocar a fachada principal na Fontes Pereira de Mello, que no fundo constituía como que a primeira pedra neste novo eixo, o arrastamento da definição urbana da praça era assim pragmaticamente ultrapassado. Assim, já em 1889, o proprietário Frederico Davidson apresenta um projecto para a reedificação da moradia (CML, A.O., Processo de Obra n.º 10456, P.D. n.º 495), o que faz pressupor um imóvel pré-existente.

Logo em 1903 a *Construção Moderna* (26.06.2003, n.º 99) publica o que designa de construções rústicas, executadas pelo arquitecto Norte Júnior. Tratava-se de uma cavalariça e aposentos para pessoal, um galinheiro e um pombal, em versão *cottage* popularizada e alguma robustez neo-românica. Constituíam adições pontuais a uma habitação de edificação já consolidada de

anos. Reportando a alguns traços estilísticos, terá sido este arquitecto o autor do risco da residência principal ou pelo menos das adaptações promovidas pelo conde de Sabrosa em 1901.

A fachada denota uma influência de gramática neomaneirista com os seus cunhais, pseudo-pilastras, embasamento rusticado e o friso na cimalha muito pronunciado, que é produto desta adaptação. No interior, socorrendo-nos da magnífica descrição de Santos Tavares e do conjunto de fotografias publicadas na *Ilustração Portuguesa* (12), 25 de Janeiro de 1904, confirma-se aquela opção de linguagem artística. Vêm-se arcos de volta abatida, colunas jónicas e tectos de caixotões rectangulares na casa de jantar e no escritório do proprietário. Uma das salas, designada de Luís XVI, era toda mobilada com as aquisições obtidas pelo senhor conde de Sabrosa, considerado um grande

coleccionador na época, no leilão do marquês da Foz oriunda do Palácio dos Restauradores. Pintura e objectos da colecção Daupias, outros da colecção Fernando Palha recheavam a grande diversidade de salas, num ecletismo fim de século, que tipificava o ambiente das grandes moradas deste período, por influência do gosto que as colecções Foz e outras espalhavam no meio alfacinha.

A instalação provisória do já referido hospital de sangue no palácio durante o 5 de Outubro mereceu um louvor do Ministro da Guerra do governo provisório ao seu proprietário, o 1.º conde de Sabrosa (1855-1937), que é quem o mandou reconstruir no final do século XIX.

Em 1929 o prédio viria a ser alienado «ao activo e confiado industrial hoteleiro», Alexandre Almeida, dono da Companhia dos Grandes Hotéis de Portugal, que já possuía nos Restauradores, o superlativo Hotel Avenida Palace (1890-92) projectado pelo arquitecto José Luís Monteiro (1849-1942). O Concelho de Arte e Arquitectura deu mesmo um parecer positivo e incentivou a construção de um Palace Hotel. Esta ideia não veio a ser concretizada e, em 1937, o hoteleiro vendeu-a com todos os seus terrenos à Companhia do Gás (v. Norberto Araújo, *Peregrinações*, s.d., p. 44).

E vai iniciar-se um novo ciclo na vida deste espaço com a abertura da sua demolição dois anos depois que se concretiza em 1940.

A grande propriedade é dividida em quatro lotes (três com frentes para a Praça Marquês de Pombal, e outro de retaguarda com fachada para a Camilo Castelo Branco), sendo o terreno que torneja com a Avenida Fontes Pereira de Melo e Praça Marquês de Pombal, segundo se apura no processo de obra, pertencentes a José de Sousa Bráz. Novamente é retomada a ideia de construção de um hotel, e o projecto é pedido ao arquitecto Carlos Ramos (1958), mas a ideia não vem a ser concretizada. Em 1964 o arquitecto Alfredo de Assunção Santos apresenta nova proposta para a construção do Hotel Marquês de Pombal.

O edifício que começou a ser construído dentro do plano geral do Arquitecto Carlos Ramos é, em 1968, arrendado à Cidla, tendo o arquitecto Terra de Motta procedido às alterações necessárias para a nova função, que foram concluídas em 1971.

Num tributo ao plano de reconstrução pombalina da cidade pensou-se que a Praça ganharia com uma proposta integradora que se começa a definir no pedido de licenciamento para a edificação a partir da sede da Companhia de Seguros L'Urbaine (CML, A.O. n.º 35357, Praça Marquês de Pombal, n.º 14) que, aliás, deveria ser estendida a todas as outras partes da Rotunda. Em 1957 o presidente da Câmara Municipal de Lisboa em exercício louva o resultado a que se chegou quanto ao arranjo arquitectónico «merecedor como foi de concordância geral por parte das caracterizadas personalidades convidadas». Estava em causa «assegurar o indispensável espírito de unidade do conjunto a edificar e o absoluto respeito por condições panorâmicas e artís-



Projecto do alçado principal na Praça Marquês de Pombal, n.º 2 (Palacete do Dr. António Lencastre e futuro Clube Militar Naval), 1893 (Processo de Obra n.º 46.392, CML, A.O.)

Praça Marquês de Pombal, 3 e 4, prédio que tornejia para a Rua Braamcamp. Anterior a 1940. Fotografia de Kurt Pinto. Arquivo Fotográfico Municipal

Perspectiva do projecto de adaptação para instalação da TAP – Secção de Venda, na Praça Marquês de Pombal, n.º 3, 1963. Arq. Francisco Azancot Kerí (Processo de Obra n.º 25.975, CML, A.O.)

ticas fundamentais para a cidade.» (Diário Municipal n.º XXIII, 30 de Agosto de 1957).

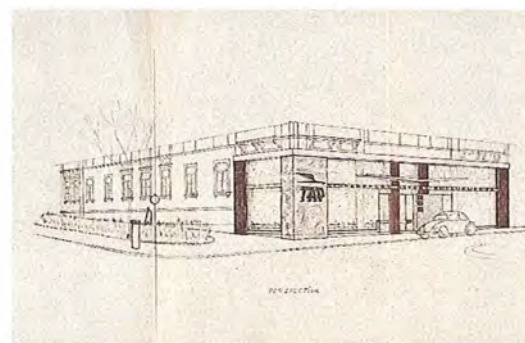
O pressuposto defendido por Carlos Ramos era a mais-valia que justificava a lógica global das intervenções «a real beleza dos conjuntos fazia esquecer certa nobreza dos pormenores» (Gomes, P.V., *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no século XVIII*, 1988, p. 133).

Sublinhe-se contudo que o desenho dos alçados e a elegante horizontalidade que caracteriza a sua proposta pode adivinhar-se já nos desenhos que efectuou para a remodelação do Rossio em 1934, uma derivação do movimento modernista à alemã como a imprensa comentou na época.

A criação da fachada tipo, repetível a todo o perímetro, tem sido criticada. É impressão generalizada entre colegas, que o projecto de Carlos Ramos, sereno e sistematizado, resulta pesadão e falho de imaginação; há uns trinta anos, (agora actualiza-se para cinquenta) que é seguido, certamente como «o plano possível» (Fernandes, J. M., *Op. cit.*, p. 98). Foi igualmente classificado de solução mole e sem expressividade, (Ana Tostões, 1997) e Pedro Vieira de Almeida comenta que o estudo final resulta com muito menor vigor expressivo.

Rotunda esquina Avenida Duque de Loulé

O palacete que tornejia a Avenida Duque de Loulé inscrevia-se organicamente no desenho da praça e projectava com apreciável monumentalidade o seu corpo cilíndrico através de uma varanda corrida que o acompanhava no piso nobre. Em marcação vertical a cúpula com aberturas amansardadas transmitia uma dinâmica de volume. Poderá denotar dispositivos de linguagem compositiva do arquitecto Adães Bermudes (1864-1947). A estrutura planimétrica tem alguma proximidade com a residência que na propriedade do Dr. António Lencastre localizada na outra esquina com a Rua Braamcamp.



O prédio situado entre o Palacete Seixas e o palacete de esquina com a Duque de Loulé era conhecido como prédio da Federação Portuguesa de Futebol, já que aqui se encontrava sedeada esta instituição a partir de 1954. Tendo acolhido uma intervenção de alterações que os arquitectos Pires Martins e Palma de Melo dirigiram (CML, A.O., processo de obra n.º 60118). No seu rés-do-chão direito estava instalado o estúdio fotográfico San Payo que durante décadas foi escolhido para retratos pessoais de grandes figuras. Em 1974 dá-se início ao seu processo de demolição.

Era o equivalente ao prédio de Ventura Terra no centro do quarto de círculo a poente da praça. Conjugava com o Palacete Seixas uma procura de alinhamento contextual. Constitui uma tipologia híbrida de moradia/prédio de arrendamento na procura de respostas do mercado imobiliário às



Palacete onde esteve instalado o Quartel-General e depois a Obra das Mães para a Educação Nacional, na esquina da Rua Joaquim António de Aguiar, 1910. Fotografia de Joshua Benoliel. Arquivo Fotográfico Municipal

exigências de crescimento populacional. O emprego de cantaria, nas pilastras, cimbalhas, vergas e ombreiras denunciam a preocupação de enriquecimento que a construção deveria ostentar.

Com o arranque do século depois do sucesso estrondoso da Feira Franca em 1898 a activação do surto construtivo da Avenida e dos bairros limítrofes torna-se imparável. Havendo já três palacetes na Rotunda, o primeiro do conde de Sabrosa no arranque da Fontes Pereira de Mello, do final do século XIX, o segundo, no gaveto com a Rua Braamcamp do Dr. António Lencastre, cujas obras terão iniciado em 1893, e o terceiro contíguo a esta residência.

Assim, em 1900, estava em adiantada fase de edificação o que vem a ser denominado o Pala-

cete Seixas situado num talhão de grande área de terreno na extremidade direita da avenida, a contornar a Praça Marquês de Pombal e com acesso na retaguarda pela Rua Rodrigues de Sampaio (v. CML, A .O ., processo de obra n.º 3298).

A promotora de construção foi D. Carmen Grazilla Castilho da Rocha, mas já em 1908 ele é vendido a um activo comerciante e proprietário Carlos Seixas (1873-?). É de admitir, que as pequenas adições ao edifício residencial introduzidas por este, signifiquem que a construção do palacete estaria praticamente concluída naquela data.

A elegância dos tramos marcados pelas duplas pilastras terminadas no primeiro andar por capitais compósitos, o par de janelas de volta

perfeita geminadas, que se abrem de cada lado do gaveto e os óculos iluminantes abertos na cobertura amansardada configuram-lhe uma matriz classicizante de sintaxe arquitectónica com ressonância no ecletismo francês do final do séc. XIX. O mirante que lhe rematava a clarabóia central na sua configuração de minarete islâmico é dissonante à estrutura arquitectónica, mas a sua estilização de coreto em miniatura, assentava com aceitável leveza e registo poético no remate geométrico da cobertura.

Hoje, é a sede do Instituto Camões, depois do palacete ter sido adquirido pelo Estado em 1997 e promove-se, com coordenação dos arquitectos Castro Nunes e António Braga uma intervenção de restauro e ampliação de grande escala adequada às funcionalidades e aos importantíssimos objectivos culturais desta instituição.

Logo no final do século XIX (1894), acompanhando o impulso construtivo da avenida e da rotunda é projectada uma residência unifamiliar, tipo palacete, que pertencia ao homem de negócios António de Souza Carneiro Lara (CML, A. O., processo de obra n.º 3144). Insistindo no pedido de autorização para demolição deste palacete, a partir de 1947 esta é conseguida no ano seguinte, com a condição de reconstrução respeitar o plano global do arquitecto Carlos Ramos.

No terreno anexo ao Palacete Lencastre, pretendeu edificar-se um grande prédio desenhado, pelas suas ambições sumptuárias ancoradas numa percursora filosofia de marketing que o dinamismo do pós-guerra fazia implementar em Lisboa, de Palácio da Rotunda. Foi seu autor o arquitecto Pardal Monteiro (1897-1957) e aparece datado de 1952, o ano em que projectou o grande Hotel da Rotunda, depois Hotel Ritz.

Era incipiente a organização e a capacidade financeira das «empresas que se dedicam à construção de imóveis de rendimento» (v. Memória Descritiva do processo de obra n.º 3144, CML, A.O.) de que decorria a hesitação sobre o inves-

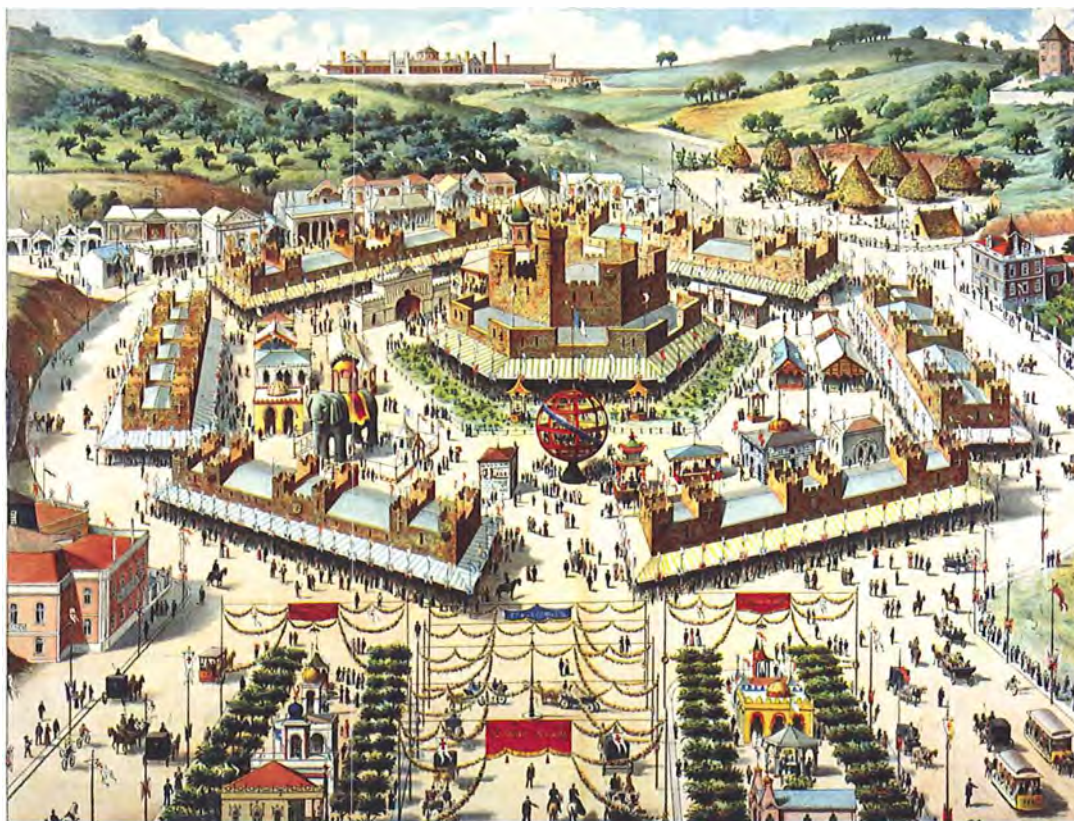
timento pela falta de previsão do retorno que daí poderia advir. Mas o projecto era inovador e vai emergir um prédio que pretendia ser exclusivamente para fins comerciais e não residenciais.

Se bem que o terreno ficasse na área abrangida no plano geral de arranjo da Praça Marquês de Pombal elaborado pelo arquitecto Carlos Ramos o projecto queria modular os escritórios comerciais e distribuir lojas por andares, o que apontava para a tipologia precoce do *Shopping Center*. Registe-se também a preocupação com a existência de muitas «vitrines» e com estabelecimentos nas zonas de circulação. O espaço era igualmente pensado como possível extensão do Hotel Flórida que nascia ao lado. Outro factor inovador mostrava-se nas passagens interiores e numa praça que ligava com a Rua Duque de Palmela, sendo de esperar que ela tornasse «mais atraente» a sumptuosa entrada do hotel. Curiosamente a composição das fachadas diferia em muito do projecto regulador com a marcação rítmica de tramos mais retórica e ao gosto do discurso arquitectónico de Pardal Monteiro para edifícios públicos. A grelha compositiva da fachada deriva do alçado do edifício do Diário de Notícias (1936) localizado na Avenida da Liberdade e da sede do Banco de Portugal para a Rua de São Julião que não chegou a ser construído (v. Caldas, João V., Porfírio Pardal Monteiro, Arquitecto, AAP, Lisboa, 1997).

Depois da morte do arquitecto Pardal Monteiro, em 1958, inflectiu-se a proposta com submissão do desenho das fachadas sobre a Rotunda ao *lay-out* geral e os arquitectos responsáveis pela obra passam a ser Anselmo Fernandes e Jorge Ribeiro Ferreira Chaves.

Mas voltemos ao edifício do Ritz que territorialmente e simbolicamente se encontrava na área de influência nobilitante da Rotunda do Marquês.

Alexandre Almeida obteve autorização da Câmara Municipal de Lisboa para a construção de um Hotel Palace na Rotunda em 1930, como



A Feira Franca na Avenida da Liberdade por ocasião do 3.º Centenário da Descoberta da Índia. Litografia. 1898, J.R. Cristino e Roque Gameiro. Museu da Cidade

vimos, que veio posteriormente, em 1934, a ser anulado.

A ideia do levantamento de uma unidade hoteleira de grande envergadura manteve-se latente até que por iniciativa do secretário de Estado da Informação e Turismo se colocou abertamente a necessidade de o concretizar. Sob o patrocínio do Dr. Salazar que motivou um grupo de financeiros e empresários à construção de um equipamento de luxo que fazia falta à cidade. Terá sido Ricardo do Espírito Santo a liderar a iniciativa para o que foi constituída a empresa SODIM, que reuniu dez grandes figuras, nas quais se listavam Ricardo e Manuel Espírito Santo e Manuel Queirós Pereira. O projecto foi pedido ao arquitecto. Porfírio Pardal Monteiro que nas primei-

ras versões o designou de Grande Hotel da Rotunda situado no arruamento definido a poente, com a estruturação das áreas adjacentes ao Parque Eduardo VII.

A autonomia do bloco construtivo e a clareza estrutural das suas fachadas erguem-no num compromisso com o discurso da modernidade que reflecte a síntese compositiva do seu trajecto, na que foi a sua última obra. Acusando a solidez arquitectónica que a unidade hoteleira de maior ambição na cidade requereria, a proporção e o ritmo que a forma paralelepédica enuncia.

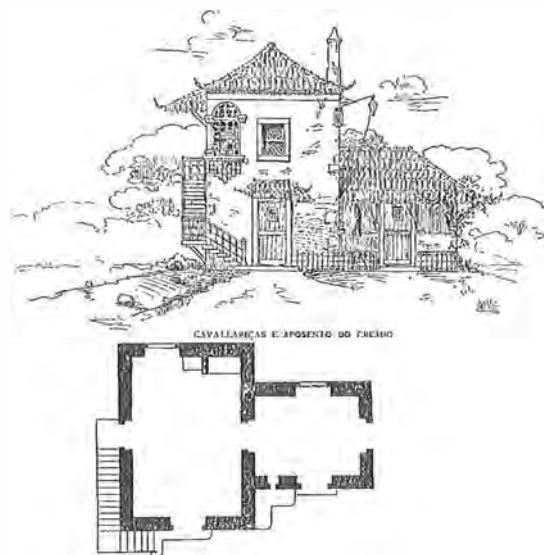
O Clube Militar Naval esteve instalado no n.º 2 da Praça Marquês de Pombal cerca de cinquenta anos. O palacete foi adquirido em 1935 ao conde de Castelo Mendo, que por sua vez aqui

Projecto de cavalariças e aposentos para o criado, da autoria do Arq. Norte Júnior, a construir no «Parque do Exmo. Senhor Conde de Sabrosa - Praça Marquês de Pombal», in *Construção Moderna*, 20.06.1903, n.º 99

passara a residir em 1929. Naquela data o proprietário passou a ser o Crédito Predial Português, que o arrendou à Marinha (v. CML, A. O., processo de obra n.º 61853). Em 1989 foi demolido após uma violenta polémica entremeada com um pedido de classificação ao Instituto Português do Património Cultural. O clube veio a ser transferido, aproveitando alguns elementos decorativos, para a Avenida Defensores de Chaves, n.º 3.

O palacete terá sido o primeiro prédio a ser construído, na recém-criada Praça Marquês de Pombal, logo em 1893. Já que a construção do que vem a ser o Palacete Sabrosa se projectava na Fontes Pereira de Mello, em 1886 abre-se oficialmente a avenida e o desfile de casamento de D. Carlos (1857-1945) efectua-se também aqui. O Dr. António de Lencastre (1857-1945) era o médico dos príncipes e a escolha do lugar para vir a construir a sua residência não deve estar desligada desta ocorrência, onde a expansão da

Fotografia aérea da Praça Marquês de Pombal em 1934 – veja-se a implantação urbana do Palacete Sabrosa. Pinheiro Correia, 1934. Arquivo Fotográfico Municipal



cidade se desenha e a oportunidade de novos espaços necessariamente surge. O edifício exteriormente ecoava um equilíbrio francês na linha do gosto Luís XVI, em combinação com pormenores vernaculares como sejam as pequenas aletas do óculo sobrepujante da entrada principal, obviamente tributária da arquitectura chã. No interior, pelas fotografias publicadas no suplemento do *Diário de Notícias*, 2 de Junho de 1985, por certo produto de enriquecimentos artísticos posteriores vemos alguns ornatos manuelinos muito carregados e uns vitrais de tema mitológico encomendados em 1894 na Suíça, Zurique, a Adolf Kreuzer.

O prédio da esquina da Rua Braamcamp, que aqui mostrava uma grande fachada era a construção de maior envergadura da rotunda. A cota regulava pelo anterior prédio de rendimento de Ventura Terra e pela sua monumentalidade e curvatura delicada do alçado principal, conferia uma marca urbana de presença discreta. Prédio de habitação tornou-se, com a evolução da cidade, em lugar de consultórios médicos e empresas de serviços. Sendo na prática uma justaposição de duas unidades, a sua impressiva extensão poderá

ter introduzido a seriação repetitiva de fachadas que o projecto de Carlos Ramos vem a adoptar.

No rés-do-chão foi instalada, em 1963, uma loja da TAP, principal centro de vendas da Companhia Aérea Nacional num momento de prosperidade comercial da empresa. O desenho modernista do arquitecto Frederico Azancot para este estabelecimento acentuava a importância de grandes montras e um surpreendente *lettering*, onde o friso da entrada conseguia eficazes efeitos de comunicação (CML, A. O., processo n.º 25975). Porém, o equilíbrio compositivo da fachada com tramos marcados ritmicamente por pilastras divisórias foi rompido.

Já em 1989 entrou na Câmara Municipal de Lisboa um pedido de demolição do edifício e actualmente (2003) encontra-se em construção um novo prédio que ocupa gigantesca área da praça e segue uma vez mais o macro plano de Carlos Ramos. Como exercício de disciplina e de cumprimento de uma proposta unificadora com cinquenta anos não deixa de ser surpreendente.

Datado de 1901 é o prédio, na altura considerado casa de aluguer, correspondente ao n.º 5, e que foi demolido recentemente, em 1998, depois de um lento processo de degradação patrimonial (v. Fernandes, J. M., Lisboa em Obra(s), Lisboa, 1997, p. 98). O alto *standard* da construção fazia com que cada andar, com duas habitações, tivesse jardim de inverno. Os inquilinos do rés-do-chão e do primeiro andar teriam além do mais jardim ao ar livre. A fachada, por seu turno, era revestida de mármore e azulejos numa elegante simetria servida pela estilização dos elementos arquitectónicos e frontão coroante. O seu autor foi Ventura Terra (1866-1919) que um ano antes ganhou o concurso para o pavilhão de Exposição Universal de Paris de 1900 (França, J. A. *A Arte em Portugal do séc. XIX*, vol. II, 1966, p. 143). Tornou-se um arquitecto muito solicitado e respondeu às encomendas mais diversas, com grande versatilidade, responsabilidade profissional e competência, que

o seu treino parisiense de cinco anos junto de Victor Laloux ajudou a definir com esmero.

Considera-se que o palacete construído no arranque de Joaquim António de Aguiar era na sua implantação e articulação com os arruamentos, o menos conseguido. Pela sua estrutura classicizante de memória seiscentista e o seu frontão ou mega ática, em segmento circular, que inscrevia ornatos de volutas barroquizantes, pretendia inequivocamente uma afirmação arquitectónica significativa. O gradeamento e os pilares de suporte acentuavam a sua presença no lugar. Aqui esteve instalado o Quartel-General da Região Militar de Lisboa e depois foi sede da Obra das Mães pela Educação Nacional.

Em 1955 surge um projecto para a construção de um prédio de rendimento da responsabilidade dos arquitectos D. De Lima Franco e de M. Grizalez Pottier (CML, A. O., processo n.º 32.934).

Dois anos depois, os mesmos arquitectos responderam a uma outra encomenda de um novo programa, desta vez um hotel, que se passou a designar Hotel Fénix. Ainda hoje existe no lugar, não sem ter sofrido um processo de beneficiações orientadas pelo arquitecto Miguel Nobre Leitão.

1882-1934, meio século para erigir uma estátua ao reedificador de Lisboa é um apuramento desolador na avaliação que deve ser feita quando o Estado quer promover os seus maiores.

As brumas políticas, os ressentimentos partidários e as forças ocultas emergiam ou boicotavam aberta ou clandestinamente a justa homenagem, num contexto de expansão urbana, que nascera no primeiro centenário da morte do Marquês (1882).

A aprovação do plano unificador de Carlos Ramos para a rotunda é um exercício que se transfere positivamente da reconstrução pombalina e o consenso estabelecido deve ser louvado. Decorrem as obras de construção no terreno do último edifício a ser demolido na praça, e cinquenta anos passaram. Retomar a proposta Carlos Ramos é ainda um acto de disciplina que devemos conti-



Perspectiva do edifício na Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 1959. Arq. Carlos Ramos (Processo de Obra n.º 36.805, CML, A.O.)

nuar a sublinhar ou a criação arquitectónica não exigiria que a questão fosse amplamente discu-

tida nas diferentes áreas envolvidas na evolução do urbanismo e de arquitectura da capital?

1873 • Defesa da abertura da Avenida da Liberdade pelo conde de Valbom, então ministro das Obras Públicas.

1874 • Ramalho Ortigão critica abertura da Avenida.

1876 • Proposta para a construção da ponte sobre o rio Tejo, Miguel Pais.

1878 • Rosa Araújo, presidente da Câmara de Lisboa.

1879 • Inauguração solene dos trabalhos da Avenida da Liberdade. Proposta de Luciano de Castro para a reforma do Ensino Artístico (decretada em 1881); separação entre a Escola e a Academia.

1879 • Início da abertura da Av. da Liberdade (Ressano Garcia). No projecto: «construção da primeira parte da avenida que segue no prolongamento do mesmo Passeio Público com toda a largura deste, terminando em uma praça circular de 200 metros de diâmetro de onde irradiam 4 ruas com 30 metros de largura, uma para o largo do Rato, outra para a Penitenciária e Entre Muros, outra para Santa Marta e finalmente outra para o Campo Grande e Benfica (...)» (in *Do Passeio à Avenida*, pp.71 e 90).

1880 • Obras de urbanização do Bairro Camões (Conde Redondo); festejos camonianos.

1881 • Grande exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola.

1882 • Obras de urbanização do Bairro Barata Salgueiro.

Ideia do monumento ao Marquês de Pombal (1.º centenário da sua morte). 34 anos depois (1914): organizou-se o concurso para apresentação de projectos.

Cortejo pombalino, com carro alegórico de José Luís Monteiro; este torna-se professor da Academia de Belas Artes.

Construção metálica do Mercado da Praça da Figueira (concluído em 1885).

1884 • Apresentada proposta para instalação de linhas-férras de carros eléctricos na Av. da Liber-

dade, passando pela Praça Marquês de Pombal até S. Sebastião.

Criação do Museu de Belas Artes nas Janelas Verdes.

1885 • Miguel Paes propõe extensão da Av. da Liberdade até Penitenciária (Estrada da Circunvalação, actualmente Rua Marquês da Fronteira); a avenida ficaria com 2270m, mais 1000m do seu comprimento actual).

Novo desenho para a estrada da circunvalação.

1886 • Abertura solene da Av. da Liberdade (inaugurada a 28 de Abril, ainda por concluir, com 90 m de largura e 1273 m de comprimento).

Construção da Estação de Caminhos-de-Ferro de Lisboa, Rossio (conclusão 1887).

Concessão do título ao Marquês da Foz.

1886 • Inauguração do Monumento dos Restauradores, projectado em 1882.

1887 • Morte de Fontes Pereira de Mello.

1887-1888 • Abertura de concurso internacional para o Parque da Liberdade, «entre as ruas que se dirigem para a Penitenciária e para *Bemfica*, a praça circular e a estrada da Circunvalação rectificadas, medeia um espaço de mais de 38 hectares que deverá ser aproveitado para jardim» (in *Do Passeio à Avenida*, p.144), ganho pelo francês Henri Lusseau, mas que não foi concretizado.

1888 • Lançamento da 1.ª pedra ao monumento a Fontes Pereira de Mello (não concluído).

Concurso internacional para o arranjo do Parque da Liberdade, sob plano de Ressano Garcia e José Luís Monteiro, que inclui a construção de um grande edifício para exposições e um casino ou café-concerto, projectos que não foram concretizados.

Exposição internacional Industrial, pavilhão do J. Luís Monteiro.

1889 • Inauguração do sistema de candeeiros de arco voltaico de Jablochhoff (a luz eléctrica já tinha sido utilizada em 1880 nos festejos do centenário de Camões e inauguração do Bairro Camões, e nos

- centenários do Marquês de Pombal em 1882, de S. António em 1895 e da Índia em 1898).
- 1890** • Praça de Touros do Campo Pequeno (Arq. J. Dias da Silva).
- 1893** • Morte de Rosa Araújo.
- 1898** • Feira Franca da Rotunda por ocasião do Centenário da Descoberta da Índia.
- 1899-1909** • Definição urbana da Praça Marquês de Pombal.
Edificação formal da Praça (rotunda), já projectada em 1882 com o Parque, as avenidas a poente e oriente, a Av. da República e o Palácio da Justiça (previsto para a zona do lago do parque).
- 1900** • Início da construção do Palacete Seixas.
- 1903** • Renomeado o Parque da Liberdade para Parque Eduardo VII, por altura da visita do rei inglês.
- 1905** • Retoma-se a ideia de Subscrição Pública para a erecção da estátua ao Marquês de Pombal; comissão presidida pelo Conselheiro Veiga Beirão.
Projecto para a construção do grande edifício na zona envolvente ao Parque Eduardo VII.
- 1906** • Carris-de-Ferro inicia a carreira de «tracção mecânica» entre o Rossio e o Campo Pequeno.
- 1910** • Começo da plantação da Estufa Fria.
- 1913** • Lançamento do concurso para a construção da estátua do Marquês de Pombal onde foram apresentados 14 projectos.
- 1914** • Escolha do projecto dos escultores António Couto e Francisco Santos com arquitectura de Adães Bermudes.
- 1915** • Ajardinamento do Parque Eduardo VII.
- 1916** • Demolição da Quinta da Torrinha.
- 1917** • 13 de Maio: Lançamento da 1.ª pedra da Estátua do Marquês de Pombal.
- 1924** • Repetição da cerimónia do lançamento da 1.ª pedra da estátua do Marquês de Pombal, com discurso de Bernardino Machado e de um descendente do Marquês de Pombal.
- 1925** • Arranque definitivo das obras da estátua.
- 1926** • Projecto de arranjo paisagístico do Parque Eduardo VII, de Forrester.
- 1929** • Compra do Palácio Sabrosa para a construção de uma unidade hoteleira.
- 1930** • Aprovação da construção de um hotel ao empresário Alexandre Almeida.
- 1931** • Inaugurado a 22 de Novembro Monumento aos Mortos da Guerra, na Avenida da Liberdade, do escultor Maximiano Alves.
- 1931/1932** • Construção do Pavilhão dos Desportos no Parque Eduardo VII.
Projecto de 1921 para a exposição do Rio de Janeiro dos Arquitectos Guilherme e Carlos Rebello de Andrade.
- 1932** • Projecto de arranjo geral do Parque Eduardo VII de autoria do arquitecto Cristino da Silva.
O presidente Carmona visita as obras em curso na Rotunda para a colocação da estátua.
- 1933** • Assentamento final da estátua.
- 1934** • 13 Maio: inauguração da estátua do Marquês de Pombal.
Estatua de pedra e bronze, de 40 m de altura (figura do marquês: 10 m).
- 1937** • Venda do Palácio Sabrosa à Companhia de Gás.
- 1952** • Apresentado projecto do Arq. Pardal Monteiro, de acordo com o plano de Carlos Ramos, do Palácio da Rotunda (Proprietária: Imobiliária Palácio da Rotunda, SCRL).
- 1956** • Obras do Metropolitano na zona do Marquês de Pombal; inauguração em 1959.
- 1989** • Demolição do n.º 2 da Praça Marquês de Pombal (Antigo Clube Militar Naval).
- 2002** • Obra de conclusão do edifício da Praça Marquês de Pombal, n.º 3, segundo projecto de Carlos Ramos.
- 2003** • 18 Agosto: início das obras do túnel do Marquês de Pombal.

CRONOLOGIA

Marquês de Pombal

(1699-1782)

Patrícia Cardoso Correia



Palácio dos
Carvalhos.
Pormenor de painel
de azulejos.
Fotografia
da Unidade
de Projecto
do Bairro Alto
e da Bica

1699

Nasce Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. Sebastião José era o mais velho de doze irmãos dos quais sobressaíram dois em importância; Paulo de Carvalho e Mendonça (1702-1770) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1779), fiéis colaboradores do irmão.

1702

Lei anti-sumptuária.

22 DE AGOSTO Tratado de Neutralidade assinado por Portugal com a Inglaterra e os Estados-Gerais das Províncias Unidas.

Funda-se no Rio de Janeiro a Casa dos Quintos, onde passa a ser fundido o ouro em pó.

1703

Portugal rompe relações com a França e alia-se à Inglaterra e Holanda.

LISBOA, 27 DE DEZEMBRO Tratado de Methwen, que celebra a aliança entre Portugal e Inglaterra a partir essencialmente de um vínculo comercial, obrigando à intervenção contra possíveis ataques invasores, sempre que necessária, dos dois países aliados.

1706

ALCÂNTARA, 9 DE DEZEMBRO Morre D. Pedro II.

Inicia-se o reinado de D. João V.

1707

6 DE JANEIRO O monarca impõe o barrete cardinalício ao ex-núncio Apostólico, Miguel Ângelo Conti.

1708

VIENA DE ÁUSTRIA, 9 DE JULHO Casamento por procuração entre D. João V e D. Maria Ana.

25 DE OUTUBRO Chegada ao Tejo da embaixada do Conde Vilar de Mouros que acompanhava a rainha D. Maria Ana.

1709

18 DE JUNHO Primeiras instruções para o conde de Tarouca, como representante português no Congresso da Paz Geral em Utreque.

1710

Uma armada portuguesa luta contra a rebelião existente em S. Sebastião do Rio de Janeiro. Inicia-se a Guerra dos Mascates no Brasil.

1713

11 DE ABRIL Tratado de Utreque que simboliza as tréguas entre D. João V e Luís XIV de França. A Ratificação portuguesa data de 9 de Maio do mesmo ano.

1714

Crise na economia da colónia Brasil.

1715

6 DE FEVEREIRO, UTREQUE Tratado de Paz entre D. João V e Filipe V de Espanha, concedendo a Portugal a restituição da Colónia do Sacramento. A ratificação deste tratado, referente à Espanha, dá-se a 9 de Março do mesmo ano.

1717

14 DE DEZEMBRO D. João V nomeia Alexandre de Gusmão para seu agente diplomático em França. Reunia-se na casa do tio de Sebastião José a Academia dos Ilustrados. Uma espécie de tertúlia tendo em vista a discussão de matérias científico-filosóficas. Nesta academia figurava a presença assídua do 4.º conde da Ericeira, futuro director da Real Academia da História.

1718

1 DE FEVEREIRO O governo português pede auxílio a Inglaterra, recorrendo aos tratados efectuados entre os dois países.

LONDRES, 18 DE JULHO Tratado da Quádrupla Aliança.

1720

Extinção da Companhia do Brasil.
Fundação da Real Academia da História.
Criação da Mesa do Bem Comum e dos Comerciantes, composta por doze membros no total.

1722

O representante local de S. Lourenço envia uma embaixada a Lisboa, para que esta possa proteger o Canal de Moçambique das forças invasoras inglesa e holandesa, através do estabelecimento de feitorias portuguesas locais.

1723

Sebastião José de Carvalho e Melo casa com D. Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, em circunstâncias pouco convencionais: rapta a noiva uma vez que ele não era aceite pela família desta, extremamente poderosa, que o considerava «um mau partido». Este casamento permitiu a integração de Sebastião José no grupo representante da alta fidalguia. Não houve descendência neste primeiro casamento.
Surto de Febre Amarela em Lisboa.

1725

15 DE JANEIRO Corte das relações entre Portugal e a França, quando o enviado francês, Abade Livri, passa a fronteira do Caia.

17 DE OUTUBRO Santo Ildefonso. Ratificação de artigos para o Tratado Matrimonial do Príncipe D. José com D. Mariana Victória de Bourbon, filha de Filipe V de Espanha. Tratado concretizado em 3 de Setembro de 1727.

1727

Primeiras plantações de café no Brasil.

1728

20 DE MARÇO D. João V corta relações com a Santa Sé porque o Papanão havia concedido o barrete cardinalício ao núncio em Lisboa. O enviado português André de Melo e Castro retira-se imediatamente de Roma.

5 DE JULHO Decreto que manda sair do Reino os súbditos do Papa.

1730

Criação da Real Fábrica das Sedas, no Largo do Rato. Abria-se as portas para um investimento de teor mercantilista.
Inicia-se o grande fluxo do ouro e diamantes vindos do Brasil.

1732

Manuel Martins da Silva, futuro aliado de Pombal em Viena, recebe o título de Duque Silva Tarouca por parte do imperador Carlos VI. Manuel vem a ter uma importância decisiva na política de Pombal relativa à Áustria.

1733

Sebastião José de Carvalho e Melo integra-se na Real Academia da História.

1736

D. João V reorganiza três Secretarias de Estado: Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino; Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

1737

Paz entre Portugal e Espanha.

1738

2 DE OUTUBRO Nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como enviado especial – ministro plenipotenciário à Corte de Londres. Embarca de Lisboa a 8 de Outubro desse ano.

29 DE NOVEMBRO É concedida uma audiência pública a Sebastião José de Carvalho e Melo, numa consolidação da aliança luso-britânica. Sebastião José vai substituir o embaixador Marco António de Azevedo Coutinho.

1739

É queimado em auto-de-fé António José da Silva, o Judeu.

1740

Morre o irmão mais novo de Sebastião José de Carvalho e Melo, José Joaquim de Carvalho, na defesa de Goa.

1743

21 DE DEZEMBRO Sebastião José de Carvalho e Melo regressa a Lisboa. Alexandre de Gusmão torna-se Conselheiro do Conselho Ultramarino.

1744

14 DE SETEMBRO Instruções para Sebastião José de Carvalho e Melo como enviado especial – ministro plenipotenciário à Corte de Viena de Áustria. Chega a Viena a 17 de Julho de 1745.

1745

VIENA DE ÁUSTRIA. 13 DE DEZEMBRO Contrato Nupcial. Segundo casamento de Sebastião José de Carvalho e Melo. Após a morte de D. Teresa, Sebastião José casa com a condessa Maria Leonor Ernestina Daun, resultando desta união cinco filhos. A condessa era sobrinha do marechal Heinrich Richard, conde de Daun, figura de destaque na Guerra de Áustria. O casamento recebeu a bênção da imperatriz Maria Teresa assim como da rainha Maria Ana de Áustria, mulher de D. João V. Esta magnífica aliança assegurou a Pombal o lugar de secretário de Estado do governo de Lisboa.

1748

Reatadas as relações com a Santa Sé, o Papa Bento XIV concede a D. João V o título de Fidelíssimo.

28 DE NOVEMBRO Expede-se em Lisboa a minuta articulada do Tratado de Limites na América do Sul, entre Portugal e a Espanha, assinado no ano de 1750.

11 DE DEZEMBRO Édito de D. João V sobre o Privilégio de Ministros estrangeiros e a proibição de se buscar asilo nas respectivas residências.

1749

9 DE OUTUBRO Morte de D. Luís da Cunha.

DEZEMBRO As duas coroas ibéricas aprovam a aplicação do Tratado de Madrid, assinado no ano seguinte.

D. João V adoece gravemente e Sebastião José é convocado em Viena para integrar-se no novo governo de Lisboa. Tinha então 50 anos de idade.

1750

Morte de D. João V.

Inicia o reinado de D. José I.

D. José I nomeia Sebastião José de Carvalho e Melo como secretário dos Negócios Estrangeiros. Filipe Correia da Silva torna-se no oficial-maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros.

13 DE JANEIRO Decreto da execução do Tratado dos Limites da América, celebrado com a Espanha, em Madrid (comumente designado por Tratado de Madrid).

17 DE JANEIRO Assinalam-se os anexos ao Tratado de Madrid, permitindo o início do trabalho das parti-

das do sul, onde os problemas da execução eram mais complexos. Sebastião José, a 21 de Dezembro do mesmo ano, fornece instruções a Freire de Andrade sobre a demarcação das fronteiras meridionais do Brasil, com as possessões espanholas. Gomes Freire Andrade é nomeado governador do Rio de Janeiro e Francisco Xavier de Mendonça Furtado governador e capitão-geral do Grão-Pará e Maranhão acrescentando-se sobre si responsabilidade de todo o território do norte brasileiro e baía do Amazonas.

Sebastião José remodela o seu palácio em Oeiras ao regressar de Viena para Portugal.

DEZEMBRO Primeiros indícios da Crise da Mineração do Brasil. Longa discussão da Coroa sobre a melhor forma de tributar o ouro.

Os oratorianos instalam-se no Real Hospício de Nossa Senhora das Necessidades em Lisboa.

1751

1 DE ABRIL Regimento Casas de Inspeção que pretende proteger os devedores sertanejos dos credores externos.

Alvará que reduz os direitos do tabaco.

Pragmática que proíbe a importação de tecidos, carruagens ou móveis do estrangeiro, salvo se transportados em navios portugueses.

Os ourives foram expulsos do Rio de Janeiro para evitar as fraudes que decorriam, até então, em grande número.

Mendonça Furtado é enviado ao Brasil para avaliar a riqueza atribuída aos jesuítas (bens móveis, ligados ao comércio externo em grande medida, e imóveis).

1752

Cria-se a Capitania Geral de Moçambique.

É instalado no Rio de Janeiro o Primeiro Tribunal da Relação.

1753

Feliciano Velho Oldemberg funda a Companhia da Ásia Portuguesa.

Restabelecimento da Capitania de Bissau.

31 DE DEZEMBRO Morre Alexandre de Gusmão.

1754

19 DE FEVEREIRO Nomeação do Monsenhor Filipe Acciaiuoli, Arcebispo de Patrasso, para Nuncio Apostólico de Portugal. Em Março do mesmo ano, D. José I exige que seja concedido o barrete cardinalício ao nuncio Lucas Melchior Tempi.

Primeira tentativa de pacificação dos índios guaranis, que resulta fracassada.

1755

7 DE JUNHO Decreto-régio que visava a criação de directorias em substituição do ensino jesuíta. Reforma de Mendonça Furtado.

PELAS 9h45 DE 1 DE NOVEMBRO Terramoto extremamente forte com o epicentro em Lisboa e repercussões por todo o país, que está na origem do plano de reconstrução urbanística desta cidade por Sebastião José de Carvalho e Melo. O Ministro informa oficialmente, a 18 de Novembro, os representantes diplomáticos no estrangeiro da tragédia do terramoto. Os engenheiros e avaliadores militares são dirigidos por Manuel da Maia.

Criação da Junta de Comércio, em substituição da Mesa do Bem Comum e dos Comerciantes, criada em 1720. Esta Junta era composta por homens de negócios, obtendo a promulgação dos seus estatutos em Dezembro 1756.

Reconstrução da Ribeira das Naus.

Fundação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (Brasil).

Criação da Casa do Risco de Lisboa que visa substituir a Aula do Paço da Ribeira.

Criação da Capitania de São José do Rio Negro (Brasil).

Após o início da reconstrução urbana, Sebastião José vê ampliados os seus poderes pelo monarca.

1756

JANEIRO Conflitos no sul do Brasil, com as populações indígenas estabelecidas no território de demarcação de fronteira entre Portugal e Espanha. Invasão do território das Sete Missões por uma força militar conjunta de três mil e setecentos soldados, portugueses e espanhóis.

31 DE AGOSTO Sebastião José de Carvalho e Melo deixa a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra para ocupar a do Reino, mais abrangente.

Estabelecimento de uma Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

1757

23 DE FEVEREIRO Motim no Porto que contesta a Criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Desordeiros cercaram a casa de Bernardo Duarte de Figueiredo, Juiz Conservador da Companhia.

ABRIL/OUTUBRO Decorrencia do processo da Companhia do Alto Douro, sendo julgadas ao todo 478 pessoas, das quais apenas 36 foram absolvidos. A grande maioria foi punida pelo crime de lesa-majestade.

Foi retirado o papel de confessores aos jesuítas, tendo estes sido substituídos nessa tarefa por padres da confiança de Pombal (alguns oratorianos).

1758

SETEMBRO Atentado a D. José I, quando regressava numa carruagem ao palácio. Muitas pessoas foram presas, entre elas alguns membros da alta aristocracia, como os membros da família Távora: Duque de Aveiro e conde de Atouguia; bem como alguns jesuítas, acusados de cumplicidade.

9 DE DEZEMBRO Comissão de Inquérito sobre o atentado. O rei garante que o juiz deveria cumprir a lei, passando ao lado das protecções mínimas do Código Penal.

1759

12 DE JANEIRO Os presos foram sentenciados e condenados aos crimes de lesa-majestade, traição, rebelião, contra o rei e contra o Estado. Execução do duque de Aveiro e dos marqueses de Távora, implicados no atentado contra o rei.

Confisco dos bens do duque de Aveiro, dos marqueses de Távora e da Companhia de Jesus.

ABRIL Criação da Aula do Comércio, pela Junta do Comércio. A escola deveria ensinar contabilidade segundo o modelo inglês.

20 DE ABRIL Gomes Freire de Andrade regressa ao Rio de Janeiro, como comissário das demarcações no sul do Brasil.

6 DE JUNHO Sebastião José recebe o título de Conde de Oeiras, como forma de compensação, por parte

de D. José I, pela sua grande intervenção contra os que participaram no atentado do próprio monarca.

21 DE JULHO Expulsão dos jesuítas do Brasil.

3 DE SETEMBRO Carta de Lei para a proscrição, desnaturalização e expulsão dos jesuítas dos seus domínios. Essa carta foi seguida de audiências a 11 de Setembro e 19 de Novembro, tendo por objectivo resolver a questão jesuíta, reforçadas por Sebastião José de Carvalho e Melo.

Extinção da Universidade de Évora.

Início das Reformas Pombalinas do Ensino.

Criação da Companhia de Pernambuco e Paraíba.

1760

Criação do Erário Régio.

Sebastião José apoia os mercadores portugueses na luta que os opunha aos intermediários e contrabandistas, que tinham contribuído para a desorganização do comércio regular e do sistema de crédito. Pombal cria o cargo de Intendente Geral da Polícia. Esta medida contribui para o primeiro combate contra o banditismo.

São novamente suspensas as relações com a Santa Sé.

SETEMBRO Como Portugal não conseguiu entregar a Colónia do Sacramento a Espanha, o rei Carlos III vê-se obrigado a rescindir o contrato.

DEZEMBRO Novos Estatutos da Universidade de Coimbra.

1761

12 DE FEVEREIRO Tratado Pardo, estabelecido entre D. José I e Carlos III de Espanha, que tem por objectivo a anulação do Tratado de Madrid de 13 de Janeiro de 1750. A anulação do Tratado de Madrid permite às Sete Missões continuarem sob a protecção dos jesuítas da província do Paraguai.

Limitação dos Privilégios Corporativos.

Abolição da escravatura dentro da metrópole, mantendo-se, contudo, nas colónias. Passam, portanto, a ser «libertos e forros» os escravos que entrarem em Portugal.

Execução do Pe. Malagrida em auto-de-fé.

Fundação do Real Colégio dos Nobres.

Racionalização do Erário Régio – Medidas de centralização.

1762

Crise na economia e nas finanças públicas.

16 DE MARÇO Os ministros plenipotenciários de Espanha e França tentam persuadir Portugal a intervir na luta do Pacto de Família estabelecido entre estes dois países contra a Grã-Bretanha. A intenção portuguesa de manter neutralidade no conflito a 20 de Março provoca a ruptura.

27 DE ABRIL Os embaixadores de Espanha e França retiram-se de Lisboa, despertando o corte das relações de Portugal com aqueles países.

Criação da Real Escola Náutica do Porto.

3 DE NOVEMBRO Relações reatadas com França e Espanha pelo Tratado de Fontainebleau, que tenta compreender a posição portuguesa frente à Grã-Bretanha. O armistício luso-espanhol é assinado a 30 de Novembro desse ano.

1763

Celebração do Tratado de Paz Luso-Espanhol.

A necessidade de reforçar o poder português na costa brasileira, em especial na zona central da baía de Guanabara, alvo de corso e pirataria, espanhola, inglesa, francesa, e para fortalecimento da vila de S. Sebastião, o Governo Geral do Brasil deslocou-se da Bahia para o Rio de Janeiro.

1764

Criação do Terreiro Público para abastecimento da População.

Investe-se e fomenta-se o desenvolvimento industrial.

1765

Reorganização do poder militar no Rio de Janeiro, por um grupo de oficiais oriundos da Áustria, dirigidos pelo conde de Lippe. D. António Luís da Cunha torna-se governador da Bahia.

1766

Criação de Fábricas de Cordoaria.

Instalação da Alfândega e da Ribeira das Naus em Luanda.

Reaproximação de Lisboa e Madrid. Aliança das monarquias católicas contra a Companhia de Jesus.

1767

Início da exportação de algodão do Brasil para Inglaterra.

1768

10 DE FEVEREIRO Portugal acede ao tratado celebrado nesta data entre a França, Espanha e Inglaterra, renovando e confirmando os Tratados de Vestefália (1648); Baden (1714) e Viena (1738).

Formação da Imprensa Régia.

Decreto-régio contra o puritanismo – anulação da exclusividade de direitos de uma aristocracia hereditária, passando a atribuir-se cargos aos homens de negócios, onde é valorizado o conhecimento e mérito.

Criação da Aula Oficial de Gravura Artística, que perdura até ao ano de 1787.

Instituição da Real Mesa Censória.

A Inquisição adquire uma nova tipologia, com uma série de poderes diferentes.

1769

Foi outorgado a Sebastião José o título de Marquês de Pombal, quando já tinha 71 anos de idade.

Pombal publica a Lei da Boa Razão, para que de futuro todas as leis fossem fundamentadas numa razão justa, senão tornar-se-iam inválidas.

Lei sobre o Morgadio.

Abandono de Azamor e Mazagão, praças do Norte de África.

O marquês do Lavradio torna-se vice-rei do Brasil.

1770

O comércio é declarado «profissão nobre, necessária e proveitosa».

Machado de Castro inicia a execução da estátua equestre de D. José I.

São reatadas as relações com a Santa Sé.

Obtenção do monopólio lucrativo do sal para o Brasil, bem como os direitos do tabaco e uma taxa de importação do azeite.

Esgotamento económico das bases militares. O fracasso da Junta das Minas.

1771

O ensino passa a depender da Real Mesa Censória.

O Director dos estudos, Luís António Verney, foi substituído pela Real Mesa Censória e o sistema estatal foi alargado de forma a incorporar escolas que ensinassem a ler, escrever e contar. Organização administrativa da Junta da Fazenda e de Minas Gerais.

1772

Reforma da Universidade

Promulgação de uma lei relativa à organização do ensino primário em Portugal, tendo em conta a ligação das escolas aos professores, criando-se novas bases financeiras mediante o pagamento do subsídio literário.

NOVEMBRO Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas foi nomeado Presidente da Junta do Subsídio Literário. Principal figura na reforma do ensino.

Reforma da Inquisição. Deixando de se ocupar do Tribunal do Santo Ofício, a Inquisição passou a ser responsável pelos restantes tribunais.

Fundação da Imprensa Régia.

1773

21 DE JULHO Breve de Clemente XIV «Dominus Ac Redemptor Noster», extinguindo a Companhia de Jesus. Pombal cria a Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve.

25 DE MAIO Abolição do termo de distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos.

1774

Decreto de Pombal sobre a aceitação da naturalização dos habitantes nascidos na Índia portuguesa com os mesmos direitos dos naturais de Portugal.

15 DE DEZEMBRO Lei de D. José sobre o fim das denominações de cristãos-novos e cristãos-velhos.

1775

Edificação de uma Fábrica de Estampagem de Tecidos. Inauguração da Estátua Equestre de D. José I.

1776

24 DE JANEIRO Instruções a Luís Pinto de Sousa Coutinho, enviado especial, Ministro Plenipotenciário em Londres, dadas pelo Marquês de Pombal, reque-rendo as mediações britânica e francesa para a resolução do diferendo luso-espanhol no sul do Brasil.

JULHO Os portos portugueses são fechados à nave-

gação americana, cumprindo deste modo Pombal, mais uma vez, o pacto de aliança luso-britânico.

1777

Morte de D. José I

Início do reinado de D. Maria I, a primeira mulher a subir ao trono de Portugal.

4 DE MARÇO Demissão de Marquês de Pombal por decreto-régio.

1 DE OUTUBRO Tratado de Santo Ildefonso entre D. Maria I e Carlos III de Espanha, onde se realiza a permuta da ilha de Sta. Catarina pela Colónia do Sacramento.

1778

11 DE MARÇO Tratado Pardo. Tratado de Aliança, neutralidade e comércio entre D. Maria I e Carlos III de Espanha, que põe termo à guerra na América meridional, cedendo as ilhas de Fernão Pó e Ano Bom. Supressão da Companhia do Grão-Pará e Maranhão.

1779

Queixas inúmeras contra Pombal levam à elaboração de uma acção judicial, onde o Marquês é acusado de abuso de poder; corrupção e fraudes várias. O interrogatório termina no ano seguinte. Fundação da Academia Real das Ciências.

Criação da Academia Real da Marinha.

Construção da Basílica da Estrela.

1780

Extinção da Companhia Geral de Pernambuco como companhia monopolista.

Fundação da Casa Pia de Lisboa.

Pina Manique inicia a iluminação pública de Lisboa.

1781

Julgamento e condenação do Marquês de Pombal ao desterro, pelo menos a vinte léguas da Corte. Pombal é considerado culpado, ainda que o seu estado de saúde e avançada idade não permitam a aplicação de pena alguma.

Último auto-de-fé realizado em Coimbra: dezassete pessoas queimadas.

Último auto-de-fé de Évora: oito pessoas queimadas.

1782

Morte do Marquês de Pombal.

BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA

Marquês de Pombal

Patrícia Cardoso Correia



Estudos Gerais

AAVV., *Portugal no século XVIII. De D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989.

AAVV., *Portugal no século XVIII. Congresso Internacional*, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Lisboa, Universitária Editora, 1991.

AAVV., *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa*, Tomo V – «Jesuítas na Cultura e Sociedade Portuguesa», 2.^a série, Lisboa, 1993.

ALMEIDA, Luís Ferrand de, *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

AZEVEDO, João Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico. Esboço de História*, Lisboa, Clássica Editora, 1988.

BETTENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, 5 vols., Círculo de Leitores, 1998.

DÍAS, Manuel Nunes, *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*, 2 vols., Pará, s. ed., 1970.

Dicionário da História de Portugal, dir. de Joel Serrão, 7 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1964.

FERRO, João Pedro, *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Ed. Presença, 1995.

História de Portugal, dir. de Damião Peres, vol. VI – «Quarta Época (1640-1815)», Ed. Monumental Comemorativa do 8.^o Centenário da Fundação da Nacionalidade, profundamente ilustrada e com a colaboração dos mais eminentes Historiadores e Artistas Portugueses, Barcelos, Portucalense Editora, 1934.

História de Portugal, dir. de José Mattoso, Quarto Volume – «O Antigo Regime», Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

- História de Portugal. Dos Tempos pré-históricos até aos Dias de Hoje*, dir. de João Medina, vol. VII – «Portugal Absolutista», Alfragide, Ediclube, 1995.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, Ed. da Revista *Nação e Defesa*, [s.d.].
- PEREIRA, José Esteves, *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII. António Ribeiro Santos*, Lisboa, INCM, 1983.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Sob o Signo das Luzes*, Lisboa, INCM, 1987.
- SELVAGEM, Carlos, pseud. e CIDADE, Hernâni, *Cultura Portuguesa*, vol. 11 – «Advento do Marquês de Pombal. O Terramoto de 1755. A acção Política de Pombal. A Expulsão da Companhia de Jesus», Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1973.
- SERAFIM, Leite, J.S., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols., Lisboa/Rio de Janeiro, 1938-1950.
- SERRÃO, José Vicente, *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*, Lisboa, Vega, 1989.
- SERRÃO, Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VI – «O Despotismo Iluminado 1750-1807», Lisboa, Verbo, 1982.
- VENTURA, Maria da Graça Mateus, coord., *O Barroco e o Mundo Ibero Atlântico* (Actas das III Jornadas de História Ibero-americana, 1997), Lisboa, Colibri, 1998.
- AAVV., *Do Iluminismo Pombalino à Reforma do Estado Moderno: Curso de Marquês de Pombal*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração, 2001.
- AAVV., *(O) Marquês de Pombal e o seu Tempo*, 2 Tomos, *Revista da História das Ideias*, n.º especial no 2.º centenário da morte, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982-1983.
- AAVV., *O Marquês de Pombal: O Homem e a sua Época*, Lisboa, Prefácio, 2002.
- ARANHA, Pedro Venceslau de Brito, *O Marquês de Pombal e o seu Centenário*. Notas Biobibliográficas, Lisboa, INCM, 1908.
- AZEVEDO, João Lúcio de, *O Marquês de Pombal e a sua Época*, 2.ª ed., Lisboa, Clássica, 1990.
- Idem*, «Administração Pombalina; Fim das perseguições» in *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa, Clássica, 1921, pp.346-358.
- BAIÃO, António Eduardo Simões, «A Inquisição e o Marquês de Pombal» in *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, vol. 3, Lisboa, Seara Nova, 1938, pp.7-39.
- BIBLIOTECA NACIONAL, *Marquês de Pombal 2.º Centenário. Catálogo de Exposição para o 2.º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, Novembro de 1982 a Janeiro 1983, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.
- CASTELO BRANCO, Camilo, *Perfil do Marquês de Pombal*, 5.ª ed., Porto, Porto Editora, 1962.
- CIDADE, Hernâni, *O Marquês de Pombal. O Homem e a Obra na Metrópole e no Ultramar*; Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963.
- CORREIA, Maria Alcina Ribeiro, *Sebastião José de Carvalho e Mello na Corte de Viena de Áustria. Elementos para o Estudo da sua Vida Pública (1744-1749)*, Lisboa, [s.n.], 1965.

Estudos Específicos

Marquês de Pombal

- AAVV., *Catálogo dos Livros, Revistas e Folhetos da biblioteca do Palácio Senhor Marquês de Pombal*, Lisboa, [s.n.], 1939.
- AAVV., *Como Interpretar Pombal? No Bicentenário da sua Morte*, Lisboa, Brotéria, 1983.

DIAS, Clara, *Marquês de Pombal*, Porto, Asa, 1993.

MACEDO, Jorge Borges de, *O Marquês de Pombal. 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Série Pombalina, 1982.

Idem, *A Dialéctica da Sociedade Portuguesa no Tempo de Pombal*, Lisboa, [s.n.], 1982.

MINISTÉRIO DA CULTURA E COORDENAÇÃO CIENTÍFICA, *Marquês de Pombal: Catálogo Bibliográfico e Iconográfico*, ed. para a comemoração do 2.º Centenário da morte de Marquês de Pombal, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

MUSEU DA CIDADE, *Lisboa e o Marquês de Pombal*. Museu da Cidade, Exposição Comemorativa do Bicentenário da Morte do Marquês de Pombal (1782-1982), 10 de Novembro a 31 de Dezembro de 1982., Lisboa, Museu da Cidade, 1982.

«POMBAL», *Dicionário da História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. III Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 415-423.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, *Pombal Revisitado*, 2 vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1984.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal: O Homem; o Diplomata e o Estadista*, Lisboa/Oeiras/Pombal, Câmara Municipal de Lisboa/Oeiras/Pombal, 1982.

TORGAL, Luís Reis, «Acerca do significado de Pombalismo», *Revista de História das Ideias*, n.º 4, 1982, pp. 7-17.

Ensino e Cultura

AAVV., *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000.

ALBUQUERQUE, Luís Guilherme Mendonça de, *As Ciências Exactas na Reforma Pombalina do Ensino Superior*, Separata da *Revista Vértice*, n.ºs 52-54, Dezembro-Fevereiro 1947-1948.

Idem, «O Ensino da Matemática na Reforma Pombalina» in Luís de Albuquerque, *Estudos de História: Notas para a História do Ensino em Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978.

Idem, *O Reino da Estupidez e a Reforma Pombalina*, Coimbra, Atlântida, 1975.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários: 1759-1771. Contribuição para a História da Pedagogia em Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1981. Dissertação de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, exemplar policopiado.

Idem, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

CARRATO, José Ferreira, *O Marquês de Pombal e a Reforma dos Estudos Menores em Portugal*, Coimbra, [s.n.], 1980, Separata do *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, n.º 34, 3.ª Parte, Coimbra.

GOMES, Joaquim Ferreira, *O Marquês de Pombal criador do ensino primário oficial*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1982, Separata da *Revista de História das Ideias*, n.º especial «O Marquês de Pombal e o Seu Tempo», 1982.

Idem, *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, 2.ª ed., Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica e Tropical, 1989.

LEMONS, Fernando José, *A Reforma Pombalina da Escola Secundária e o Ensino do Latim. Política Educativa, Enquadramento Curricular, Métodos, Agentes e Instrumentos de Ensino*, 1998.

UNIDADE DE APOIO AO SISTEMA EDUCATIVO, *Portugal Setecentista: Marquês de Pombal*, Lisboa, Ministério da Educação/Universidade Aberta, 1989.

Administração, Política e Economia

CAETANO, José A. Palma, «O Marquês de Pombal em Viena» in *Relações entre Portugal e Áustria. Testemunhos Históricos e Culturais*, Ludwig Scheidl e José A. Palma Caetano, Lisboa, Assírio & Alvim, 2002, pp. 261-272.

CASTRO, Armando, «A Política Económica do Marquês de Pombal e a Sociedade Portuguesa do século XVIII», *Revista da História das Ideias*, vol. IV – «O Marquês de Pombal e o seu Tempo», Tomo I, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

CORREIA, José Eduardo Horta, *A Administração do Marquês de Pombal: O Comércio e as Companhias Privilegiadas*, Lisboa, Of. do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1931.

COUTO, Jorge, *A Desvinculação Pombalina da Ilha de São Miguel: 1769-1777*, Lisboa, [s.n.], 1984, separata de *I Jornadas de História Moderna*, Lisboa, 1986.

Idem, *A Desvinculação Pombalina na Ilha Terceira: 1769-1777*, Angra do Heroísmo, 1988, Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLV, Angra do Heroísmo, 1987, pp. 959-970.

FALCON, Francisco José Calazans, *A Época Pombalina. Política Económica e Monarquia Ilustrada*, São Paulo, Ática, 1982.

DIAS, J. Sebastião da Silva, «Pombalismo e Teoria Política», *Revista de História e Filosofia*, n.º 1, 1982, pp. 45-114; n.º 2, 1983, pp. 185-318.

LARA, Sousa, *A Política Económica do Marquês de Pombal: Apontamento ensaístico*, Lisboa, Resistência, 1981.

LOPES, Maria Teresa Fernandes Pereira de Sena Sales, *A Casa Senhorial e Pombal: Estado Senhorial e Património*, Lisboa, [s.n.], 1987. Dissertação de mestrado. Texto policopiado.

MACEDO, Jorge Borges de, *A Situação Económica no Tempo de Pombal. Alguns Aspectos*, 3.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989.

MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo, *A Legislação Pombalina. Alguns Aspectos Fundamentais*, Separata do Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, Universidade, 1990.

MONCADA, L. Cabral de, *O Século XVIII na Legislação de Pombal*, Coimbra, [s.n.], 1929.

SANTOS, J. J. Carvalhão, *Literatura e Política. Pombalismo e Anti-Pombalismo*, Porto, Minerva, 1991.

SERRÃO, José Vicente, *O Pombalismo e a Agricultura*, Lisboa, ISCTE, 1987. Idem, «Pensamento Económico e Política Económica no Período Pombalino – O caso de Ribeiro Sanches», *Revista Ler História*, n.º 9, 1986, pp. 3-39.

Companhia de Jesus

ABREU, Laurinda, *A Política Religiosa do Marquês de Pombal: Algumas Leis que abalaram a Igreja*, Separata da Revista *Século XVIII*, vol. I, tomo I, Lisboa, 2000.

BASTOS, Leite, *O Marquês de Pombal e a Expulsão dos Jesuítas*, Lisboa, Tip. Emp. Serões Românticos, 1882.

COUTO, Jorge, *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu património (1759-1777)*, 2 vols. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990. Dissertação de Mestrado. Texto policopiado.

FRANCO, José Eduardo, «Fundação Pombalina do Mito da Companhia de Jesus», *Revista de História das Ideias*, vol. 22 – «Homenagem a José Antunes», Coimbra, Inst. de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 209-253.

LOPES, António, *O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus. Correspondência Inédita ao Longo de 115 Cartas de 1743-1751*, Cascais, Principia, 1999.

MARTINS, Rocha, *O Marquês de Pombal: Pupilo dos Jesuítas*, Lisboa, Lumen, 1924.

MENEZES, Carlos José de, comp., *Os Jesuítas e o Marquês de Pombal*, Porto, Moreira & Simões, 1883.

Oratorianos

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Processo Pombalino contra os Oratorianos*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

Idem, *Vernei e a Cultura do seu Tempo*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1965.

Idem, *A Pedagogia dos Oratorianos e a Didáctica de Instrução de Base*, Lisboa, [s.n.]. Dissertação complementar de doutoramento em História na Faculdade de Letras de Lisboa. Texto policopiado.

Urbanismo

ANDRADE, Manuel Vaz Ferreira de, *A Vila de Cascais e o Terramoto de 1755*, 2.^a ed., Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1964.

ARAÚJO, Norberto, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, [s. d.], livro 14, pp. 43-52.

Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, sob a direcção de Filipe Folque: 1856- 1858, Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, [s. d.]

BAIARDO, Luís José, *O Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, ou o Terramoto de 1755*, Lisboa, Tipografia António José da Costa, 1839.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, *Exposição Comemorativa do Terramoto de 1755. Catálogo*. Exposição realizada de 1 a 15 de Novembro de 1934, no

Pavilhão de festas do Parque Eduardo VII, na cidade de Lisboa, 2.^a ed., Lisboa, Câmara Municipal, 1934.

CASTEL-BRANCO PEREIRA, João, *Arte no Metropolitano de Lisboa*, Lisboa, Metropolitano de Lisboa EP, 1995.

Cartulário Pombalino, Lisboa, Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, [s. d.].

CHANTAL, Suzanne, *A Vida Quotidiana de Portugal ao tempo do Terramoto de 1755*, Lisboa, Livros do Brasil, 1965.

DIAS, Marina Tavares Dias, *Lisboa Desaparecida*, Coimbra, Quimera, 1987, pp. 51-65.

Idem, *Photografias de Lisboa 1900*, Lisboa, Coimbra, 1991, 7.^a edição, pp.110-119.

ESTORNINHO, Carlos, *O Terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas*, Lisboa, 1956, Separata da Revista da Faculdade de Letras, n.º 22, Lisboa, 1956.

FRANÇA, José-Augusto, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1976. (Biblioteca Breve).

Idem, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 3.^a ed. rev. e actualizada, Lisboa, Bertrand, 1983.

Idem, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, 2.^a ed., Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1989. (Biblioteca Breve).

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, *Cartografia Portuguesa do Marquês de Pombal a Filipe Folque. 1750-1900: o património histórico e cartográfico do Instituto Geográfico e Cadastral*, Lisboa, F.C.G., 1982.

MACEDO, Jorge Borges de, «Marquês de Pombal: A Obra Pombalina na Metrópole», in *Os Grandes*

Portugueses do século XVIII: Obra Monumental, dir. de Hernâni Cidade, vol. 2, Lisboa, Arcádia, [s.d.], pp.141-152.

PEREIRA, Ângelo, org., *O Terramoto de 1755. Narrativa de uma testemunha Ocular*, Lisboa, Livraria Ferin, 1953.

PASSOS, José Manuel da Silva, *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, Lisboa, Caminho, 1990.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, *Considerações sobre a Acção Urbanística do Período Pombalino*, Separata da Revista *Ágora*, Santa Cruz do Sul, n.º 1, 1995.

RODRIGUES, Maria João Madeira, «O Plano de Extensão de Lisboa no Último Quartel do século XIX», in *Arquitectura*, n.º 138, 1980, pp. 28-38.

SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo, direcção, *Dicionário da História de Lisboa*, Mem-Martins, Carlos Quintas e Associados Consultores, 1994, pp. 118-120.

SILVA, Raquel Henriques da, direcção, *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*, FCG, CML, 1989.

SOUSA, Alberto, *Pombal estuda a Reconstrução de Lisboa*, Ed. comemorativa do 2.º centenário da morte de Marquês de Pombal, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *O Terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um Estudo Demográfico*, 4 vols., Lisboa, Serviços Geológicos, 1919.

Idem, *Ideia Geral dos Efeitos do Megassismo de 1755 em Portugal*, Lisboa, Typ. Do Commercio, 1914. Tese para o concurso do 2.º Assistente do 1.º Grupo da segunda secção da Faculdade de Ciências de Lisboa. Texto policopiado.

VIEGAS, Inês, GOMES, Miguel, coordenação *Do Passeio à Avenida, os originais do Arquivo Municipal de Lisboa*, Lisboa, Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa [s.d.]

Brasil

AAVV., *De Pernambuco ao Marquês de Pombal* [Visual], Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito, «Sebastião José de Carvalho e Mello. As Festas do Centenário Pombalino e da História do Brasil Colonial. Medalhas Cunhadas para o Centenário Pombalino em Lisboa e Coimbra. Carros que figuraram no Cortejo Pombalino em Lisboa», *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos Aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, dir. de Inocêncio Francisco da Silva e posteriormente de Brito Aranha, Lisboa, INCM, 1908.

AZEVEDO, João Lúcio de, «A Companhia de Comercio do Grampará e o Marquês de Pombal» in *Estudos de História Paraense*, Pará, Typ. de Tavares Cardoso, 1893, pp. 7-109.

Idem, *Os Jesuítas do Grão-Pará: Suas Missões e a Colonização*, 2.ª ed. rev., Coimbra, Imp. da Universidade, 1930.

Idem, *Política de Pombal em relação ao Brasil*, Rio de Janeiro, Liv. J. Leite, [s.d.].

CARNAXIDE, Visconde de, *O Brasil na Administração Pombalina: Economia e Política Externa*, pref. de Afrânio Peixoto, São Paulo, Editora Nacional, 1940.

CARREIRA, António, *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1983.

CIRIACO, Fernando António Paulo, *Missionários Jesuítas no Tempo de Pombal*, Porto Alegre, Globo, 1936.

CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

COUTO, Jorge, «O Brasil Pombalino», *História de Portugal. Dos Tempos pré-históricos aos nossos Dias*, dir. de João Medina, vol. V – «Os Descobrimientos II: Os Impérios», Alfragide, Ediclube, 1995, pp.113-136.

FRANCHINI-NETTO, M., *O Marquês de Pombal e o Brasil: contribuição às Comemorações do segundo centenário da morte do Marquês de Pombal*, Lisboa, [s.n.], 1981.

HERMES, Gabriel, *A Comunidade Luso-Brasileira: O Marquês de Pombal e a Amazónia*, Brasília, [s.n.], 1982.

MAXWELL, Kenneth, *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira. 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de, *O Marquês de Pombal e o Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.

Idem, *O Marquês de Pombal e a Unidade Brasileira*, Rio de Janeiro, Andes, 1953.

ROSA, Madalena da Conceição, *A Companhia do Pará e Maranhão e o Marquês de Pombal*, Lisboa, [s.n.], 1939. Tese de licenciatura em Ciências Histórico Filológicas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Texto polycopiado.

SANTOS, Eugénio dos, *O Brasil Pombalino na Perspectiva Iluminada de um Estrangeirado*, Porto, Faculdade de Letras, 1991, Separata da Revista da Faculdade de Letras, 2.^a série, vol. VIII, Porto, 1991.

Obras Estrangeiras

BOURDON, Albert-Alain, *Le Marquis de Pombal et la reorganisation des flottes de commerce entre le Portugal et le Brésil: 1753-1766. Essai d'Étude de Structure et de Conjuncture*, Lisboa, 1967, Separata da Revista da Faculdade de Letras, 3.^a série, 6, Lisboa, 1962.

BOXER, Charles Ralph, «The Pombaline dictatorship and his aftermath 1755-1825» in *The Portuguese Seaborne Empire. 1415-1825*, London, Hutchinson, [s.d.].

CHEKE, Marcus, *Dictator of Portugal: A Life of the Marquis of Pombal. 1699-1782*, London, Sedgwick & Jackson Ltd., [s.d.].

COMARTIN, Henri de, *L'Administration de Sebastião José de Carvalho e Melo*, Paris, [s.n.], 1786.

FRANCIS, A. David, *Portugal, 1715-1808: Joanine, Pombaline, and Rococo. Portugal as seen by British Diplomats and Traders*, Londres, [s.n.] 1966.

HOPPE, Fritz, *Portugiesisch-Ostafrika in der Zeit des Marquês de Pombal (1750-1777)*, Berlin, Colloquium Verlag Berlin, 1965.

MAXWELL, Kenneth, *Pombal: Paradox of the Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995. (tradução port. de Saul Barata, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Presença, 2001).

Idem, *Conflicts and Conspiracies: Brasil and Portugal. 1750-1808*, Cambridge, Cambridge University Press, 1973.

Idem, «Pombal and the Nationalization of the Luso-
-Brazilian Economy», *HARLR*, n.º 47, 1968, pp. 608-637.

SMITH, John Athelstone, *The Marquis of Pombal*, 2 vols. Londres, 1843.

